



VIDA, TRABALHO, MEMÓRIA:

a história da Academia Nacional de Direito
do Trabalho nas histórias de vida de seus
fundadores e presidentes

VIDA, TRABALHO, MEMÓRIA:

a história da Academia Nacional de Direito
do Trabalho nas histórias de vida de seus
fundadores e presidentes

DANTE MARCELLO CLARAMONTE GALLIAN

VIDA, TRABALHO, MEMÓRIA:

a história da Academia Nacional de Direito
do Trabalho nas histórias de vida de seus
fundadores e presidentes



ACADEMIA NACIONAL DE
DIREITO DO TRABALHO

LEX MAGISTER

PRODUTOS JURÍDICOS

Porto Alegre, 2012

1ª edição: março de 2012

Capa e Editoração Eletrônica: Editora Lex Magister

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor. (Lei 9.610, de 19.02.98 - DOU 20.02.98)

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

G168v Gallian, Dante Marcello Claramonte
Vida, trabalho, memória: a história da Academia Nacional de Direito do Trabalho nas histórias de vida de seus fundadores e presidentes / Dante Marcello Claramonte Gallian. - Porto Alegre : Magister, 2012.

22x24 cm. ; 267 p.
ISBN 978-85-85275-28-0

1. Direito do Trabalho. 2. ANDT. 3. Academia Nacional de Direito do Trabalho. I. Título.

CDU 351.83

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima - CRB 10/1273

Alameda Coelho Neto, 20 / 3º andar
91340-340 - Porto Alegre - RS
(51) 4009.6160 - www.editoramagister.com

Agradecimentos

Gostaria de começar não agradecendo, mas louvando. Em primeiro lugar, ao Dr. Nelson Mannrich, por conseguir, em sua grande intuição e sensibilidade, transformar um desejo e uma necessidade em iniciativa, aquela que desencadeou este projeto, este livro.

Quero também agradecer-lhe pela confiança depositada em mim, empenhando-se e colocando todos os meios possíveis para que este trabalho chegasse a bom termo.

Ao Dr. Gustavo Vogel, grande memorialista da ANDT. Apoiador, incentivador e, principalmente, colaborador. Certamente ele pode ser considerado quase como coautor deste livro.

À Denise Borba Ataíde, peça chave na administração da ANDT em sua atual configuração, que nunca mediu esforços para ajudar, colaborar e participar do processo de realização deste trabalho. Através dela agradeço também aos que me acolheram de maneira tão hospitaleira e cordial em Salvador da Bahia.

A toda a atual diretoria da ANDT, em especial ao Dr. Valdir Florindo, que sempre acompanhou com interesse o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os acadêmicos fundadores, patronos e presidentes honorários da ANDT, por terem entregue, de maneira tão generosa, por amor à Academia, suas histórias de vida.

À minha equipe de trabalho, em primeiro lugar a minha esposa, Beatriz, que administrou, participou de muitas entrevistas, transcreveu e transcreveu, leu, releu os originais... Sempre apoiando, acompanhando, enfim, fazendo tudo para que esta obra e tudo o mais tenha sentido.

Aos meus filhos, Theresa, Felipe e Mariana, por terem colaborado nas transcrições das entrevistas. E a Thiago e Rafael, por sempre estarem por perto. Aos cinco, minha gratidão por simplesmente existirem e serem o sentido da minha vida.

Aos transcritores: Marcelo Siqueira, Marlon Ribeiro e Mercedes de Oliveira Neto, meu muito obrigado.

Aos editores, especialmente Dr. Fábio Paixão da Lex Magister.

Graças a Deus, que tornou e torna tudo possível e, principalmente, belo.

Dante Marcello Claramonte Gallian

Sumário

Prefácio / 9

PARTE I – A HISTÓRIA DO PROJETO / 13

1. A Revalorização da Memória / 15
2. As Instituições e seu Contexto Histórico / 15
3. A Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT): História e Memória / 15
4. Concepção, Objetivos e Metodologia do Projeto / 17
5. O Desenvolvimento do Projeto / 18
6. Os Resultados e o Plano da Obra / 20

PARTE II – A HISTÓRIA DA ACADEMIA NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO / 23

1. A “Pré-História”: Custódio Bouças, seu Círculo e seu Projeto / 25
2. Custódio Bouças: uma Breve Biografia / 26
3. A Academia Brasileira de Letras Jurídicas / 26
4. A Fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho / 27
5. O Estatuto e a Primeira Diretoria / 28
6. Tumultuosos Tempos Iniciais / 29
7. Arnaldo Süssekind e a Fase “Embrionária”: a “Laborização” da ANDT (1978-1981) / 30
8. Consolidando a “Laborização”: Amauri Mascaro e Cássio de Mesquita Barros (1982-1991) / 33
9. A Fase da “Institucionalização”: Arion Sayão Romita (1992-1995) / 35
10. A Fase da “Nacionalização”: Orlando Teixeira da Costa, Floriano Corrêa Vaz da Silva e José Augusto Rodrigues Pinto (1996-2002) / 36
11. A Fase da “Profissionalização”: Maria Cristina Peduzzi, Georgenor de Sousa Franco e Nelson Mannrich (2002-2012) / 38

PARTE III – AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS PATRONOS, FUNDADORES E PRESIDENTES DA ANDT / 41

Ada Pellegrini Grinover / 43

Amauri Mascaro Nascimento / 51

Antônio Carlos Bento Ribeiro / 61

Arion Sayão Romita / 67

Arnaldo Lopes Sússekind / 81

Cássio de Mesquita Barros Jr. / 89

Christovão Piragibe Tostes Malta / 97

Floriano Corrêa Vaz da Silva / 105

Georgenor de Sousa Franco Filho / 117

Geraldo Machado Carneiro / 127

Irany Ferrari e Armando Casimiro Costa / 133

José Augusto Rodrigues Pinto / 141

Luiz de Pinho Pedreira da Silva / 149

Luiz Fernando Whitaker da Cunha / 155

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi / 163

Maria Luiza da Gama Lima / 171

Messias Pereira Donato / 179

Nelson Mannrich / 187

Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena / 197

Roberto José Amarante Davis / 203

Sebastião Rodrigues Lima / 209

Sérgio Ferraz / 219

Wagner Drdla Giglio / 227

Walter de Freitas e Silva / 235

PARTE IV – A HISTÓRIA DO FUTURO / 241

Registros Históricos / 245

Referências Bibliográficas / 267

Prefácio

*Nelson Mannrich*¹

Este livro, que tenho o privilégio de prefaciá-lo, corresponde a antigo sonho dos acadêmicos, em especial de seus presidentes, e uma das prioridades da atual gestão – de manter viva a memória e história de nossa Academia.

Trata-se da reconstrução dos fatos, com resgate das experiências de todos aqueles que construíram a história da Academia e do próprio Direito do Trabalho, por meio de uma metodologia bastante difundida, denominada História Oral.

Trata-se de método pelo qual são recolhidas informações de pessoas que vivenciaram os fatos cuja memória se pretende preservar, utilizando-se, para tanto, de modernas técnicas de documentação histórica, como já fizera Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia. Em outras palavras, o historiador, em sua pesquisa, se utiliza basicamente de fontes orais em torno de pessoas, protagonistas da memória que se pretende preservar.

O método da história oral, embora de uso cada vez mais frequente, por vezes é questionado, pelas próprias limitações que oferece, em face das subjetividades ou mesmo falta de memória do entrevistado ou o risco de sua narrativa resultar mais de fantasias ou visão distorcida de determinado evento. Essa possível falta de confiabilidade é superada por meio de metodologias adequadas que acabam dando credibilidade a essa forma de resgate e reconstrução, graças ao preparo do profissional entrevistador ao dar consistência aos relatos e registrar a riqueza que acaba resultando da pluralidade e distintas visões de uma história multifacetada. Ou seja, como não é mais possível constituir a história pela forma tradicional, consegue-se plasmar as múltiplas versões que os atores sociais tiveram de determinado contexto, valendo-se para tanto da memória viva daqueles que viveram a história a ser resgatada e preservada na criação desses registros.

Assim, deu-se preferência à história oral, como instrumento e método para recuperar o que a Academia vivenciou ao longo de sua trajetória. Como acentuado, não se trata apenas de valorizar subjetivi-

¹ Presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

dades, mas desenvolver a chamada “hermenêutica do presente”, valorando a visão de mundo do entrevistado para melhor explorar a necessária relação entre memória e história, e as relações entre passado e presente. Afinal, vivemos um processo histórico e não podemos perder a perspectiva do passado para melhor entendermos que o hoje nada mais é do que continuidade do ontem. Segundo Walter Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”.

Este livro preserva no tempo a memória que perderíamos das lembranças, se não fossem registradas, daqueles que projetaram e construíram a Academia e da visão que tiveram como atores na construção desse legado. É o fio condutor que reúne num mosaico tanta lembrança que nos permite entender o presente em articulação com o passado na transmissão de cada experiência vivida pelos atores.

Nele, por meio de relatos da realidade vivida e da visão pessoal da sua trajetória, temos mais que uma fotografia – a exposição ao vivo da alma da Academia. Se a Academia dependesse de documentos e arquivos, muito pouco estaria preservado para as gerações futuras, sendo fundamental esse método para preencher tão lamentáveis lacunas e de uma forma vibrante manter nossa memória. Eu mesmo, quando assumi a presidência, recebi pelo correio 4 caixas contendo documentos esparsos – mesmo porque, como relatado em diversos depoimentos, num determinado momento extraviou-se toda documentação. Daí o recurso utilizado para o resgate da nossa memória, onde o depoimento emocionante daqueles que consideramos patriarcas acaba dando sentido verdadeiro e real ao Direito do Trabalho que tentamos escrever e melhor compreender. Como afirma A. de Tocqueville, “o passado, quando não mais ilumina o futuro, deixa o espírito andando nas trevas”².

O livro resultou de um projeto aprovado pela atual diretoria, por ocasião do I Encontro dos Acadêmicos, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010, cuja execução ficou a cargo de Dante Marcello Claramonte Gallian, professor do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi), da Universidade Federal de São Paulo (EPM-UNIFESP), e autor de diversas obras que se utilizam desse método, como ele mesmo relata no início deste livro.

Quando me dirigi à diretoria encaminhando a aprovação do projeto, tive oportunidade de argumentar que “precisamos resgatar nossa história junto com os fundadores que estão aí ansiosos para contar fatos relevantes que desconhecemos – falo dos Confrades (...) vultos da Academia, memória viva de nossa história, que não ficarão para sempre nos esperando para os registros”.

Fiquei emocionado com a pronta resposta dos confrades, membros da diretoria, dando total apoio, em que pese justificado receio por parte de alguns de a Academia ficar sem dinheiro por conta desse projeto. Tomo a liberdade de destacar a mensagem que recebi do Confrade Valdir Florindo, secretário da Academia, que exprime o sentimento dos demais confrades da diretoria: “Francamente, este projeto de resgate da memória da Academia está entre as prioridades para 2011 e se não começarmos já correremos o risco de não conseguirmos seu objetivo. Precisamos registrar a história da Academia. O tempo já conspira contra nós nesta altura. O

2 TOQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Garnier/Flamarion, 1951, it. II, cap. VII, p. 36.

projeto é importante, o momento é oportuno e é muito conveniente divulgar a história de tantas pessoas com qualidades que dedicaram e dedicam parte de sua vida neste trabalho”.

Por sugestão do professor Dante, foi adotada a metodologia de entrevistas pessoais para coleta de dados, mediante critérios objetivos. Assim, foram escolhidos 25 entre os 100 Acadêmicos para a primeira edição, levando-se em conta os presidentes honorários, fundadores e patronos. Assim, foram entrevistados, na condição de presidentes honorários, os Confrades Arnaldo Lopes Sússekind, Amauri Mascaro Nascimento, Cássio de Mesquita Barros Júnior, Arion Sayão Romita, Floriano Corrêa Vaz da Silva, José Augusto Rodrigues Pinto, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e Georgenor de Sousa Franco Filho. Na condição de fundadores, foram entrevistados os Acadêmicos Luiz Fernando Whitaker da Cunha (Cadeira nº 05), Geraldo Machado Carneiro (Cadeira nº 06), Sebastião Rodrigues Lima (Cadeira nº 08), Walter de Freitas e Silva (Cadeira nº 10), Maria Luiza da Gama Lima (Cadeira nº 15), Antônio Carlos Bento Ribeiro (Cadeira nº 16), Sérgio Ferraz (Cadeira nº 19), Messias Pereira Donato (Cadeira nº 20), Armando Casimiro Costa (Cadeira nº 21), Irany Ferrari (Cadeira nº 26), Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena (Cadeira nº 30), Roberto José Amarante Davis (Cadeira nº 34), Luiz de Pinho Pedreira da Silva (Cadeira nº 39), Christovão Piragibe Tostes Malta (Cadeira nº 42) e Wagner Drdla Giglio (Cadeira nº 43). Lamentavelmente, apesar de diversos agendamentos, não foi possível a entrevista com o Confrade Evaristo de Moraes Filho (Cadeira nº 36). Entre os patronos, foi entrevistada a Acadêmica Ada Pellegrini Grinover (Cadeira nº 100).

Vários obstáculos foram superados, a começar pelos recursos necessários para obra de tamanha envergadura. Abandonamos a ideia de contar com apoio financeiro de empresas, pela falta de interesse delas nesse tipo de investimento em vista do pequeno público a ser atingido, entre outros motivos. Da mesma forma, não foi adiante a ideia de angariar recursos com base na Lei Rouanet, mesmo porque não estava ainda concluída a regularização fiscal da nossa entidade e não havia registro de atas. Para resolver o impasse, passamos a apostar em sobras de caixa em eventos que a Academia passou a promover. Além disso, cogitamos contar com eventual apoio de editoras, o que acabou ocorrendo com a Editora Lex Magister, decisivo para o pleno êxito desse projeto, motivo pelo qual desde logo tomo a liberdade de agradecer a toda diretoria, em nome do Dr. Fábio Paixão, o apoio recebido.

Devo, ainda, fazer uma referência importante: a jornalista Myrian Vallone, com sua vasta experiência editorial, deu importante contribuição na definição do projeto gráfico e editoração, bem como prestou assessoria para viabilizar o projeto, ficando aqui registrados nossos agradecimentos.

Acredito que a tarefa do professor Dante foi facilitada enormemente com a decisiva participação do confrade Gustavo Vogel, membro da diretoria, responsável pela área de Divulgação e Revista, e testemunha viva da trajetória da Academia, graças à sua invejável memória e metódica organização de arquivos. Gustavo Vogel entregou ao Prof. Dante Gallian, no início do projeto, importante dossiê, contendo material valioso desde a fundação da Academia.

Um dos maiores entusiastas do projeto, o confrade Gustavo Vogel assim se manifestou na oportunidade em que se aprovava o projeto:

“O Prof. Dante Gallian, logo no começo da proposta que encaminhou à ANDT, sobre o resgate da memória da Academia, cita o filósofo alemão Walter Benjamin, que, há muito tempo, alertava para os riscos da ‘morte da narrativa’ ou da ‘perda da capacidade dos homens de contar sua história’. De fato, o que observamos hoje é uma lastimável tendência de se desvalorizar ou mesmo de se ignorar totalmente o passado. Daí a importância desse projeto de recuperação e preservação da memória da ANDT. E, a propósito, quero manifestar minha inteira concordância com a ideia de se dar início imediato ao referido projeto, utilizando-se recursos da própria Academia, até que surjam outras fontes de financiamento”.

Faço especial nota de agradecimento à Denise Borba Ataíde, que não mediu esforços para o sucesso desse empreendimento.

Não poderia concluir esse prefácio sem novamente me dirigir aos membros da diretoria para agradecer o apoio decisivo para que nosso projeto se tornasse realidade:

Diretoria

Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho – Vice-Presidente (BA)

Valdir Florindo – Secretário (SP)

Carlos Moreira De Luca – Tesoureiro (SP)

Carlos Henrique Bezerra Leite – Diretor de Relações Internacionais (ES)

Gustavo Adolpho Vogel Neto – Diretor de Divulgação e Revista (RJ)

Conselho Consultivo

Irany Ferrari – Presidente (SP)

Evaristo de Moraes Filho (RJ)

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (PE)

João de Lima Teixeira Filho (RJ)

José Luiz Ferreira Prunes (RS)

José Affonso Dallegrave Neto (PR)

Luiz Carlos Amorim Robortella (SP)

Roberto Araújo de Oliveira Santos (PA)

Washington Luiz da Trindade (BA)

São Paulo, janeiro de 2012

Nelson Mannrich

PARTE I

A História do Projeto

1. A Revalorização da Memória

Em memorável ensaio sobre a obra do escritor russo Nikolai Leskov, o filósofo alemão Walter Benjamin, em princípios do século passado, alertava para os perigos que despontavam no horizonte da civilização com a “morte da narrativa” ou a “perda da capacidade dos homens de contar sua história” (Benjamin, 1989). O desenvolvimento prodigioso das novas ciências e tecnologias, com suas indiscutíveis conquistas e transformações, apresentava uma faceta obscura, desumanizadora, que, segundo o filósofo judeu da Escola de Frankfurt, poucos ainda reconheciam. A obsessão pelo progresso e pelo domínio técnico tenderia a desvalorizar o passado e com ele a memória e a narrativa histórica, elementos privilegiados de transmissão da experiência humana. Os desdobramentos históricos do contexto alemão que acabariam em breve por envolver a Europa e, por fim, todo o mundo, atestaram a dimensão profética das palavras do pensador frankfurtiano.

Atualmente, marcados pelas dramáticas experiências históricas do último século e atentos para o desafio urgente da humanização, vemos despertar uma nova sensibilidade para a dimensão do passado e para a importância da memória histórica. Felizmente, em diversos setores da sociedade, observamos uma crescente preocupação em relação ao resgate, preservação e difusão da memória como meio de transmissão de valores e princípios humanos que devem nortear a trajetória das corporações, instituições e empreendimentos individuais e coletivos.

2. As Instituições e seu Contexto Histórico

No contexto da história política, social e cultural de nosso país, o século passado caracterizou-se por um prodigioso florescimento de instituições constituídas pela iniciativa dos diversos setores da sociedade civil. Assim, centenas de associações, institutos e academias surgiram, passando a agregar profissionais de áreas específicas e a desempenhar um papel de crescente importância na definição dos rumos da política e da sociedade nacional. Com o passar dos anos, muitas destas instituições e associações foram crescendo e amadurecendo, adaptando-se às mudanças históricas que foram ocorrendo em nosso contexto e, ao mesmo tempo, contribuindo de forma efetiva para estas mesmas mudanças.

Atualmente, como consequência do próprio processo de amadurecimento e, concomitantemente, frente aos desafios da realidade presente, cada vez mais complexa e exigente, observa-se, em muitas destas instituições, o afloramento de uma peculiar *consciência histórica* e uma correlata preocupação com a *preservação da memória*. Tal fenômeno explica-se não apenas por uma natural valorização do passado enquanto fundamento da própria identidade, mas também como um movimento instintivo de preservação e recriação da mesma, diante dos novos e constantes enfrentamentos impostos pela contemporaneidade.

3. A Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT): História e Memória

Fundada no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1978, por um grupo de juristas ligados ao Direito do Trabalho, capitaneado pelo advogado ca-

rioca Custódio Joaquim Peixoto de Azevedo Bouças, a Academia Nacional de Direito do Trabalho nasceu num contexto de intensa transformação histórica em nosso país, marcado pelo processo de redemocratização e de reafirmação dos direitos civis e trabalhistas. Tendo por finalidade o estudo, o aperfeiçoamento e a difusão da legislação trabalhista, a ANDT, conta, desde a sua fundação, com um quadro de 100 Acadêmicos, oriundos de diversos Estados brasileiros, e vem desempenhando, ao longo de uma trajetória de mais de 30 anos, um papel inestimável para o desenvolvimento do Direito do Trabalho em nosso país, através da promoção de simpósios, congressos, concursos, publicações, bem como do incremento de todas formas de pesquisa e disseminação daquele ramo das Ciências Jurídicas.

Apesar de toda esta marcante presença no cenário jurídico brasileiro, a ANDT não havia desenvolvido, até agora, uma política de preservação e divulgação de sua memória que correspondesse à sua real importância no contexto histórico nacional.

Contando com uma sede itinerante, que já se deslocou por várias capitais brasileiras, e sem dispor de um local físico apropriado para arquivamento de sua documentação, esta vinha passando por um inevitável processo de dispersão e desaparecimento¹. Por outro lado, a inexorável

passagem do tempo, vinha se encarregando também da dissolução da memória oral, outra dimensão importantíssima para a construção da história institucional.

Sensível a esta delicada situação e preocupado com as suas lastimáveis consequências para o presente e o futuro da Academia, a 5 de março de 2009, mediante o Ato nº 27, o então presidente Georgenor de Sousa Franco Filho nomeou uma comissão encarregada de realizar estudos sobre a memória da ANDT². No ano seguinte, tendo assumido a presidência da Academia, o Dr. Nelson Mannrich tomou tal propósito como uma das prioridades de sua gestão e implementou as medidas para que este trabalho se realizasse o mais rapidamente possível. Assim nasceu o projeto *Academia Nacional de Direito do Trabalho: História e Memória (projeto de resgate e preservação memorialística)*, do qual este livro é um dos principais frutos.

Tal projeto, engendrado, por um lado, pela percepção da importância do resgate e organização da documentação histórica remanescente e, por outro, pelo reconhecimento da necessidade de se gerar registros históricos através da memória oral (em função da constatação da escassez de documentação escrita), acabou por confluir na convicção de que, para além dos documentos oficiais, a história de uma instituição se faz através da história de vida das pessoas. Convicção esta que, da parte do autor deste projeto, já vinha de experiências e trabalhos anteriores que permitiram fundamentar experimentalmente esta afirmação e, da parte dos representantes institucionais (o presidente, diretores e membros da mencionada comissão criada em 2009), do reconhecimento do

1 Atualmente o acervo histórico da ANDT se reduz a um livro de atas, aberto em 1993, e mais uma meia dúzia de caixas e pastas, contendo correspondência das gestões mais recentes e termos de posse do período de 1993 em diante. Visitando a atual sede provisória da Academia pôde-se constatar empiricamente aquilo que é vastamente mencionado nas entrevistas: a cada transferência de sede, parte da documentação se perdia e isso, de maneira particular, no período anterior a 1993. Salvo um ou outro documento esparso, não pudemos localizar fontes históricas referentes a datas mais antigas.

2 *Ata da Assembléia Geral da ANDT. São Paulo, 23 de junho de 2009. Item 1.3.* ANDT, Livro de Atas e Presença de Acadêmicos e Autoridades (folha avulsa). Arquivo Histórico da ANDT.

valor das experiências pessoais como fonte de informações históricas e, principalmente, de referenciais de valores e identidade. Assim, portanto, na confluência desses propósitos e convicções foram sendo delineados os objetivos deste projeto que agora começa a apresentar seus resultados.

4. Concepção, Objetivos e Metodologia do Projeto

Fundamentado e referenciado em uma recente experiência, o projeto *75X75: 75 Histórias de Vida para Contar os 75 anos da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP* (Gallian, 2008), o projeto sobre a memória da ANDT foi concebido, não apenas como uma operação de “salvamento” dos registros históricos da instituição, mas antes como uma verdadeira proposta de criação e desenvolvimento de uma política de promoção, preservação e difusão da sua memória histórica. Além de contemplar a busca e levantamento da documentação remanescente, o projeto visava à recomposição da memória da ANDT através da criação de registros pela metodologia da História Oral.

A História Oral de Vida, tal como vem sendo chamada pelos especialistas e por uma gama cada vez maior de pesquisadores e pensadores da cultura, assumiu, nos últimos anos, um papel e um valor indiscutível, não apenas no âmbito restrito da historiografia. A revalorização do papel do indivíduo, da pessoa como personagem histórica, *pari passu* com as estruturas coletivas, institucionais, é uma das características mais marcantes das novas abordagens adotadas pelas Ciências Humanas no contexto da pós-modernidade. Re-colocar a complexidade das relações entre indivíduo, coletividade e as diversas estruturas que intermedeiam o fazer histórico das sociedades e culturas apresenta-se, cada vez mais, como uma

obrigação fundamental no processo de análise e compreensão das realidades humanas. Daí o crescimento perceptível de projetos e obras historiográficas que têm se utilizado dos recursos da História Oral; cada vez com resultados mais interessantes e de grande repercussão social. Como bem coloca José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), uma das maiores autoridades em História Oral no Brasil, esta nova maneira de se fazer história é revolucionária não apenas do ponto de vista metodológico, mas também do ponto de vista da finalidade: a História Oral acaba repercutindo de maneira inevitável e direta na vida das pessoas.

A História Oral, tal como a concebemos, não pode ser vista como um simples recurso de coleta de “informações”, mas como um instrumento de construção da história, reivindicando para si métodos e técnicas próprias, relacionadas com intenções e objetivos específicos que se ligam muito mais ao domínio do experiencial, do pessoal, do vivido e não tanto do provável, constatável e quantificável (Gallian, 2011).

Segundo Meihy & Holanda (2008), a História Oral constitui-se num “conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.”

Nessa perspectiva, as entrevistas são elaboradas em diálogo com os entrevistados que deixam de ser “meros informantes” da pesquisa, para tornarem-se colaboradores atuantes e imprescindíveis no projeto. “No caso da história oral de

vida – informam os autores – o que a distingue é exatamente a independência dos suportes probatórios. As incertezas, descartabilidade da referência exata, garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História. Em particular, a história oral de vida se espalha nas construções narrativas que não apenas se inspiram em fatos, mas vão além.” (idem).

Visitar a história das instituições através das histórias de vida das pessoas que ajudaram e ajudam a construir e a manter as instituições apresenta-se como uma abordagem extremamente rica, inovadora e reveladora, permitindo desenvolver uma visão não apenas mais abrangente, mas, principalmente, mais humanizada do passado. Como bem observou um dos entrevistados do projeto *75X75 EPM/Unifesp*, “muitas vezes se esquece que a história das instituições se faz, principalmente, através da história de vida das pessoas” (Cf. Gallian, 2008).

5. O Desenvolvimento do Projeto

Norteados por esses referenciais teóricos e metodológicos e orientados pelos representan-

tes institucionais da ANDT encarregados de capitanear os estudos sobre a sua memória, fomos então estabelecendo os critérios de ação para o desenvolvimento deste projeto. Estipulou-se, portanto, que além da pesquisa documental e bibliográfica, realizaríamos, numa primeira fase, entrevistas de História Oral de Vida com todos os fundadores, patronos e ex-presidentes ainda vivos, como forma não apenas de iniciarmos a composição de um banco de memórias e histórias de vida da ANDT, mas também de gerar registros documentais passíveis de serem de fontes para elaborar um ensaio histórico sobre a Academia a ser publicado em forma de livro.

Assessorados pelo acadêmico Gustavo Vogel, integrante da comissão encarregada de iniciar os estudos sobre a memória da ANDT, tivemos acesso à lista com o nome dos 100 membros fundadores e respectivos patronos, além da dos ex-presidentes, a partir das quais se chegou, pelo critério antes definido, àquela, com 26 nomes, que indicou as pessoas a serem entrevistadas. A lista era a seguinte:

1. Arnaldo Lopes Süssekind (RJ)	Patrono, Fundador e Ex-Presidente
2. Luiz Fernando Whitaker da Cunha (RJ)	Fundador
3. Geraldo Machado Carneiro (RJ)	Fundador
4. Sebastião Rodrigues Lima (RJ)	Fundador
5. Walter de Freitas e Silva (RJ)	Fundador
6. Maria Luiza da Gama Lima (RJ)	Fundadora
7. Sérgio Ferraz (RJ)	Fundador
8. Antônio Carlos Bento Ribeiro (RJ)	Fundador
9. Roberto José Amarante Davis (RJ)	Fundador
10. Evaristo de Moraes Filho (RJ)	Patrono e Fundador
11. Christovão Piragibe Tostes Malta (RJ)	Patrono e Fundador
12. Arion Sayão Romita (RJ)	Ex-Presidente

13. Amauri Mascaro Nascimento (SP)	Fundador e Ex-Presidente
14. Irany Ferrari (SP)	Fundador
15. Armando Casimiro Costa (SP)	Fundador
16. Floriano Corrêa Vaz da Silva (SP)	Fundador e Ex-Presidente
17. Cássio de Mesquita Barros Júnior (SP)	Fundador e Ex-Presidente
18. Wagner D. Giglio (SP)	Fundador
19. Ada Pellegrini Grinover (SP)	Patrona
20. José Augusto Rodrigues Pinto (BA)	Ex-Presidente
21. Luiz de Pinho Pedreira da Silva (BA)	Fundador
22. Messias Pereira Donato (MG)	Fundador
23. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena (MG)	Fundador
24. Mozart Victor Russomano (RS)	Patrono
25. Georgenor de Sousa Franco Filho (PA)	Ex-Presidente
26. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi (DF)	Ex-Presidente

Desta lista original, apenas duas pessoas não foram entrevistadas: o Dr. Mozart Victor Russomano, que faleceu no ínterim em que o projeto foi concebido e o início de sua realização; e o Dr. Evaristo de Moraes Filho, que, por motivos pessoais, não pôde conceder entrevista. Por outro lado, ao longo do desenvolvimento do projeto, decidiu-se inserir o atual presidente da ANDT, Dr. Nelson Mannrich, ao se perceber a importância desta para a complementação da compreensão histórica da Academia.

Ao final, portanto, foram realizadas 25 entrevistas³, incluídas neste livro, além de outras quatro que, aproveitando oportunidades e circunstâncias favoráveis, foram também realizadas visando não ao livro (já que não se enquadravam nos critérios originais), mas, sim, ao Banco de Memórias e Histórias de Vida da ANDT, segundo

3 Cabe esclarecer que foram 24 encontros que resultaram em 25 entrevistas ou narrativas, já que as entrevistas com os Drs. Armando Casimiro Costa e Irany Ferrari foram realizadas no mesmo encontro, como se explicará oportunamente.

produto deste projeto e que já se encontra em desenvolvimento⁴.

As entrevistas foram realizadas entre abril e setembro de 2011, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, seguindo os critérios norteadores da metodologia da História Oral de Vida: abertas, semiestruturadas e intermediadas apenas pelas “perguntas de corte”. Todas foram agendadas com antecedência, através de contato telefônico, onde já então eram expostos os objetivos do projeto e explicada a forma de abordagem na entrevista. Todas foram gravadas por meio digital em áudio e vídeo, assim como foram realizadas fotos de cada um dos entrevistados.

Na data e horário agendados, comparecíamos ao local acordado, que em geral se constituía na residência ou escritório comercial do entres-

4 O BMHV-ANDT que estará oportunamente acessível na web através do site da ANDT, contará com o depósito inicial destas 29 entrevistas e será complementado nos próximos dois anos. Pretende-se chegar ao número total de acadêmicos: 100.

tado. Depois de ligados os aparelhos de áudio e vídeo, tornávamos a explicar os objetivos do projeto, assim como sua metodologia, pedindo então para que o entrevistado começasse contando um pouco de sua história de vida, antes de focar a sua atuação na Academia. Tal abordagem se justifica e se mostra extremamente eficaz por permitir uma *visão abrangente e compreensiva* (Gallian, 2008) do tema principal do projeto, capacitando a sua *leitura* num âmbito mais amplo, tanto da trajetória de vida individual, quanto do contexto histórico social, político e cultural do país e do mundo.

Além dos propósitos estritamente analíticos e interpretativos, a abordagem da História Oral de Vida tem a vantagem também de gerar registros memorialísticos de grande valor humanístico e histórico, que vão muito além do escopo específico de um estudo historiográfico. No caso deste trabalho, esse tipo de abordagem permitiu, não apenas criar documentos históricos ricos de informação sobre o passado da Academia Nacional de Direito do Trabalho, como também gerar narrativas de extraordinário valor humano e histórico-memorialístico para um âmbito muito mais amplo. Essas histórias são também documentos extremamente importantes para a história do Direito do Trabalho e mesmo para a história social, cultural e política do Brasil.

Tomando como ponto de partida a trajetória pessoal, o entrevistado também era, através das “perguntas de corte”, convidado a falar sobre sua atuação na ANDT, assim como apontar (principalmente no caso dos ex-presidentes ou fundadores que exerceram cargos diretivos) suas principais realizações na instituição e as maiores dificuldades enfrentadas. Por fim, outras duas “perguntas de corte” pediam para que o entrevistado discor-

resse sobre os desafios futuros da Academia e do Direito do Trabalho no Brasil em geral.

As entrevistas duraram em média uma hora e meia, variando de um mínimo de 35 minutos ao máximo de duas horas e meia. Todas foram, em seguida, transcritas – transposição “literal” do registro, com “erros”, descontinuidades e incoerências próprias do discurso oral – e, finalmente, transcritas – momento de se “recriar” o *acontecimento* entrevista num relato literário, fiel ao mesmo tempo à fala do narrador e aos cânones fundamentais do código escrito (Gallian, 2008). Devidamente revisadas, estas versões transcritas ou editadas são as que se constituem nos documentos oficiais, passíveis de serem publicados na íntegra (seja no livro, seja no BMHV-ANDT) e de serem utilizadas na elaboração das análises e interpretações historiográficas.

6. Os Resultados e o Plano da Obra

O resultado de toda essa mobilização e esforço de pesquisa foi a produção de um volumoso conjunto de narrativas, que se constituem, desde já, em documentos imprescindíveis para o conhecimento da história da Academia Nacional de Direito do Trabalho, mas que também se apresentam como fonte de dados, informações, história e memórias que, como já se pontuou, transcendem o escopo meramente institucional deste projeto.

Seguindo, pois, um procedimento prevalente nos trabalhos com história oral de vida, decidimos publicar, na terceira parte desta obra, o conjunto de narrativas coletadas e transcritas em sua íntegra, precedidas de um breve comentário – também conhecido na metodologia da história oral como “janela” – sobre as características essenciais da mesma e sobre a realização da entrevista em si, a fim de introduzir o leitor no relato.

Desta forma, o leitor não apenas pode ter acesso a essas fontes de forma indireta e fragmentada, através da narrativa historiográfica desenvolvida na parte central deste livro, como também pode fazê-lo de forma direta e integral, o que dá um caráter de “obra aberta” a este trabalho (Cf. Benjamin, 1989). Ou seja, o leitor pode ele mesmo verificar, ampliar e confrontar a análise interpretativa do historiador com as suas fontes, sendo-lhe franqueada também a possibilidade de fazer suas próprias descobertas, análises e interpretações e/ou mesmo ler as narrativas de forma independente, visando a outros temas que não o da história da ANDT. Em suma, o que se pretende com este livro é não apenas fazer um estudo histórico sobre a Academia Nacional de Direito do Trabalho, como também oferecer ao leitor, seja ele acadêmico ou não, as memórias e histórias de vida de pessoas que fundaram e ajudaram a construir a Academia; memórias e histórias de vida que têm um valor em si mesmas, independentemente de seu nível de inserção e comprometimento na história institucional. Nossa principal intenção é mostrar que a importância da ANDT no cenário nacional não está apenas no papel que ela desempenha institucionalmente, mas, fundamentalmente, no valor humano que ela agrega e congrega. Neste sentido, o presente trabalho apresenta um comprometimento com um ideal humanístico, absolutamente concorde com os objetivos essenciais da própria Academia.

Como o leitor poderá verificar na terceira parte deste trabalho, as narrativas, apesar de serem todas fruto de uma mesma abordagem metodológica de entrevista e edição (ou transcrição), não seguem um formato padrão. Elas variam quanto ao tamanho, à estrutura e ao estilo, o que apresenta-se como algo coerente com os objetivos e o espírito do projeto. As transcrições procuraram preservar antes de tudo a fidelidade aos

narradores, de maneira que as narrativas revelam as pessoas que as produziram, não apenas por aquilo que dizem, mas também pela forma como o dizem.

Assim, poder-se-á perceber que os resultados são muito variáveis, tanto em tamanho, quanto em conteúdo e forma, porém, independentemente do efeito ou da opinião que provoquem, todas são igualmente importantes, pois elas acabam por formar, em seu conjunto, um verdadeiro *corpus*, cuja unidade precisa ser reconhecida e preservada. Certamente, o leitor terá condições de avaliar por si mesmo não apenas a pertinência da narrativa interpretativa produzida pelo autor/historiador na parte central do livro, como também a variada gradação de valor e importância das narrativas de história de vida em sua parte final e assim tirar suas próprias conclusões.

Além, portanto, da parte introdutória, denominada “A História do Projeto”, esta obra está composta – como já foi indicado – de outras duas partes. A segunda, intitulada “A História da Academia Nacional de Direito do Trabalho”, procura, a partir da escassa documentação oficial remanescente e, principalmente, das memórias oriundas das entrevistas de História Oral, apresentar um quadro analítico-interpretativo da história da ANDT ao longo de seus 33 anos. Cabe mencionar também, a título de fonte histórica, o relato composto pelo acadêmico Gustavo Vogel, que, há algum tempo, vem se interessando pelo resgate da memória e da história da Academia, mobilizando ingentes esforços neste sentido. Seu relato, citado aqui inúmeras vezes, foi produzido especialmente para contribuir com essa obra e nos serviu de parâmetro e referencial para a composição do segundo capítulo. Nele, portanto, o leitor encontrará uma primeira tentativa de organizar e analisar a trajetória histórica da Academia, apresentando

suas principais fases com as respectivas características. Tentativa esta, decerto parcial e provisória, porém inédita e referencial, base para novos aprofundamentos e interpretações que deverão se fazer no futuro.

Por fim, a terceira e última parte está totalmente dedicada às histórias de vida. Aqui o leitor pode encontrar uma coleção de memórias e trajetórias muito diversas, às vezes trazendo versões

contraditórias e polêmicas. Mas é justamente nas contradições e contrastes que essas narrativas evidenciam, que a história da Academia Nacional de Direito do Trabalho e do próprio Direito do Trabalho no Brasil emerge de forma humana, viva. Isto porque as histórias de vida permitem compreender a história das instituições a partir de uma perspectiva muito especial: a das experiências vividas.

PARTE II

A História da Academia Nacional de
Direito do Trabalho

1. A “Pré-História”: Custódio Bouças, seu Círculo e seu Projeto

Todas as fontes consultadas nesta pesquisa, sejam elas orais ou escritas, apontam, unanimemente, que o projeto de criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT) nasceu de um grupo de juristas capitaneado pelo advogado Custódio Joaquim Peixoto de Azevedo Bouças.

Segundo Walter de Freitas e Silva, membro deste grupo e um dos fundadores da ANDT, este já se reunia com frequência há alguns anos e era formado por figuras como Oswaldo Souza Vale, Albino Lima, Sebastião de Almeida Alves, o Ministro Luiz Gallotti, além do próprio Custódio Bouças¹.

De acordo com Gustavo Adolpho Vogel Neto, em documento memorialístico e histórico especialmente produzido para o desenvolvimento deste projeto², a ideia de criação de uma Academia de Direito do Trabalho estava inserida num projeto mais amplo, que era o de criar várias academias e reuni-las numa estrutura só,

articulada, centralizando os recursos materiais e humanos. Segundo Vogel, tal projeto identificava-se com “um velho sonho”, inspirado, em suas linhas gerais, no modelo francês do *Institut de France*, fundando em Paris no ano de 1795, e que reúne cinco notáveis instituições: a Academia Francesa (*Academie Française*), a Academia de Estudos Humanísticos (tradução mais elucidativa de *Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*), a Academia de Ciências (*Academie des Sciences*), a Academia de Belas Artes (*Academie des Beaux-Arts*) e a Academia de Ciências Morais e Políticas (*Academie des Sciences Morales et Politiques*).

A ideia do Dr. Custódio Bouças era fundar, inicialmente, uma academia generalista, universalista, para incrementar o estudo do Direito “em todos os seus ramos”. Essa foi a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Em seguida, pretendia criar outras entidades voltadas para o desenvolvimento de pesquisa em áreas específicas da Ciência do Direito. Previa, nesse sentido, a fundação, sucessiva, das academias de Direito Internacional e Direito Comparado, de Direito Constitucional, de Direito Civil, de Direito Criminal, de Direito do Trabalho, e outras possivelmente. Custódio Bouças valorizava especialmente o Direito Internacional e o Direito Comparado, talvez por sua própria experiência de vida. Ele era filho de portugueses riquíssimos, que vieram para o Brasil no início do século passado, mantendo em Portugal diversas propriedades, entre as quais uma ampla fazenda na cidade do Porto. E, frequentemente, os pais dele voltavam à terra natal, com o filho, ainda jovem, e passavam lá extensos períodos,

1 Cf. Narrativa de Walter de Freitas e Silva, na parte III desta obra. De ora em diante, ao longo de todo esse capítulo, quando a fonte citada for uma narrativa reproduzida na parte seguinte, indicaremos, entre parênteses, quando for necessário, apenas o nome do entrevistado.

2 Já referenciado no capítulo introdutório. Cabe ressaltar que, apesar de não ser membro fundador da ANDT, Gustavo Vogel teve contato pessoal com Custódio Bouças e seu grupo desde 1972, tendo inclusive trabalhado com ele de forma muito próxima, o que o faz testemunha presencial de todos esses fatos narrados.

visitando, sempre, outros países, como Espanha, França, Itália, Alemanha, etc.

2. Custódio Bouças: uma Breve Biografia

Segundo Gustavo Vogel, Custódio Joaquim Peixoto de Azevedo Bouças foi um homem de personalidade marcante. Inteligentíssimo e de cultura refinada, ele desenvolveu, ao longo da vida, múltiplas atividades, entre elas a advocacia, o jornalismo e o magistério. Formou-se, em 1941, na Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como advogado, atuou intensamente nas áreas cível e criminal. Dedicou-se ao jornalismo, publicando, regularmente, artigos e reportagens em diversos periódicos (Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Correio da Manhã, e outros). Participou da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Jornalistas do Brasil. Lecionou Português, em cursos do segundo grau (Educandário Ruy Barbosa e Colégio Mallet Soares), e as disciplinas Direito Constitucional e Direito Civil, na Faculdade de Direito da, então, Universidade do Distrito Federal, depois transformada, sucessivamente, em Universidade do Estado da Guanabara e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Essas atividades profissionais não arrefeceram o devotamento de Custódio Bouças à poesia, sua paixão desde a adolescência – ou, como dizia, seu “nutriente espiritual”. Publicou diversos livros, entre os quais: “As Constituições brasileiras e o Direito do Trabalho”, “Justiça social”, “Ação rescisória”, “Imprudência, negligência e imperícia”, “O inventário e a partilha”, “Habeas corpus”, “Usucapião em geral e usucapião rústico”, etc.; e uma coletânea de sonetos intitulada “A Lei e a Lira”. A partir de 1970 e por 19 anos, editou a revista bimestral *Mensagem Jurídico*. De 1975 a 1985 fundou as seguintes entidades:

Academia Brasileira de Letras Jurídicas (1975), Academia Nacional de Direito do Trabalho (1978), Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (1980), Academia Brasileira de Ciências Sociais (1985), Academia Internacional de Música (1985), Instituto Histórico e Geográfico do Direito Brasileiro (1985) e Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (1985). Sobre o falecimento de Custódio Bouças, ocorrido em 1988, Gustavo Vogel escreveu as seguintes palavras: “Ficou, do saudoso jurista e literato, o exemplo de aguda inteligência, amor à cultura, integridade moral, obsessiva dedicação ao trabalho, além de outras tantas virtudes próprias dos seres humanos em estado de sublimação. E a prevalecer a teoria de Thomas Carlyle, segundo a qual ‘a história do mundo é a biografia dos grandes homens’, nesse contexto está, por certo, a figura admirável de Custódio Bouças, cuja vida constitui o relato poético da evolução do Direito em nosso País”.

3. A Academia Brasileira de Letras Jurídicas

A primeira entidade criada pelo Dr. Custódio Bouças foi, portanto, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, concebida nos moldes da Academia Francesa e da Academia Brasileira de Letras, que havia sido criada há quase 80 anos. A Academia Francesa tem por finalidade “*veiller sur la langue française*”, assim como o objetivo da Academia Brasileira de Letras é “preservar a cultura da língua nacional”. Pois bem, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, de acordo com o art. 3º do seu Estatuto, foi instituída para promover “o estudo do direito em todos os seus ramos e o aperfeiçoamento e difusão das letras jurídicas...” Segundo as palavras do próprio Custódio Bouças, pronunciadas no discurso de fundação da ABLJ, esta “se destina a incrementar, além da pesquisa do Direito-Ciência, o aprimoramento de suas le-

tras, da linguagem do jurista, na forma e elegância do estilo, na beleza, na riqueza, na precisão dos vocábulos, que possam merecer louvores dos mais rigorosos filólogos e exigentes estilistas, não só dos nossos dias, mas também da posteridade”.

Gustavo Vogel, a partir das atas e estatutos da ABLJ, informa que a criação da mesma ocorreu oficialmente em assembleia realizada no dia 6 de setembro de 1975, sendo que a sessão solene de instalação da entidade realizou-se em 18 de março do ano seguinte, no Rio de Janeiro.

De acordo com seu relato, é possível verificar que as pessoas envolvidas nas reuniões e nas providências concernentes à fundação da Academia Brasileira de Letras Jurídicas foram praticamente as mesmas que, mais tarde, estariam compondo o grupo articulador da ANDT. Relata Vogel:

Lá estavam, muitas vezes, o Ministro Luiz Gallotti, o Juiz Fernando Whitaker da Cunha, os advogados Oswaldo de Souza Valle, Sylvio Henriques de Siqueira, Milton Menezes da Costa, etc., que vieram a compor a primeira Diretoria da ABLJ, e outros “medalhões”, convidados pelo Dr. Custódio para integrar a Academia na condição de Membros Efetivos, entre eles os juristas Pontes de Miranda, Roberto Lyra, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Calmon, Oscar Tenório, Haroldo Valadão. Nessa época, o Dr. Custódio transferiu o escritório que mantinha na Rua Álvaro Alvim nº 24, grupo 1102, para o edifício nº 33/37 da mesma rua, onde comprou, com recursos próprios, o conjunto de salas 1412 a 1414, bem mais amplo, instalando ali a sede da Academia recém-criada. A Diretoria da ABLJ ficou assim constituída: Presidente – Dr. Custódio de Azevedo Bouças; Secretário Geral – Ministro Luiz Gallotti; Primeiro Secretário – Juiz Dr. Fernando Whitaker da Cunha; Segundo Secretário – Dr. Oswaldo de Souza Valle; Tesoureiro – Dr. Sylvio Henriques de Siqueira; Diretor

da Biblioteca e Arquivo – Dr. Francisco José de Souza; Diretor da Revista e Divulgação – Dr. Milton Menezes da Costa. Foram eleitos Membros do Conselho Fiscal o Desembargador Carlos de Oliveira Ramos, o Dr. Albino Lima e o Dr. Raul Floriano da Silva; e Suplentes o Dr. José Maria Othon Sidou, o Dr. Brenno de Andrade e o Desembargador Hamilton de Moraes e Barros. Em 25.04.1978, o Dr. Custódio Bouças, primeiro presidente da *Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, transmitiu a presidência ao Dr. José Maria Othon Sidou, que permaneceu no cargo até o início deste ano (2011), quando veio a falecer.

De todas as entidades criadas por Custódio Bouças, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, a Academia Nacional de Direito do Trabalho e a Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado foram as que mais se desenvolveram e consolidaram suas estruturas.

4. A Fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho

A Academia Nacional de Direito do Trabalho foi planejada tendo em conta, de modo geral, as mesmas diretrizes observadas na criação da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, inspirada, por sua vez, na configuração e nos propósitos da Academia Brasileira de Letras, e, mais remotamente, da Academia Francesa.

Segundo Gustavo Vogel, outras instituições conceituadas também serviram de exemplo para a moldagem da ANDT: uma delas, no âmbito do próprio Instituto de França, foi a Academia de Ciências Morais e Políticas, que, em sua estrutura, comporta várias seções, entre as quais figura a de Legislação, direito público e jurisprudência (*Législation, droit public et jurisprudence*). A referida seção daquela Academia tem por finalidade desenvolver estudos sobre o homem como indivi-

duo e como ser social, inclusive em suas relações de trabalho. “Mas é importante registrar”, destaca Vogel, “que, naquela época, não havia qualquer academia específica de Direito do Trabalho, no Brasil e no exterior. A nossa ANDT foi, portanto, pioneira nessa área”.

De acordo com a ata da primeira assembleia da Academia Nacional de Direito do Trabalho, a sua fundação ocorreu no dia 10 de outubro de 1978, no escritório de advocacia do Dr. Custódio Bouças, na Rua Álvaro Alvim 33/37, Rio de Janeiro. No mesmo documento afirma-se que tal entidade sem fins lucrativos tinha como objetivo “promover o estudo, o aperfeiçoamento e a difusão do Direito do Trabalho, desenvolvendo intercâmbio cultural entre magistrados, professores universitários, juristas e advogados interessados na pesquisa da legislação, da doutrina e da jurisprudência trabalhistas”. A assembleia foi convocada pela Comissão Organizadora da entidade, da qual participavam os Drs. Custódio Bouças, Oswaldo de Souza Valle, Sebastião de Almeida Alves, Albino Lima e Walter de Freitas e Silva, sob a presidência do primeiro. Coube ao Dr. Custódio abrir a sessão, tendo sido indicado para presidi-la o Ministro Luiz Gallotti, que veio a falecer alguns dias depois, em 24 de outubro de 1978 (o Ministro Gallotti integrou o Supremo Tribunal Federal de 1949 a 1974). Na assembleia, deliberou-se, basicamente, sobre: o nome da entidade, o seu objeto e o local de sua sede provisória, que ficou sendo o escritório onde foi criada, ou seja, o escritório do Dr. Custódio Bouças. Nomeou-se, também, naquela oportunidade, um Grupo de Trabalho, formado pelos Drs. José de Segadas Vianna, Reginaldo de Souza Aguiar e José Maria Othon Sidou, para apresentar, no prazo de 30 dias, os projetos do Estatuto e do Regulamento da Academia.

5. O Estatuto e a Primeira Diretoria

Apenas no dia 12 de novembro de 1979 é que o Grupo de Trabalho apresentou, em assembleia convocada para este e outros fins, o projeto do Estatuto, nele incorporando as disposições regulamentares. Conforme relata Gustavo Vogel, “o documento foi aprovado e, em linhas gerais, mantém o mesmo conteúdo até hoje. Nunca se cogitou de reformar o Estatuto, tornando-o mais conceitual, mais conciso, mais sintético, e criar um Regulamento detalhado, pormenorizado, minucioso, como têm outras instituições”. Elegeu-se, então, a primeira Diretoria da ANDT, que ficou assim constituída: Presidente – Ministro Arnaldo Lopes Sússekind; Vice-Presidente – Ministro José de Segadas Vianna; Segundo Vice-Presidente – Dr. Custódio de Azevedo Bouças; Secretário-Geral – Dr. Sebastião Rodrigues Lima; Primeiro Secretário – Dr. Walter de Freitas e Silva; Tesoureiro – Dr. Oswaldo de Souza Valle; Bibliotecário – Dr. Antonio Paiva Melo; Diretor da Revista – Dr. Armando Casimiro Costa; Diretor de Divulgação – Dr. Anibal Fernandes; Diretor de Relações Universitárias – Dr. Albino Lima; Diretor de Relações Internacionais – Dr. Celso Duvivier de Albuquerque Melo; Oradores – Dr. Sérgio Ferraz e J. M. Othon Sidou. Para o Conselho Consultivo, foram eleitos os seguintes Acadêmicos: Dr. Reginaldo de Souza Aguiar, Dr. Breno de Andrade, Dr. Milton Menezes da Costa, Dr. Orlando Gomes, Dr. Evaristo de Moraes Filho, Dr. Amauri Mascaro Nascimento, Dr. Hugo Gueiros Bernardes, Dr. Messias Pereira Donato, Dr. Cássio de Mesquita Barros Júnior e Dr. Octavio Bueno Magano. Figuravam, ainda, na Diretoria, o Ministro Luiz Gallotti, como Patrono, e o Prof. Antônio Ferreira Cesarino Júnior, como Presidente de Honra. O art. 13 do Estatuto relacionava os Membros Fundadores, que ocuparam as 100 Cadeiras da Academia.

6. Tumultuosos Tempos Iniciais

Ainda segundo Vogel, não sendo especialista em Direito do Trabalho, o Dr. Custódio, para estruturar a Academia Nacional de Direito do Trabalho, se cercou de diversos colaboradores, que passaram a conduzir o processo de organização da ANDT, sugerindo critérios, indicando nomes, tomando iniciativas de alcance às vezes duvidoso. Isso tudo gerou a formação de dois grupos antagônicos: o dos pioneiros, que, realmente, criaram a Academia, e o daqueles que vieram logo depois, muitos deles sem qualquer comprometimento com os ideais da entidade.

Tal antagonismo transparece de forma um tanto difusa nas narrativas de alguns membros fundadores que entrevistamos. Como lembra Walter de Freitas e Silva, que secretariou a primeira assembleia e ocupou o cargo de tesoureiro na primeira diretoria:

Nessa época já haviam se formado dois grupos, que não se entendiam muito e o Bouças ficava muito contrariado, pois não era o que ele pretendia. Havia algumas pessoas que queriam aparecer, mas que não faziam nada pela Academia. Os primeiros anos foram muito difíceis. (Walter de Freitas e Silva)

Segundo Sebastião Rodrigues Lima, outro membro fundador, essa divergência foi suscitada, de certo modo, pelas ações administrativas desencadeadas pelo primeiro presidente da Academia, Ministro Arnaldo Sússekind. Figura mais do que conhecida e destacada no âmbito do Direito do Trabalho, por haver participado da comissão redatora da CLT nos tempos do Estado Novo, além de ter participado ativamente dos momentos claves da história do Direito do Trabalho nas últimas décadas, Sússekind teria sido chamado por Custódio Bouças para “dar peso” político e

institucional à nova Academia. Porém, tal estratégia acabou produzindo notória dissensão entre os acadêmicos.

E, efetivamente, o próprio Arnaldo Sússekind confessa haver, nesta ocasião, dado um “golpe, ao estilo *manu militari*” e explica seus motivos:

Antes de tudo, entretanto, cabe esclarecer que a ideia inicial da criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho não foi minha, mas do Azevedo Bouças, que era um dos que frequentavam essas reuniões que fazíamos então. Foi ele quem teve a iniciativa e tomou as primeiras medidas para a criação da Academia.

A princípio a ideia dele era escolher 50 juristas e foi o que ele fez. Porém, desses 50 primeiros membros apenas uns 12 eram do Direito do Trabalho; os outros eram amigos, boas-praças, mas não eram do ramo.

De qualquer forma, foi assim que a coisa começou. Mas, pouco tempo depois percebi que a coisa não funcionava muito bem. Quem não era do ramo não se interessava, não ia às reuniões... Eu, que era um dos membros, percebi isso e resolvi dar um “golpe”, ao estilo *manu militari* (*sic*). Qual foi o golpe: aceitei ser candidato a presidente, fui eleito, peguei o estatuto e disse: o estatuto exige que para ser membro o sujeito precisa ter escrito alguma coisa sobre Direito do Trabalho, ter algum tipo de militância na área, etc. Enfim, comecei a estabelecer algumas condições (condições estas que já estavam no próprio estatuto mas que não eram consideradas) e decidi que quem não tivesse essas condições eu desligaria. E, de fato, foi o que fiz: desliguei – não eliminei, lembro-me perfeitamente que a expressão que usei foi essa: desligamento. (Arnaldo Sússekind)

Tal episódio ainda é lembrado por outros membros fundadores que relatam a mobilização

organizada pelo grupo de Sússekind para garantir sua eleição como presidente da Academia:

No dia em que ia ter a eleição soubemos que o nosso adversário não prestava para nada. Cheguei lá cumprindo as ordens do Sússekind, e eu soube que já havia uma quantidade enorme de procurações. Sússekind, por sua vez, já havia telefonado para todo esse pessoal, que havia decidido estar com ele. Cada vez que um votava, do outro lado ele falava: *Foi revogado, está aqui*, igualzinho esses filmes de aventura, foi bastante engraçado. (Christovão Piragibe Tostes Malta)

Da parte dos seguidores de Custódio Bouças, entretanto, o que prevalece é o ressentimento diante daquilo que consideram uma “grande injustiça”:

Isso foi, para mim, uma grande injustiça, pois o Custódio era o líder incontestado, ele nem precisava disputar a Academia. E, no entanto, quem assumiu foi o Sússekind e o Bouças ficou apenas como uma figura decorativa, com um cargo secundário, sem importância, na diretoria. Até que logo depois ele foi se afastando e acabou ficando doente. Foi uma grande injustiça... (Sebastião Rodrigues Lima)

Segundo Gustavo Vogel, “a polarização das pessoas prejudicou sensivelmente a organização inicial da ANDT. Tanto isso é verdade que a Academia, fundada em 10.10.1978, só em 04.12.1979, um ano depois, realizou a sessão solene de posse dos primeiros acadêmicos, considerados fundadores das cadeiras. Esse fato demonstra a dificuldade e os desencontros que se verificaram na organização da Academia. Aliás, o Dr. Custódio, perspicaz como era, logo percebeu o descontrole reinante, a ponto de falar, em pronunciamento oficial, ‘da contrariedade de alguns e da hostili-

dade de outros’, evocando a lição de Afonso Arinos de Melo Franco sobre ‘os espinhos que brotam na estrada dos precursores’”.

Nada permite afirmar, entretanto, que Custódio Bouças tenha se sentido pessoalmente desconsiderado por Arnaldo Sússekind, pois, ao que tudo indica, as confrontações envolveram terceiros mais do que propriamente os dois grandes baluartes da ANDT. Coerente com seu ideal e sua maneira de proceder, Custódio Bouças, depois de haver idealizado e fundado a Academia de Direito do Trabalho, conclamou a participação de reconhecidos especialistas na área para que a mesma pudesse, efetivamente, cumprir com a sua vocação histórica. E no plano de Custódio Bouças, Arnaldo Sússekind desempenhava, sem dúvida, um papel essencial.

7. Arnaldo Sússekind e a Fase “Embrionária”: a “Laborização” da ANDT (1978-1981)

São muitos os fundadores entrevistados que, em suas narrativas, reconhecem que a história da Academia Nacional de Direito do Trabalho está diretamente determinada pela atuação de seus presidentes. Cada um deles, através de suas gestões, acabaram por deixar uma marca específica na trajetória histórica da instituição e foram os principais responsáveis pelas mobilizações, maiores ou menores, que se desdobraram ao longo do tempo. Desta forma, ao procurar recompor a linha cronológica da Academia, a partir das fontes históricas e memorialísticas, apresentou-se como inevitável atrelá-la à sequência das diversas gestões que foram se sucedendo.

Tal opção metodológica, ainda que suficientemente válida para a interpretação da história da Academia em sua integralidade, apresenta-se

especialmente adequada para compreender a sua fase inicial; fase esta que praticamente se identifica com a figura fulgurante do seu primeiro presidente: Arnaldo Sússekind.

Personagem mais do que emblemática na história do Direito do Trabalho em particular e da Política nacional em geral, Arnaldo Sússekind desempenhou um papel histórico fundamental na articulação institucional da Academia (como, aliás, o fez em inúmeras outras associações e instituições em que participou e dirigiu) imprimindo uma marca que, de certa forma, se projeta até os dias atuais. Tal efeito se pode depreender sem muita dificuldade do conjunto de narrativas (adiante apresentadas) daqueles que conviveram com ele ao longo destes tempos, ou daqueles que indiretamente ainda sentem o seu influxo. Como bem sintetiza Sérgio Ferraz, outro membro fundador da ANDT:

Há uma pedra comum, tal como nos *Jogos das Contas de Vidro* de Hermann Hesse; como a Rainha no Xadrez... É uma pedra comum em torno da qual se desenvolvem todas as grandes jogadas, gambitos e tudo mais que se pode imaginar. E essa figura é (...) Arnaldo Sússekind. (...) Sússekind surge então como a pessoa que dá forma à ideia de Custódio no campo do Direito do Trabalho. Penso que Arnaldo Sússekind deu a formatação a esse projeto da Academia, que era fazer com que ela fosse integrada por cultores do Direito do Trabalho, ou por alguns que cultivaram durante um longo tempo, e que depois também palmilharam por outras sendas. Exatamente por ele ser um ponto necessário de inflexão no entendimento do que é o Direito do Trabalho (até os jornalistas e a classe midiática sabe que ele é “o” nome do Direito do Trabalho) é que ele surge como o grande articulador, como o grande líder que, mesmo não tendo

fundado a Academia, acabou por se tornar a sua marca. (Sérgio Ferraz)

Arnaldo Sússekind presidiu a Academia por dois biênios consecutivos: 1978-1979 e 1980-1981. E, segundo Gustavo Vogel, seus esforços “direcionaram-se no sentido de promover indispensáveis ajustes na estrutura e na composição da entidade, frustrando a realização mais intensa de eventos compatíveis com os objetivos medulares da instituição, vale dizer, a ‘organização de cursos, simpósios, conferências e congressos nas diversas regiões do país’, bem assim a ‘edição de revista’, nos termos do art. 3º do Estatuto da Academia”. Como afirmou o próprio Arnaldo Sússekind em sua narrativa:

No início a atividade da Academia se restringia em realizar reuniões dos membros e a partir daí passamos a ver o que era possível fazer em prol da Academia.

Walter de Freitas e Silva, membro da diretoria daqueles primeiros anos, também ratifica esta “quase inoperância” da Academia neste período:

A Academia não teve uma atuação muito eficiente, pois não houve realização de eventos, nem seminários, apenas algumas reuniões e assembleias.

Um dos principais “ajustes na composição e na estrutura da entidade” a que se refere Gustavo Vogel e que, certamente, demandou tempo e mobilizações importantes (impedindo assim a dedicação mais efetiva em outras atividades-fim) foi a definição do número de cadeiras, assim como o perfil de seus ocupantes. Segundo conta Arnaldo Sússekind,

Outra grande mudança, sem dúvida, foi em relação ao número de membros. No princípio

eram 50. Eu achei que 50 era mais pertinente à Academia. As academias, de um modo geral têm 40, 44... Mas os candidatos foram tantos que realmente a direção concordou em passar para 100, e hoje nós temos 100 e toda vez que há uma vaga há uma grande concorrência. (A. Sússekind)

Tal discussão, a respeito do número, deve ter ocorrido em um momento bastante inicial da constituição da Academia, já que no Estatuto fundacional da ANDT, aprovado em assembleia no dia 12 de novembro de 1979, consta que a Academia “compõe-se de 100 (cem) Acadêmicos Efetivos e de número ilimitado de membros honorários e correspondentes”³. O que, entretanto, absorveu maiores esforços e tempo foi, sem dúvida, a definição dos ocupantes das respectivas cadeiras, pois, como vimos acima, um dos objetivos mais importantes de Sússekind nesta ocasião era “recompor” a Academia “com gente que realmente era do ramo” do Direito do Trabalho.

Segundo Amauri Mascaro, membro fundador e segundo presidente da ANDT, este processo de “recomposição” teria sido batizado pelo próprio Sússekind de “laborização”. Como conta Mascaro em sua narrativa:

Certo dia, Sússekind [me] disse: *Foi fundada no Rio de Janeiro uma academia denominada Academia Nacional de Direito do Trabalho. No entanto, juristas da área do trabalho mesmo ela não tem, porque o fundador usou um outro critério. Era uma pessoa acostumada a fundar academias e fundou mais essa, e colocou como membros vários juristas, porém, praticamente ninguém da área de Direito do Trabalho. Eu estou propenso a “laborizar” a Academia Na-*

cional do Direito do Trabalho, posso contar com você? E eu respondi: *Com todo prazer!*⁴ (Amauri Mascaro)

O próprio Amauri Mascaro, ao refletir sobre esta primeira fase da história da Academia, não hesita em denominá-la, justamente, como “fase da laborização”; período que se inicia com a presidência de Sússekind e que se consolida na sua gestão:

Logo em seguida, Sússekind quis que eu fosse eleito presidente da academia. E eu fui um dos primeiros presidentes da Academia, nessa fase trabalhista, acredito que o segundo. E presidi dentro desse espírito, de “laboralizar” a Academia.

Ainda que, entretanto, como foi frisado, esta primeira fase da história da Academia e, de forma particular, os dois biênios da gestão Sússekind, tenham se caracterizado por estas articulações estruturais, a ANDT não deixou de promover seus primeiros encontros e de iniciar sua projeção num âmbito mais abrangente da sociedade. Como nos conta o seu primeiro presidente:

Além disso, durante minha gestão conseguimos realizar alguns congressos. Junto com o pessoal da Editora LTr, começamos a promover encontros que continuam até hoje... E, além disso eu constituí comissões menores para explorar determinado tema. Procurei movimentar bem... [Arnaldo Sússekind]

A parceria iniciada com a Editora LTr, aqui mencionada por Sússekind, foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes da história

3 Estatuto da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Art. 4º.

4 A forma como se deu esse processo de “laborização” está detalhadamente descrita na narrativa de Amauri Mascaro, reproduzida na íntegra na parte III desta obra.

da Academia nesta fase fundacional, com projeções até a presente data, pois não só estabeleceu a vinculação intrínseca entre os congressos promovidos pela editora e os encontros anuais da Academia, como também significou a definição da sede fiscal da mesma no escritório da LTr no Rio de Janeiro. Como conta Irany Ferrari, sócio-proprietário da LTr e membro fundador da Academia:

Desde o início a LTr teve um papel muito importante na história da Academia Nacional de Direito do Trabalho pois, graças ao Dr. Armando, sempre foi a LTr que cedeu o espaço pra fazer as reuniões, os congressos promovidos pela Academia. E são nesses encontros também que se dão as posses, alguma ou outra manifestação oficial, etc. (Irany Ferrari)

E Armando Casimiro Costa, fundador da editora e também da Academia, acrescenta:

Lembro-me que logo depois que aceitamos entrar para a Academia o Sússekind disse que ainda não havia uma sede. Ele disse que, por enquanto, como ele era o presidente, a sede ficaria no Rio, mas que ainda não tinham para onde ir. Foi então que eu ofereci o nosso escritório no Rio de Janeiro.

Mais tarde, a presidência veio para São Paulo, quando o Amauri Mascaro foi eleito, mas para efeitos fiscais, oficiais, a sede da Academia continua sendo no endereço da nossa filial no Rio. (Armando C. Costa)

Mesmo enfrentando inúmeros desafios e dificuldades, característicos dos períodos iniciais das grandes instituições, Arnaldo Sússekind conseguiu, portanto, estabelecer as bases fundamentais que iriam garantir a consolidação e o desenvolvimento da Academia Nacional de Direito do Trabalho ao longo de sua história. Deixando, ao mesmo tempo, uma marca indelével que a acom-

panha até o momento presente. Como bem sintetiza o seu colega e sucessor na presidência da ANDT, Amauri Mascaro:

Sússekind foi o grande inspirador, foi o grande artífice dessa Academia, porque era ele que mexia os pauzinhos por trás, e sabia chegar na pessoa com quem ele sabia que podia contar. Se a Academia existe hoje, isso é devido à alma, à vontade e ao talento de Sússekind. Pode-se dizer que a fisionomia de Sússekind está encaixada na fisionomia da academia. (Amauri Mascaro)

8. Consolidando a “Laborização”: Amauri Mascaro e Cássio de Mesquita Barros (1982-1991)

Com a eleição de Amauri Mascaro Nascimento para suceder Arnaldo Sússekind na presidência, o centro de gravitação da ANDT transfere-se para São Paulo, local de residência do seu novo presidente. Entretanto, do ponto de vista essencial, a dinâmica histórica que caracteriza este novo período continua sendo aquela estabelecida pelo primeiro presidente. Como vimos acima, o próprio Amauri Mascaro afirma que procurou presidir dentro do “espírito” deixado por seu antecessor: o de, fundamentalmente, “laboralizar” a Academia.

Segundo Mascaro, um dos maiores desafios da sua administração foi a necessidade de driblar as carências e precariedades:

Naquela ocasião a Academia não tinha nada. Com a minha eleição a sede passou a ser em São Paulo, mas ela não tinha sede, ela não tinha instalações, ela não tinha funcionários, não tinha secretária, de modo que eu fazia tudo... De duas a três páginas que eu mesmo redigia e mandava com notícias para os acadêmicos para

manter um elo, e eles saberem que a Academia estava viva, nasceu o boletim da Academia, que mais tarde viria a ser a Revista...

Onde eu fazia esse boletim? Fazia em casa, nos meus instrumentos de trabalho. Como é que eu expedia? Punha no correio com postagem paga por mim, porque a Academia não tinha dinheiro, ninguém pagava a academia. E eu compreendo o porquê, claro... (Amauri Mascaro)

Mesmo assim, não foram poucas as realizações: criação do *Boletim da ANDT*, expedição de boletos de cobrança e regularização da situação financeira e, principalmente, a continuidade do processo de “laborização” da Academia, que, nas palavras de Mascaro, a partir daí “passou a ter uma cara, uma identidade”. Outro elemento que merece destaque foi a realização dos encontros e congressos que a Academia passou a praticar de forma institucional, seja em parceria com a LTr, seja, como se recorda Mascaro, com a Faculdade de Direito da USP – o que, segundo ele, foi um marco na construção da identidade da Academia.

Com a eleição de Cássio de Mesquita Barros Jr., em 1986, para suceder Amauri Mascaro, a sede provisória manteve-se em São Paulo. Segundo o próprio terceiro presidente da ANDT, sua gestão caracterizou-se por apoiar e dar continuidade às iniciativas de seus antecessores:

Durante o período em que fui presidente, procurei, na senda iniciada pelo Arnaldo Süssekind, promover os encontros, os congressos. Lembro-me especialmente de um evento que promovemos em Brasília sobre a reforma da CLT. Foi muito interessante. Foi realizado pelo TST com o apoio da ANDT. Tivemos convidados internacionais, membros do Tribunal e muitas outras figuras de projeção. Lembro-me que depois foi publicado um anuário onde apareceram todos os trabalhos... Penso, portanto, que este simpó-

sio internacional de Brasília foi talvez o ponto alto da minha administração na Academia. (Cássio M. Barros)

Outra realização importante lembrada por Mesquita Barros, como marco de sua administração, foi a criação e atualização do cadastro com os nomes, endereços e outros dados relativos aos acadêmicos. “Sim, porque sem essa organização ficava muito difícil tocar os trabalhos da Academia e promover os encontros.” (Mesquita Barros).

Por outro lado, as dificuldades e carências a serem enfrentadas também continuavam sendo as mesmas das administrações anteriores – as mesmas, aliás, que continuariam ao longo da história das gestões da ANDT:

Em relação às dificuldades, creio que o mais complicado, sem dúvida, é a questão financeira... Sempre a questão financeira. Lembro-me que quando fomos organizar aquele evento em Brasília, o ministro do TST na época conseguiu um financiamento do Banco do Brasil e foi com isso que conseguimos trazer os convidados internacionais e bancar outras coisas. Sem esse financiamento não teria sido possível. (Mesquita Barros)

Na avaliação de Gustavo Vogel, este período da história da Academia foi marcado “pelos mesmos problemas que impediram o Ministro Arnaldo Süssekind de avançar mais no desenvolvimento da Academia. O fato de ser a ANDT uma academia nacional, reunindo expoentes de diversos Estados, o número elevado de membros efetivos, a carência de recursos materiais e humanos, a falta de uma sede permanente, tudo isso conspirava contra os responsáveis pelos destinos da entidade, que, não obstante, criaram condições para que o presidente Arion Sayão Romita, nos biênios 1992-1993 e 1994-1995, operasse uma

reforma extraordinária na estrutura e nos padrões de funcionamento da Academia”.

9. A Fase da “Institucionalização”: Arion Sayão Romita (1992-1995)

Segundo nos conta o próprio Dr. Arion Sayão Romita, a ideia de fazê-lo presidente (o quarto) da Academia Nacional de Direito do Trabalho partiu, mais uma vez, de Arnaldo Sússekind. Romita acabava de ingressar na Academia, não sendo, portanto, membro fundador. Conhecendo, entretanto, de outros cenários, a capacidade de trabalho, a disciplina e a seriedade de Romita, Sússekind, com a sua intuição política e poder de articulação, vê nele a figura ideal para conduzir a Academia para uma nova fase de sua história: a da sua institucionalização.

E, efetivamente, reproduzindo literalmente as palavras de Romita em sua narrativa:

De certa forma, deixando de lado falsa modéstia, posso dizer que a Academia começou a ter uma efetiva existência com a minha presidência. Isso porque tomei uma série de medidas para organizar e dar uma estrutura efetiva para a Academia. (Arion S. Romita)

De forma sumária, as principais medidas tomadas por Arion Romita durante sua gestão foram as seguintes⁵:

5 A lista que apresentamos a seguir é extraída de um documento datilografado que nos foi entregue pelo próprio Dr. Arion Romita quando da realização de sua entrevista. Este documento passou a integrar o acervo histórico da ANDT que está sendo organizado. Para uma visão mais detalhada das realizações de Arion Sayão Romita durante sua presidência na ANDT ver a sua narrativa no Cap. III desta obra, em especial o tópico “As Realizações de um Presidente”.

– Fixação do número de acadêmicos, com a relação das respectivas cadeiras, já que até então não havia uma relação exata dos membros, assim como um cuidado maior na grafia correta de seus nomes;

– Instituição do regime de eleição dos membros da Academia, pois até então os membros não eram eleitos e sim “feitos” por ato da diretoria;

– Instituição da personalidade jurídica da Academia, providenciando-se para isso o registro dos atos constitutivos da entidade no Cartório de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro;

– Abertura de conta bancária para que se pudesse movimentar recursos;

– Instituição da cobrança regular das anuidades, por via postal e mediante depósito bancário;

– Nomeação oficial dos Patronos das cadeiras;

– Instituição do ritual de posse dos acadêmicos que passou a ser realizado no transcurso de algum evento significativo, como um congresso jurídico ou seminário;

– Institucionalização do *Boletim da Academia*, pois até então este circulava de forma descontinuada e “caseira”. A partir da administração do Dr. Romita, o mesmo passou a ser editado na LTr, com circulação mensal e sem ônus para a Academia;

– Criação da *Revista da ANDT*, também editada pela LTr, com circulação anual. Sem dúvida, a *Revista* acabou por se caracterizar numa das realizações mais importantes da gestão de Romita, pois estabeleceu um veículo de divulgação e de projeção científica e social fundamental para a Academia, sendo também uma contribuição de

grande peso para o desenvolvimento do Direito do Trabalho no Brasil.

Além disso, durante os dois biênios de Arion Sayão Romita, deu-se grande impulso à realização de congressos jurídicos com cobrança de inscrições que passaram a proporcionar “vultosa arrecadação de recursos financeiros em favor da Academia”⁶. Segundo o mesmo, como nos foi contado em sua entrevista: “Quando passei a presidência, passei com as ‘burras cheias’, com um bom dinheiro em caixa” (Arion S. Romita).

Ainda durante a sua administração algumas realizações de importante efeito simbólico ocorreram: a obtenção da Ordem do Mérito Judiciário, concedida à ANDT pelo TST; a instituição do Diploma de Acadêmico e do Logotipo da Academia, “elaborado com obediência às regras da Heráldica” (idem). Tais documentos, assim como grande parte do acervo histórico da ANDT, entretanto, desapareceram quando “da mudança da sede da Academia para Brasília”.

Por fim, cabe mencionar também a nomeação de 17 juristas estrangeiros como Membros Correspondentes, tal como previa o Estatuto, e ainda estabeleceu, definitivamente, a sede permanente da Academia na Rua Anfilóbio de Carvalho nº 29, sala 601, Centro do Rio de Janeiro, local cedido pela Editora LTr, tal como vimos acima.

Na avaliação de Gustavo Vogel, o período da presidência de Arion Sayão Romita “foi um período alvissareiro, auspicioso, para a Academia; foi um período marcante, decisivo mesmo, na história da nossa instituição.” Isso porque foi com Romita que a Academia, efetivamente, se institucionaliza e estabelece as bases infraestruturais que a projetaria historicamente.

6 Arion S. Romita, doc. Cit.

10. A Fase da “Nacionalização”: Orlando Teixeira da Costa, Floriano Corrêa Vaz da Silva e José Augusto Rodrigues Pinto (1996-2002)

Depois da crucial gestão de Arion Sayão Romita, foi eleito presidente da ANDT, para o biênio 1994-1996, o Ministro do TST Orlando Teixeira da Costa. Desta forma, pela primeira vez, a sede provisória da Academia deslocou-se para fora do eixo Rio – São Paulo. Apesar de seus “elogiáveis propósitos de contribuir para o engrandecimento da Academia” (Gustavo Vogel), pouco depois de haver assumido a presidência, Orlando da Costa se vê acometido de câncer, doença que o levaria a morte pouco tempo depois, ainda no exercício do cargo. Desde o momento em que se deflagrou a doença e durante os seus impedimentos, a presidência da Academia acabou sendo exercida interinamente pelo então vice-presidente, Floriano Corrêa Vaz da Silva. Orlando Teixeira da Costa ainda chegou a ser reeleito para o biênio 1998-1999, mas acabou falecendo antes de concluir seu mandato, em março de 1998.

Durante esse período, como não poderia deixar de ser, a Academia sofreu com os impedimentos e dificuldades de seu presidente, ainda que a aproximação com o TST haveria de trazer frutos no futuro. Segundo Gustavo Vogel, no entanto, foi neste período também em que ocorreu um acontecimento “particularmente desastroso” para a história da Academia: “a perda ou extravio de parte substancial dos documentos da entidade, que, inexplicavelmente, desapareceram e não foram encontrados até hoje”.

Seguindo uma tradição que já então se firmara na cultura institucional da Academia, o indicado para substituir Orlando da Costa foi o seu vice, Floriano Corrêa Vaz da Silva, que exerceu

a presidência no biênio 1998-1999. Procurando, por um lado, recuperar os atrasos involuntariamente deixados pela administração anterior e, por outro, indicar novas perspectivas para o futuro da Academia, Floriano Vaz buscou, na sua administração, enfrentar dois temas considerados por ele centrais: a efetiva “nacionalização” da Academia e a sua “heterogeneização”.

Como ele mesmo nos conta:

Uma das principais preocupações durante minha presidência na Academia Nacional de Direito do Trabalho foi que ela tivesse um caráter efetivamente nacional. Quando instalada, a 4 de dezembro de 79, ela era composta majoritariamente de cariocas, vários paulistas, alguns poucos do Rio Grande do Sul, alguns pouquíssimos de Minas Gerais e pouquíssimos da Bahia. A Academia, na época – não saberia dizer os números exatos – era mais uma academia carioca e fluminense do que efetivamente nacional. Creio que fui um dos que colaboraram, juntamente com vários outros, para que a Academia se expandisse pelo território nacional e hoje ela tenha acadêmicos na grande maioria dos Estados.

Outro problema que me chamou atenção então e que, entretanto, continua sendo algo ainda presente e que se apresenta como o mais sério desafio no momento é: evitar que a Academia se transforme numa Academia de Magistrados e de ex-Magistrados. Isto porque está havendo uma tendência cada vez maior de escolher juízes, juízas, desembargadores, desembargadoras, ministros, ministras da Justiça do Trabalho. A Academia não deveria ser uma Academia de juízes, de magistrados, deveria ser uma Academia eclética, heterogênea, uma Academia onde houvesse pessoas não só das diversas regiões do Brasil, dos diferentes estados do Brasil, mas que houvesse também representantes não só da

magistratura, mas também de representantes da advocacia militante. (Floriano C. Vaz da Silva)

Ao terminar seu primeiro biênio, Floriano Vaz da Silva não quis se reeleger para o segundo, como era o costume desde a fundação da Academia, pois pensou que, de fato, já tinha cumprido seu tempo em função dos anos em que presidiu interinamente a instituição durante os impedimentos do presidente Orlando Teixeira da Costa. O seu sucessor foi então o baiano José Augusto Rodrigues Pinto, eleito para o biênio 2000-2001, reforçando a tendência de “nacionalização” característica desta fase histórica da Academia.

De acordo com o próprio Rodrigues Pinto, seu mandato na Academia, “não se notabilizou por nada de extraordinário”, mas destaca pelo menos duas realizações que empreendeu e que “realmente frutificaram”: a primeira foi a celebração do Primeiro Colóquio da Academia Nacional de Direito do Trabalho, que foi, efetivamente, o primeiro evento promovido especificamente pela ANDT, que não se realizava dentro dos congressos da LTr; a segunda importante realização, de caráter mais abrangente, foi o que ele mesmo chama de “rejuvenescimento da Academia”. Como ele próprio nos conta:

Porque é próprio desses órgãos, próprio das academias, congregar as pessoas mais experientes, que já têm um nome mais sedimentado, com mais conhecimento para transmitir... Porém, de vez em quando eu ouvia umas críticas: os velhinhos da Academia... Como se para ser da Academia precisasse necessariamente ser velho! Pois bem, diante disso, eu então tomei como opção minha, e por circunstâncias que são da vida, promover, incentivar a nomeação de jovens talentos na área do Direito do Trabalho. E assim, durante o meu mandato, aproveitando a vacância de quatro cadeiras, pelo falecimento

de dois acadêmicos e por outros dois que pediram afastamento, acabei fazendo quatro sucessões. E então eu disse à diretoria: *Vamos ver se nós trazemos pessoas mais jovens!* E assim foi. Hoje a Academia está muito mais mesclada... Sim, ela mescla muito bem experiência com juventude, inovação. E isso acabou também por estimular a candidatura de gente jovem. Eles começam a ver a Academia como um lugar possível para alavancar ainda mais a carreira e não como um lugar para ir depois de aposentado... E, além disso, essa renovação traz sangue novo, gente com energia e força para trabalhar... De maneira que hoje vejo o quanto essa atitude foi algo muito importante para a Academia. (José A. Rodrigues Pinto)

Assim como seu antecessor, Rodrigues Pinto tampouco quis se reeleger para o segundo biênio. E justifica tal decisão evocando a lição de um velho mestre, Orlando Gomes, para quem “a principal virtude do comando é a rotatividade” (José A. Rodrigues Pinto).

Havendo “trazido a Academia para o século XXI”, a administração de Rodrigues Pinto, insistindo na tendência de ampliação e diversificação do perfil dos acadêmicos, característica predominante deste período, pode ser considerada, de certa forma, o corolário desta fase de “nacionalização”.

11. A Fase da “Profissionalização”: Maria Cristina Peduzzi, Georgenor de Sousa Franco e Nelson Mannrich (2002-2012)

Apesar de identificar o processo de profissionalização da administração da Academia Nacional de Direito do Trabalho com a gestão de Nelson Mannrich, iniciada em 2010, pode-se considerar que foi durante a sua presidência que tem

início a última e contemporânea fase da história da Academia.

Eleita em 2002 para suceder a José Augusto Rodrigues Pinto, a Ministra do TST, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, trouxe para a administração da Academia toda uma experiência e um *savoir faire* que foi adquirindo ao longo de uma competente carreira tanto no âmbito estritamente jurídico quanto no da gestão.

Trazida para a diretoria da Academia pelo Ministro Orlando Costa, colega de TST, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi pôde, ao longo dos dois biênios de seu mandato, concretizar e fazer frutificar esta importante parceria que em muito contribuiu para o desenvolvimento histórico-institucional da ANDT.

Segundo a própria Ministra, as realizações mais expressivas de sua administração foram a realização de eventos internacionais, em parceria com o TST, e o estabelecimento das bases para o desenvolvimento de uma gestão efetivamente profissional no comando da Academia.

Essas bases começaram a dar seus frutos nas gestões seguintes, destacando aqui a inauguração da página da ANDT na internet durante a presidência do Dr. Georgenor de Sousa Franco Filho (2006-2010) e a retomada de todo o trabalho de oficialização de toda documentação referente à Academia, levada plenamente a cabo na administração atual de Nelson Mannrich.

Segundo Gustavo Vogel, Georgenor de Sousa Franco Filho “se notabilizou como um grande presidente”.

Ao assumir o cargo em 2006, submeteu aos confrades um plano de trabalho, que, uma vez aprovado, serviu de base para a atuação da Diretoria no período 2006-2010, durante o qual:

manteve e aprimorou o Boletim mensal, nele publicando, além das informações de praxe, 45 currículos resumidos de acadêmicos e 25 artigos doutrinários; fez com que a Revista anual fosse publicada sem interrupção e com qualidade; instituiu os concursos de monografias, destinados a profissionais de Direito e estudantes universitários (foram realizados 8 concursos em 4 anos); mandou confeccionar os Distintivos Acadêmicos; criou a medalha Arnaldo Süssekind e a medalha comemorativa dos 30 anos da Academia; propôs a adoção do lema *Studium ac labor*, sugerido pelo acadêmico Arion Sayão Romita e acolhido pela Assembleia Geral de 2006; consultou os confrades sobre a conveniência e o local de instalação da sede permanente da Academia, assunto que ainda se acha em estudo; colocou a ANDT na rede mundial de computadores, com sítio próprio; constituiu diversas comissões de acadêmicos para: elaborar anteprojeto de lei de reforma da legislação material e processual do trabalho, editar o Grande Dicionário de Direito do Trabalho, desenvolver pesquisa objetivando resgatar a memória da Academia; adotou a prática de emitir Atos da Presidência, com a finalidade de melhor gerenciar as atividades da Academia; organizou inúmeros eventos jurídico-trabalhistas em vários Estados, etc. No que tange ao resgate da memória da Academia, o presidente Georgenor tomou, inclusive, a louvável iniciativa de realizar pesquisa sobre os números das cadeiras ocupadas pelos confrades à época em que ingressaram na entidade, tendo em vista a incerteza que se estabeleceu, ao longo do tempo, com a adoção do critério de renumeração das mesmas. (Gustavo Vogel, Op.cit.)

Concretizando este novo período na história da ANDT, iniciado por Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, primeira mulher a presidir a Academia, a eleição de Nelson Mannrich em 2010 determinou

a sedimentação do processo de “profissionalização”.

Tal característica é amplamente atestada pelos comentários a respeito da atual administração, tecidos por praticamente todos os entrevistados neste projeto. Com Nelson Mannrich a Academia Nacional de Direito do Trabalho conhece um dinamismo inédito em sua história. Além de dar continuidade aos projetos iniciados por seus antecessores, Mannrich vem concebendo e executando inúmeros outros. Ao longo do primeiro biênio de sua administração (2010-2012) promoveu dezenas de encontros e seminários de grande impacto e projeção, que muito vêm contribuindo para a realização de um velho sonho dos mais empenhados acadêmicos desde a fundação da Academia: ser uma referência intelectual e institucional no campo do Direito do Trabalho no Brasil.

Como coloca Nelson Mannrich em sua entrevista para o projeto:

A Academia não ocupa o espaço que tem que ocupar, para desempenhar a missão que se propôs a desempenhar; qual seja, a de ser o centro do debate das grandes questões envolvendo o Direito do Trabalho. A Academia tem que ser um órgão, um agente, que congregue o diálogo envolvendo empregado e empregador. Ela deve ser o centro que permite criar o espaço onde os atores sociais possam estar juntos e encontrar saídas, através daquilo que chamamos de diálogo social. Deve, por exemplo, no âmbito da Justiça do Trabalho, influenciar na reforma do processo e em muitas outras coisas... Creio, portanto, que o principal ponto de atuação da Academia é influenciar aqueles que atuam como pensadores do Direito do Trabalho.

Para isso, uma série de iniciativas vem sendo tomada. Para além dos encontros e seminários,

Mannrich destaca, por exemplo, a retomada do projeto do *Dicionário de Direito do Trabalho* – “algo que começou a ser esboçado em tempos atrás e que não foi adiante, mas que agora estamos tentando efetivar”; a ampliação e aprofundamento das parcerias com os tribunais, as universidades e demais órgãos do governo e, obviamente, esse próprio projeto de resgate e divulgação da memória histórica da instituição, pois como coloca o próprio presidente:

Como se quer projetar uma instituição para o futuro se não se tem uma base histórica sólida, uma identidade bem firmada. Isso é fundamental. E por isso a importância de um proje-

to como esse. E não apenas por uma questão digamos endógena – para que os próprios acadêmicos conheçam a história da agremiação a que pertencem – mas também exógena: quem hoje em dia, mesmo da área do Direito do Trabalho, conhece a Academia Nacional? Quem hoje sabe o que ela é, o que ela faz? Creio, portanto, que um trabalho como esse, que visa dar maior visibilidade à Academia, através da publicação de um livro e mesmo através de um Banco de Memórias e Histórias de Vida, seja algo muito bom e muito útil para consolidar o lugar da ANDT no contexto nacional, numa esfera cada vez mais ampla da sociedade.

PARTE III

As Histórias de Vida dos Patronos,
Fundadores e Presidentes da ANDT

Ada Pellegrini Grinover



Ficarei imortalizada como patrona da cadeira número 100 da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Isso para mim é motivo de grande orgulho!

Ada Pellegrini Grinover

Aliando extrema simpatia e descontração com rigor analítico e intelectual, Dra. Ada Pellegrini Grinover nos proporcionou uma das entrevistas mais surpreendentes deste projeto. Única patrona viva da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Dra. Ada é também a única entrevistada que não é membro da ANDT. Entretanto, sua explicação sobre o porquê da sua escolha para patrona demonstra claramente a sua competência e seu envolvimento profundo com o Direito do Trabalho.

Confessando-se uma processualista civil, Prof^a Ada mostra sua inusitada e indiscutível autoridade no campo do Direito do Trabalho, sendo sua contribuição vastamente reconhecida por grandes especialistas da área. Sua presença como patrona de uma Academia de Direito do Trabalho é prova disso.

Como patrona, entretanto, Prof^a Ada não se limita em ser apenas figura homenageada, mostrando cooperação efetiva e inclusive cobrando maior participação: “Eu gostaria de assistir alguma reunião, mas eu não recebi o convite” – diz ela em certo momento da entrevista...

Além da incomparável importância deste registro para a história da ANDT, a narrativa de Ada Pellegrini apresenta, em sua segunda e última parte, um “compacto” (como ela mesma chama) de sua história de vida que está contada de forma mais detalhada numa trilogia autobiográfica recém integralizada. Tal narrativa constitui-se numa verdadeira “peça” memorialística, extremamente rica e interessante na perspectiva da história mundial do último século.

Foi um grande privilégio entrevistar a Prof^a Ada Pellegrini em São Paulo, no dia 6 de maio de 2011.

Uma Processualista como Patrona da ANDT

É muito interessante essa história de como fui escolhida para ser patrona de uma cadeira da Academia Nacional de Direito do Trabalho, já que nunca fui especialista em Direito do Trabalho...

Sou processualista e, na ocasião que foi promulgado o novo Código de Processo Civil, nós, que tínhamos acompanhado desde o começo o projeto do Código Buzaid, começamos a viajar por todo o Brasil para falar das novas instituições do Código de Processo Civil de 1973. Houve um interesse da Justiça do Trabalho, dos juízes, dos magistrados e dos advogados, de também serem ilustrados a respeito das inovações do Código de Processo Civil, por ele se aplicar subsidiariamente à CLT. Isso aconteceu pela mão do então ministro do Superior Tribunal do Trabalho, Coqueijo Costa, que era natural de Salvador. Ele me convidou para um ciclo de palestras junto à Justiça do Trabalho em Salvador. Esse curso era sobre o que poderia ser aproveitado na Justiça do Trabalho do Código de Processo Civil de 1973, destinado a magistrados e advogados do trabalho. Dei esse ciclo de palestras e, a partir daí, se multiplicaram os convites. Dei palestras em Brasília, Belo Horizonte; escrevi artigos. Um dos artigos foi sobre aplicabilidade ou não do depósito prévio para ação rescisória na Justiça do Trabalho, que estava previsto no Código de Processo Civil, mas não estava no de processo trabalhista. Sustentava, então, que não cabia nesse ponto; não havia porque acolher a nova disposição do Código. Enfim, fazia exposições a respeito da aplicabilidade do novo Código de Processo Civil à Justiça do Trabalho.

Em uma ocasião dei uma palestra, que foi considerada muito interessante, sobre o pioneirismo da legislação processual trabalhista em face do Código então vigente, que era o Código

de 1939. A oralidade, a imediação, a própria conciliação, a possibilidade de concentração dos atos processuais, a contestação nas audiências, enfim, mostrando as inovações processuais que pioneiramente o processo do trabalho tinha introduzido no Brasil e que deviam ser copiadas pelo Código de Processo Civil e não foram todas incorporadas. Era um caminho de duas mãos: o caminho da aplicabilidade do Código à Justiça do Trabalho e o caminho da Justiça do Trabalho como pioneira para eventuais modificações do Código de 39. Foi a partir daí que eu recebi o convite, apesar de não ser uma processualista do trabalho. Como processualista civil, tenho esse interesse com a Justiça do Trabalho que também é um ramo do grupo processual civil, embora seja estudado no Direito do Trabalho, e não no Direito Processual Civil. Foi então que o ministro Coqueijo Costa me convidou para ser patrona da Academia Nacional do Direito do Trabalho, o que eu aceitei com muita honra.

Relações com a ANDT

Tenho acompanhado o que a Academia tem feito. Voltei a ter interesse na Justiça do Trabalho com essas comissões prévias de conciliação, porque uma das minhas linhas de pesquisa são os meios alternativos, portanto, a conciliação, a mediação e a arbitragem no Processo Civil. Interessei-me muito pelas câmaras de conciliação da Justiça do Trabalho, até que elas foram extasiadas por aquela decisão suprema que tirou alguma autoridade, e agora com a facultatividade, interessei-me pelas câmaras de conciliação prévia. Recentemente dei palestras na Justiça do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho, em Brasília. O tema foi sobre a mediação e a conciliação e sua compatibilização com a conciliação da Justiça do Trabalho. Sustentei que não é o juiz o melhor mediador e conciliador, e que a Justiça

do Trabalho também poderia se estruturar com um melhor preparo dos mediadores e conciliadores que tivessem feito um curso de capacitação. Foi uma posição polêmica, alunos e juízes foram contra, outros se mostraram interessados. Essa, portanto, foi uma palestra recente, sou uma curiosa da Justiça do Trabalho, mas tenho acompanhado a evolução justamente do processo do trabalho, e por isso eu fui honrada com essa posição de patrona da Academia.

O patrono é escolhido pelo acadêmico em função, um pouco do significado, quer seja simbólico, ou alguma questão com relação a formação, quando se trata, por exemplo, de um acadêmico que quer homenagear um professor, um orientador, alguma coisa assim, por esse motivo é que temos Ruy Barbosa, Dom Pedro II, quando resgatamos o nome dos patronos.

Na gestão do Dr. Georgenor, o Dr. Gustavo Vogel foi o primeiro a fazer esse levantamento, e tentou contabilizar e resgatar os membros da academia com os patronos.

Ainda hoje participo de congressos organizados pela LTr. Escrevo artigos de vez em quando para essa Editora. Particpei de vários congressos, mesmo depois da morte do Coqueijo Costa. Eu era também muito convidada pelo professor Amauri Mascaro, de Direito do Trabalho da USP.

Acredito que as academias, embora alguns digam que estão completamente fora de moda, são redutos culturais voltados a uma determinada parte do conhecimento muito importante e interessante; isso porque nas reuniões, embora sejam esporádicas, os acadêmicos se concentram em determinados temas, debatem e levantam questões novas. É uma instituição científica que está acima das profissões que cada membro exerce e que, a meu ver, tem essa função muito importante de

criar e debater assuntos novos, que depois passam da Academia para os campos profissionais. Ela constitui um conjunto de idéias muito interessantes porque alimenta depois as associações profissionais de advogados, de magistrados. Tenho estado presente também em muitas reuniões da AMATRA, da Associação dos Magistrados do Trabalho, dando palestras e participando com a minha visão de processualista, colaborando com a Justiça do Trabalho.

Esse contato com a Academia foi ótimo, pois a Academia tem uma única patrona viva que não é avisada das reuniões. Eu gostaria de assistir alguma reunião, mas eu não recebi o convite. Só no começo quando o Coqueijo estava lá é que eu participava. Sei que o Mannrich é um “fazedor” e irei com muito prazer.

Entrei então na fundação da Academia, pois os patronos foram escolhidos pelos fundadores, dentre eles, Coqueijo Costa. Não me recordo de quem eu sou patrona, porque cada acadêmico têm um patrono, mas me recordo que era a número 100. Provavelmente, pode ter sido da cadeira do próprio Coqueijo, pois, se foi na fundação, cada um dos fundadores tinha a incumbência de escolher um patrono para a sua cadeira. Uma vez escolhido esse patrono o acadêmico que, enfim, por falecimento, vaga a cadeira, deixa para o próximo que ocupa a cadeira o patrono já escolhido pelo fundador. Então ficarei imortalizada como patrona da cadeira número 100 da Academia Nacional do Direito do Trabalho. Isso para mim é motivo de grande orgulho!

Um “Compacto” da Trajetória Pessoal

Escrevi três livros autobiográficos: “A menina e a guerra”, que é da minha infância na Itália; “A garota de São Paulo”, que aconteceu a partir

de 51, quando cheguei ao Brasil, até a morte do meu pai, que foi em 1970. E agora estou lançando “A professora da USP” que é um livro da minha maturidade a partir de 70 até os dias de hoje, voltado às minhas atividades científicas e profissionais.

A minha infância, o que tem de interessante, é que meu pai foi professor de Direito Constitucional da Universidade de Nápoles. A partir de determinado momento, se envolveu com a política. Antes de 1943 foi subsecretário do vice-ministro da fazenda de Mussolini, e depois quando o Mussolini criou a República, a República Social Italiana em 44, ele foi Ministro da Fazenda. Nós vivemos, portanto, os últimos anos do fascismo, de 43 a 45, no olho do ciclone.

Acompanhamos meu irmão que foi para servir no exército e era subtenente da região que estava do lado do Mussolini. Minha irmã, minha mãe e eu seguimos meu pai rumo ao norte, empurrados pelos aliados. Fomos primeiro a São Pellegrino, no norte da Itália perto de Bérgamo, onde se instalou provisoriamente o Ministério da Fazenda. Depois ficamos em Bréscia. Houve uma temporada em que o primeiro ministro de Mussolini resolveu, diante do fato de que estava próximo o fim do fascismo, que as famílias dos colaboradores de Mussolini deveriam se refugiar na Áustria. Nós fomos, portanto, para um pequeno vilarejo da Áustria, e ali éramos servidos, nos hotéis, por prisioneiros de guerra, sobretudo poloneses. Quando meu pai veio nos visitar no Natal, era o Natal de 44, ele viu aquele ambiente e disse que quando caísse o fascismo seríamos os primeiros a sermos trucidados. Trouxe-nos de volta, e fomos para Milão. Quando tudo estava perdido para o fascismo, minha irmã e eu fomos para um colégio de freiras marcelinas, Santa Marcelina. Esse colégio feminino abrigava meni-

nas cujos pais eram fascistas. E ficamos ali até a morte de Mussolini. Mussolini foi assassinado, pendurado pelos pés, em Milão. Meu pai não quis segui-lo, pois quando foi chamado, ele disse que o plano era fugir para a Alemanha com divisas do exército Alemão. Meu pai falou que aquilo era uma loucura e que não iria permanecer e se entregar ao governo italiano. Mussolini se agastou com ele, acabou partindo e não o avisou. Meu pai ficou em Milão e Mussolini foi morto com todos que o seguiam. Nessa época nós ainda estávamos no colégio de freiras, minha irmã e eu. Meu irmão estava em um campo de concentração, pois tinha sido feito prisioneiro pelos *partigianos* (que eram os da resistência antifascista na Itália) e meu pai se apresentou e se entregou. Os *partigianos* tinham ocupado a cidade de Milão. Fizeram um processo simulado de meu pai e o condenaram à morte. A mim ele disse que não aceitava uma condenação de um regime que não era o regime italiano, então que o prendessem, fizessem o que quisessem, até o matassem, mas ele não aceitaria aquela condenação. A Justiça italiana interveio e encarcerou-o para processá-lo. Meu pai resolveu fugir, porque tinha entrado com pedido de anistia perante a Corte Suprema e havia uma anistia que beneficiava quem não tivesse sido colaboracionista do governo alemão, e ele, durante a sua gestão como Ministro da Fazenda, foi um acérrimo inimigo do governo alemão. Recusou-se a entregar a reserva italiana que mandou para uma cidade da Itália, Fortezza, e não aceitou a moeda de ocupação dos alemães, que tinha sido aceita pelo governo de Roma.

Foi então preso, ficou provisoriamente no porão do Palácio de Justiça, que servia como carceragem, e resolveu fugir, enquanto se apreciava o recurso que ele tinha apresentado pedindo a anistia. Ele tinha sido processado e condenado a 30 anos por colaboracionismo. Recorreu para

a *Corte di Cassazione*, pedindo a anistia e devia comprovar que não tinha colaborado com o governo. Minha mãe entrou em contato com os frades franciscanos, que naquela época ajudavam as famílias dos fascistas, e ele conseguiu fugir da cadeia com a ajuda de um companheiro de cela, que na última hora amarelou e optou por não mais fugir. Meu pai não podia fugir sozinho, pois teve um ferimento de tétano e não tinha a movimentação de um braço. Na fuga, teria que passar por uma cancela e escalar um muro. Fizeram um buraco atrás da cama do carcereiro, embebedando-o com *veronal*, que era uma espécie de barbitúrico ou sonífero. Eu, como era pequena e não era revistada, levei todos esses apetrechos para o meu pai. Ele convenceu o carcereiro que estava com disenteria e que era muito incômodo chamá-lo durante a noite para ir ao banheiro. O carcereiro que recebia aulas de italiano do meu pai para um concurso, deixou a porta da cela aberta, e meu pai fugiu e se refugiou junto a uma senhora simpaticante do fascismo, cujo filho era *partigiano*.

Na manhã que ele fugiu, os jornais italianos estamparam a fotografia dele e o filho desta senhora queria denunciá-lo, mas ele o convenceu que ele era um técnico e não tinha nada a ver com a parte negra do fascismo. Enquanto isso fomos nos refugiar em Roma, num colégio de freiras, também franciscanas, porque meu pai temia represálias, e adotei outro nome, passando a me chamar Ada Pavani. Meu pai chegou de ônibus de Milão para Roma com uma túnica de frade franciscano e se refugiou numa casa do Vaticano, e a corte de cassação o absolveu.

Quando ele foi absolvido nós retomamos a nossa vida normal, ele recomeçou a advogar e

lhe foi restituído o cargo que ele havia perdido na faculdade durante esse processo. Só que nesse interim, na Itália tinha havido o desaparecimento do chamado *L'oro di Dongo*, que era formado pelo patrimônio dos ministros e dos auxiliares diretos do Mussolini, e que foram tomados pelos *partigianos* quando eles foram mortos. Meu pai foi chamado a Milão como testemunha, só que acabou preso.

Ficou mais 30 dias preso, até que prevaleceu a sentença de absolvição da Corte de Cassação, mas nessa altura já estava muito contrariado, não quis ficar na Itália, e veio para o Brasil, convidado por Eduardo Matarazzo, filho do conde, para administrar uma propriedade aqui na grande São Paulo, em São Francisco. Ficou trabalhando com o pessoal antigo e percebeu que não havia seriedade, que o pessoal fazia falcatruas. O conde não acreditou e então ele saiu e resolveu fundar um banco: o Banco do Trabalho Ítalo-brasileiro, que captava pequenos capitais e poupadores. Nós tínhamos ficado enquanto isso em Roma. Ele nos chamou e nós chegamos ao Brasil. Foi a partir daí que começou a minha vida brasileira. Fiz o segundo Clássico aqui como ouvinte, pois havia feito o primeiro Clássico na Itália. Prestei os exames de Geografia, Português e História do Brasil e passei. Fiz o terceiro clássico no Dante Alighieri e entrei na Faculdade. Minha vida foi primeiro como estudante, depois casei e tive meu filho e depois de dois anos comecei a advogar. Iniciei a carreira universitária, fiz o doutorado, livre-docência, e aqui estou. Esta é minha história de maneira compacta e está retratada nesses dois livros “A menina e a guerra” até a vinda ao Brasil e “A garota de São Paulo” nos primeiros 20 anos do Brasil.

Amauri Mascaro Nascimento



*Eu fui um dos primeiros presidentes da
Academia (...). E presidi dentro desse espírito, de
“laboralizar” a Academia.*

Amauri Mascaro Nascimento

A entrevista com o Professor Amauri Mascaro foi realizada durante o Congresso de Direito do Trabalho promovido pela LTr em 28 de junho de 2011. Ao final da entrevista, o eloquente mestre devolveu-nos o agradecimento dizendo: *Ora, eu que agradeço a gentileza, a paciência na caça à minha figura...* De fato, conseguir esta entrevista foi resultado de muita paciência e espírito de caçador, pois por detrás desta grande figura, ícone do Direito brasileiro, está uma pessoa discreta e muito simples, dotada de uma cordialidade cavalheiresca e cativante.

Arrebatado da mesa dos conferencistas para uma sala anexa do Centro de Convenções, sua entrevista bem poderia ser considerada a continuação de uma aula ou palestra iniciada há pouco. Teceu as linhas de sua rica trajetória de vida

com a maestria de um narrador nato, intercalando o relato de sua carreira de magistrado com a de docente, culminando na história da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Além do valor histórico do relato em si, a narrativa do Dr. Amauri Mascaro acrescentou um elo valioso à cadeia memorialística iniciada pelo Min. Arnaldo Süssekind, oferecendo ademais um vislumbre historiográfico sobre o desenvolvimento da ANDT, ensaiando uma categorização de suas etapas cronológicas.

Dr. Amauri Mascaro foi o segundo presidente da ANDT, participando ativamente no processo que ele mesmo denominou de “laborização” da mesma.

Trajetória em Direção ao Direito do Trabalho

Nasci em Campinas e vivi 17 anos da minha mocidade lá. Como o meu pai era funcionário público estadual e foi promovido de Campinas para a capital, mudei-me com toda a família e passei a viver aqui em São Paulo.

Estudei e me formei em Direito aqui, na Capital. Foi então que começou a minha aproximação com o Direito do Trabalho. Isso, porque, num primeiro momento eu fui promotor de justiça; estudava muito Direito Penal, era a matéria prima da minha atividade profissional. Residia no interior do Estado de São Paulo, em comarcas pequenas, como promotor substituto e tinha vontade de retornar ao meu “berço natal”, porque sempre fui um adolescente de capital. Foi isso que me levou a prestar concurso para Juiz do Trabalho. E foi o que eu fiz. Isso foi por volta de 1960.

Não havia assim maiores motivações, não posso dizer que eu me sentia um predestinado, não era nada disso; a vida é muito oscilante, ela é uma mistura do acaso e do destino e eu posso dizer que o acaso prevalece em muitas coisas da minha vida, o que me leva a dizer que eu prestei concurso para Juiz do Trabalho por acaso.

Fiz o concurso e entrei. Fui admitido e nomeado Juiz do Trabalho em 1961. Na ocasião, a jurisdição do Tribunal Regional da cidade de São Paulo era tríplice, porque abrangia os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. E eu fui nomeado juiz substituto. Como substituto, eu era deslocado para várias cidades diferentes. Então conheci muito as cidades do interior. Conheci também cidades dos outros dois Estados.

Pouco tempo depois, fui nomeado Juiz efetivo em Corumbá. A minha primeira Vara, na época foi a Junta de Conciliação e Julgamento de Mato

Grosso. E, aliás, houve uma peculiaridade, porque naquela época vivíamos um governo militar, um governo de ditadura forte, e eu aguardei um ano para sair essa nomeação de juiz substituto para juiz titular de Corumbá. Um dia fui chamado para comparecer aqui em São Paulo, no Serviço Nacional de Informações e fui atendido por um civil. Estava com muito receio dessa entrevista, que eu já supunha tivesse alguma relação com a minha nomeação. Pois bem, o civil que me atendeu me disse que não havia saído a minha nomeação porque faltavam informações referentes a mim. Eu pensei, e respondi: *O senhor não pode estar certo, porque as referências que eu tenho a dar sobre mim são as melhores possíveis!* Ele riu, eu também ri, fomos tomar café e depois de umas cinco semanas o presidente Castelo Branco assinou a minha nomeação, de modo que o que faltavam eram as minhas referências sobre mim mesmo. Veja como funciona nossa estrutura...

Fui então nomeado e lá fui eu, para essa cidade tão bonita e próspera, de fronteira. E lá tive a oportunidade de andar por ali pela região e conhecer a Bolívia e outros países. Aprendi a viver numa cidade de interior, de fronteira, e com as limitações de uma cidade tal como Cuiabá. Morava num hotel, dormia no chão, porque o ladrilho do chão era mais refrescante que o lençol da cama, tal o calor que fazia lá. E assim foi, durante pouco tempo, porque logo depois abriu uma vaga em outra cidade, Londrina, no Paraná. Eu pedi e fui removido para Londrina.

No Paraná já era tudo diferente: costumes diferentes, infraestrutura diferente, os hábitos já eram outros... Eu morava no próprio prédio da então Junta de Conciliação e Julgamento. Havia uma espécie de “sala do juiz”, com chuveiro e tudo mais e ali ficou sendo o meu apartamento. Fazia-se isto para reduzir os custos que eram

arcados pelo próprio juiz, embora recebesse uma gratificação pequena para esse fim.

Posso dizer que adquiri uma boa experiência sobre questões rurais, que eram as que mais apareciam. Depois desse tempo abriu-se vaga em Santo André, e lá fui eu como juiz de Santo André, onde fiquei um mês. Porque logo em seguida deu-se a abertura de uma vaga na Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo. Lá fiquei a maior parte da minha vida profissional.

Ali adquiri uma formação e uma visão do Direito do Trabalho, visto sobre o ângulo aqui da capital, que eu jamais pensei que poderia ter. Vi de tudo em uma sala de audiência... Inclusive, uma que ficou bastante falada, na qual eu fiz um casamento... Foi assim: apregoadas as partes, entrou o reclamante, que era um senhor italiano muito bem vestido, de colete, de guarda-chuva de seda, e eu pensei que fosse o empregador, mas não era, era o empregado. E entrou também uma senhora humildezinha, com um vestidinho de algodão simples, baixinha, com os olhos arregalados, temerosa: era a empregadora. Ela tinha na própria residência um bufê para fazer doces de festas de casamentos. Ele era um quebra-galho, fazia as compras, entregas, cobranças, coisas deste tipo... Trabalhava há sete anos, sem registro; daí ter entrado na Justiça.

Bem, nas audiências, inicialmente, há a fase de conciliação, e eu então dei início a essa fase e perguntei à empregadora se havia possibilidade de acordo. Ela ofereceu 80% do que ele pediu. Olhei para ele, que abanou a cabeça e disse: *não!* Olhei então para ela, que subiu para 85% – e nós sabíamos que há pedidos e pedidos –, mas novamente a negativa dele. Olhei para ela: subiu para 90% do que ele pedia. Então ele se levantou e antes que ele falasse, eu perguntei: *Afinal de contas, o que o senhor quer então?* Ele então respondeu: *Eminência*, – ele me chamou de *Eminência* – eu

sou calabrês, e calabrês não mente: eu vim aqui porque o que eu quero é casar com essa mulher! A sala tinha uns 20 advogados esperando a audiência terminar, todos olhando para mim para ver o que eu iria fazer, e pior que eu não sabia o que fazer! Então fiz o que me veio no estalo, dirigi-me a ela e disse: *A senhora concorda?* Ela respondeu: *Só se ele prometer que não bebe mais.* Ele então ficou feliz da vida. Pedi aos dois que se aproximassem da minha cadeira, um pegou na mãozinha do outro, arquivou o processo e saíram como dois pombinhos. E eu me senti como o primeiro juiz do trabalho que era também juiz de paz e casamenteiro... Isso ganhou uma certa dimensão, a história dessa audiência; o “casamento na Primeira Vara de Conciliação e Julgamento de São Paulo”.

A Trajetória Acadêmica

Paralelamente à minha carreira como juiz, fui fazendo também minha carreira acadêmica, como professor de Direito. E tal como aconteceu no âmbito da magistratura, também aqui posso dizer que fui e sou professor por acaso.

Na verdade, minha vocação inicial era ser jornalista, mas como naquela época não existia faculdade de Jornalismo e o mais próximo era Direito, Direito é o que eu fiz. Por isso que fui para a área jurídica. Agora, a minha proximidade com o Direito do Trabalho, como citei no começo, deu-se quando eu era promotor de justiça e a minha vida acabou voltada para as questões penais.

Tive então na faculdade grandes mestres: Nelson Hungria, Basileu Garcia... Todos eles diziam que minha vocação talvez fosse mais para o júri. Fui orador da minha turma na Faculdade de Direito; sempre os colegas, quando precisavam de alguém falar em nome deles, me chamavam... Não sei como nem porque, só sei que foi assim... E, no

entanto, por acaso eu entrei na carreira docente. Como? Eu era juiz do trabalho, mas eu queria, sentia uma necessidade de conhecer melhor o Direito e o Direito do Trabalho. E essa necessidade é que me impeliu a procurar a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na secretaria dos cursos de pós-graduação, para verificar a possibilidade de inscrição em um curso.

Não havia vagas na área de Direito do Trabalho. A secretária da época me disse que o curso menos procurado era o de Filosofia Jurídica e Teoria do Estado. Eu perguntei: *Quantos inscritos há? Cinco*, ela respondeu. *Então seis a partir de agora!* Disse. E fiz o curso de pós-graduação em Teoria do Estado e Filosofia do Direito. Em Filosofia do Direito com Miguel Reale, em Teoria do Estado com Ataliba Nogueira, que tinha como assistente Dalmo de Abreu Dalari.

Então veja o acaso funcionando na vida! Porque jamais pensei que daí pra diante fosse acontecer o que aconteceu comigo. Defendi uma tese, que se hoje fosse eu o examinador reprovaria... Era sobre objeção de consciência à luz do Direito da Moral e da Política. O tema foi sugerido por meu muito amigo Dalmo Dalari; devo a ele essa escolha de tema. Mas passei, passei com muita dificuldade na banca. Passei, talvez, mais por minha tranquilidade, do que por qualquer outra referência.

Uma semana depois, um telefonema na minha casa vinha da secretaria da Faculdade de Direito, que me convidava em nome do professor Goffredo Telles, então diretor da Faculdade, para comparecer lá. Fui. E Goffredo então me disse o seguinte – essa grande figura que depois iria se tornar um grande amigo, uma perda irreparável do Direito brasileiro... Disse-me então Goffredo: *O professor Miguel Reale não quer mais lecionar Filosofia do Direito no curso de graduação, e eu não tenho substitutos. Fulano está fazendo um*

curso na Europa, sicrano está afastado por tal motivo, e assim por diante; de modo que o objetivo desse encontro é convidá-lo para assumir a regência da cadeira de Filosofia de Direito do quarto ano desta faculdade. Eu quase tombei da cadeira! Mas eu não fujo dos desafios da vida; acho melhor enfrentá-los por mais difíceis que sejam...

Aceitei, e assim foi feito um contrato e eu passei a ser professor contratado, o que era possível na época. No começo, dia de aula era uma tortura. Os alunos não tinham nenhum interesse. Ontologia, Ontognoseologia, Epistemologia, Axiologia, Tridimensionalismo... Aquilo para eles era um inferno. E eu então pensei: Como é que eu vou simplificar a Filosofia do Direito para esse pessoal? Foi então que eu passei a dar aulas com as minhas palavras; com aquilo que eu tinha dentro de mim, tal como estava dentro de mim, e transferindo a terceiros. Pois não é que deu certo!? Aí nasceu entre a turma (as turmas) e o professor, aquela indispensável conexão subjetiva que deve haver e sem a qual o professor não consegue efetivamente ensinar. E então ganhei a batalha, digamos, psicológica. E aprendi muito com a Filosofia do Direito que muito me ajudou no Direito do Trabalho. Principalmente para fazer o meu livro “Curso de Direito do Trabalho”. Aí é que se deu a minha aproximação com a Faculdade.

Nesta ocasião, coincidentemente, o Professor Cesarino Junior, o primeiro ocupante da cadeira de Direito de Trabalho no Brasil, teve um incidente e, em razão desse incidente, resolveu aposentar-se. Aposentou-se e abriu-se a vaga dele. Então, rapidamente, eu fiz o concurso para professor; acho que era para Adjunto, o degrau abaixo do Titular. Eu e o professor Magano, concorremos, e quis o acaso que eu ganhasse o concurso. Passei a ser o segundo professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Largo São

Francisco, sucessor do professor Cesarino Júnior. A professora Nair Lemos Gonçalves prestou um concurso, mas para disputar a vaga de Cesarino na Faculdade de Economia, porque o Cesarino era titular no Direito e na Economia. Concorrente única de grande valor, Nair, ganhou e passou a ser a titular, antes de mim pela Economia. Pelo Direito, não. Pelo Direito reclamo para mim essa prerrogativa e esse privilégio.

A “Laborização” da Academia Nacional de Direito do Trabalho

Mas voltando à outra dimensão da minha carreira, eu me encontrava então na Primeira Junta de Conciliação e Conciliação de São Paulo... Eu me sentia em casa nessa Primeira Junta. E foi assim por muitos anos. Nessa ocasião comecei a me entrosar mais com outras pessoas e uma delas, a quem eu muito respeitava e cujo livro tinha estudado para fazer o concurso, Arnaldo Lopes Sússekind, tornou-se meu amigo, apesar de residir no Rio de Janeiro e eu em São Paulo. Certo dia, Sússekind disse: *Foi fundada no Rio de Janeiro uma academia denominada Academia Nacional de Direito do Trabalho. No entanto, juristas da área do trabalho mesmo ela não tem, porque o fundador usou um outro critério. Era uma pessoa acostumada a fundar academias e fundou mais essa, e colocou como membros vários juristas, porém, praticamente ninguém da área de Direito do Trabalho. Eu estou propenso a “laboralizar” a Academia Nacional do Direito do Trabalho, posso contar com você?* E eu respondi: *Com todo o prazer!*

Veio então o problema de saber como fazer isso. Ponderei com Sússekind que nós não poderíamos estar excluindo pura e simplesmente os sócios, mas que devíamos dificultar... Como? Com as anuidades cobradas, porque sabíamos que muitos não pagariam. E assim foi feito. Desta for-

ma, vários que não tinham interesse nenhum na Academia, foram saindo por inadimplência, e as vagas foram se abrindo. Fizemos então eleições para essas vagas, cuidando para que os concorrentes fossem pessoas especialistas em Direito do Trabalho, do Rio e de São Paulo. Foi então que começou a fase trabalhista da Academia. Antes disso, ela existia, digamos, apenas formalmente; a partir de então, ela passou a existir efetivamente como Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Na Presidência da ANDT

Logo em seguida, Sússekind quis que eu fosse eleito presidente da Academia. E eu fui um dos primeiros presidentes da Academia, nessa fase trabalhista, acredito que o segundo. E presidi dentro desse espírito, de “laboralizar” a Academia.

Naquela ocasião a Academia não tinha nada. Com a minha eleição a sede passou a ser em São Paulo, mas ela não tinha sede, ela não tinha instalações, ela não tinha funcionários, não tinha secretária, de modo que eu fazia tudo... De duas a três páginas que eu mesmo redigia e mandava com notícias para os acadêmicos para manter um elo, e eles saberem que a Academia estava viva, nasceu o boletim da Academia, que mais tarde viria a ser a Revista...

Onde eu fazia esse boletim? Fazia em casa, nos meus instrumentos de trabalho. Como é que eu expedia? Punha no correio com postagem paga por mim, porque a Academia não tinha dinheiro, ninguém pagava a Academia. E eu compreendo, porque, claro...

Até chegar ao fim do meu mandato, o que eu fiz como presidente? Fiz boletins, expedidos de cobranças, incentivei a “laborização” da Academia, e ela passou a ter então, a partir daí, uma cara, uma identidade.

Ela então começou a crescer... Mas acabou o meu mandato e eu não podia ser reeleito, porque os estatutos da Academia o impedem. Passei, por força dos estatutos, a ter o cargo honorífico: presidente honorário da Academia, como todos os ex-presidentes são. A todos, depois de cumpridos dois mandatos, é vetada a possibilidade de reeleição.

O Desenvolvimento da ANDT

Daí por diante a minha colaboração com a Academia já foi mais suave, porque eu não precisava executar nada, eu não precisava fazer o boletim, eu não precisava elaborar e expedir os boletos de cobrança, eu não precisava dinamizar a Academia.

E ela foi crescendo, e passou até a fazer congressos, congressos esses que começaram aqui em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Aliás, com grande sucesso. Essa aproximação, Academia-Faculdade de Direito, deu-se por ser eu o professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito. E isso deu um impulso muito grande à Academia. Ela cresceu mais ainda a partir daí, com o congresso realizado na Faculdade de Direito. Lembro-me de como ficou lotado o salão nobre da Faculdade naquela ocasião.

Penso que foi a partir desse momento que a Academia passou a ter um rosto de instituição respeitável, diferente da cara anterior que era de um moleque travesso que queria entrar num estádio para jogar futebol, mas não sabia como.

E assim foi indo para frente. Sempre com o apoio e a retaguarda de Arnaldo Süssekind. Süssekind foi o grande inspirador, foi o grande artífice dessa Academia, porque era ele quem mexia os pauzinhos por trás, e sabia chegar na pessoa

com quem ele sabia que podia contar. Se a Academia existe hoje, isso é devido à alma, à vontade e ao talento de Süssekind. Pode-se dizer que a fisionomia de Süssekind está encaixada na fisionomia da Academia. E eu, por aproximação à Süssekind, a reboque, levanto essa ideia à frente! Sucederam-se vários presidentes, várias eleições, e a Academia está aí hoje com a respeitabilidade que ela tem, como autêntica representante e congregadora dos juristas do Direito do Trabalho do Brasil.

O Papel da ANDT no Contexto Brasileiro

A respeito do papel que a Academia desempenhou e vem desempenhando no cenário do Direito do Trabalho no Brasil serei sincero e sei que muitos discordarão de mim.

A contribuição da Academia como instituição foi pequena. A contribuição individual de seus membros, esta sim... Os seus membros passaram a participar de congressos, a escrever artigos publicados pela LTr e outras revistas, e sempre incluindo entre os seus títulos, o de membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho; como fazem até hoje. Isso deu um suporte dogmático muito grande à Academia, sem dúvida. No entanto, ela se destacou mais pela individualidade dos seus membros, pela autoridade dos membros, do que por ela mesma enquanto instituição.

Na atualidade é diferente. Hoje ela é uma instituição mais consolidada e, como tal, ela é colaboradora de congressos e de várias atividades que repercutem no país. No entanto, creio que falta à Academia uma coisa: atuar mais na mudança da legislação trabalhista. Até hoje ela não conseguiu penetrar nesse terreno. Eu mesmo, assessorado por uma comissão de umas vinte pessoas, redigi um anteprojeto de alteração da CLT, isso há uns

dois anos, mais ou menos... Era, sem dúvida, um projeto inovador, com figuras diferentes, sempre no sentido da tutela do trabalhador e do equilíbrio das relações entre trabalhador e empregador. Esse anteprojeto foi aprovado em assembleia na Academia; foi o primeiro que se fez. Mas, o que fez a Academia com esse anteprojeto? Não tive mais notícias... O atual presidente, o meu prezadíssimo amigo Nelson Mannrich, é quem pode explicar melhor, eu não saberia explicar...

De maneira que, enquanto instituição, ela poderia influir mais na modificação da legislação brasileira; como fonte de ideias, de propostas, de posicionamentos novos. Não apenas pelo prestígio de muitos de seus membros, que em caráter individual, têm feito muita coisa pela Academia, mas por si mesma enquanto instituição respeitável e conhecida como já é.

As Etapas Históricas e os Desafios Atuais da ANDT

De fato, a Academia se encontra hoje num momento histórico decisivo... Neste sentido, sim, é possível hoje já se ter uma visão das suas várias etapas históricas...

A primeira, sem dúvida, seria a da “laborização”, como dizia há pouco e que contou com a presença central de Arnaldo Süssekind. A segunda etapa eu diria que foi a da institucionalização da Academia, com a afirmação via individual dos seus membros. E a terceira etapa que é a atual, seria a do posicionamento para influir no Direito do Trabalho. Ou seja, a etapa da afirmação. Acho que essa é a etapa atual, na qual há esse pecado: falta de participação nas alterações da legislação trabalhista.

Eis, pois, o desafio atual a ser enfrentado. A Academia deveria ter maior influência, maior

presença nesta questão, que ela ainda não tem. E por quê? Porque quando se fala no Brasil em alterar a legislação trabalhista, isso é dado nas mãos dos líderes sindicais apenas, como se eles reunissem a vontade nacional. Mas isso não está certo! A vontade nacional é algo muito mais amplo. Há muitas fontes formadoras da vontade nacional; no Direito do Trabalho uma delas é a Academia. Ela é nacional e é representativa, e não é política, é técnica. Mas ela é ignorada pelo Estado; o Estado prefere dar maior peso aos líderes sindicais, daí essa estagnação na legislação trabalhista brasileira. A sociedade civil tem que se manifestar, e a Academia Nacional de Direito do Trabalho tem toda a legitimidade para estar presente, porque parte desse espaço múltiplo é dela!

É interessante, porque o que eu recebo de pedido de consulta de líder sindical... É uma atrás da outra! E coisas até que eu penso que fossem desnecessárias, assim como os demais acadêmicos. Então as próprias lideranças sindicais não têm toda a possibilidade e potencialidade de avaliar, com isenção e conhecimento de causa, o valor e o impacto de certas alterações, de uma verdadeira reforma na legislação trabalhista brasileira. Ora, o próprio posicionamento dos líderes sindicais mostra o quanto é fundamental a presença efetiva da Academia nessa discussão...

As Dificuldades a Serem Superadas

Falando de outros desafios e outras dificuldades a serem superadas pela Academia, sem dúvida um ponto muito importante também é o da sede; o fato de ela não ter sede fixa, como vem sendo apontado por muitos... Pois bem, acho que ela poderia, perfeitamente, ter dois tipos de sede: a sede fixa, que é a principal, onde seriam centralizados todos os seus trabalhos com funcionários, etc.; e uma sede variável, que seria na

localidade do presidente eleito. Isso seria o ideal, porém sei que é muito complicado. Uma sede fixa, por exemplo, custa muito dinheiro. Só o custo com o pessoal técnico mínimo consumiria recursos que a Academia não tem; os seus poucos membros não seriam capazes de suprir. Já a sede provisória, como ocorre atualmente, é mais viável, porque sendo ela nacional, pode concorrer a presidente, tanto um membro de São Paulo,

como do Rio de Janeiro, como do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte, do Centro-Oeste, e assim por diante. E onde vai o presidente está a sede rotativa provisória dela. Então ela tem que ter duas sedes, mas haja dinheiro para tudo isso... E, como ela não tem recursos, então não há como resolver esse problema. Só mesmo a operosidade e o dinamismo de um presidente como o Nelson Mannrich faz possível suprir essa carência!

Antônio Carlos Bento Ribeiro



*Acredito que a Academia pode e deve participar
do processo de renovação do Direito do Trabalho
no Brasil.*

Antônio Carlos Bento Ribeiro

Centrada essencialmente nas transformações que têm afetado o mundo do capital e do trabalho e seus impactos no âmbito do Direito do Trabalho, essa entrevista com Dr. Antônio Carlos Bento Ribeiro, apresenta-se como uma interessante reflexão sobre os novos desafios a serem enfrentados pelos operadores do Direito.

Tendo uma trajetória de vida profissional marcada pela experiência empresarial, esse advogado, que estagiou com Arnaldo Sússekind no

Ministério do Trabalho e com Carlos Fernandez Brito na OIT, traz uma visão bastante particular sobre as perspectivas e os desafios não apenas da ANDT, mas de todo o universo do Trabalho em nosso contexto.

Esta entrevista foi realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, onde Dr. Antônio assessora a área de relações de trabalho, no dia 18 de julho de 2011.

Iniciando-se no Direito do Trabalho

Minha relação com o Direito do Trabalho vem de longa data, porque meu tio, Carlos Fernandez de Brito, era amigo do Ministro Arnaldo Süssekind, de longa data, e ambos trabalharam juntos no Ministério do Trabalho. Assim, eu sempre tive um carinho especial pelo Direito do Trabalho. Carinho esse que deslanchou mais ainda quando o Dr. Arnaldo Süssekind foi ser ministro do trabalho e me convidou para trabalhar no seu gabinete.

Na ocasião eu ainda estava na faculdade, cursando Direito na Nacional, que hoje é a UFRJ, que já então era uma universidade muito boa. Isso foi entre 1966 a 1971, ou seja, num período um pouquinho complicado, mas de qualquer forma, para mim, foi um grande prazer poder trabalhar com o Ministro Süssekind, que então era ministro do governo Castelo Branco. Foi muito interessante a experiência, porque pude ver de perto o que é o poder e o quanto aquilo tudo é absolutamente efêmero. Aprendi que, no fim, o que importa são as pessoas e não os cargos.

Posso dizer então que Dr. Arnaldo me adotou, vamos dizer assim, profissionalmente. Eu era responsável apenas por levar os despachos e esperar as ordens, mas ele, com muita paciência e cortesia, não apenas despachava, mas comentava comigo as coisas, me ensinando, me mostrando como eram as coisas, dizendo o que ele ia fazer, escrever, etc. Ele, no fim, me tratava quase como um filho, pois como o filho dele, o Arnaldinho, era médico, acho que ele via em mim um pouco a possibilidade de passar todo o seu conhecimento. Assim, para mim foi um privilégio e um aprendizado tremendo. E, além disso, me deu uma paixão muito grande pelo Direito do Trabalho.

Trajatória Profissional

Depois que sai do Ministério, fui ser estagiário, naquela época solicitador, em um dos maiores

escritórios de advocacia de empresa aqui no Rio: a ATE, Assessoria Trabalhista Empresarial. Ela tinha uma grande banca e nós tivemos a oportunidade de trabalhar com o Fernando Piragibe e com o Curinato; o Curinato era o dono da banca e o Piragibe era o maior sócio. E trabalhei fazendo, num primeiro momento, Tribunal, pois na época, o preposto, solicitador, podia fazer audiência. Na ocasião, eu fazia mais audiências por dia do que hoje faço em um ano! Era muita coisa. Mas logo depois, eu passei a trabalhar mais com a parte preventiva, de consultoria, junto com o Fernando Piragibe, que era excelente. E assim fui me empregando ainda mais com o Direito do Trabalho.

Saindo de lá, fiz um concurso e fui trabalhar no que hoje é o Inmetro. Tratava-se de fiscalizar toda essa parte de pesos e medidas, fazer defesas do consumidor. E tudo isso foi muito interessante, pois me ajudou a formar-me em toda uma outra vertente, mais na área de procuradoria. Além disso, como a minha carga horária era pouca, pude então fazer, na Nacional de Direito, mestrado e depois doutorado no mesmo lugar.

Nesse período, quando eu já tinha terminado a parte teórica, houve um concurso na IBM do Brasil, onde eu fui ser advogado e onde tive também uma experiência muito interessante. Eu sempre me pautei por esse lado empresarial, mas com uma consciência muito forte da importância do lado social, porque capital e trabalho se interligam e hoje para mim isso é muito importante. E a IBM é uma companhia bem diferente. Sempre existiu ali o respeito às pessoas. De maneira que eu era lá muito mais o fiscal da lei do que aquele que dizia o que não fazer e o que fazer. Era uma companhia que preferia fazer a coisa certa, respeitar as pessoas. E isso há mais de 30 anos, quando ainda não era comum no âmbito empresarial. Ali, por exemplo, você e todos os outros funcionários tinham o direito de petição – creio que têm até hoje, se não me engano... Era então uma companhia que na época tinha cinco mil

funcionários no Brasil, com quatro reclamações trabalhistas por ano; isso incluindo o ramo da metalurgia! Assim que veja você que é uma coisa que funciona: o respeitar as pessoas, os trabalhadores. É algo que é eficaz e sai mais barato também.

Então lá eu fiz o primeiro *Labor Law Survey*, que era uma comparação entre o Direito americano com o nosso Direito, o que me possibilitou estar presente no conselho. Na realidade, se discordássemos de alguma coisa poderíamos reportar ao *board*, indicando o que achávamos, o que não estava adequado, pois a função da companhia era cumprir as leis do país. Foi uma experiência muito válida, muito interessante. Fiquei na IBM por dez anos.

Ainda trabalhando lá, um de meus colegas foi ser vice-presidente de recursos humanos na Reynolds Tabacos e me convidou para trabalhar com ele. Deixei então a IBM e fui para a Reynolds. Assim, fui alternando a parte de Direito com a parte preventiva, pois na área de recursos humanos você opera preventivamente. E a matriz da Reynolds queria adotar a mesma filosofia da IBM. Eu achei aquilo um desafio muito interessante e fui. Acabei ficando também dez anos.

Ainda me dedicando à área de recursos humanos, fui depois trabalhar numa outra empresa americana, operando sempre desta forma, preventivamente, e me dedicando muito à parte coletiva do Direito do Trabalho. Mais adiante, com o fim da reserva de mercado no Brasil e a liberação das importações, essa empresa, que tinha duas fábricas no país, acabou por fechar uma delas e diminuir drasticamente a área de recursos humanos. Então eu saí e, a convite do Eduardo Eugênio vim participar da gestão dele e me dedicar a esta parte de Relações de Trabalho na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Pois, por outro lado, eu sempre tive essa vivência com os trabalhadores. Ainda mesmo nessa semana, por exemplo, eu estive na posse da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Eu sempre achei que nós podemos ter nossas divergências, é natural, mas

no fim, nossos objetivos são os mesmos. E creio que os pontos de convergência são muito maiores que os de divergência. Entendo, portanto, que o futuro está no campo da negociação coletiva.

Acho muito interessante, por exemplo, o modelo que existe no EUA, onde você tem o direito estatutário, das leis, etc., e por outro lado, você tem o direito convencional, onde o que vale, fundamentalmente, é o acordo entre as partes. E quando os sindicatos estão fortes e bem amadurecidos, creio que é possível se construir isso. E é isso o que se observa agora no Brasil. Nós aqui na Federação das Indústrias defendemos a ideia que devemos incentivar o empreendedorismo, mas sempre com responsabilidade social, manifestada, principalmente, no respeito aos trabalhadores.

Cabe mencionar também que toda essa maneira de pensar devo muito a um estágio que fui fazer na OIT, Organização Internacional do Trabalho, na época em que meu tio, que já mencionei, Carlos Fernandes de Brito, foi diretor lá em Brasília. A partir desse estágio pude observar, avaliando a situação de diversos países, as várias tendências e perspectivas do Direito do Trabalho no mundo. E isso foi algo que me valeu muito!

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Meu patrono na Academia é o Ministro Marcondes Filho, por sugestão do Ministro Sússekind. Isso porque eu queria escolher a ele, mas como um outro colega que entrou comigo, o Lima Teixeira, já o tinha escolhido, então o Ministro Sússekind sugeriu que eu escolhesse o nome do Marcondes Filho, que havia sido o ministro do Trabalho com quem ele trabalhou quando tinha 24 anos, na época do Getúlio Vargas e que foi, efetivamente, o artífice da CLT.

Quando a Academia foi criada eu trabalhava ainda na IBM e Maria Luiza Gama Lima, que era minha colega de empresa, me contou que esta-

va sendo criada a Academia. Liguei então para o Ministro Sússekind que, de fato, confirmou e imediatamente me convidou para participar das primeiras reuniões que aconteciam na sede da LTr aqui no centro do Rio de Janeiro. Naqueles primeiros tempos, as reuniões da Academia eram, na verdade, saraus jurídico-laboralistas deliciosos, onde alguns admiradores do Direito do Trabalho iam, de maneira informal (hoje eu acho que a Academia está por demais formalizada) discutir e trocar ideias. Ali se reuniam figuras de primeira ordem do Direito do Trabalho, como o próprio Ministro Arnaldo Sússekind, o Dr. Arion Sayão Romita, que foi meu professor na graduação e pós-graduação... Enfim, era um clima muito interessante e rico; uma verdadeira confraria...

Na administração do Dr. Arion, cheguei a ser tesoureiro, mas depois, devido às minhas atividades profissionais na área empresarial, me era muito difícil participar de forma mais direta na gestão da Academia.

A partir daí, ela foi crescendo, crescendo bastante. Hoje acho que chegamos a um número bastante grande de acadêmicos. E neste processo de crescimento, o haver mantido o Rio de Janeiro como polo central foi interessante, porque não se dispersou. Por outro lado, acho que é preciso ter um número maior de advogados; hoje há muitos juizes e ministros... É importante haver um equilíbrio, para que possa existir um debate mais rico. A Academia precisa expressar na sua formação as tendências mais presentes no campo do Direito do Trabalho na realidade social: o equilíbrio entre capital e trabalho; a harmonização entre magistratura e advocacia; entre sindicalismo patronal e trabalhista...

Acredito que a Academia pode e deve participar do processo de renovação do Direito do

Trabalho no Brasil. Renovação essa que, como já mencionei anteriormente, está ligada a todas essas transformações que estão afetando o mundo do capital e do trabalho e que exigem um reposicionamento das instituições e dos gestores do Direito, fundamentado cada vez mais no princípio do acordo, da conciliação entre as partes e não no conflito. Por isso, volto a frisar, a importância de trazer para a Academia um número maior de advogados; que são aqueles que têm uma experiência mais vivencial das novas formas de organização que têm se observado no campo do cotidiano social. É isso que eu tenho procurado reverberar um pouco dentro da Academia... É claro que muitos juizes depois se tornam advogados, após suas aposentadorias, e são muito bem recebidos, mas de qualquer forma, acho que esse balanceamento é algo muito importante para munir a Academia de meios para enfrentar os desafios do presente e do futuro no campo do Direito do Trabalho no Brasil.

Vejo com muitos bons olhos, portanto, a forma como se tem feito a renovação dos quadros da Academia, porque, claro, o tempo vai passando e é natural que comecemos a ver mais gente nova chegando. Acho também que tem havido uma preocupação maior no quesito da representatividade geográfica: hoje temos gente do Brasil inteiro e não só do eixo Rio-São Paulo. E, por último, creio que toda essa mobilização através dos encontros, congressos, seminários é algo também muito positivo. Claro que às vezes por dificuldade de mobilidade nem sempre podemos nos deslocar para todos os eventos. Mas, pelo menos, um evento por ano creio que é algo muito razoável.

Creio que a Academia pode fazer muito para construir essa nova forma de pensar e fazer o Direito do Trabalho baseado não no confronto, mas na conciliação, no acordo, na harmonização.

Arion Sayão Romita



De certa forma, deixando de lado a falsa modéstia, posso dizer que a Academia começou a ter uma efetiva existência com a minha presidência.

Arion Sayão Romita

Aproveitando uma rápida visita a São Paulo, realizamos esta entrevista com o Dr. Arion Sayão Romita, no dia 21 de abril de 2011, no hotel em que estava hospedado no centro da cidade.

Foi uma das entrevistas mais longas, pois Dr. Arion além de ser um narrador nato, tem uma memória prodigiosa.

Não apenas relembra aspectos de sua trajetória, desde a infância, mas relaciona-os com os acontecimentos marcantes da história do Brasil, estabelecendo uma narrativa efetivamente contextualizada.

Detentor de uma formação cultural e jurídica esmerada, Dr. Arion desempenhou um papel mui-

to importante na história da Academia Nacional de Direito do Trabalho, principalmente durante o período em que foi presidente.

Foi durante a sua gestão, por exemplo, que se criou o Boletim e a Revista da Academia, além de outras grandes realizações narradas em detalhe, que deram um grande impulso à instituição, demarcando o início de uma nova etapa em sua história.

Esta entrevista apresenta-se como um documento histórico muito especial, por resgatar eventos e dados da Academia que, com o desaparecimento do livro de atas e outros documentos, ficariam irremediavelmente perdidos.

Vocação Histórica

Minha vida foi uma vida dedicada ao Direito e, mais especificamente, ao Direito do Trabalho.

Devo, sem dúvida, essa minha vocação ao meu pai, que era gráfico e dirigente sindical. Ele se interessava imensamente pelo sindicato; ocupou todos os cargos no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro: tesoureiro, secretário, presidente. E, por causa disso, o coitado foi cassado em 1964. Foi inclusive preso em 64, mas nada se apurou contra ele. Pouco depois o libertaram, mas ele ficou 10 anos sem poder votar. Para ele foi um grande sacrifício, uma grande dor (ele contou isso para nós) quando ele recebeu uma notificação do Tribunal Eleitoral para que comparecesse lá para devolver o título eleitoral. Aquilo foi terrível, porque ele passou a ser um cidadão pela metade; era um cassado, ficou 10 anos com os direitos políticos suspensos. Era essa a penalidade que eles impunham, em nome da “redentora”, da “Revolução de 1964”... De maneira que eu vejo com muitos maus olhos tudo o que vem daquele período. E não só daquele período, mas de todos os tempos em que vivemos ditaduras. É por isso que vejo com muitos maus olhos também outra ditadura anterior que foi a de Getúlio Vargas, a do Estado Novo, de 1937 a 1945... Também tenho muitas reservas das coisas que vêm daquele tempo...

Recordo-me muito bem de quando era aluno da escola primária (a minha se chamava Escola Uruguai). Havia, acho que todos os anos, uma solenidade realizada no campo do Vasco da Gama, em São Januário, na qual comparecia o então presidente Getúlio Vargas, e os meninos da escola primária eram obrigados a comparecer também. Cada um recebia uma bandeirinha brasileira de papel, de maneira que o estádio ficava inteirinho tomado de verde-amarelo, ocupado pelos meni-

nos da escola primária. No centro do gramado, ali onde se dá o pontapé inicial para o jogo de bola, erguiam um palanque ao qual subia Heitor Villa Lobos, o maior compositor brasileiro de toda história, mas, ao mesmo tempo, acredito eu, o maior puxa-saco de toda história do Brasil...

Lembro muito bem até hoje; eu tinha 10 anos e tive que comparecer a uma dessas solenidades no campo do Vasco da Gama e o Heitor Villa Lobos regia o coro... Claro que aquilo tudo já tinha sido ensaiado, antes, em muitos colégios primários pelas professoras de canto orfeônico, de maneira que não era nenhuma novidade para nós, todo mundo sabia o que iria acontecer lá. E o Villa Lobos regia canções patrióticas, pois o Brasil nesse tempo estava em guerra. Eu me lembro de uma canção que nós éramos obrigados a cantar – não eu, porque eu era apenas ouvinte; sou completamente desentoadado, não tenho ritmo e não consigo alcançar as notas, nunca consegui, não nasci para isso... Mas me lembro muito bem da melodia e da letra. O estribilho dizia assim: *Se algum dia eu partir para a guerra, eu irei bem contente e feliz...* Imagine, as pessoas tinham que sentir felicidade partindo para a guerra!

Também havia outras canções; uma, por exemplo, que era uma saudação ao chefe da nação e assim por diante... Era assim que ele era tratado, Getúlio Vargas, o ditador Getúlio Vargas. Eu me recordo que Villa Lobos regia o coro dos meninos dizendo o seguinte: *Viva o Brasil! Viô!* Esse *Viô!* era o sinal para que todos os meninos agitassem suas bandeirinhas, de maneira que de longe aquilo ficava muito bonito. Getúlio ficava numa felicidade única vendo aquilo! *Salve, Getúlio Vargas, viô!* – Bandeirinha! *A juventude deposita sua fé, sua esperança e sua certeza do futuro no chefe da nação! Viô!* – Bandeirinha! Coisa horrível! Eu tenho verdadeiro pavor de contar isso,

mas as gerações atuais desconhecem, ignoram... Nada disso é revelado.

Muito do que se passou no tempo do Estado Novo ficou esquecido de propósito, caiu lá no fundo dos escaninhos da história e pretendeu-se passar um tipo de borracha sobre esse assunto, porque o Brasil correu o risco de entrar na guerra do lado dos fascistas, dos nazifascistas. Havia uma corrente no governo do Getúlio Vargas na época que era plenamente a favor do nazifascismo. Era a corrente do Filinto Müller, Francisco Campos, Eurico Gaspar Dutra, Góis Monteiro. Contra essa corrente, havia uma outra, pró-aliados, onde estava o Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, e outros mais, principalmente da área civil. Na área militar eram quase todos a favor do nazifascismo, e como Getúlio não era nem fascista, nem nazista, mas sim getulista – o que ele queria era ficar no poder – então ele ficava aguardando os acontecimentos, dependendo do andar da carruagem, ele se bandearia para um lado ou para o outro. O que aconteceu é que a história o obrigou a ingressar na guerra para o lado dos aliados, por circunstâncias geopolíticas perfeitamente compreensíveis. E veio então o presidente Roosevelt ao Brasil... É uma cena muito conhecida: ele desfilando de jipe, em Natal – ele não foi ao Rio de Janeiro, a capital, mas ele foi a Natal. Por quê? Por causa da base norte-americana; parece que até hoje ainda existe uma base norte-americana na cidade Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Os americanos precisavam daquilo por causa da África, da guerra na África, para servir de trampolim. E o Getúlio então conseguiu do Roosevelt a promessa de instalar uma siderúrgica em Volta Redonda, foi aí que surgiu a Companhia Siderúrgica Nacional. Quer dizer, de certa forma ele agiu como estadista, porque ele viu antes de tudo o interesse do país, claro, fez o que devia fazer, que se esperaria de um homem sensato; e

sensato ele o era, sem dúvida alguma. Com todas as restrições que se possam fazer ao Getúlio, que eu faço muitas, mas isso nós não podemos deixar de reconhecer: ele tinha visão de estadista, tinha essa visão de se manter no poder, mas visando àquilo que ele achava que seria o bem do Brasil. No fundo ele não era mal intencionado, ele era um homem de bem... o que não se pode dizer depois dos ditadores que vieram com a revolução de 1964!

Mas voltando à minha história, à minha vocação ao Direito, creio que em parte tenha sido por causa de meu pai e, por outro lado, pelo fato de eu gostar muito de idiomas...

Fiz um curso muito bom no colégio Pedro II; fui o primeiro aluno da turma. E, sabia que o vestibular para Direito não seria nada fácil, pois naquele tempo cada Faculdade fazia o seu vestibular. E as provas para a Faculdade de Direito eram quase todas de idiomas: português, latim, francês... Havia um exame oral e outro escrito, apenas a prova de História que era só escrita...

Essa prova de História, aliás, armou uma surpresa muito grande para os meus colegas do Pedro II. Na verdade foi um desastre, porque a questão que foi exigida aos vestibulandos (até hoje eu me lembro disso) era sobre independência das colônias inglesas na América. Então muita gente começou a escrever sobre a independência do Canadá, da Guiana, porque se fosse a independência dos Estados Unidos todo mundo saberia, mas independência das colônias inglesas na América! Foi fracasso total. Então como é que pode uma prova de História reprovar? Mas a reprovação foi em massa, em massa! Eu passei muito bem, terceiro ou quarto lugar no vestibular; gostei muito daquilo.

Carreiras Paralelas

Ingressei então na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, denominação histórica da atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual me formei no ano 1956.

Recém formado, fui encaminhado por um querido professor meu, da cadeira de Direito do Trabalho, chamado Evaristo de Moraes Filho, ao escritório de um renomado advogado trabalhista, cujo nome era Mario Borghini. Infelizmente Dr. Borghini morreu prematuramente, com 45 anos incompletos, no ano de 1960. Era um grande advogado.

Com a sua morte assumi o escritório e veio então trabalhar comigo a filha do Doutor Mario Borghini, que se chamava Liane Borghini. Continuamos com a clientela que existia anteriormente e assim foi nascendo minha vocação de advogar na área trabalhista, porque esse escritório era especializado em matéria trabalhista.

Durante oito anos eu fiquei só na advocacia, mas chegou uma certa altura que eu comecei a ponderar que a advocacia liberal era alguma coisa muito interessante e muito rentável, porém arriscada. Assim, pensando no futuro, resolvi que tinha de fazer concurso para algum cargo público. Um colega de escritório chamado Alberto Alves Moreira Filho soube que estavam abertas as inscrições para delegado de polícia (na época chamava-se comissário de polícia) do então Estado da Guanabara. Eu relutei um pouco, porque tinha passado aquele tempo todo – 18 anos – sem nenhum contato com Direito Penal, mas diante da insistência dele, no último dia, já terminando o prazo de inscrição, fomos lá para Escola de Polícia fazer a inscrição. Resultado: eu passei em primeiro lugar e ele foi reprovado, coitado.

Dentro já da Escola de Polícia, fui nomeado comissário de polícia, mas ganhava pouco e, além disso, o ambiente lá não era muito bom... Muita gente tem restrição, tem preconceito contra atividade de policial, mas eu sempre pensei que desde que não me envolvesse em falcatura não haveria problema... Corrupção eu vi, mas nunca me envolvi e isso nunca me afetou pessoalmente, mas então logo comecei a pensar que precisava fazer algo diferente, ir para frente...

Dois anos depois eu fiquei sabendo que estavam abertas as inscrições para o Ministério Público do então Estado da Guanabara. Nessa altura nós estávamos no ano de 1968, portanto muito tempo antes da Constituição de 1988. E me refiro a isto porque foi com a Constituição de 88 que veio a proibição de advogar para os membros do Ministério Público. Até então era permitido. Assim, minha ideia era ser membro do MP e, ao mesmo tempo, manter a advocacia trabalhista; o que era plenamente permitido.

E assim foi... De maneira que eu tive essa duplicidade em minha carreira. Eu costumava dizer que eu sou meio bígamo ou meio anfíbio; porque eu atuo, atuei, em duas áreas diferentes: no Ministério Público e, simultaneamente, na advocacia trabalhista; que não tinha muita ligação com aquela outra atividade, mas que eu conseguia tocar muito bem, pois conseguia dividir bem o tempo. Meu tempo rendia.

Nesse meio tempo, a filha do Mario Borghini, a Dra. Liane, se casou e depois de ter o primeiro filho afastou-se definitivamente do escritório e do Direito e eu fiquei sozinho com o escritório trabalhista, como tenho até hoje. Nessa altura a atividade do Ministério Público não me estorvava em nada, não constituía empecilho para o exercício da advocacia e eis que me surge um convi-

te muito honroso para ser advogado da Light, o qual, certamente, aceitei.

Ao mesmo tempo, o vice-presidente da Light, o Professor Caio Tácito, que era também ao mesmo tempo diretor da Faculdade Direito, precisava de um substituto para lecionar Direito do Trabalho na vaga deixada pelo falecimento do então catedrático Nélio Reis na UERJ, que naquele tempo ainda era Universidade do Distrito Federal (UDF).

Fiquei lecionando Direito do Trabalho e lá fiz carreira, chegando a Professor Titular. Um pouco depois disso, fui convidado também a lecionar no curso de doutorado (isso foi antes da sistematização dos cursos de pós-graduação, como hoje existe) em Direito do Trabalho na antiga Universidade Nacional, a atual UFRJ. Assim, eu passei a lecionar nas duas faculdades, tanto na Nacional como na UERJ, e mantive isso durante anos e anos, porque nessa altura ainda era permitida a acumulação de cargos públicos.

A Constituição de 1988 me atrapalhou a vida, porque proibiu acumulação. Pois, como eu dizia, naquela altura eu tinha um cargo técnico (membro do Ministério Público) e dois cargos de magistério, em duas universidades públicas (Estadual e Federal). Num primeiro momento, isso fez com que eu me desligasse da Universidade Federal. Logo depois me aposentei na UERJ e, enquanto isso, fiz concurso na Federal para titular e passei. De maneira que eu sou, como se costumava dizer, “bi-catedrático”!

Deixando minha falsa modéstia, posso dizer que esse concurso na Federal (antiga Nacional) foi uma coisa extraordinária para mim... Eu simplesmente obtive grau dez em todas as provas com os cinco examinadores! Segundo estou informado isso é muito raro, se é que existe outro caso

no Brasil! Em geral os candidatos nos concursos não obtêm dez justamente por faltar o título de titular, mas não era o meu caso porque eu já era titular na UERJ.

Com o passar do tempo eu fui obrigado a me desligar da Nacional e também da UERJ, passei a lecionar apenas na pós-graduação, pois eu já me considerava um pouco cansado, depois de praticamente 30 anos lecionando na graduação.

É muito penoso, nem tanto por dar aula – eu nunca considerei dar aula um trabalho penoso – era mais por causa da correção de provas, apesar de ser esse um nome inadequado: o professor não corrige, o professor julga, aprecia, avalia e lança uma nota. Entretanto, se a nota é inferior a 10, ele consegue vários inimigos para o resto da vida. Todos os estudantes se julgam com direito a nota 10, então existe a famigerada revisão da prova e aquilo me deixava bastante aborrecido... De maneira que eu acabei me aposentando.

Não me aposentei pela compulsória, ainda que, de qualquer maneira mais tarde eu cairia na compulsória, já que tenho muito mais que 70 anos; tenho 77! Assim que me aposentei na UERJ, me desliguei da Federal e acabei por seguir no Ministério Público. Fiz a carreira toda; galguei todas as promoções e me aposentei como Procurador de Justiça. De maneira que eu sou hoje Procurador de Justiça aposentado.

Pouco depois disso, sabendo que eu então tinha disponibilidade de tempo, os coordenadores do curso de pós-graduação da Universidade Gama Filho me convidaram para assumir uma cadeira lá, o que para mim foi excelente. Isso porque eu mantive contato com os estudantes, com a juventude, com o mundo acadêmico. E isso provoca a necessidade de aquisição de livros... E eu tenho uma quantidade de livros em casa... Meu

problema é que os livros estão saindo pelo ladrão, por falta de espaço... Eu tenho livros em três lugares diferentes: no meu apartamento no bairro do Flamengo; no escritório da cidade, que fica na rua Senador Dantas; e no outro escritório que fica na rua Santa Luzia.

Pois aí estão espalhados meus livros e eu os consulto praticamente todos os dias, inclusive de sábado, domingos e feriados! Isso eu aprendi com o meu professor Evaristo de Moraes Filho, que foi meu grande mestre na faculdade. Ele costumava dizer: *o catedrático tem que ter livros em casa, porque se ele tem uma ideia ou ele tem necessidade de aprontar um trabalho, não tem que ter medo de avançar no fim de semana, Semana Santa, o que seja... Ele, portanto, tem que ter acesso aos livros, tem de tê-los em casa...* E assim eu fiz uma divisão, uma separação: os livros que eu necessito para consulta imediata, para fins profissionais, ficam no escritório da cidade; e os livros para preparar aulas, escrever trabalhos, teses para congresso, etc., eu tenho em casa.

Tenho livros não só de Direito do Trabalho; tenho quantidade enorme sobre outros assuntos e não só da área do Direito; tenho muitos livros de literatura, história, sociologia, matérias que sempre me atraíram e seduziram.

Formação Complementar

Eu tenho três cursos superiores; não sou formado só em Direito não. Simultaneamente com o curso de Direito na graduação eu fiz o curso de Museologia, que naquele tempo pertencia ao Museu Histórico Nacional (hoje passou para a UNIRIO) e do qual era diretor uma grande figura chamada Gustavo Barroso, cujo nome causa arrepios a muita gente por causa da sua ideologia política. Na verdade, ele era um fascistão de

marca maior, terrível, muito conhecido, temido e depois muito desprezado... Por outro lado, porém, era um grande professor, um grande expositor e um profundo conhecedor da matéria... De maneira que esse curso de Museologia para mim foi de uma extraordinária utilidade, porque eu passei a conhecer assuntos que a maioria das pessoas ignora até mesmo a própria existência.

Outro curso que fiz, depois de formado em Direito foi o de Letras; isso porque sempre tinha sido uma grande vontade minha a de estudar o latim e também algumas línguas neolatinas, pois eu achava que precisaria delas na minha carreira, tanto na Advocacia quanto no exercício do Ministério Público. Então procurei me informar sobre o acesso ao curso de Letras Neolatinas na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UERJ. Disseram-me então que eu poderia ficar dispensado do vestibular caso fizesse isto, aquilo e mais aquilo... e eu perguntei: *onde é que eu dou o nome para fazer o vestibular?* Era tanta burocracia, tanta coisa, que era mais fácil fazer o exame de vestibular. Fiz aquilo com o pé nas costas e completei o curso de Letras Neolatinas, inclusive com a Didática; de maneira que eu tenho, oficialmente, o título de Professor de professores, em latim, francês e espanhol. Nunca lecionei, porém. Tinha alunos particulares, desde o tempo do Pedro II, porque sabendo que eu era bom aluno, as mães, quando o filho ou a filha estavam em dificuldade, me chamavam para eu preparar para um exame de segunda chamada ou segunda época... O que, aliás, era muito bom, porque eu era rapazinho e precisava de um dinheirinho para algumas finalidades que eu não posso dizer aqui... De maneira que eu sempre gostei muito de lecionar, mas nunca me atrevi a lecionar oficialmente em curso ginásial, como se chamava antigamente. Apesar de ter tido um honroso convite de uma professora minha de francês, cha-

mada Marcela Mortara, que queria um professor (ela não queria professora, porque achava que os meninos eram muito bagunceiros e que, a figura de um professor do sexo masculino seria melhor do que um do sexo feminino). Eu agradei muito à professora a indicação, mas lamentavelmente... Mas por que então por que vim a fazer esse curso? Para enriquecer a minha personalidade e porque eu preciso dos idiomas; preciso conhecer bem, ou tanto quanto possível bem, francês, italiano... Inglês nem tanto, porque meu inglês era do Pedro II... E mais tarde fui fazer também um curso de alemão; separado, isolado, porque para mim era absolutamente necessário que eu dominasse esses idiomas, por causa da literatura técnica. Os bons livros de Direito, estão todos eles escritos em alemão, francês, italiano, espanhol e inglês. Que me desculpem os chineses, japoneses, árabes, que provavelmente devem ter livros muito importantes, mas nessa altura eu não consigo, não me atrevo. De maneira que eu nunca lecionei oficialmente em curso de nível médio, apesar de admirar muito e respeitar imensamente... Tenho muita saudade do meu curso no colégio Pedro II... Tenho uma adoração pelo magistério secundário; acho talvez a profissão mais nobre que se pode imaginar. Trabalhar para a formação do jovem, do estudante, do futuro cidadão, talvez seja a mais importante de todas as profissões.

A Academia Nacional de Direito do Trabalho

A Academia Nacional de Direito do Trabalho foi criada em 1978 e logo que ela foi criada eu fui convidado a ingressar, a participar dela. Desde o começo, porém, eu sabia que ali estava uma quantidade de pessoas que não eram advogados militantes; não eram professores de Direito do Trabalho; não eram, enfim, gente da área, de

maneira que eu, polidamente, recusei o convite para ingressar como fundador.

Mais tarde, já na presidência do professor Amauri Mascaro Nascimento, que foi o segundo presidente, ele mesmo veio até mim e perguntou se eu não era da Academia. Eu então respondi que não e ele mais do que depressa: *O senhor não quer entrar?* Então, naquelas condições eu respondi que sim. Foi aí que meu nome apareceu lá.

Pouco tempo depois, num congresso da LTr, aqui em São Paulo, quando já se pensava na sucessão do Cássio Mesquita Barros, que foi o terceiro presidente, o ministro Arnaldo Süssekind, que sempre foi considerado, com justa razão, uma personalidade à parte no mundo trabalhista brasileiro – pela história dele, pela honradez, pela capacidade de trabalho, pelo saber profundo que tem, além do seu grande entusiasmo pela Academia – ele então me chamou para jantar e disse: *Olha Arion, a presidência da Academia já está a dois mandatos em São Paulo e agora, na sucessão do Cássio, eu gostaria que ela voltasse para o Rio de Janeiro* – pois, como você deve saber, a Academia começou no Rio e ele tinha sido o primeiro presidente, mas depois dele vieram dois outros de São Paulo; o Amauri Mascaro e o Cássio de Mesquita Barros... *Eu queria* – continuou ele – *que você assumisse a presidência. Bom, Arnaldo* – respondi – *eu me sinto muito honrado com essa sua lembrança, mas acho que eu não tenho estrutura para isso; eu só poderia aceitar com uma condição: que fosse com o auxílio da LTr.* Eu mal estava entrando na Academia e já me via sendo convidado para a presidência... Era muita coisa e então achei que o apoio da LTr seria fundamental. Mas Arnaldo Süssekind é um articulador genial e, imediatamente, apresentou a solução: convidaria o presidente da LTr, o Dr. Armando Casimiro Costa, para ser o vice da chapa comigo.

Todos concordaram e foi providencial, pois a partir de então a Academia passou a ter um lugar para realizar suas reuniões, que foi no escritório da LTr no Rio de Janeiro, na rua Anfilóbio de Carvalho. E tudo com a ajuda do diretor da LTr no Rio, Dr. Nélon Antônio Gomes, que é uma grande figura, um amigo de todos nós, uma excelente criatura. Ele colocou todo o aparato da LTr ao nosso dispor, inclusive um local para conservar a comenda que a Academia conseguiu... Sim, porque fiquei sabendo do caminho das pedras para postular essa comenda, a do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Postulei a comenda pela Academia e ganhamos. Eu, como presidente da Academia, fui a Brasília para receber a comenda. Mandei colocar em uma redoma de plástico ou de vidro, não me lembro bem, em cima de um pedestal – foi feita uma armação muito bonita... E ela ficou lá, no escritório da LTr no Rio de Janeiro. Muito pouca gente sabe que a Academia tem essa comenda... O problema é que, com a passagem da presidência do Rio para Brasília, com a eleição do ministro Orlando Teixeira da Costa, a comenda desapareceu...

Na verdade, não só a comenda, mas muita coisa que era da história da Academia desapareceu nesta época. Isso porque o Ministro Orlando Teixeira morreu antes de terminar o mandato e toda a documentação ou pelo menos grande parte dela desapareceu com a morte dele, inclusive a comenda...

As Realizações de um Presidente

Durante a minha presidência, continuei promovendo congressos e nessa época passaram até a render. Quando passei a presidência, passei com as “burras cheias”, com um bom dinheiro em caixa.

De certa forma, deixando de lado a falsa-modéstia, posso dizer que a Academia começou a ter uma efetiva existência com a minha presidência. Isso porque tomei uma série de medidas para organizar e dar uma estrutura efetiva para a Academia.

Para começar, para se ter uma ideia, quando eu assumi a presidência não havia número fixo de acadêmicos. O estatuto previa o número de 100, mas quando fui fazer a lista dos acadêmicos vi que existiam 110! E, além disso, não havia uma regra eleitoral clara. Até então a pessoa era convidada e se ela aceitava já começava a fazer parte quase que automaticamente. Não havia eleição! E tampouco havia numeração das cadeiras! De maneira que a primeira grande realização que eu atribuo a minha presidência foi exatamente essa: fazer a correspondência do nome do acadêmico com a respectiva cadeira. Resolvi então fixar o número da cadeira para cada acadêmico e assim, comecei com a de número um, que atribuí ao Ministro Arnaldo Süssekind, e daí por diante. Desta forma ficou claro que só se poderia nomear alguém quando vagasse uma cadeira e não de forma indiscriminada.

Outra preocupação também foi a de estabelecer a grafia correta do nome dos acadêmicos, porque não se sabia e estava uma grande confusão. Acontece que em alguns acadêmicos constava apenas um sobrenome ou apenas um nome quando na verdade eram dois. E também a grafia mesmo dos nomes... Uma das coisas mais desagradáveis é você ver o seu nome escrito de maneira errada e isso eu tentei corrigir na minha passagem pela presidência da Academia.

Outra medida importante em minha administração foi a de regularizar a cobrança da anuidade, porque a maioria dos membros da Academia não pagava anuidade. Só pagavam mesmo aque-

les que compareciam à Assembleia Geral, que se realizava uma vez por ano, durante o congresso da LTr em São Paulo. Por causa disso as finanças da Academia eram muito minguadas.

Com o apoio do Antônio Carlos Bento Ribeiro, que era então tesoureiro da Academia, decidimos que quem fosse da Academia teria que pagar anuidade, participasse ou não da Assembleia Geral. Ele era tipo um cão perdigueiro, que fica farejando os devedores, e dizia: *Olha, presidente, esse aqui tem três anos que não paga, então na próxima reunião de diretoria será excluído...* Ai eu propunha, claro, com aprovação de toda a diretoria, a exclusão deste membro. E assim fomos, ao mesmo tempo, resolvendo o problema financeiro e o problema do excedente de acadêmicos... Tudo, obviamente, era consignado em atas, mas, infelizmente, esse livro de atas da minha presidência também desapareceu...

Por outro lado, ainda dentro desse tema das anuidades, ponderei que para recebê-las haveria de ter conta no banco, e para ter conta no banco tem que ter personalidade jurídica... E não havia nada disso! Então disse: vamos fazer! Contratou-se um despachante, um contador que já fazia esse serviço para a LTr, o Nazareno, e ele saiu a campo. Preenchemos todas aquelas formalidades, exigências, atas, registradas, todas essas coisas... E tudo isso foi feito no Cartório do Registro das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro, porque, pelo estatuto, a sede da Academia é no Rio de Janeiro; para efeitos oficiais as coisas têm que se passar no Rio de Janeiro. Então, essas atas cuja restauração está sendo feita agora, terão de estar lá no cartório das pessoas jurídicas.

Com o que foi feito, então, durante a minha presidência, a Academia passou ter uma existência jurídica perfeita; passamos até a apresentar declaração de imposto de renda, porque a Acade-

mia sendo uma entidade sem fins lucrativos, não paga imposto de renda, mas é obrigada a fazer a declaração, sob pena de pagar multa...

Outra realização também muito importante foi a instituição do patrono, que é uma tradição de Academias. A princípio toda cadeira deveria ter um patrono, mas quando comecei a investigar vi que não era assim. Então, comecei a escrever a todos os acadêmicos, pedindo para que eles indicassem o seu patrono. Mas foi uma grande dificuldade porque eram 100 pessoas, e tudo isso mediante correspondência, pois naquele tempo não havia e-mail! Então eu convidava o confrade a indicar o patrono; alguns fizeram, a maioria não fez... Então convidei-os mais uma vez a fazer uma indicação, mas com um adendo: de que no silêncio entendia-se que tinha sido outorgada tacitamente a autorização a diretoria para a escolha do patrono. E assim, acabei por indicar para patronos muitos amigos e pessoas que eu tinha muita admiração. Então, por exemplo, Mário Borghini é um dos patronos da Academia. Hoje em dia ele é uma pessoa esquecida, infelizmente, porque morreu em 1960, mas o nome dele acabou ficando perpetuado, graças ao fato de ele figurar como patrono de uma cadeira da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Outra realização foi a instituição da posse solene. Quando eu, por exemplo, tomei posse, a pessoa simplesmente assinava o nome e entrava na lista! Então, durante a minha presidência, sugeri a realização de uma solenidade, por ocasião da posse de um novo acadêmico, durante um congresso, um seminário, porque via que não era possível fazer uma sessão da Academia destinada exclusivamente a dar posse; o que acontece com outras atividades congêneres, como por exemplo, a Academia Brasileira de Letras, ou a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, da qual também

faço parte... Na Academia Nacional do Direito do Trabalho, a posse passou a se realizar, então, durante um seminário ou um congresso. Isso não só por causa da facilidade, de se ter um auditório e para aproveitar uma presença maior dos acadêmicos, mas também para divulgar o nome da Academia e, ao mesmo tempo, fazer com que o acadêmico também se sinta prestigiado. Pois ele tem ali, de alguma forma, uma plateia; ele faz um pequeno discurso, é recepcionado também com o discurso razoavelmente curto do presidente, assina o termo de posse, lavra-se a ata e tudo isso... Todos gostam e ficam muito satisfeitos. Eu mesmo dei posse a muitos acadêmicos fora do Rio de Janeiro. Lembro-me, por exemplo, da posse do acadêmico Sebastião Furtado, que se realizou em Lages. Por que Lages? Porque é a terra dele! Então realizamos um congresso em Lages, para que o Sebastião Furtado tomasse posse... A acadêmica Rosita de Nazaré Sidrin Nassar, que hoje é desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, de Belém do Pará, tomou posse também durante a realização de um seminário em sua cidade. Eu fui então a Belém para dar posse... E assim sucessivamente, vários outros... Sempre com uma cerimônia singela, mas cercada de um significado especial!

Todas essas decisões, realizações que eu ia propondo se davam, evidentemente, com o apoio da diretoria, nas reuniões que eram feitas na sede da LTr, na rua Anfilóbio de Carvalho, nº 29, 6º andar, no Rio de Janeiro. Além do Arnaldo Sússekind, que nunca faltava, vinha também o secretário, que era o Haddock Lobo; vinha também o tesoureiro, que era o Antônio Carlos Bento Ribeiro. E vinham outros que queriam comparecer, como por exemplo, o Arthur Seixas, infelizmente já falecido; era membro da Academia, embora não fosse diretor, mas queria participar

das reuniões, e era muito bem-vindo, dava as opiniões...

E assim íamos, pouco a pouco, dar uma feição mais atuante, mais institucional à Academia, procurando suplantar as limitações, que eram muitas!

Uma dessas limitações mais graves era, por exemplo, a comunicação. A comunicação era feita por via postal, de forma precária e descontínua e muitas vezes era difícil que os acadêmicos tomassem conhecimento dos eventos, dos acontecimentos importantes que aconteciam... E foi então que surgiu a ideia de criar um boletim da Academia.

Para isso, mais uma vez, pedi a intervenção da LTr, pois eles já tinham então uma estrutura mais do que adequada para imprimir e distribuir o Boletim. E assim foi: a LTr se encarregou e passou a distribuir o Boletim e faz isso até hoje graciosamente, sem cobrar um tostão de custo. Isso foi algo extraordinário para a Academia.

Em relação à criação da Revista também foi a mesma coisa, pois ela da mesma forma é editada pela LTr, também sem custo. Porque nós sabíamos que uma revista dessa natureza, institucional de uma Academia, normalmente não é economicamente viável. Ainda que, desde o início, quiséssemos criar uma revista de alto nível, com excelente conteúdo e com a colaboração de autores importantes, referências na área do Direito do Trabalho. De maneira que é uma Revista que se lê e se guarda, para ser relida, consultada... E para mim tem sido uma grande alegria quando vejo que muitas vezes artigos dela estão sendo citados em trabalhos de grandes juristas brasileiros, aparecendo em nota de rodapé que tal trabalho foi publicado na Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho, ano tal, página tal... Então

vejo o quanto a Revista está produzindo resultados! Considero a criação da Revista como uma grande realização da minha presidência!

Para dirigir a Revista, contei com a colaboração do Júlio Assumpção Malhadas, que era professor catedrático da Universidade do Paraná. Era muito meu amigo e ficou entusiasmado. Editou muitos e muitos números, até que chegou um ponto em que, já doente, deixou a direção da revista para a talentosa confreira Yone Frediani, assumindo depois aquele encargo um outro confrade nosso, ex-aluno meu da Faculdade: Dr. Gustavo Adolpho Vogel Neto, que é diretor da Revista até hoje. É uma pessoa cuidadosa, meticulosa, alguém perfeito para dirigir a Revista. Tanto é que o Nelson Mannrich decidiu mantê-lo e ele continua fazendo um trabalho admirável!

O Presente e o Futuro da Academia

Hoje eu vejo a Academia como uma instituição de escol. Não fosse isso, ela não seria tão procurada. Há poucos dias atrás eu recebi, de um colega advogado do Rio de Janeiro, uma solicitação para entrar na Academia. Eu então disse que não havia vaga e ele replicou alegando a morte do Professor Russomano, do Rio Grande do Sul. Eu então tive de informá-lo que o Prof. Russomano tinha sido membro, mas há muitos anos, ainda na minha presidência ele tinha renunciado, e que assim o falecimento dele não significava abertura

de vaga para a Academia... De maneira que existe uma procura muito grande, de juristas do Brasil inteiro, para entrarem para a Academia!

A Academia já tem, sem dúvida, uma obra, uma história... A coleção de revistas é um repertório de trabalhos doutrinários de grande valor; as realizações da Academia através dos congressos que tem realizado pelo Brasil afora... E não digo isso apenas por causa da minha presidência não, digo por todos os demais que seguiram... No tempo da presidência da ministra Maria Cristina Irigoyen Pedduzi, ela promoveu congressos no TST em Brasília, de grande repercussão, inclusive internacional. O presidente Georgenor de Sousa Franco Filho também realizou várias solenidades com essa finalidade... Não quero cometer a injustiça de omitir algum outro presidente, mas o que me vem à memória de pronto, são esses congressos que eu me recordo muito bem; da ministra Maria Cristina e do desembargador Georgenor, que foram presidentes, cada qual em seu período! De maneira que eu vejo a Academia como uma instituição de primeiro plano, no campo dos estudos do Direito do Trabalho no Brasil. Inclusive é comum que autores de livros, que são membros da Academia (eu mesmo costumo fazer isso) incluam abaixo de seu nome a referência: Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho. E isso porque os próprios acadêmicos reconhecem o peso institucional e o prestígio que significa ser membro da ANDT.

Arnaldo Lopes Süssekind



*A Academia é resultante da necessidade de
formalização dos debates indispensáveis sobre o
Direito do Trabalho no Brasil.*

Arnaldo Lopes Süssekind

Figura ímpar no âmbito do Direito do Trabalho no Brasil, Arnaldo Süssekind é, sem dúvida, um dos personagens mais representativos da Academia Nacional de Direito do Trabalho ainda vivos. Devido a sua carreira extraordinária (ministro de Estado em dois governos, ministro do TST, membro de inúmeras Academias, associações e sociedades, autor da CLT...) foi diversas vezes procurado, entrevistado, estudado e sua vida e obra já foram objeto de muitos estudos, biográficos e acadêmicos, disponíveis hoje em meio impresso e digital.

Diante disso, nossa entrevista com o Ministro procurou não insistir tanto em sua trajetória de vida (um dos objetivos centrais de nosso estudo), o que não apenas geraria repetições desnecessárias, mas, principalmente, poderia certamente cansar este jovem homem ancião, que já conta com mais de 93 anos.

E efetivamente, ao chegarmos ao Rio especialmente para entrevistá-lo, não nos pôde rece-

ber na data marcada por se encontrar indisposto fisicamente. Com muita boa vontade nos recebeu no dia seguinte, de forma generosa e simpática, ainda que demonstrasse um visível cansaço diante do esforço de lembrar e falar.

Levando em conta todos esses fatores nossa entrevista foi curta, centrada fundamentalmente nas questões concernentes à fundação da ANDT e seus primeiros anos, quando o Ministro teve uma atuação determinante.

Mesmo assim, foi inevitável que entre lembranças pertinentes a Academia, o Ministro narresse alguns episódios de sua trajetória pregressa, assim como evocasse fatos marcantes da história do Direito do Trabalho no Brasil.

A entrevista com o Min. Arnaldo Süssekind foi realizada no dia 14 de abril de 2011 na sua residência, no Rio de Janeiro.

O Início da Carreira

Comecei minha carreira no Ministério do Trabalho como auxiliar de escrita. Eu era estudante de Direito e diante disso o Procurador Geral um dia me disse: *Arnaldo, você vai trabalhar dando pareceres. Você não vai assinar, é só para treinar; você dá o parecer e eu assino.*

É claro que ele, como Procurador Geral, via e, se estivesse de acordo, assinava, mas se não tivesse conversava comigo. Eu comecei assim. Isso durante dois anos. Dois anos depois eu me formei.

Logo depois houve um concurso para o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público (Infelizmente o presidente Sarney acabou com o DASP, mas o DASP punha ordem no serviço público...). Mais do que concurso, foi uma prova de habilitação, porque era para o pessoal que estava em exercício, não era um concurso aberto; era para o pessoal que estava em exercício nos vários ministérios em função jurídica, com o título de assistente técnico, sub-assistente técnico, escrivão, etc. Eu era assistente técnico na ocasião e fui bem classificado no concurso.

Era praxe então que a Dra. Beatriz, uma das supervisoras do DASP, chamasse os cinco primeiros colocados do concurso, entre os quais eu estava, e perguntar em que Ministério queriam ficar. Eu me lembro que ela disse: *Naturalmente vocês querem ficar todos no Ministério da Fazenda...* Mas eu disse: *Não senhora, se for possível escolher eu prefiro ficar no Ministério do Trabalho. Alguma razão especial?* – perguntou ela. *Sim, a questão é que eu já estou lá no Trabalho, dando parecer inclusive sem assinar, pois é a Procuradoria Geral quem assina, mas agora que eu sou assistente jurídico, posso assinar, então prefiro ficar lá.* E fiquei. Um pouco mais tarde o Getúlio criou a Justiça do Trabalho e os assistentes jurí-

dicos passaram a procurar. Eu fiz prova para assistente jurídico, não para procurador, mas eis que logo depois eu já era procurador. E foi como procurador da Justiça do Trabalho que eu fiz a carreira toda.

O Encontro com Getúlio Vargas

Foi então, como procurador que fui chamado a colaborar diretamente com o Getúlio Vargas... Na verdade, eu já o conhecia desde a época em que era estudante...

A Alzirinha, filha do Getúlio, era a secretária dele, secretária da Presidência e foi minha contemporânea na faculdade. E na faculdade, naquelas lutas acadêmicas pró-Getúlio, contra-Getúlio, Armando Salles, etc., ela se uniu muito a mim e me levou ao pai, ainda na faculdade, dizendo: *esse aí é um moço que é nosso, briga pelos nossos direitos, pela gente...* Enfim, me fez o cartaz e o Getúlio me tratou muito bem e disse: *sempre que precisar basta telefonar para o Alvim* – chamou o Alvim, que era o secretário particular, e disse: *Alvim, esse rapaz tem porta aberta aqui no palácio.* Abriu-me as portas do palácio e ele realmente de vez em quando me chamava. Chamava-me e dizia: *eu recebi um projeto de fulano de tal e queria a sua opinião.* Houve uma vez que ele disse: *eu recebi um projeto do seu amigo, quase irmão e você não pode dizer que esse projeto está comigo. O que eu quero é sua opinião de jurista e não do amigo do Segadas Vianna* – pois era um projeto do Segadas, que na época era deputado. Eu então vi o projeto; e até que o projeto estava bom... De maneira que o Getúlio passou a me chamar várias vezes e com isso eu fiz uma amizade com ele, amizade que durou bastante. Ele gostava de mim e eu gostava dele, ele era um homem interessante.

Artífice da CLT

Paralelamente, fui fazendo minha carreira na Justiça do Trabalho. Fui progredindo e fiquei com um bom nome. Até que mais tarde veio o convite para participar do grupo que fez a CLT... Mas isso foi depois; foi quando o Alexandre Marcondes Filho foi nomeado ministro do Trabalho, no ano de 1941. Naquela ocasião eu estava chefiando a Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo – apesar de ter na época apenas 24 anos.

De forma que o Marcondes me chama e me diz: *recebi muitos elogios a seu respeito, de sua competência... E você vai ser meu assessor chefe. Vou dividir o Ministério em vários setores: eu vou ter o setor do trabalho, da previdência, da indústria, do comércio, da migração... Cada um vai ter um assessor chefe e você vai ser o assessor do setor do trabalho.*

Os meus dois auxiliares, todos os dois acabaram ministros: Brígido Fernandes Tinoco e Benjamim Eurico Cruz. Brígido foi ministro da Educação no governo Jânio Quadros e Benjamim Eurico Cruz foi ministro do Trabalho no governo de João Goulart. Ambos foram meus assistentes. E eu, com 24 anos, mais moço que eles...

Assim que começamos a trabalhar e o primeiro desafio era organizar a legislação trabalhista que na época era algo caótico... Não necessariamente um caos, mas algo muito complicado do ponto de vista de linha doutrinária, pois desde 1930 ela vinha passando por grandes modificações, em etapas diferentes, por vários ministros com pensamentos diferentes...

Na verdade pode-se dizer que a legislação do trabalho no Brasil começa realmente em 1923. Antes dessa data pode-se dizer que tinha alguma coisa no Código Civil, mas em termos de legisla-

ções específicas de Direito do Trabalho não havia nada, porque foi em 1923 que se criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e, na legislação que cria a Caixa, ela estabelece uma série de direitos, como a estabilidade aos 10 anos dos empregados das empresas que têm caixas e por aí adiante. Em 1927 é criada a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e se repete a mesma coisa. Em 1931 é que vem o Decreto-Legislativo nº 20.465. Você vai pensar: como ele sabe isso de cor? Porque quando eu comecei a trabalhar como assistente jurídico do Ministério dava parecer sobre essa lei; dois ou três por dia, de maneira que está na cabeça: Decreto nº 20.465 de outubro de 1931... Essa lei realmente disciplinava os direitos do trabalhador de um modo geral, não completo, mas para a época foi um avanço.

De qualquer forma, a coisa estava neste pé quando o Marcondes me chamou e disse: *pois é, por isso que nós precisamos fazer o Código do Trabalho. Você vai ver quais são os elementos, eu posso convocar pra isso. Eu falei com o Dr. Getúlio e ele aprovou a ideia. Ele está falando comigo e mandou que eu colocasse o Dr. Segadas Vianna na comissão, o que o Sr. acha? Bom, disse eu, o Segadas Vianna é bom elemento. O Segadas como jornalista dos Diários Associados tinha feito uma viagem com o Getúlio ao Sul; eles conversaram muito e Getúlio gostou dele. Foi por isso que ele mandou colocar o Segadas. Aí, virou-se e perguntou: na sua opinião, quem deveria ser o procurador número um desta comissão? Então, de imediato eu respondi: o Dorval Lacerda. E ele: é parente do Carlos Lacerda? – Não, que eu saiba não. – Então convide-o em meu nome para fazer parte da comissão. Então já temos Segadas, ele, você... Então eu disse: eu? É claro – respondeu – e quem é que vai ficar em contato comigo? É você. Então eu virei para ele e disse: bom, o consultor jurídico do ministério deve ficar também,*

o Dr. Oscar Saraiva. Então ele falou: *são quatro, eu preciso de cinco; vamos colocar um quinto elemento*. Ele pensou, pensou, conversou comigo e o quinto elemento apareceu: Benjamim Eurico Cruz. Assim fizemos a comissão da CLT.

O projeto da CLT foi publicado. Levamos quase um ano fazendo. Foi publicado para receber as sugestões. Foi publicado no Diário Oficial e vieram muitas sugestões. Passamos cinco meses estudando as sugestões e dando a redação final. E afinal foi publicado. E o Getúlio assinou, não como código, mas como Consolidação das Leis do Trabalho. Pois nós pensamos: não deve ser código, porque o código dá uma ideia de estruturação mais definitiva e nós estamos no meio de uma guerra (era 1941) e assim como na Primeira Guerra Mundial os conselhos doutrinários legislativos tiveram uma alteração profunda é de se supor que acontecesse o mesmo e então resolvemos não dar o nome de código, mas de Consolidação das Leis do Trabalho; nome que ficou até hoje. Com o tempo recebeu modificações aqui e ali, mas sempre continuou sendo mantida como Consolidação.

A Criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho

Desde essa época, da criação do CLT, houve sempre um grupo que comandava o Direito do Trabalho. O Direito, como você sabe, não nasce apenas da lei, nasce também da doutrina, dos debates, etc. Esse grupo que se reunia eventualmente era variado, porém com pessoas selecionadas geralmente por mim para discutir determinados assuntos e temas importantes do Direito do Trabalho. A princípio nós nos reuníamos uma vez ou outra, quando víamos necessidade de discutir algum assunto de maior atualidade e relevância. Depois de um tempo, entretanto, pensamos: por que não institucionalizar isso? Daí nasceu a Aca-

demia. A Academia é resultante da necessidade de formalização dos debates indispensáveis sobre o Direito do Trabalho no Brasil.

Antes de tudo, entretanto, cabe esclarecer que a ideia inicial da criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho não foi minha, mas do Azevedo Bouças, que era um dos que frequentavam essas reuniões que fazíamos então. Foi ele quem teve a iniciativa e tomou as primeiras medidas para a criação da Academia.

A princípio a ideia dele era escolher 50 juristas e foi o que ele fez. Porém, desses 50 primeiros membros apenas uns 12 eram do Direito do Trabalho; os outros eram amigos, boas-praças, mas não eram do ramo.

De qualquer forma, foi assim que a coisa começou. Mas, pouco tempo depois percebi que a coisa não funcionava muito bem. Quem não era do ramo não se interessava, não ia às reuniões... Eu, que era um dos membros, percebi isso e resolvi dar um “golpe”, ao estilo *manu militari (sic)*. Qual foi o golpe: aceitei ser candidato a presidente, fui eleito, peguei o estatuto e disse: o estatuto exige que para ser membro o sujeito precisa ter escrito alguma coisa sobre Direito do Trabalho, ter algum tipo de militância na área, etc. Enfim, comecei a estabelecer algumas condições (condições estas que já estavam no próprio estatuto mas que não eram consideradas) e decidi que quem não tivesse essas condições eu desligaria. E, de fato, foi o que fiz: desliguei – não eliminei, lembro-me perfeitamente que a expressão que usei foi essa: desligamento.

Um ou outro, claro, reclamou, mas então eu ia e explicava: *você por acaso tem publicação na área e etc.? Não, não tem? Então, pelo estatuto não pode ser*. E assim fui recompondo a Academia com gente que realmente era do ramo. Daí em diante

ela cresceu, porque passou a ser formada por pessoal da área específica do Direito do Trabalho. E essa foi a primeira grande estruturação pela qual passou a Academia, logo no início de sua história.

Outra grande mudança, sem dúvida, foi em relação ao número de membros. No princípio eram 50. Eu achei que 50 era mais pertinente à Academia. As academias, de um modo geral, têm 40, 44... Mas os candidatos foram tantos que realmente a direção concordou em passar para 100, e hoje nós temos 100 e toda vez que há uma vaga há uma grande concorrência.

Os Primórdios da ANDT

Depois de tudo isso, ainda fui reeleito presidente, até que depois eu desisti e disse chega. Era preciso colocar gente nova...

No início a atividade da Academia se restringia em realizar reuniões dos membros e a partir daí passamos a ver o que era possível fazer em prol da Academia.

Além disso, durante minha gestão conseguimos realizar alguns congressos. Junto com o pessoal da Editora LTr, começamos a promover encontros que continuam até hoje... E, além disso, eu constituí comissões menores para explorar determinados temas. Procurei movimentar bem...

As maiores dificuldades que encontrei e que se encontram ainda hoje na Academia são referentes ao problema geográfico. Como é uma Academia Nacional tem de abarcar o país inteiro e você tem que botar gente de vários Estados. Para reunir esse pessoal é muito difícil. Era por isso que nas oportunidades dos congressos da LTr, que de um modo geral juntava gente do mundo inteiro, nós aproveitávamos para fazer as reuniões da Academia. Nós fizemos sempre reunião da Academia durante o desenrolar do congresso da LTr.

Além disso, há o problema da sede. A sede é onde for o presidente, é o domicílio do presidente, porque o presidente pode ser de qualquer parte do país. E fica difícil para administrar se a sede for fixa. Vamos dizer que a sede fica fixa em São Paulo e você elege um presidente da Amazônia ou você elege um presidente da Bahia; como você faz? O presidente vai se mudar para São Paulo? Não é possível, não é verdade? Então a sede tem de ser móvel mesmo; onde você elege o presidente, ali é a sede. Isso traz uma série de problemas, claro, mas não tem outro jeito...

A ANDT Hoje

Hoje a Academia é bem considerada. Os membros que querem pertencer à Academia são muitos, e não tem vaga para todos. Realmente nós somos muito rigorosos porque há uma comissão para dar o parecer dizendo: ele atende às condições e aí é submetido à votação. Se a comissão entende que ele não é, ele pode recorrer para a assembleia geral. Mas de um modo geral não acontece isso, de maneira que só quem tem condições realmente estatutárias para pertencer à Academia, pertence à Academia.

A Academia, além das reuniões ordinárias normais que ela faz, ela deve convocar grupos para estudar temas. Deve convocar a própria Academia para deliberar sobre determinados temas e ela tem feito isso. A nossa Academia não está paralisada, pelo contrário, os presidentes da Academia têm provocado, constituído comissões, dado pareceres em determinados assuntos ou constituído comissões para elaborar coisas para serem submetidas depois aos acadêmicos em geral... De maneira que ela tem trabalhado bem, tem se movimentado. O Mannrich nesse ponto está indo muito bem.

Cássio de Mesquita Barros Jr.



Estamos diante de uma nova etapa na história do Direito do Trabalho no Brasil e no mundo, e a ANDT deve estar consciente da sua responsabilidade diante desse momento histórico.

Cássio de Mesquita Barros Jr.

A entrevista com Dr. Cássio de Mesquita Barros Jr., membro fundador e terceiro presidente da ANDT, foi realizada na sede de seu escritório, o qual foi fundado por um tio no início do século passado. Ao lado de onde estávamos sentados, numa bela mesa de madeira, encontrava-se uma antiga máquina de escrever da marca Remington, fabricada em 1934. Ao perguntarmos sobre a história daquele objeto, Dr. Cássio encetou uma narrativa que acabou por constituir-se no cerne de nossa entrevista: sua vocação para o Direito, sua iniciação na advoca-

cia, sua longa carreira acadêmica na Faculdade de Direito da USP, sua ligação com a Academia Nacional de Direito do Trabalho...

Mais que uma narrativa sobre a sua história, entretanto, a conversa com Dr. Cássio foi também uma verdadeira conferência sobre os desafios presentes e futuros do Direito do Trabalho no Brasil e no mundo, onde não deixou de pontuar o papel da Academia nesse contexto.

Essa entrevista ocorreu no dia 12 de abril de 2011.

A Vocação

Nasci em São Paulo, mas minha infância e adolescência vivi numa cidade no interior chamada Assis, na Estrada de Ferro Sorocabana, caminho de Presidente Prudente. Fui para lá com três meses de idade com a minha mãe encontrar meu pai que havia sido nomeado para um cartório de notas. Naquele tempo, tabelionato do interior fazia tudo: fazia a parte contenciosa, litigiosa, escrituras públicas, propagações e até eleitoral...

Desde muito pequeno eu já frequentava o cartório do meu pai, e me lembro que os advogados dele eram cidadãos muito quietos. Lá se reunia, porém, muita gente, pois ele era também presidente do Aeroclube, era presidente do Tiro de Guerra, ainda que fosse um homem que falava muito pouco... Lembro-me que, quase sempre, de tardezinha os advogados se reuniam para conversar e recordo de uma ocasião que um deles disse: *Pois é, minha filha vai se casar.* E o outro advogado perguntou: *Mas com quem? Com um rapaz que é advogado* – respondeu. Ele então disse: *Xiii, advogado? Arroz, feijão e bisteca!* Eu nunca mais me esqueci dessa história. E mesmo assim decidi que queria ser advogado!

Aos treze anos, tive que ir a São Paulo, porque ali em Assis não havia o chamado curso colegial que era obrigatório para quem quisesse fazer o exame de admissão na faculdade. Assim, viemos meu irmão e eu juntos para São Paulo. Alugamos uma casinha e passamos a viver aqui, para que eu me preparasse para o vestibular da USP, que era aquele que eu desejava.

Entretanto, com quatorze anos, enquanto me preparava para o vestibular, comecei a trabalhar num escritório de advocacia que pertencia a dois tios meus e resulta que esse escritório é o mesmo onde hoje estamos! Um destes tios foi o fundador

deste escritório. Formou-se também na USP e enquanto estudante trabalhava num jornal. Desde o início se dedicou às questões trabalhistas. Foi dele a ideia, que até hoje está em vigência, de preparar informações para as empresas, para os empregadores sobre as leis trabalhistas... Naquele tempo era apenas Lei de férias e outras poucas mais... Foi só em 1943 que veio a Consolidação que efetivou a reunião das leis: a famosa CLT, promulgada por Getúlio Vargas e anunciada naquele famoso discurso no estádio de futebol no Rio de Janeiro, em 1943...

Eu, então, me preparei para o vestibular, que era como um naufrágio em que se contavam os sobreviventes... Era um horror, pois naquele tempo havia 10 ou 12 para uma vaga... Mas eu estudava muito, gostava de estudar, e então fui aprovado. Lembro-me que minha média foi 8,3; foi a terceira mais alta! Perdi para um padre que falava latim e para um médico ilustre que também era um grande literato aqui em São Paulo: Silas Matos – nunca mais me esqueci do nome. E aconteceu que, no fim, o padre foi para Campinas, e o Silas Matos desistiu... Com isso eu passei a ser o primeiro lugar no vestibular daquele ano! Isso foi em 1950, se não me engano...

A Vida Acadêmica e a Advocacia

Esse foi o começo de uma história que segue até hoje, pois entrei na Faculdade de Direito da USP como aluno, saí como bacharel, retomei mais tarde como pós-graduando e depois voltei para a Escola como professor, começando pelo primeiro degrau, depois assistente, mais tarde assistente de doutor, depois livre docente e, finalmente, titular.

Ao todo foram cinco concursos públicos! Não vi crescer os meus filhos porque quando eu chegava, eles já estavam dormindo ou já tinham

saído e de manhã cedo já tinham saído. Então eu digo a minha esposa que se eles estão mal-educados a culpa não é minha, pois eu não participei da educação deles (*sic*)! Pois foi um período de concursos públicos que, como você sabe, é algo terrível, ainda mais na USP... Em todo concurso há sempre uma parte que é meio imponderável, ficando a mercê de simpatias ou antipatias...

Paralelamente a toda essa carreira de provas e concursos eu também advogava, porque, como disse há pouco, desde que eu começara a me preparar para o vestibular eu vim pra cá, para este escritório que originalmente ficava na Barão de Paranapiacaba (lá ao lado da catedral da Sé) e que depois mudou para a Xavier de Toledo e que agora está aqui, na Avenida Paulista... Esses foram os três únicos endereços do escritório desde que ele foi fundado. Claro que hoje ele é bem maior do que era antes; hoje nós temos 87 funcionários: 45 advogados, 10 ou 11 estagiários e o restante de funcionários administrativos. Ocupa um andar inteiro, cuidando apenas de causas trabalhistas. Tudo o que existe dentro do Direito do Trabalho passa por aqui, assuntos de toda natureza, até casos que envolvem candidatas a irmãs religiosas contra a instituição em que postulavam e por aí afora...

No âmbito acadêmico também permaneci sempre na área trabalhista. Ingressei no magistério superior no Departamento de Direito do Trabalho e foi nessa cadeira em que fiz o concurso para Titular que, se não me falha a memória, foi em 1993. Recentemente fiz a atualização de minha tese de cátedra (como se chamava antigamente) que foi sobre o Direito do Trabalho no Mercosul. De lá para cá mudou muita coisa, mas eu atualizei o livro e a nova edição deve sair nos próximos meses.

Além da docência, tive também cargos administrativos e de direção na Faculdade. Durante um certo período cheguei a exercer o cargo de vice-diretor e como tal era obrigado a participar da reunião do Conselho Universitário e fazer as reuniões dos conselhos administrativos e da Congregação. No Conselho Universitário conheci dois professores que eu gostava muito; o primeiro deles era professor de Tempo de Trabalho e Métodos e o outro era de Energia e Informática. Eram eles os responsáveis pelas linhas de produção, feedback de produtividade e etc. Um trabalho maravilhoso e que me ajudou muito em minha área...

Hoje sou presidente da Fundação Arcadas, que é a fundação de apoio à Faculdade de Direito da USP e, dentre muitas coisas que fazemos, estamos nos especializando em promover o Curso de Gestão de Qualidade, onde conto com a expertise desses professores que conheci no Conselho Universitário da USP.

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Minha entrada na Academia de Direito do Trabalho foi, certamente, decorrência da minha atuação na docência. Em função dos compromissos que um professor deve assumir, participação em congressos, elaboração de trabalhos, publicações...

Entre para a Academia no momento em que ela estava sendo criada e o convite me foi feito pessoalmente pelo Ministro Arnaldo Süssekind. De forma que sou também membro fundador...

Arnaldo Süssekind é uma figura extraordinária e, apesar da idade, continua lúcido, atuante... Ele sempre demonstrou uma enorme capacidade de organização e de empreendedorismo. Como você sabe, ele foi um dos mentores da CLT, foi ministro e presidente do Tribunal Superior do

Trabalho, ministro do Trabalho, uma figura muito atuante no cenário jurídico e também político do Brasil... De forma que ele consolidou a Academia para que esta tivesse uma atuação muito importante nesta área do Direito.

Ele convidou pessoas eminentes do Direito do Trabalho: advogados, juizes, ministros e procurou que a ANDT tivesse projeção através de simpósios, congressos, etc. Enquanto foi presidente organizou vários desses. Também participou de muitas comissões de reformas trabalhistas – comissões essas em que eu trabalhei também, mas que no fim não deram em nada, por motivos políticos... Como resultado de uma delas a LTr até publicou um livrinho com todas as propostas. Até hoje eu releio isso com muito prazer, vendo a atualidade dessas propostas...

Minha atuação na Academia foi, portanto, participando e apoiando as iniciativas do Min. Arnaldo Süssekind e depois do seu sucessor, o Amauri Mascaro.

Mais tarde fui eleito presidente e depois reeleito. Depois se decidiu que os ex-presidentes fariam parte de um conselho de presidentes honorários, para dar opinião, porque tinham experiência da administração. E assim continuo, ainda hoje, participando. Não tanto como deveria e gostaria, mas de qualquer forma, sempre estando atento ao progresso da Academia.

Durante o período em que fui presidente, procurei, na senda iniciada pelo Arnaldo Süssekind, promover os encontros, os congressos. Lembro-me especialmente de um evento que promovemos em Brasília sobre a reforma da CLT. Foi muito interessante. Foi realizado pelo TST com o apoio da ANDT. Tivemos convidados internacionais, membros do Tribunal e muitas outras figuras de projeção. Lembro-me que depois foi publicado

um anuário onde apareceram todos os trabalhos... Penso, portanto, que este simpósio internacional de Brasília foi talvez o ponto alto da minha administração na Academia.

Outro fato importante que eu me lembro foi em relação à criação e atualização do arquivo, do cadastro com os nomes, endereços e outros dados relativos aos acadêmicos. Sim, porque sem essa organização ficava muito difícil tocar os trabalhos da Academia e promover os encontros. Então acho que esse foi um dos trabalhos mais importantes que se fizeram durante a minha administração.

Em relação às dificuldades, creio que o mais complicado, sem dúvida, é a questão financeira... Sempre a questão financeira. Lembro-me que quando fomos organizar aquele evento em Brasília, o ministro do TST na época conseguiu um financiamento do Banco do Brasil e foi com isso que conseguimos trazer os convidados internacionais e bancar outras coisas. Sem esse financiamento não teria sido possível.

Da ANDT para a OIT

Estive como presidente da ANDT entre 1986 e 1989, se não me falha a memória... Em 1990 eu fui designado para a Organização Internacional do Trabalho em Genebra, onde eu trabalhei 16 anos. Era uma comissão especial, formada por membros de vários países, representando as várias regiões do mundo. O professor Cesarino Júnior, da Faculdade, foi um dos primeiros membros representantes do Brasil; depois esteve Arnaldo Süssekind por quase 20 anos. Eu sucedi o Ministro Süssekind.

Foi um trabalho maravilhoso. Ficávamos em Genebra, mais ou menos como fica um astronauta vendo a Terra. E então, desde esse observatório privilegiado, se analisa a evolução do Direito do

Trabalho no mundo todo. E, ao mesmo tempo, a OIT acaba sendo também uma espécie de tribunal onde se discutem todas as questões trabalhistas. Para mim, foi uma experiência riquíssima, que pude depois trazer para minha atuação como advogado e docente aqui no Brasil...

Perspectivas Futuras

Em relação ao mundo do trabalho hoje eu confesso que vejo tudo com uma certa preocupação. O mundo de hoje é completamente diferente do mundo da época em que foi apresentada a CLT, há mais de 60 anos...

Atualmente há muitas novas formas de trabalho, especialmente as áreas de nova tecnologia, que estão completamente divorciadas da organização atual. A Constituição de 1988, que foi sem dúvida um avanço e que é uma constituição democrática, apesar de assegurar as normas trabalhistas básicas, acabou por engessar a legislação trabalhista, ao atrelá-la à própria Carta Magna. De maneira que para fazer uma reforma trabalhista é preciso quase fazer uma reforma constitucional. Isso é muito complicado.

Outro problema que vejo é quanto à aplicação do conjunto de normas de ordem pública para todo o território nacional, sem levar em conta que nós temos aqui não um país, mas pelo menos quatro países diferentes! Imagine um barqueiro lá de Belém do Pará e alguém chegar com a CLT embaixo do braço; aquele calhamaço que tem mais de vinte mil leis consolidadas e perguntar para ele: *O senhor tem o PIS e o PASEP?* Certamente o barqueiro não vai saber o que é isso! Desta forma, nas grandes áreas do território nacional, o Direito do Trabalho sofre o problema da aplicabilidade, ou, às vezes, da total inaplicabilidade. E isso é agravado pelo advento de tecnologia, pois hoje

as novas tecnologias proporcionam novas formas de contrato de trabalho que não têm mais nada a ver com a CLT, porque são diferentes... Se um cidadão, por exemplo, contrata um serviço na Índia e que será realizado aqui no Brasil, como é o caso de algumas empresas de *telemarketing*, como é que fica a subordinação? Como é possível, por exemplo, recorrer à CLT nesse caso? Isso, sem dúvida, é um problema muito sério e que vai ter de ser enfrentado...

E, quando se olha a área sindical, aí se vê uma tragédia ainda maior, pois o sindicalismo atual está sofrendo um decréscimo muito grande nas taxas de adesão aos sindicatos, o que os força a ter de mudar o seu ideário. Eles estão perdendo porque eles não absorveram a mudança do mundo; continuam com as suas velhas teorias, e, portanto, são um pouco culpados de tudo que está acontecendo. Em alguns países a taxa de sindicalização é quase zero; na maioria das vezes é 2 ou 3%. Esses dias eu estava acompanhando uma estatística e é impressionante o decréscimo de certas profissões; é muito difícil aglutinar as profissões, elas estão cada vez mais independentes. E aglutinar as pessoas então é muito difícil ainda! Antigamente você tinha a produção em massa; a Ford, por exemplo, tinha lá 40.000 trabalhadores, estavam todos juntos, o sindicalismo era fortíssimo, mas hoje não é assim!

Em suma, o que eu vejo hoje é que padecemos com uma enorme falta de atualidade no Direito do Trabalho. Ele está muito rígido, nas maneiras, nas formas de contrato de trabalho... Faz-se necessário, urgente até, promover, pois, estudos que deem conta de apresentar novas propostas e novas soluções para esses desafios do presente e do futuro.

Sem dúvida a Academia Nacional de Direito do Trabalho deve desempenhar um papel de

primeira ordem no enfrentamento desse desafio, promovendo, como já vem fazendo, encontros, seminários e outros eventos para suscitar debates, estudos, etc.

Estamos diante de uma nova etapa na história do Direito do Trabalho no Brasil e no mundo

e a ANDT deve estar consciente da sua responsabilidade diante desse momento histórico. Creio que trabalhos como esse que se está realizando, recuperando a história e a memória da Academia, faz parte desse esforço de conscientização diante da tarefa a ser realizada.

Christovão Piragibe Tostes Malta



*As pessoas querem fazer parte da Academia,
acham importante, pois não há outra
organização como essa no setor trabalhista.*

Christovão Piragibe Tostes Malta

Realizar a entrevista com Dr. Christovão Piragibe foi quase uma façanha. E isso não por causa de alguma dificuldade especialmente imposta pelo entrevistado, mas por força de certas circunstâncias.

Ao chegarmos ao edifício de seu escritório, na rua Santa Luzia, centro do Rio de Janeiro, fomos surpreendidos com o fato de que todos os elevadores estavam quebrados. Depois de subir 15 andares pelas escadas, o encontramos tranquilo e bem disposto, nos aguardando. E isso mesmo depois de ele haver feito a *escalada* alguns minutos antes...

Dono de um divertido senso de humor e ao mesmo tempo de uma sinceridade quase desconcertante, a curta, porém intensa, entrevista com Dr. Tostes Malta, possibilitou revisitar alguns acontecimentos delicados e polêmicos dos primórdios da Academia, constituindo-se assim num relato ao mesmo tempo divertido e importante do ponto de vista histórico.

A entrevista foi realizada no dia 15 de julho de 2011.

Ascendência Jurídica

Sou de uma família de pessoas que eram ligadas ao Direito. O meu avô materno foi desembargador, ainda naqueles tempos remotos em que os desembargadores eram nomeados pelas autoridades competentes. Meu pai também era ligado ao Direito, tendo inclusive entrado para Justiça do Trabalho. Começou como juiz na vara e foi mantido na Regional do Trabalho. Foi presidente do Tribunal do Trabalho e depois nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, isso tudo sem concurso, como era comum na época. Os cargos mais importantes no Judiciário eram ocupados por pessoas sem concurso. Além do meu pai e de sua família, ainda tive muitos juízes pelo lado materno.

Comecei como advogado. Fiz a antiga Faculdade Nacional de Direito, segui o caminho da família. Advoguei por poucos anos e fiz concurso para juiz do Trabalho. Nessa ocasião, por volta do ano de 1957, tinha vinte e poucos anos, e era o mais novo no Tribunal. Fiquei atuando como juiz, o que muito me agradava, ao contrário da advocacia. Esforçava-me para manter o serviço em dia. Entre nós, os juízes, havia sempre os mais rápidos, fazíamos até campeonato para agilizar as pautas. A pessoa dava a entrada, e no máximo, dentro de quinze dias já estava julgado. É possível que as coisas funcionem assim. Aqui no Rio, por exemplo, alguns juízes andam muito depressa, mas outros demoram muito...

No Tempo da Revolução: Professor por Acaso

Evaristo de Moraes, que ainda é vivo e mora em Copacabana, era catedrático na Nacional. Ele era um homem radical, e dizia muitas coisas, o que fez com que os militares chegassem à conclusão de que ele não poderia mais ensinar, sendo

gentilmente convidado a se afastar. Ele ministrava cursos de mestrado e de doutorado nessa mesma faculdade.

Nessa ocasião, mesmo não trabalhando nessa área, recebi o amável convite, uma espécie de intimação, dizendo que eu havia sido indicado para assumir o lugar do professor Evaristo. Disse que deveria estar havendo um engano, pois acreditava não ter nenhuma condição de substituí-lo. A resposta foi taxativa, dizendo que eu seria, efetivamente, o professor no curso de doutorado. Fiquei lá algum tempo. No segundo dia, para minha surpresa, um aluno comentou que a turma gostava do Evaristo, que era sempre sensacional, mas pedia para que eu transformasse o curso de doutorado num curso para iniciantes, pois os alunos nada sabiam. Assim o tempo foi passando.

Suponho que as pessoas que ali estavam fossem militares. Estavam lá, gentilmente, não ostensivamente. Esse negócio sempre me chateou bastante, pois reconheço que, por um lado eu fui um pouco medroso, mas se acontecesse de novo, com aquela estrutura militar, não sei se teria coragem de dizer que eu não queria, ou que não iria desempenhar esse trabalho. Achava ridículo ficar no lugar do Evaristo que era um super fenômeno, ele era inigualável.

Juiz do Trabalho

Depois disso fiz concurso para juiz do Trabalho. Quando eu fiz o concurso, fiz também uma pessoa chamada Jorge Salomão que já havia passado em sete concursos, todos em primeiro lugar. Nunca pensei que eu ia ficar na frente dele. Fiquei sendo o primeiro colocado no primeiro concurso que teve aqui. Essa contingência do Salomão me facilitou a vida, porque depois eu fui promovido para o Tribunal Regional. Fiquei como juiz

substituto por só dois meses, apesar de o tempo normal ser de dois anos. Isso aconteceu porque, como não tinha outras pessoas e nunca tinha havido nenhum concurso, eu era o primeiro. Foi bom, todos eram muito entusiasmados com essas coisas. Em tempo mínimo comecei a ser convocado no Tribunal. O Tribunal não é tão humano como a Vara. Na Vara, o juiz fala diretamente, e deixa algumas vezes que as pessoas falem. No Tribunal é uma coisa mais isolada, inclusive, raramente a própria parte não costuma estar presente. O Tribunal aqui também funcionava bem, andava depressa. Houve um tempo, não sei como está agora, que demorava anos para você ser julgado. O Tribunal Superior do Trabalho também funciona atrasadamente, não tenho certeza de como está atualmente.

Passados muitos anos, um primo meu que era advogado, e que tinha sido meu estagiário no tempo que eu era advogado, fez um escritório que estava indo muito bem. Nessa ocasião, ele perguntou se eu já havia verificado meu tempo de serviço, e disse que eu poderia me aposentar com vencimentos integrais. Convidou-me então para trabalhar com ele. Eu respondi, dizendo que aquilo era uma inversão, pois antigamente ele era meu assistente, e, a partir de então, eu seria seu assistente. Aceitei o convite. Se eu pudesse pular esse pedaço eu pularia, mas eu não sou muito bom na advocacia, também não sou bom orador, nada disso, mas a gente é sempre um pouco, quer dizer, bastante, movido pelo dinheiro.

No Tribunal Regional o ambiente era ótimo, tinha muitas pessoas educadas.

O Tribunal é bom, tem muitos rituais, mas tudo é muito bem organizado, com uma aparência ótima, os desembargadores são educados, tudo funciona adequadamente. O pessoal não ga-

nha muito quando chega lá, no fim você pode estar trabalhando de graça.

Eu me voltei para advocacia e fiquei aqui; estou na advocacia. Agora não sou mais o chefe do escritório, o chefe daqui é meu filho, o número dois. No momento ele está fazendo uma viagem com os filhos pela França e eu estou aqui no lugar dele. Quando ele vier eu vou falar: *Você deu azar, porque vieram uns entrevistadores aqui, pessoas de primeira categoria.*

Publicações

Tive coragem de publicar bastante. Uma ocasião, lembro-me que eu fui à casa de meu pai, pois eu sempre ouvia a opinião dele, apesar de nem sempre fazer o que ele mandava. Falei que iria fazer uma modificação em um folheto feito por mim que se chamava “Prática do Processo Trabalhista” e que já obteve trinta e cinco edições, pois é uma coisa que o público gosta. Pedi então que meu pai desse sua opinião antes que fosse para o editor, pois ele prestava mais atenção nessas coisas do que eu. Minha sugestão era mudar os nomes que aparecem em latim nos livros de Direito, por nomes de juízes de tribunais. Meu pai ficou horrorizado, pois era uma pessoa mais circunspecta que eu, e me alertou que, a partir daí eu iria arranjar uma porção de inimigos, deixando as pessoas envolvidas com muita raiva e com firme propósito de me processar. Fizemos então um acordo, tiraria aqueles que eram mais amigos e deixei os outros que eram mais obscuros. Os nomes em latim não iriam ter mais, somente nomes de pessoas existentes. E foi o que fiz. Passados uns quatro meses, o tempo que levou para a impressão, recebi os livros com os nomes de juízes dos Tribunais Regionais, principalmente de São Paulo. Escreveram uma carta e assinaram uma porção de juízes, dizendo que gostaram muito da

homenagem e ainda indicando nomes que não poderiam faltar na próxima edição.

Nós temos nos esforçado nos livros de Direito para evitar colocar citações inúteis, essas coisas se colocam no rodapé, não dentro do texto. O aluno em faculdade ainda não sabe nada. Nós também não sabemos nada, acredito que a vida inteira somos ignorantes. Não tem porque colocar o nome de uma pessoa que viveu há cinco mil anos, se não influi em nada, mas sei também que isso é uma tradição.

Quando saiu esse negócio de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aquele meu primo sugeriu que fizéssemos um livro sobre esse assunto, uma coisa fácil, pequena, pois não havia nada publicado e achamos que iria vender na certa. Resolvemos não colocar nomes de pessoas, pois esse assunto estava só começando. Sendo assim, colocamos um nome fictício, Altamirando J. Casais. Era um livro fininho e se chamava “O fundo de garantia do tempo e serviço, conforme a opinião de Altamirando J. Casais”. O livro esgotou em menos de três meses, porque nunca tinha havido nada sobre isso, e o editor que era o Calheiros Bomfim – que ainda está vivo, com 93 anos. Depois desse sucesso quisemos colocar o nosso nome, já que vendeu tanto e seria muito bom para propaganda, mas Calheiros me desaconselhou e o nome ficou, Altamirando J. Casais. Depois desapareceu.

Anos depois recebi uma carta de uma pessoa desconhecida dizendo que ele era um colecionador de livros, e soube que nós éramos primos do Altamirando. Depois apareceu um sujeito que tomou esse negócio de Fundo de Garantia e nos expulsou do mercado, isso porque o trabalho dele era bem melhor do que o nosso.

A Fundação da Academia

A história da Academia Nacional de Direito do Trabalho está intimamente relacionada com o nome do ministro Arnaldo Süssekind. Era ele quem comandava as coisas. Agora ele está bem idoso, ele deve estar com 93 ou 94 anos, mas, todas as coisas que aconteceram aqui, no Brasil, vieram do Süssekind. O homem era sensacional; ele e o Délio Maranhão, que já faleceu. Ele e o Süssekind eram unha e carne. Délio Maranhão era uma pessoa preparadíssima, e não tinha nada de fofoqueiro. Suas funcionárias, segundo a lenda que existe, diziam que o Doutor Délio tinha uma porção de qualidades: era um homem cultíssimo, boníssimo, educadíssimo... Tinha apenas um grande defeito que era ser absolutamente fiel à sua esposa.

Um dia o Süssekind falou-me que estava fundando uma Academia e que já estava colocando as pessoas que iriam fazer parte. Parece um pouco absurdo que ele pudesse escolher, mas era assim que funcionava. Esses dados são um pouco imprecisos, pois já faz muito tempo. Nessa época ele era muito amigo de meu pai, depois ele ficou doente e o Süssekind jamais esqueceu dele, telefonava sempre.

Um dia ele disse que havia um camarada que estava querendo derrubar a Academia, logo depois da primeira eleição. Eu cheguei até a me perguntar: que Academia? A Academia já estava na cabeça dele.

No dia em que ia ter a eleição soubemos que o nosso adversário não prestava para nada. Cheguei lá cumprindo as ordens do Süssekind, e eu soube que já havia uma quantidade enorme de procurações. Süssekind, por sua vez, já havia telefonado para todo esse pessoal, que havia decidido estar com ele. Cada vez que um votava,

do outro lado ele falava: *Foi revogado, está aqui*, igualzinho esses filmes de aventura, foi bastante engraçado.

Süssekind ficou por um bom tempo mandando ostensivamente como chefe e nós o admirávamos, pois é uma pessoa sensacional, um ser extraordinário. Pode-se dizer que ele foi a pessoa que mais influenciou nessa área do trabalho na América do Sul. Ele esteve muito tempo na Europa fazendo algumas representações e sempre foi incapaz de fazer uma coisa errada. Ficou então na Academia e, quando era necessário resolver algo importante me telefonava, dizia que meu voto era igual ao dele.

Outras pessoas se dedicaram também, como, por exemplo, o Antônio Carlos Bento Ribeiro. Antonio Carlos, por exemplo, é uma pessoa de rara utilidade porque ele controlava e tinha bastante intimidade com as pessoas da Academia.

Enfim, foi assim a minha entrada na Academia, daquele dia em diante eu fui pecador, pois eu não ia e não vou muito às reuniões, mas de qualquer forma consto como membro fundador... Se tivesse tempo de me preparar melhor para essa entrevista, talvez tivesse anotado algumas coisas, ou mesmo inventado algumas coisas, já que nes-

sas coisas da memória podemos inventar um caso melhor do que o verdadeiro. Por que não?

A Importância da Academia

As pessoas querem fazer parte da Academia, acham importante, pois não há outra organização como essa no setor trabalhista. Diferentemente ocorre com a Ordem dos Advogados, pois é uma organização da qual os advogados precisam pertencer. Com a Academia é diferente, tem um grupo de pessoas muito competentes, pessoas que gostam de estar lá e percebemos isso com a quantidade de cabeças que fazem parte dessa organização.

Sem dúvida, a Academia teve um papel importante na história do Direito do Trabalho no Brasil, principalmente em função da influência do Arnaldo Süssekind. Agora, mais recentemente, percebo que a Academia começa a apresentar mais maturidade, da mesma forma como o próprio Direito do Trabalho no Brasil, de maneira geral. Penso que daqui para frente o papel e a importância da Academia irá crescer, já que hoje é muito maior o número de pessoas que militam no Direito do Trabalho e também a qualidade das discussões e debates em torno do tema. A Academia foi um pouco responsável por isso; por esse amadurecimento e por esse crescimento.

Floriano Corrêa Vaz da Silva



Uma das principais preocupações durante minha presidência na Academia Nacional de Direito do Trabalho foi que ela tivesse um caráter efetivamente nacional.

Floriano Corrêa Vaz da Silva

A narrativa de Floriano Corrêa Vaz da Silva, fruto da entrevista realizada em São Paulo, no dia 14 de abril de 2011, apresenta-se como uma verdadeira epopeia. A epopeia de um sonhador. Filho de pais simples, mas batalhadores, do interior de Minas, Dr. Florianos viveu alimentando sonhos e ilusões que, se por um lado, trouxeram grandes decepções, por outro o impulsionaram a alcançar grandes voos.

Leitor obstinado, amante da história e da cultura, toda essa bagagem humanística demonstrou

ser um elemento diferenciador em sua visão e sua atuação como juiz trabalhista.

Membro fundador da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Dr. Florianos foi presidente da instituição no biênio 1998-1999 e, como fruto desta vasta experiência, aborda os grandes desafios que teve de enfrentar então e que, segundo ele, continuam se apresentando na história do tempo presente.

Sua entrevista apresenta grande importância para a compreensão da continuidade histórica da Academia.

A Infância entre Histórias e a História

Sou mineiro, nascido numa cidade pequena do interior do Estado de Minas Gerais, chamada Piumhi. Fica não muito longe de Formiga, região do sudoeste de Minas, hoje mais conhecida por causa de Furnas, perto da Serra da Canastra.

Como o meu pai era bancário, acabávamos mudando muito. Assim, com um ano de idade, deixei Piumhi, fui, com meus pais, para Formiga. Depois, logo em seguida, de Formiga para Campo Belo, e mais tarde, de Campo Belo para Ibiá, perto de Araxá, no Triângulo Mineiro. É de Ibiá que tenho as recordações mais antigas. Cheguei lá com mais ou menos 6 anos de idade foi ali que aprendi a ler e escrever.

Em Ibiá, dois fatos importantíssimos aconteceram... Aliás, o mais importante de todos foi que aprendi a ler e a escrever e desde então sou um leitor – leio desde essa idade. Lá eu conheci uma professora extraordinária que felizmente está bem viva, forte e lúcida... Bem, forte não tenho certeza, mas está bem lúcida, bem viva. É a professora Maria José Sendon, que foi quem me ensinou a ler e escrever na escola que ela tinha com as irmãs: a Escola das Irmãs Sendon. Eram filhas de um engenheiro ferroviário espanhol já radicado no Brasil há muito tempo. De maneira que falar em Ibiá para mim é o mesmo que falar de Maria José Sendon. Sempre que vou a Araxá não deixo de visitar a Profa. Maria José Sendon, em Ibiá, que completou 90 anos agora, dia 19 de março.

E, em segundo lugar, falar em Ibiá é também falar do Padre Eustáquio. Fui coroinha do Pe. Eustáquio Van Lieshout, entre os 6 e 8 anos. Pe. Eustáquio era conhecido como um homem santo; fazia milagres, abençoava e curava as pessoas. Esteve na minha casa e abençoou a minha mãe,

que era uma pessoa muito nervosa... Depois ele foi para Belo Horizonte e, pouco tempo depois, morreu em odor de santidade – de acordo com a expressão própria da Igreja Católica. Mais tarde foi iniciado no Vaticano seu processo de canonização. Ele já foi beatificado, mas ainda não chegou, não sei se chegará, a ser canonizado.

Quando eu tinha oito anos (isso foi em 1942) um fato muito importante ocorreu em minha vida: meu pai foi promovido para Gerente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, na cidade de Ipameri, Goiás. Saímos então de Ibiá, papai, mamãe, meus irmãos (naquela época já tinha irmãos) e eu, e fomos, como se fazia naquela época a mudança, de Maria Fumaça (de trem) para Ipameri.

Poucos meses depois da chegada a Ipameri, (ainda em 1942) o Brasil declara guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Lembro-me muito bem dessa época da guerra; da emoção popular... Parte da opinião pública aclamava para que o Brasil entrasse na guerra. Lembro-me dos excessos que se praticaram contra pessoas inocentes. Havia alguns alemães morando em Ipameri. Não tinham culpa nenhuma da guerra, não eram nazistas, não viviam na Alemanha há muitos anos, mas alguns sofreram ameaças. Sabemos que, às vezes, não são apenas ameaças que se fazem a estrangeiros, aos grupos minoritários, não é? Esse é um drama da modernidade na qual sempre correu sangue...

Lembro-me desses excessos e lembro-me, por outro lado, do entusiasmo popular também... O Brasil entrando na guerra... Naquela época ainda não existia televisão, evidentemente; e os jornais não chegavam diariamente, para que se pudesse acompanhar os acontecimentos políticos, principalmente a guerra. A única forma que havia para se acompanhar melhor era o rádio. E, além disso, tentava conseguir jornais emprestados, por-

que em casa não havia assinatura de jornais, pelo menos dos bons jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Assim, foi uma emoção extraordinária para nós todos – para nós que torcíamos pela vitória do Brasil e para o fim da guerra – quando, em 6 de junho de 1944 (estava eu com 10 anos) a rádio deu a notícia da invasão da Normandia. Foi um momento decisivo da guerra, inesquecível; quando os aliados americanos, canadenses, ingleses, escoceses, entram em território nazista. Foi uma coisa espetacular, mais emocionante ainda do que depois a capitulação da Alemanha em 8 de maio de 1945. E eu acompanhava com grande interesse esses acontecimentos. Talvez venha daí o meu interesse pela História; não cheguei a ser historiador, mas admiro profundamente os historiadores, aqueles que se dedicam ao estudo da História.

Em Direção ao Direito

Em 1949, fui sozinho para Belo Horizonte estudar num colégio estadual que era, na época, um excelente colégio. Consegui, por sorte, chegar em cima da hora para fazer o teste de admissão. Não tinha muitas expectativas, pois afinal o que podia esperar um menino pobre e ignorante como eu, que vinha do interior de Goiás? No entanto, consegui passar no teste e entrei no colégio estadual mais disputado de Minas Gerais, onde, inclusive, anos mais tarde estudaria a própria presidente Dilma Rousseff. Essa foi, se permite a expressão, uma das minhas maiores façanhas; uma das minhas maiores vitórias...

Ali foi o começo de uma nova vida, algo totalmente diferente do que eu tinha conhecido no Colégio Interno Marista de Uberaba e no colégio de freiras de Ipameri... Estava na capital de Minas Gerais; meus colegas, na sua maioria, eram

de família de classe média, filhos de pessoas instruídas, mais ou menos abastadas, e que tinham facilidade para comprar livros. E eu, que não tinha quase nenhum dinheiro para isso, comecei a comprar assim mesmo. Comprava, pedia emprestado, e também fui fazendo amizades.

Naquela época havia dois tipos de curso: o Científico e o Clássico. Como eu gostava de História e de Literatura e como tinha maior facilidade nas línguas, inglês, francês, latim, escolhi, obviamente, o Clássico. E assim foram-se passando os anos de Colégio... Interessava-me muito por cinema, bons filmes, por livros; discutíamos autores, emprestavamos livros uns para os outros. É claro que eu sempre tinha de correr atrás, porque para meus colegas era mais fácil conseguir dinheiro para comprar livros, ir ao cinema, teatro, essas coisas...

Tinha também um grande interesse pela poesia. Escrevi alguns poemas, e cheguei até a publicar alguma coisa... Alguns colegas meus daquela época se projetaram muito como escritores; um dos mais conhecidos hoje é o Floriano Santiago... Havia também o Heitor Martins, que depois fez carreira na América do Norte, nos Estados Unidos, e lá ficou até hoje ele com a mulher, Tereziinha Alves Pereira.

Tinha também outros colegas, que se tornaram grandes amigos, como Ítalo e Élcio Mudado, com quem gostava muito de conversar e, principalmente, discutir literatura e política. Esses, aliás, são os temas que desde a minha infância mais me interessam: literatura e política... Lembro-me, especialmente, de um livro que me impressionou profundamente quando eu tinha 16 anos: um romance de Thomas Reid.

Assim, quando tinha 17 anos, na época de prestar o vestibular para o curso superior, decidi

que queria ser escritor e me dedicar à literatura. Fiz então o exame e ingressei no Curso de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Logo no primeiro ano, entretanto, percebi que eu não tinha, além talvez de toda inteligência, a disciplina necessária para estudar a fundo Grego e Latim. Além disso, não tinha também as condições materiais, nem tampouco um ambiente familiar favorável, já que meus pais estavam fora de Belo Horizonte... Nessa época, morei primeiro na casa dos meus avós, depois em pensão, depois em república, em quarto de hotel; era uma vida de estudante pobre. Eu não tinha um ambiente propício para estudar Grego e Latim. E, além de não ter a persistência necessária, como ganhar a vida sendo escritor errante? Impossível.

Nesse meio tempo, também aos 17 anos, consegui meu primeiro emprego, como escrevente juramentado na 3ª Vara Criminal. Ali, conheci um grande advogado, Pedro Aleixo da Veiga, a quem acompanhava nas sustentações do Tribunal do Júri. Foi então que comecei a ponderar que talvez tivesse vocação para o Direito... E não apenas por vocação, mas porque percebi que o curso de Direito seria aquele mais próximo da área que eu mais me identificava (literatura, política) e onde eu teria mais facilidade para entrar e, principalmente, onde eu poderia, por fim, obter um ofício que me desse melhores condições para me sustentar, para o meu ganha-pão.

Então fiz o Vestibular e nem estudei muito, porque eu já tinha conhecimento de latim desde o primeiro ano de Ginásio, além do que tinha estudado na Faculdade. Entrei com relativa facilidade.

A Faculdade de Direito da UFMG era, na verdade, a reordenação da antiga e famosa Faculdade de Vila Rica, atual Ouro Preto e que foi funda-

da no século XIX. Ali estudaram vários homens públicos – Juristas, Desembargadores, Deputados, Professores – que tiveram grande influência no cenário nacional. E havia então, como antes, uma grande efervescência cultural.

O Centro Acadêmico promovia debates; discutia-se Literatura, discutia-se Política... De maneira muito natural, me vi então envolvido também na Política. Cheguei a pertencer por uns meses à chamada Juventude Comunista, mas logo me decepcionei, por causa de uma coisa terrível que depois encontrei em muitos lugares: a dupla personalidade. Algum tempo depois participei também do Partido Socialista Brasileiro; o daquela época, bem diferente do PSB de hoje.

Na Faculdade de Direito tive professores notáveis. Felizmente para mim, a Faculdade de Direito era uma grande faculdade, a melhor faculdade de Minas Gerais... E, creio, continua sendo, sem dúvida, uma das melhores faculdades de Direito do Brasil... Havia então professores que eram grandes juristas: Caio Mário da Silva Pereira, grande professor de Direito Civil durante alguns anos; Prof. Darcy Bersone, também grande professor, se interessava por política e ocupou cargos públicos; Prof. Pedro Aleixo, que havia pertencido à Câmara dos Deputados, já tinha sido Deputado Federal... Outros professores que me impressionaram profundamente foram: Washington Albino, de Economia Política; José Olímpio de Castro Filho, grande processualista, grande professor – explicava muito bem e tinha um bom escritório de advocacia; cheguei a ser estagiário dele por um curtíssimo período, como estudante fui estreitar no curso dele.

Então, convivendo com essas grandes figuras eu, como é natural num jovem estudante de Direito, fui alimentando minhas múltiplas ambições; ambições, digamos assim, que eram mira-

gens longínquas, mas que naquele tempo mobilizavam... Ambições literárias, ambições políticas... Não com a ideia de disputar um cargo executivo, mas para a área parlamentar... Um dos meus sonhos era, talvez, chegar, por exemplo, a Deputado Federal... Sem dúvida, um sonho infantil; um sonho sem condições de se realizar; de ir para a Câmara como um grande orador, para defender as causas democráticas... Porque já então eu começava a perceber – embora de forma muito menos clara do que hoje – como as tiranias, os regimes autoritários eram os grandes responsáveis pelas desgraças da humanidade, principalmente no século XX...

Todos esses sonhos, todas essas ambições, entretanto, acabaram por se dissolver muito rapidamente.... Não apenas pelas minhas próprias deficiências, mas porque esbarraram num obstáculo quase intransponível: minha situação material difícilíssima.... Pois, além do contexto familiar, do qual já falei, devo acrescentar outro fato fundamental: casei-me prematuramente, precipitadamente, erroneamente. Éramos muito jovens, ingênuos e, além disso, não soubemos fazer o devido planejamento, de maneira que ela engravidava praticamente todos os anos. Eu, então, fiquei sobrecarregadíssimo, com vários filhos, muitos filhos... E ainda estudando Direito...

E como se não bastasse, como tinha tido uma certa atuação política no Centro Acadêmico da Faculdade, com o golpe de 64, fui acusado de comunista. Nesta mesma época estava servindo no CPOR e fui desligado, praticamente expulso... De maneira que eu fiquei impedido de trabalhar, impedido de assistir aula; minha vida ficou quase destruída por essa acusação, evidentemente injusta porque eu não era comunista. Naquela época, em 1964, já havia mecanismos na polícia política e no exército e aí era o chamado Coman-

do de Caça Comunistas que denunciava pessoas que às vezes nem eram realmente os mais perigosos. Eu não era do partido, nem era da juventude, estava no Partido Socialista. O fato é que isso também dificultou muito a minha vida, não tinha condições de sustentar meus filhos. O que ganhava num emprego que eu tinha na Frimisa (Frigoríficos de Minas Gerais S/A) era insuficiente; tinha que ter ajuda da minha sogra. Minha mulher trabalhava também, mas o fato é que nada disso era suficiente...

Juiz do Trabalho

Então, logo depois de eu haver colado grau, surgiu a notícia de um concurso para Juiz do Trabalho. Eu, na verdade, não tinha experiência nenhuma em Direito do Trabalho; só uma pequeníssima experiência na advocacia criminal, além do trabalho na Frimisa S/A. Na advocacia criminal trabalhei como advogado de mulheres presas. Minha sogra fornecia refeições para um presídio feminino e me indicou. Como a maioria daquelas mulheres não podia pagar advogados assim mais renomados, então minha sogra me indicava: *olhe este menino aqui é estudante de Direito, mas já está se formando e pode ajudar...* Naquela época, um acadêmico, com um advogado do lado, podia ir para o Tribunal do Júri e fazer sustentações. Então o primeiro Tribunal no qual eu estreei foi o Tribunal do Júri. Eu tinha 23 anos, estava no 5º ano da Faculdade de Direito e já fazia isso... Pouco depois, já formado, me inscrevi na OAB e montei uma pequena advocacia; advocacia criminal. Atendia mulheres infanticidas; mulheres que tinham matado seus maridos... Além disso, iam prostitutas, enfim, todas aquelas que não tinham dinheiro para pagar os bons advogados. Não atendia na porta da cadeia, mas de qualquer forma poderia se dizer que o que eu fazia pareci-

do ou poderia ser chamado pejorativamente hoje de Advocacia de Porta de Cadeia.

Foi então que apareceu a notícia desse concurso para Juiz do Trabalho. Era o primeiro que seria realizado em Belo Horizonte. Isso foi em 1958, e eu tinha 24 anos, mas na época a lei exigia que a idade mínima para poder se inscrever era de 25 anos. As inscrições foram abertas; a remuneração na época era muito boa e muitos se inscreveram: juizes de Direito, professores de Faculdade de Direito, juristas... Pois bem, em fevereiro de 1959, faltando um mês para fazer 25 anos, eu fui lá falar com o Vice-Presidente do Tribunal do Trabalho e disse que no dia da primeira prova eu já teria 25 anos, mas ele respondeu: *não interessa, o que interessa é a data no dia da inscrição*. Meu pedido de inscrição foi então indeferido.

Pouco tempo depois, no entanto, surgiu a notícia de um outro concurso para Juiz do Trabalho, mas dessa vez em São Paulo. Vim a São Paulo, fiz minha inscrição, mas o sonho parecia temerário, pois havia muitos candidatos fortíssimos, como, por exemplo, o Valentin Carrion conhecidíssimo como jurista, professor e autor de livros; José de Vasconcelos, outro importante jurista e o próprio Amauri Mascaro, que na época era apenas um jovem promotor, mas já muito respeitado... De qualquer forma, mesmo tendo poucas esperanças, fui fazendo as provas e fui passando em todas as fases. Na última prova que foi a oral, senti que deixei uma boa impressão e, logo depois, veio a resposta: havia passado em terceiro lugar, atrás apenas do Valentin Carrion e do Clovis Canela Salgado.

Com a nomeação para Juiz, minha vida mudou completamente. Posso dizer que na minha vida houve dois momentos de inflexão profunda: a chegada a Belo Horizonte em 2 de fevereiro de

1949 e a minha chegada aqui para tomar posse para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em 14 de março de 1961. Foram momentos decisivos; momentos em que a minha vida mudou da água para o vinho. Eu então passei a ser juiz e me vi obrigado a ler, a estudar, a aprender, pois não tinha experiência nenhuma em Direito do Trabalho.

E assim fui fazendo carreira como Juiz do Trabalho. De início fiquei como Juiz Substituto em São Paulo e depois de um ano fui promovido para Juiz Titular em Ponta Grossa, Paraná – porque então o TRT de São Paulo abrangia não só Estado de São Paulo, mas também o de Mato Grosso e do Paraná. Começava-se como substituto em São Paulo e depois era designado para qualquer cidade desses três Estados...

Em Ponta Grossa eu tive várias dificuldades; a maior foi a de ser o primeiro Juiz do Trabalho de Ponta Grossa, já que nunca tinha existido isso na Vara de Ponta Grossa. Por outro lado, ingênuo e inexperiente como era (tinha 27 anos), acostumado a fazer o que fazia em São Paulo – o reclamado não comparece, aplica-se a lei, de forma draconiana – comecei a despertar o ódio dos patrões contra mim. E, como se diz no jargão jurídico: *summum jus summa injuria*; o excesso de rigor na aplicação da lei termina em injustiça... Isso é algo que se vai percebendo ao longo dos anos, mas na época eu estava ali para cumprir a lei. Então, o patrão chegava atrasado, eu aplicava pena de comisso; à revelia condenava e não percebia que estava fermentando um grande ódio. Tinha pouquíssimas amizades, evitava amizade com advogados, por escrúpulo... E, além disso, Ponta Grossa era na época (hoje não é mais pelo que eu soube) uma cidade que poderia ser chamada, sem exagero, de retrógrada e reacionária. Viam-me com estranheza, pensavam que eu fosse do Ministério do Trabalho, que fosse janguista, do Go-

verno João Goulart que era o Governo da época, pensavam que eu fosse comunista. Aí ressurgiu a velha acusação. Ainda era o período pré-reacionário; foi o período de crise política de 63, início de 64. Tinha havido já o Governo Jânio Quadros, o Governo João Goulart, aquela crise toda; eu estava preocupadíssimo com aquela crise no país que iria nos atingir a todos. Cheguei a conversar, inclusive, com um primo que era Deputado Estadual lá em Minas Gerais, Magalhães Pinto... E o fato é que quando veio a chamada Revolução, o que aconteceu em Ponta Grossa, interior do Paraná, é que um grupo de lá, eu não sei se era para valer ou se era apenas para me ameaçar, mandou o recado para que eu saísse de lá, ou então que iriam me “eliminar”. Eu passei a receber ameaças verbais, ameaças escritas; numa carta anônima diziam que eu seria o primeiro a ser fuzilado... Eu não sei se chegariam realmente a esse ponto, mas eu sei que se eu fizesse uma audiência naquele momento de tensão, de revolta, em que os grupos estavam extremados, nessa audiência eu iria ser desrespeitado... Diante disso, então, tive que, literalmente, fugir de Ponta Grossa. Tinha também receio das autoridades militares, pois havia o perigo de ser detido no caminho para Curitiba. Acabei conseguindo com um médico amigo meu, que estava indo de viagem para Curitiba que me levasse. Minha família ficou lá em Ponta Grossa até abril de 64 e eu tive que escapar. De Curitiba vim para São Paulo, pois a sede do Tribunal era aqui. O Presidente do Tribunal na época era uma pessoa excelente, compreendeu a situação, me deixou agregado aqui na Presidência colaborando com ele e depois, com uma permuta com o Juiz de Curitiba, fui para lá e não voltei mais a Ponta Grossa. Sentia-me ameaçado demais. Meu irmão foi lá retirar a minha família.

Em Curitiba o ambiente era outro, apesar de estar apenas a 100 km de distância. Ali não havia

perseguição (pelo menos contra mim); não havia mais aquele mal-estar. Além disso, havia outro Juiz do Trabalho; eu não ia mais ser o primeiro e o ambiente acabou por ser totalmente diferente.

Em Curitiba fiquei dez anos. Ali, além de julgar, passei a lecionar, não só para complementar a remuneração, mas, principalmente, pelo desejo de ser professor; pelo desejo de estudar, dar aula. Fui, inclusive, alimentando o desejo de fazer uma pós-graduação, porém, devido ao fato de ter tido um problema de saúde grave, tive de adiar, mais uma vez, esse sonho...

Foi apenas mais tarde, em 1972, se não me falha a memória que consegui uma transferência para São Paulo e pude fazer a minha pós-graduação em Direito Constitucional do Trabalho. Um pouco depois, estive dando algumas aulas na Faculdade de Direito, onde não cheguei a ser efetivado, e foi nessa época que comecei a escrever alguns artigos, publiquei o meu livro sobre Direito do Trabalho e passei a colaborar com vários autores em outros livros.

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Mais ou menos nessa mesma época foi fundada, no Rio de Janeiro, a Academia Nacional de Direito do Trabalho. Na verdade foi em outubro de 1978... Na época havia muitas vagas e a disputa não era tão forte como hoje em dia. Quem se interessasse podia se manifestar, apresentar seu currículo. Eu, junto com um grupo de paulistas, pelos títulos que tínhamos (ainda que eu tivesse poucos títulos, comparado com outros colegas) nos propusemos e fomos aceitos na situação de membros fundadores.

Lembro-me que a solenidade de instalação da Academia ficou programada para o início de

dezembro de 1979. E para lá fomos, eu e mais outros paulistas como o Amauri Mascaro, o Irany Ferrari, o Wagner Giglio, o Armando Costa... A solenidade se deu na sede do Instituto dos Advogados do Brasil, o IAB, na rua Marechal Câmara, no centro do Rio de Janeiro. Era muito perto do aeroporto Santos Dumont, de maneira que descíamos lá e íamos a pé até a sede do IAB...

Desde o início, como membro fundador, procurava colaborar; inclusive na época de eleições, sugerindo alguns nomes... Nomes daqueles que, como eu, eram membros fundadores e que eu já conhecia de longa data, por causa de sua militância no Direito do Trabalho. Cheguei, inclusive, a participar então de algumas diretorias da Academia, em diferentes funções. Na época do Orlando Teixeira da Costa que foi presidente, eu participei como vice. E quando ele foi reeleito para mais um mandato, pois essa sempre foi a praxe, também continuei. Mas já então deflagrou-se a doença, câncer... Ele inclusive nesta época, estava como presidente do TST também... Orlando faleceu e eu, por força das circunstâncias, assumi a presidência para concluir o mandato que estava, parece, há um ano ou ano e meio da conclusão.

Assumi por essa circunstância fortuita e, quando terminou o mandato, foi sugerido que eu me candidatasse... Mas eu achei que não devia me candidatar, pois acreditava que a Academia tinha e tem nomes mais renomados e preciosos do que o meu; com livros publicados, atuação em Congressos muito maior do que a minha, exercício de altos cargos... Assim que não quis disputar e não disputei, fui apenas apoiador e articulador das chapas que vieram depois da minha passagem pela presidência.

Na Presidência da Academia

Uma das principais preocupações durante minha presidência na Academia Nacional de Direito do Trabalho foi que ela tivesse um caráter efetivamente nacional. Quando instalada, a 4 de dezembro de 1979, ela era composta majoritariamente de cariocas, vários paulistas, alguns poucos do Rio Grande do Sul, alguns pouquíssimos de Minas Gerais e pouquíssimos da Bahia. A Academia, na época – não saberia dizer os números exatos – era mais uma academia carioca e fluminense do que efetivamente nacional. Creio que fui um dos que colaboraram, juntamente com vários outros, para que a Academia se expandisse pelo território nacional e hoje ela tenha acadêmicos na grande maioria dos Estados.

Outro problema que me chamou atenção então e que, entretanto, continua sendo algo ainda presente e que se apresenta como o mais sério desafio no momento é: evitar que a Academia se transforme numa Academia de Magistrados e de ex-Magistrados. Isto porque está havendo uma tendência cada vez maior de escolher juízes, juízas, desembargadores, desembargadoras, ministros, ministras da Justiça do Trabalho. A Academia não deveria ser uma Academia de juízes, de magistrados, deveria ser uma Academia eclética, heterogênea, uma Academia onde houvesse pessoas não só das diversas regiões do Brasil, dos diferentes estados do Brasil, mas que houvesse também representantes não só da magistratura, mas também representantes da advocacia militante, o que não é tão fácil assim, eu sei, porque a maioria dos advogados militantes não tem trabalhos publicados em número suficiente para angariar apoio para a Academia e muitos nem se interessam muito por isso. Há as exceções, é claro: representantes do Ministério Público; representantes do Magistério... Mas de qualquer forma

é importante que a Academia não se transforme naquilo que possa vir a ser chamado de feudo da Magistratura. É natural que, como a maioria é de magistrados, um acabe indicando o outro magistrado e assim vai criando uma espécie de endogamia. A meu ver, é preciso tentar evitar esse risco...

Um outro problema que via na minha administração, mas que segue sem solução até hoje é relativo ao número de acadêmicos. Como você deve saber, esse é um assunto muito polêmico, onde ainda não encontramos consenso.

Desde o meu ponto de vista, 100 é um número exagerado. Vi isso quando se fazia necessário convocar os membros para uma assembleia... Se tivéssemos 50 seria muito mais fácil, muito mais exequível... Claro que não se trata de “deseleger” metade da Academia, mas na medida em que os membros fossem morrendo, poderia se ir abrindo vagas intercaladamente. Uma sim e outra não, até que chegássemos ao número de 50 acadêmicos. Isso demoraria um tempo, mas acho que no fim seria melhor para a Academia. Aliás, 50 ou próximo disso, é o número da maioria das academias existentes fora e dentro do Brasil...

O Papel da Academia no Contexto Nacional

A Academia, eu quero crer, tem bastante prestígio na área trabalhista, ainda que seja preciso avançar mais. O prestígio da Academia se verifica porque muita gente cogita disputar uma vaga para membro da Academia; os que são estimulados para isso... Por outro lado, quando se apresenta alguém numa palestra, numa conferência, ao dar uma aula, ou mesmo quando se publica um artigo ou um livro, percebe-se que se faz questão de se colocar como membro da Academia. A Academia tem esse papel de distinguir, porque o grande modelo das Academias continua sendo,

de qualquer forma, o da Academia Francesa fundada por Richelieu em 1634. E por isso, creio que essa noção de grande expoente não pode ficar restrita aos critérios meramente de publicação. Como dizia antes, creio que grandes expoentes da advocacia deviam ser considerados, não tanto pelo que publicam, mas por sua atuação como um todo. Acho que nesse aspecto a Academia devia se espelhar mais nas suas fontes de inspiração, como a Academia Francesa...

Outro aspecto sem dúvida muito relevante é o papel que a Academia tenta exercer (não sei se tem conseguido, mas tem tentado e vai continuar tentando) procurando influenciar em relação à legislação; influenciar no andamento dos Projetos de Lei; de opinar... Creio que, nesse sentido, a Academia podia seguir o exemplo da OAB, que procura interferir nos grandes debates políticos do país, lutando para que respeitem o espírito da Constituição; lutando para evitar leis discriminatórias, leis prejudiciais, leis que sejam excessivamente draconianas, o que, infelizmente, pulula no Congresso. Isso, obviamente, dentro da área trabalhista. A Academia deveria interagir para proporcionar uma legislação que não penalize o empregador. Todos nós sabemos como os empresários brasileiros, pequenos, grandes e médios, já são penalizados por uma carga tributária pesadíssima, além de toda burocracia... Então, se, além disso, ele tem de lidar com uma Lei do Trabalho que está mais destinada a azucrinar do que a promover o desenvolvimento, a coisa fica muito difícil... Ninguém discorda que está mais do que na hora de modernizar esta legislação trabalhista que está aí. Talvez, fazer como na Itália, por exemplo, em que há uma legislação específica para os operários, outra para os funcionários, outra para o terceiro setor e etc. Sem dúvida ainda precisamos caminhar muito e a Academia deveria ter um papel superativo nestas discussões.

Não digo que isso se deva dar a partir, digamos, de pressão... Não, mas através da promoção de debates, de manifestações que se façam ouvir através dos meios de comunicação, da imprensa, etc. Claro que isso sempre foi uma preocupação, mas acho que essa maior visibilidade da Academia no

contexto nacional parece ser agora o maior desafio. De qualquer forma vejo que a atual administração percebeu isso e tem procurado responder às novas demandas da sociedade, colocando a Academia numa nova fase. Este projeto mesmo sobre a memória e a história da Academia é uma prova disso.

Georgenor de Sousa Franco Filho



Meu pai me ensinou: “você tem que ter disciplina em tudo que faz e tem que se conformar com a vontade de Deus”.

Georgenor de Sousa Franco Filho

Penúltimo presidente da ANDT, Dr. Georgenor de Sousa Franco Filho fala da Academia e da própria vida com paixão. Natural de Belém do Pará, gosta de se referir a si mesmo, de forma jocosa, como “índio de apito”. Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Dr. Georgenor, traça um paralelo entre a sua carreira de magistrado e aquela dentro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, onde procurou também deixar a sua marca: mostrar a cara da instituição e fazer dela “algo a serviço do povo”.

Dono de uma elegante oratória, própria da tradição paraense e também de quem aos 19 anos chegou a ser chefe do cerimonial do palácio do governador do Estado, Dr. Georgenor concedeu uma longa entrevista, apresentando um amplo panorama histórico da Academia em seus anos mais recentes.

Esta entrevista foi realizada no dia 11 de agosto de 2011, durante o Congresso Internacional Atualidades do Direito do Trabalho, promovido pela ANDT no Maksoud Plaza, em São Paulo.

A Caminho do Direito

Eu nasci em Belém do Pará a 27 de janeiro de 1952. Meu pai era bancário do Banco da Amazônia e jornalista. Havia sido um dos fundadores do Sindicato de Jornalistas do Pará. Minha mãe trabalhou, inicialmente, na Secretaria de Segurança Pública do Pará e depois, quando casou com o papai, deixou de trabalhar, ficou apenas como dona de casa, que era o mais comum naqueles anos 50.

Eu cresci no meio da Academia Paraense de Letras. Lembro-me que a primeira vez em que entrei lá tinha exatamente sete anos de idade. Foi no dia 17 de março 1957... Lembro-me bem dessa data porque era dia do aniversário de uma tia minha e também o da posse do meu tio, marido dela, na Academia. Ele foi recebido por papai, na ocasião. Eu não entendi nada, porque o discurso do meu tio Georgenor se intitulava “Estudo psíquico analítico da imortalidade da alma e da dupla personalidade”... Ouvi aquele negócio e... Claro, um moleque de sete anos de idade não era nem para estar ali; mas estava, todo metido a prosa. Pois bem, eu ouvi aquilo e só fui ler o discurso anos depois, para poder entender que era sobre a obra de Freud, pois meu tio se dedicava ao estudo da psicanálise. De qualquer forma, eu sempre tive vocação para o Direito, para ciência jurídica. Não sei se para o “direito” ou para o “esquerdo”, mas para ciência jurídica, de qualquer maneira...

Fiz vestibular para a Universidade Federal do Pará para Direito. Concluí o curso de Direito no prazo mínimo que era permitido pela legislação da época; ao invés de cinco eu concluí em quatro anos, porque eu fiz uma sobrecarga de disciplinas para concluir rapidamente. Recordo-me, inclusive, que antes de entrar na faculdade, eu tinha feito um curso intensivo de Cerimonial e Protocolo

no Itamaraty do Rio de Janeiro e, por causa disso, fui convidado pelo governador do Pará, na época o coronel Nacilde Nunes, para ser chefe cerimonial do Pará, que recém havia sido criado. Creio que fui o chefe cerimonial brasileiro mais jovem: eu tinha apenas 19 anos de idade! Era interessante, porque enquanto eu chefiava o cerimonial do Pará com 19 anos, o chefe cerimonial do Rio de Janeiro, cujo nome eu não me recordo, tinha 79 anos! Isso foi na época em que o presidente Emílio Médici foi ao Pará, e quem chefiava o cerimonial do palácio da Alvorada era o embaixador João Clemente Baena Soares, que também era paraense. Ele depois foi ser secretário-geral da OEA.

Quando eu entrei na faculdade deixei essa função no governo do Estado, onde cumpri o cerimonial durante aproximadamente uns dois anos. E, quando estava quase para me formar, fui convidado pelo Orlando Teixeira da Costa (que depois seria ministro do TST) para ser assessor de imprensa e relações públicas do Tribunal Regional do Trabalho do Pará, que naquela época jurisdicionava toda a região amazônica, e que, agora, tem jurisdição apenas sobre o Pará e o Amapá. E foi então que eu convivi mais diretamente com a Justiça do Trabalho e quando eu comecei a me interessar um pouco mais pelo o Direito do Trabalho.

No Tribunal Regional do Trabalho

Nesta ocasião, Dr. Orlando e minha mulher (que é advogada e se formou na mesma turma que eu) começaram, então, a me incentivar a fazer concurso para Juiz do Trabalho. Entretanto, a minha paixão mesmo era Direito Internacional. Gostava de Internacional, cheguei a estudar Internacional antes mesmo de entrar na faculdade... Porém, de tanto me incentivarem, resolvi sentar e dizer: *Bom, eu vou estudar e vou virar juiz!* E

me tranquei, me isolei do mundo durante alguns meses para estudar. Estudei, estudei, fiz as provas todas e, para a minha alegria, consegui passar em primeiro lugar no concurso; primeiro e único concurso que fiz na minha região para Juiz do Trabalho.

Fiz a carreira de juiz substituto. Presidi todas as juntas da 8ª Região como substituto. Mas eu confesso (as pessoas que me conhecem sabem disso), eu não gosto de interior, adoro São Paulo; minha grande paixão na vida é São Paulo. São Paulo pelas Epístolas de São Paulo e pela cidade. E então eu sempre dizia: *eu quero ser presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, mas de capital...* Mas de capital só tinha Macapá ou Belém. Não havia outra oportunidade. Se eu quisesse, teria de ser uma ou outra. Belém era “filé”, mas todo mundo começava pelo interior, o pior da época, mas eu não queria pegar... A promoção naquela altura era ou por merecimento ou por antiguidade. Eu havia passado em primeiro lugar no concurso, mas naquela altura, a ordem de classificação não era desempatada pela classificação no concurso, o desempate se dava pelo serviço público. E havia um colega que tinha muito mais tempo no serviço público do que eu. Embora ele não tivesse passado em primeiro lugar no concurso, ele tinha mais tempo de serviço público e então passou na minha frente. Bom, eu nada fiz porque aprendi duas coisas na minha vida e que eu sempre luto para que meus filhos sigam a mesma coisa; que o meu pai me ensinou: *você tem que ter disciplina em tudo que faz e tem que se conformar com a vontade de Deus*. E eu sou um homem muito conformado, porque acho que tudo que Deus faz é Ele que está certo, e não sou eu; o plano de Deus é o plano certo, o meu plano é um equívoco. Por outro lado, eu sou muito disciplinado. Se disserem para mim: *Fique sentado*, eu fico; se disserem para mim: *Levanta*, eu levanto.

Pois bem, fiz o concurso e acabei sendo promovido para a Junta de Macapá, porque a colega que iria para Macapá não quis sair da junta que estava e eu aceitei a promoção. E fui promovido por merecimento. Foi a única vez que eu fui promovido por merecimento. Eu era o segundo da lista e fui para a Junta de Macapá. Várias Varas, Juntas, foram abrindo vaga no interior do Pará, mas eu não aceitei nunca a remoção. Até que um dia o professor Roberto Santos (um dos grandes juizes brasileiros, membro da ANDT também e provavelmente uma das maiores inteligências que esse país já teve e tem) no dia 07 de setembro – eu gravei as datas porque são datas que fazem parte da minha vida – de 1988, vindo eu de Macapá para passar o feriado da semana da pátria em Belém; o Dr. Roberto Santos me levou para almoçar no restaurante Avenida, em Belém, em frente à basílica de Nazaré. É interessante porque na hora de pagar a conta eu disse: *Vamos dividir!* E ele disse: *Não, não, não... Você é meu convidado! Eu pago!* E ele pagou com o cartão *American Express...* Eu não esqueço os detalhes, os pormenores... Pois bem, ele havia me convidado para me dizer que ele e o Dr. Orlando haviam conversado e decidido que eu tinha que fazer o meu mestrado em São Paulo. E eu então disse: *Mas por que eu? Porque está na hora. Então cuide de ir e vá logo!*

Pós-Graduação no Largo São Francisco

Vim então para São Paulo e conversei com o professor Vicente Marotta Rangel, que era titular, catedrático do Largo São Francisco. Pedi ao Prof. Marotta se ele poderia me aceitar para ser orientando dele. E ele disse que sim! Eu arrumei a minha trouxa, peguei minha mulher e meus dois filhos, solicitei permissão do Tribunal, o Tribunal concedeu a autorização e licença cultural que é prevista na Lei Orgânica da Magistratura e eu

peguei um avião e vim-me embora para cá. Fiz a primeira prova de seleção, fiz a prova de língua estrangeira (que foi de Francês), e havia também uma entrevista com o orientador. Eu recordei que no dia da entrevista, na sala do departamento da faculdade do Largo São Francisco o Prof. Marotta reuniu todos os candidatos e ia perguntando: *O senhor é quem?* E o candidato: *Eu sou fulano de tal; falo 30 idiomas, estudei na Alemanha, estudei na China, estudei na Cochinchina, no Japão...* Eu ficava pensando no que eu ia falar quando chegasse a minha hora; eu, “o índio de apito”... Chegou a minha hora, o Prof. Marotta virou e disse: *Bom, esse aqui é o professor Georgenor. Prof. Georgenor é meu colega; ele escreveu um artigo sobre a Declaração dos Direitos Humanos onde me cita. Ele é paraense e veio para cá fazer a pós-graduação dele sob a minha orientação, que é uma satisfação para mim. Não é, professor?* E eu, meio abobado dizia: *Sim! Sim!* E essa foi a minha entrevista. Na frente de todo mundo, eu, o “índio”, o último “à direita de Deus Pai” – que era ele – fiquei totalmente encabulado e não respondia nada, só fazia, dizer “Sim! Sim! Sim!”. Aí então ele disse: *Pronto, está encerrada a entrevista! Todo mundo fez a fila para o “beija-mão”, e eu me coloquei atrás, como o último da fila. Quando cheguei para tomar a benção e ir-me embora, ele chamou o secretário da Pós-Graduação e disse: Faça a matrícula do professor porque ele já está aceito!*

E então eu comecei a fazer o meu mestrado aqui no ano de 1989. No meio desse ano o Prof. Marotta chamou-me e perguntou: *O senhor vai ficar aqui quanto tempo? Dois anos* – respondi. *O senhor não vai poder fazer o doutorado depois, porque não vão lhe dar licença. Eu recomendo que o senhor faça a conversão do seu mestrado em doutorado, e ao invés de fazer o mestrado você já faz direto o doutorado.* Naquela época era possí-

vel fazer. *Bom, professor, eu não sei...* E ele, sem muito ouvir o que dizia: *O senhor tem que fazer mais uma língua estrangeira.* Fiz italiano e fui aprovado. O Prof. Marotta deferiu o requerimento para a conversão, o colegiado acolheu e eu passei a fazer direto o doutorado.

Voltei para Belém. Nesta ocasião eu já era presidente da 4ª Junta de Belém. Certo dia estava eu em meu gabinete e toca o telefone. Fico sabendo que tinha ido pela segunda vez, parece, em lista de merecimento para promoção para o Tribunal e havia sido preterido. Eu tinha ido na cabeça da lista, era o primeiro nome da lista, mas o colega que foi em segundo subiu, por merecimento, e eu sobrei. Ele era mais antigo. Se não é para ser não será e pronto. Vem aquela história do determinismo que junta com a conformação e a disciplina...

A Entrada na ANDT

Dias depois toca o telefone e eu atendo. Era o ministro Arnaldo Süssekind: *Georgenor, aqui é o Arnaldo!* (Eu tenho um livro que o ministro Süssekind dedicou para mim, onde ele coloca: “Ao amigo Georgenor com um abraço do Arnaldo!” E quando ele me encontrou disse: *Não é para todo mundo que eu assino simplesmente ‘Arnaldo’...* Assim que tem um valor muito grande para mim essa dedicatória dele, sendo ele, ministro Süssekind, o homem que é... Eu costume chamá-lo de “CLT viva”. Se você quer conhecer a CLT viva pegue no Süssekind; eu já peguei!). Bem, mas ele então no telefone me diz: *Eu quero convidar você para ingressar na Academia Nacional de Direito do Trabalho!* Eu então disse: *Mas eu? Nós temos-* responde ele – *cinco vagas: vai você, vai Alice Monteiro de Barros, vai o Estêvão Mallet, vai o Vantuil Abdala, vai Sebastião Antunes Furtado...* Acredito que tenham sido esses cinco. Acredi-

to, não tenho certeza, se está faltando alguém; se tiver faltando, que esse alguém, por favor, me desculpe, mas a minha memória realmente não lembra. Lembro-me que entramos esses cinco. Esses cinco nessas vagas que existiam no quadro da Academia. Isso foi no ano 92, eu acredito; 91 ou 92.

Naquela altura, já era presidente da Academia o nosso dileto Arion Sayão Romita e eu tomei posse durante uma das sessões do Congresso Nacional de Magistrados Trabalhistas, que foi em Belém. A sessão foi presidida pelo Romita, que me deu posse e eu fui recebido pelo juiz Arthur Seixas dos Anjos, que era também membro da Academia. Assim fui para a Academia.

Mais tarde fui convidado para integrar a diretoria da Academia. Primeiro como diretor de relações internacionais, depois como vice-presidente; fui vice-presidente na gestão da ministra Maria Cristina Peduzzi, durante os seus dois mandatos. E, de acordo com a tradição da Academia, o primeiro vice-presidente passa a presidente depois de terminadas as duas gestões. Assim foi feito e eu fui eleito para suceder a ministra Cristina.

Entre o TRT do Pará e o TST

Gostaria de citar que, neste ínterim, enquanto estava como juiz do Tribunal, fui convocado, durante dois anos, para o Tribunal Superior do Trabalho. Era, na verdade, um grande mutirão, de dez juízes de Tribunais Regionais, para atuar no TST durante dois anos. E tenho para minha satisfação a alegria de saber que durante esses dois anos que eu passei no TST, nunca atrasei nenhum processo, nunca... Todos foram julgados; os meus processos, pelo menos, todos. Eu nunca virei uma semana com processo. As estatísticas estão aí. Também nunca mandei processo para o meu Tri-

bunal, os processos não eram da 8ª Região, eram do TST e, portanto, lá tinham que ser resolvidos. Acredito que os meus outros colegas tenham feito procedimento similar. Alguns se aposentaram, outros continuaram na carreira, alguns foram para o Tribunal Superior do Trabalho. Mas acredito que a maioria hoje está aposentada. Ricardo Sampaio, do Paraná, o Humberto Grillo, de Santa Catarina, o Márcio Rabelo, de Pernambuco, o Tarcisio de Bosque de Minas Gerais, e outros colegas... Foram dois anos de uma convivência muito harmoniosa...

Depois disso voltei para o Pará e segui com minha missão de juiz do primeiro e segundo grau. Fui corregedor regional, fui vice-presidente... Nessa altura o ministro Dalazen, que hoje preside o TST, me convocou para substituí-lo; disse que eu ficaria um mês, depois que eu ficaria dois, e eu acabei ficando três. Fiquei três meses em substituição ao ministro Dalazen, que hoje preside o Tribunal Superior e que é também membro da Academia. Retornei para Belém e fui assumir a presidência do Tribunal.

Como presidente do Tribunal eu fiz algumas coisas que eu não sei se as pessoas concordariam em fazer, mas acabaram “pegando corda” de mim. Uma delas foi criar uma área da cidadania, num espaço que havia disponível no Tribunal, onde as pessoas pudessem ter acesso aos serviços públicos necessários. Hoje o Conselho Nacional de Justiça incentiva essa coisa, mas isso foi feito primeiro no Pará. Primeiro no Pará e primeiro por mim. Lá nós fizemos uma área da cidadania onde se tirava carteira de trabalho, título de eleitor; onde se tem agência bancária, livraria, cartório, correio e até mesmo o SINE – Serviço Nacional de Emprego. Fizemos isso. Tenho notícias de que o Conselho Nacional de Justiça tem promovido esse tipo de coisa em algumas regiões, em alguns

Estados brasileiros, não sei. Foram notícias que eu ouvi, parece que é uma meta, alguma coisa assim. Eu não tive metas, eu tive que administrar, então eu tinha dois anos para fazer, tinha que correr. Achei também que o Tribunal tinha que ter uma orelha grande para ouvir queixas e criei uma ouvidoria. Hoje todo mundo tem ouvidoria. Naquela época, pouquíssimos tinham; a maioria não ouvia nada. Depois achei que tínhamos que ter um Diário Oficial nosso. Peguei modelo de outros lugares e criamos um Diário Oficial de Justiça. Hoje todos têm, todos os Tribunais têm o seu Diário Oficial. Notei, por outro lado, que o povo estava lá e o juiz estava acolá, e não é certo; o povo não pode ter medo da justiça; o povo tem que respeitar a justiça e tem que gostar da justiça. E criei o Justiça Solidária. O Justiça Solidária, segundo ouvi dizer, não será mais realizado, mas foi realizado depois da minha gestão, nas gestões que me seguiram. É um evento na Praça Brasil, em frente ao Tribunal, onde as pessoas podem casar (porque eu peço a colaboração da Justiça Estadual) podem se separar também, porque faz logo tudo: casa e separa. As crianças aprendem escovação de dente; os adultos cortam seu cabelo... Recordo-me que a primeira vez que isso foi feito foi na minha gestão. Eu estava na praça, todos nós usando uma camiseta onde estava escrito “Justiça Solidária”... Estava ali na Praça Brasil, no meio do povo, quando chegou um senhor humilde e disse: *O senhor que é o chefe daqui?* Eu respondi: *Sim, sou o presidente do Tribunal.* Ele então me contou: *Ah, eu venho lá de Muaná* (Muaná é um município do interior do Pará, distante de Belém)... Ele então segurou na minha mão e começou a chorar. *Posso lhe dar um abraço?* Ele perguntou. *Claro que pode,* respondi... Então ele me abraçou e disse: *Eu quero lhe agradecer. O meu neto nasceu e eu não tinha feito registro dele porque eu não tinha como. E o senhor agora*

permitiu que o meu neto fosse gente! Ai meteu a mão no bolso e puxou o papel. Está aqui, ele agora é gente! Eu chorei junto com ele, porque eu não pensei que uma coisa dessa natureza fosse tão importante para o povo... E foi a Justiça do Trabalho quem fez!

Na Presidência da ANDT

Deixei a presidência do Tribunal ao mesmo tempo em que a ministra Cristina concluiu o mandato dela na presidência da Academia. Foi então que fui eleito para sucedê-la na Academia. Assumi numa solenidade promovida por ela em Brasília, no Tribunal Superior. O Nelson Mannrich foi o meu vice-presidente, e sempre colaborou muito comigo.

Na presidência da Academia nós fizemos algumas coisas. Uma: continuamos com a revista – nossa revista tem uma tradição bastante específica. A outra: criamos o bóton, que identifica quem é acadêmico e uma medalha para homenagear o primeiro presidente da Academia, que é a medalha Arnaldo Süssekind. E, ainda que não haja uma sede, pois nossa sede é sempre *pro tempore* (já foi em casa, já foi na casa do Rodrigues Pinto, já foi na casa da Cristina, já foi na casa do Floriano e agora é na casa do Nelson) nós passamos a ter uma sede virtual, que era um grande sonho da Academia e meu também! Com a ajuda dos diretores, na minha gestão, criamos o site da Academia: www.andt.org.br

Tentei também, durante o tempo em que presidi a Academia, reorganizar o “Dicionário de Direito do Trabalho”, que havia sido iniciado pelo José Martins Catharino, da Bahia. Porém, não foi possível fazer, pois cada um de nós tem sua própria atividade e também porque a comissão que foi designada acabou não acolhendo. Pensamos

também em fazer um Código de Processo do Trabalho. Uma comissão foi designada, mas também não foi adiante...

Foi também durante minha gestão que a Lei de Relações Individuais do Trabalho, um anteprojeto elaborado pelo Prof. Amauri Mascaro, foi aprovado numa assembleia geral da Academia aqui em São Paulo. Ele está até hoje disponibilizado no site, esperando que algum parlamentar brasileiro olhe para isso, e pense com carinho, no projeto que a Academia possui... Que, na realidade, não é da Academia, mas apresentado por uma comissão que foi formada pelo Prof. Amauri (que a presidiu) e da qual fizeram parte o Mannrich e o Robortella, todos os dois da Academia.

Fizemos também, em conjunto com outros colegas, alguns congressos pelo Brasil, mas nenhum como este que está acontecendo agora, que é totalmente da Academia. Foram congressos realizados por outras instituições, como a LTr ou o TST, e que a Academia passou a colaborar também. Porque a grande dificuldade nossa é recurso e patrocínio. É muito mais fácil você obter patrocínio em centros como São Paulo, mas estando, como eu, em Belém do Pará, ou como o Rodrigues Pinto, na Bahia, fica mais complicado. Mas mesmo assim se conseguiu fazer muita coisa, e se conseguiu movimentar um pouco esse país. Realizamos, em quatro oportunidades, concurso de monografia, de âmbito nacional. Premiaram-se pessoas de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da Bahia... E isso é uma coisa boa porque a Academia está indo até o público, até o povo; para mostrar que a Academia Nacional existe e tem que ser procurada também. Que as autoridades dos três poderes chamem a Academia; isso é muito importante... Porque as cabeças que pensam em Direito do Trabalho no Brasil, elas estão na Academia.

Um dos nossos grandes problemas hoje é a questão da nossa identidade, da nossa memória. Daí a importância desse projeto de resgate da memória. Pois quando o ministro Orlando faleceu, estando na presidência da Academia, boa parte da documentação da Academia que estava em Brasília com ele, simplesmente desapareceu. E nós ficamos sem... Eu tentei, por exemplo, na minha gestão, colocar em ordem os acadêmicos, porque nós não sabíamos quem ocupava que cadeira e qual era a linha sucessória. E isso acabou gerando algum problema. Algumas pessoas se desgastaram comigo, algumas brigaram comigo, porque diziam: *a minha cadeira é tal e eu não vou trocar!* Eu então procurava explicar: *Olha, eu não sei, nós estamos tentando arrumar; eu quero que ajudem, não que briguem comigo. Mas se quiser brigarem o que eu posso fazer?* Da mesma forma como eu sugeri, no início da gestão, ver uma cidade para a sede da Academia. A meu juízo, a sede nacional deveria ser no Rio de Janeiro; afinal ela foi fundada no Rio de Janeiro. Mas chegaram mesmo a dizer, eu tenho os e-mails guardados, a dizer em alto e bom tom que eu queria que fosse em Brasília por interesses meus. Eu sou de Belém do Pará e quero, quando me aposentar do meu Tribunal em Belém do Pará, morar em São Paulo. É preciso que as pessoas saibam que o meu destino ou é São Paulo, ou é Belém. Eu não paro no meio do caminho. Mas disseram até isso... Eu não acho que a Academia deva ser sediada em São Paulo... Eu fui um dos que votaram, e meu voto foi identificado, para que a sede fosse no Rio de Janeiro. Mas não chegou-se a um consenso. No final o quórum mínimo não foi alcançado, embora o Rio tenha ganhado. Ganhou de fato, só que o povo do Rio ainda não se mexeu. Pois, se você quer que as coisas aconteçam você tem que tomar as rédeas e fazer. Se quisessem que fosse em Belém eu ia montar acampamento na Praça da Repú-

blica de lá, num dia da feira, com uma canequinha para pedir uma moedazinha para construir a sede. Pronto, é simples, quer fazer, faça! Está lá, vamos ver se algum dia sai! É interessante que saia? É, porque quando eu recebi a sede da Academia, a Cristina me mandou dois caixotes; eu mandei acho que uns seis caixotes para o Nelson e o Nelson, daqui a uns dois ou três anos – porque provavelmente ele será reeleito como a tradição manda – ele deve mandar uns vinte caixotes para o seu sucessor, que deverá ser o Rodolfo, atual vice-presidente. E, sendo o Rodolfo, esses vinte caixotes irão para a Bahia! Aí o Rodolfo que vive fazendo arte, é capaz de dobrar para quarenta e daqui a pouco você vai ter que fretar um avião para levar a documentação da Academia! Ou seja, vai ficar uma sede complicada de carregar. Assim que a situação é um pouco mais complicada para nós, mas acredito que alguém vai um dia resolver isso; ainda que seja alguém doando uma sala, algum lugar para a Academia depositar as suas coisas, para ter a sua memória, não apenas a memória virtual como começa a ter agora, mas a memória material. Porque, o virtual, nós podemos guardar “nas nuvens”, mas há certas coisas que têm que ser pegáveis. Você tem que pegar! A medalha Süssekind você pega! O distintivo você pega! A revista... O Bill Gates mesmo numa certa ocasião escreveu que a informática vai mudar tudo no mundo. Mas não vai mudar o livrinho. E ele escreveu um livro para dizer isso. Não há nada igual a você ler um livro...

O Papel da ANDT no Contexto Brasileiro

Para que a Academia cumpra plenamente seu papel nós teríamos que agir influenciando no Congresso Nacional, no Parlamento. Para que comecem a ver o Direito do Trabalho de forma menos política, menos econômica e mais social. O Direito

do Trabalho tem que resolver os problemas sociais. O grande problema do mundo, que eu tenho conseguido ver no mundo hoje, é que as pessoas se preocupam mais com economia; o que move o mundo é o dinheiro. O trabalhador passou a ser visto, a partir de um certo momento, como apenas um dos instrumentos para que as poucas mil pessoas que são milionárias fiquem ainda mais milionárias. Então nós não nos preocupamos em criar normas que realmente sejam adequadas a atender ao trabalhador. A Academia tem esse papel. Para conseguir isso, precisaremos ter uma força de vontade muito grande e, num certo momento, um pouco de desprendimento de nós próprios. Acredito que se a Academia conseguir promover eventos com mais frequência em todo o Brasil, com gente de fora do Brasil, como este evento que está sendo feito agora aqui em São Paulo; se conseguir isso aí sim nós estaríamos dando um passo para mostrar para o povo a nossa cara.

A Academia tem que ajudar nisso, e isso é o que a Academia está fazendo, e isso é o que a Academia tem que continuar fazendo. Mostrar para o povo que ela está aqui, que as cabeças que estão aqui, estão pensando e estão oferecendo as suas sugestões para melhoria de tudo isso. É dever da Academia mostrar que tem a solução. Mostrar que esta é a solução possível. Até porque a Academia ela não é uma reunião de juizes, ela não é uma reunião de advogados, ela não é uma reunião de professores, ela é uma reunião de cabeças que pensam, que vêm de todo lado e que aqui não têm interesse de defender um grupo, outro grupo, uma facção, outra facção... Não, eu vou defender o Brasil! E mais do que defender o Brasil, eu vou defender o povo! Então nós temos que pensar no futuro desse país, e a Academia, a meu juízo, é um instrumento para ser usado nesse sentido. Para ajudar esse país a tomar rumo.

Geraldo Machado Carneiro



*Minha vida sempre foi uma vida de trabalho.
Sempre trabalhando, estudando, lecionando.
Essa sempre foi a minha perspectiva de vida.*

Geraldo Machado Carneiro

Estando a se recuperar de uma pequena cirurgia, Dr. Geraldo nos recebeu em sua residência, na rua das Laranjeiras, Rio de Janeiro. Sua entrevista foi breve, porém bastante significativa. Membro fundador da Academia, Dr. Geraldo não chegou a desempenhar função diretiva na instituição, porém, acompanhou, desde sua vasta experiência no campo da educação, o seu desen-

volvimento, apontando a sua relevante importância no cenário específico do Direito do Trabalho no Brasil. O relato breve, porém denso de sua trajetória e atuação na Academia apresenta-se como um registro histórico de particular importância.

Esta entrevista foi realizada no dia 18 de julho de 2011.

Um Construtor de Entidades

Sou Carioca, carioca da gema. Nascido ali, perto da Avenida Marechal Floriano, no centro da cidade. Eu sempre fui uma espécie de “construtor” das entidades de ensino no Brasil. Posso dizer que, no Rio de Janeiro, 70% dos estabelecimentos de ensino utilizaram meus trabalhos. Nessa ocasião se cogitava a fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho, e eu trabalhava em uma universidade, como ainda trabalho hoje. Essa universidade se chamava Celso Lisboa. O consultor jurídico era o Dr. Albino Lima, que também foi membro da ANDT.

Dr. Albino era muito meu amigo, éramos consultores jurídicos e trabalhamos juntos antes até da fundação da Universidade, que antes se chamava Instituto Atheneu Brasileiro e que depois se transformou na Universidade Celso Lisboa. Fora isso, colaboramos na fundação também de outras entidades de ensino como a Rio Comprido no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, Porto Alegre, Pernambuco. Há várias entidades pelo Brasil inteiro, às quais nós prestamos o nosso assessoramento. Demos a nossa contribuição, não só na organização das entidades, como também na prestação de serviço técnico especializado. Essa era a nossa vida profissional.

Um dia, quando estávamos conversando, o Dr. Albino me convidou para fazer parte dessa entidade. Foi então que, pela mão dele, entrei na Academia.

Nessa ocasião, a quase totalidade dos membros da Academia era do Rio de Janeiro. Com o tempo, ela foi se desenvolvendo e se espalhando, e outros membros foram se agregando, oriundos de outras capitais brasileiras.

Houve vários presidentes, e hoje, ela reúne um grande número de advogados localizados em várias regiões brasileiras, se espalhando por todo o país. Atualmente acredito que tenha representantes da Academia em quase todos os Estados, sejam eles magistrados, advogados ou membros do Ministério Público.

A Trajetória Profissional

Fiz faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Tenho sete profissões de nível universitário. Além de advogado, sou economista, administrador, contador, professor universitário, inclusive com registro no Conselho Federal de Educação, e professor do ensino técnico, também com registro na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.

Na verdade, eu venho trabalhando nessas profissões todas, e tenho o meu escritório há 50 anos, que fica no centro da cidade do Rio de Janeiro, no edifício Avenida Central. Nesse local já estou há uns 50 anos prestando serviço à população em geral. Além disso, também sou professor aposentado, pois já estou caminhando para os 80 anos. Minha vida sempre foi uma vida de trabalho. Sempre trabalhando, estudando, lecionando. Essa sempre foi a minha perspectiva de vida.

No escritório, trabalhamos em vários ramos do Direito, dando assessoria jurídica também na área trabalhista. Temos inúmeros casos na Justiça do Trabalho, damos assistência às pessoas que precisam, não só a empresas, mas pessoas físicas também. Nossa atuação tem sido dessa maneira. Trabalhando, trabalhando, prestando serviço. E acreditamos que temos tido bons resultados.

Outro cargo que exerci foi Diretor Federal, na parte governamental, ligado ao controle de preços no Brasil. Morei quase um ano em São Paulo, em um hotel, na Avenida São João. Tenho muitas

lembranças gostosas de São Paulo do tempo em que lá trabalhei.

O Início na Academia

A fundação da Academia ocorreu há uns 30 anos. Eu participei das primeiras reuniões da Academia. Nessas ocasiões, algumas coisas foram propostas, votadas e aprovadas. Como meu tempo não era grande, então minha dedicação não foi muito intensa, apesar disso, sempre acompanhei de perto todos os trabalhos e o crescimento da Academia. O país precisava ter uma Academia de Direito do Trabalho constituída de membros especialistas no Direito do Trabalho. E acredito que isso venha ocorrendo agora.

A Academia vem se projetando, fazendo congressos, agora mesmo haverá um congresso em

São Paulo. Esse trabalho contribui para trazer ao Direito do Trabalho modificações para que a legislação trabalhista evolua cada vez mais. Essa me parece que é uma das finalidades precípua da Academia. É trabalhar, é fazer proposituras, é divulgar novos projetos para a melhora e o engrandecimento da política do trabalho e da legislação trabalhista brasileira.

Acredito ser esse trabalho muito importante, através dos seus membros, e da sua diretoria, que vem trabalhando bastante. Esse desenvolvimento que verificamos na Academia é graças ao trabalho dessa diretoria que vem projetando a Academia e introduzindo coisas novas em relação ao Direito do Trabalho.

Irany Ferrari e Armando Casimiro Costa



Desde o início a LTr teve um papel muito importante na história da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Irany Ferrari e Armando Casimiro Costa

Independentemente de ter sido a primeira entrevista do projeto, esta, sem dúvida, foi a mais curiosa e uma das mais desafiadoras. Irany Ferrari e Armando Casimiro Costa fizeram questão de serem entrevistados juntos, por mais que eu tentasse dissuadi-los... Afinal, um dos princípios fundamentais da metodologia científica da História Oral é a entrevista pessoal e individual.

Poucos minutos de iniciada a entrevista, entretanto, ficou claro para mim o porquê desta insistência e, ao mesmo tempo, mais clara ainda, a certeza de que a entrevista não poderia ter sido realizada de outra forma.

As histórias de Dr. Irany e Dr. Armando tecem-se como uma só narrativa. E não apenas no que se refere à trajetória da Academia.

Interessante observar como suas vidas se encontram e se escoram mutuamente, numa relação de respeito e sintonia que transparece de forma claríssima na própria dinâmica da entrevista.

Efetivamente, não era possível fazê-la de outra forma.

Claro que isso significou uma boa dose de improviso, de aprendizado e de desenvolvimento de novos recursos de transcrição, transcrição e edição.

Decidi, portanto, manter no texto a mesma dinâmica que vigorou no momento da entrevista, procurando reproduzir a alternância das falas que se cruzam e se complementam, produzindo uma só narrativa de peculiar vigor.

Para melhor distinguir as falas, optei por tipos diferentes, além dos subtítulos que também os identificam no início de cada trecho.

A narrativa de Irany Ferrari e Armando Casimiro Costa apresenta-se também como registro de singular importância para a memória da Academia, pois esclarece a fecunda ligação entre esta e a Editora LTr, fundamental parceira desde os tempos fundacionais até o presente momento.

Esta entrevista foi realizada na Sede da LTr em São Paulo no dia 06 de abril de 2011.

A Trajetória do Dr. Irany Ferrari

Tenho muita vida pra contar, afinal tenho 82 anos! Por isso, para não me estender demais vou começar pelo mais importante. E o mais importante, eu acho, é o momento em que eu decidi estudar Direito. Eu sou do interior, de Pirassurunga, Estado de São Paulo, e lá eu fiz o curso primário, ginasial e, como era chamado naquele tempo, o colegial. Depois disso eu vim para São Paulo, capital, para prestar exame para a Faculdade de Direito e entrei na PUC, Pontifícia Universidade de São Paulo. Isso foi em 1948.

Quando eu entrei a PUC estava no seu terceiro ano de existência, ainda não tinha ninguém formado. No começo ela contava, basicamente, com os professores da São Francisco e por isso ela tinha o mesmo nível de ensino que a Faculdade de Direito da USP. Ainda que não fosse a preferida ela era uma escola muito boa. E eu fiquei muito satisfeito porque tive uma formação excelente.

Ali passei os cinco anos estudando e já fazendo, no quarto e quinto ano, um estágio junto ao Ministério Público de São Paulo.

Eu me afeiçoei e gostei tanto, e o promotor com o qual trabalhei também gostou tanto de mim, que eu quase entro para a carreira de promotor. Só não entrei porque, infelizmente, o dinheiro vale muito e, naquele tempo, eles estavam ganhando muito pouco. Pois então, naquela época eu já tinha uma namorada (que hoje é minha mulher) e há muito tempo eu estava querendo me casar. Vi que com aquele ordenado não ia dar para casar e sustentar uma família. Resolvi então frequentar mesmo a advocacia para ver no que ia dar.

Meu primeiro emprego foi como credenciado ao INPS. Foi então que eu me animei a casar, mas

também não era fácil, porque o credenciado ganhava de acordo com o que se conseguia tirar do devedor do INPS e você pode imaginar a dificuldade que era... Havia umas ações para entrar que já eram demoradas (não tanto quanto agora, mas já eram demoradas) e a gente procurava sempre fazer um acordo que era melhor para mim e para o devedor também. E foi isso que me motivou a continuar advogando e a casar logo.

Mais tarde eu entrei para uma multinacional: trabalhei como advogado trabalhista na SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – uma empresa multinacional que tinha esse nome porque havia se instalado originalmente em Recife, mas que depois transferiu a sede para São Paulo. Foi então que eu entrei, com a ajuda de um parente que me indicou. Fiquei ali 18 anos.

Paralelamente, eu trabalhei também na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde fiquei também 18 anos... Somando o tempo dos dois empregos dá 36 anos, mas como trabalhei nos dois lugares ao mesmo tempo... Se fosse somar em anos o tanto que trabalhei em tantos lugares daria uns 300 anos (*sic*)...

Foi na Santa Casa que eu conheci o Dr. Armando Costa e desde então ele foi me levando para um lado e para outro, onde quer que fosse... Trabalhamos muito tempo juntos na Santa Casa, depois também em outra empresa chamada CIMAF, que fabricava cabos de aço, e também na Texaco. O Dr. Armando era “top” na Texaco em matéria trabalhista. E foi assim que eu vim parar aqui na LTr, graças ao Dr. Armando. Isso em 1968.

Costumo dizer que eu então comecei a escrever e a LTr me abriu as páginas... E eu entrei para o mundo trabalhista graças a essa “passagem pela janela”, não pela porta (*sic*).

Tudo isso foi me levando a cultivar mais o Direito do Trabalho e a gostar mais dele. Logo depois passei a escrever junto com um colega meu, Melquíades Rodrigues Martins, que foi meu assessor quando eu fui Juiz do Trabalho da 15ª Região de Campinas. Entrei pela vaga dos advogados, pelo Quinto Constitucional e lá fiquei os anos necessários para me aposentar.

Aposentei-me, mas continuo aqui, fiel, fiel sempre, escrevendo sempre, e dando a minha parte, a parte que eu posso contribuir ainda e fazendo um esforço para contribuir mais. E isso faz até faz bem para a saúde, pois se parar a cabeça para tudo.

Armando Casimiro Costa e a LTr

Apesar de ser mais velho que o Irany, tenho menos coisa para contar... Eu nasci aqui mesmo em São Paulo, capital.

Muito cedo comecei a trabalhar e foi aqui mesmo na LTr. Comecei em 1937. Eu era empregado e gerente de mim mesmo. Era gerente e ganhava meio salário mínimo!

Nessa época eu estava também cursando Direito. Sou da turma de 1943. Entrei na época que ainda tinha o curso pré-jurídico e depois o curso normal. Paralelamente então já estava trabalhando na LTr.

No princípio só editávamos a revista, não existia ainda a editora. Durante muitos anos foi só a publicação da revista e depois do suplemento, só mais tarde começamos a editar livros. Mas isso já faz muito tempo também...

Um dos primeiros livros que nós editamos foi do Amauri Mascaro. Eu fui fazer uma audiência com ele (eu então era advogado da Santa Casa) e quando eu entrei, ele disse: *Você que é o Armando*

Casimiro Costa? Eu quero falar com você. Ele me chamou para uma sala ao lado e disse: *Eu estou querendo escrever um livro, você publica?* Eu disse: *É claro, com muito prazer!* Ainda mais sabendo que ele ia julgar minha causa! (*sic*). Então ele disse: *E qual é o assunto bom?* Eu respondi: *Escreva sobre salário, porque todos querem ganhar e ninguém quer pagar...* Ele então escreveu sobre salário e foi o primeiro livro que publicamos.

No começo, entretanto, só editávamos a revista. O primeiro número saiu em 37 – está completando 75 anos agora... Era na verdade um prospecto, escrito pelo proprietário da LTr, o Dr. Vasco Andrade. Era um texto sobre o que ia acontecer no campo social do Brasil. As reivindicações sociais começam a se acumular e ele já previa neste artigo tudo o que ia acontecer no âmbito do Direito do Trabalho. Ele previu a instituição da Justiça do Trabalho e o próprio futuro desse ramo do Direito no Brasil. Foi um texto profético; ele acertou em cheio.

Comecei a trabalhar na LTr em maio de 1937. Naquela época, ela funcionava no Largo do Tesouro, perto do (Pateo do Collegio), lugar da fundação de São Paulo. O Dr. Vasco organizou tudo aquilo e era como uma assinatura de jornal. Ele separava todo o material e eu depois organizava e levava para a tipografia para fazer as colaborações, ele que providenciava, entregava e eu tinha que escrever correspondência, aquela coisa toda. Eu nunca tinha visto uma máquina de escrever, era uma barbaridade, tinha que colocar cartão... Era muito difícil... Foi o computador que me salvou porque até depois de velho ainda continuava a passar o dedo, para ver se estava certo o carbono e quando colocava na máquina estava errado, tudo ao contrário... Foi difícil, mas foi uma época boa. Aprendi muito.

Mais tarde, quando nós adquirimos a revista, comprei a primeira máquina de escrever. Uma máquina de escrever só nossa! Era uma coisa ex-

traordinária. Até o nome do vendedor eu sei até hoje. Foi um fato excepcional!

Dr. Irany Ferrari Lembra os Primeiros Tempos da LTr

Dr. Armando foi o primeiro empregado e gerente dele mesmo durante um certo tempo. Depois ele comprou, porque ele viu que o negócio era bom; havia chance, perspectivas para o futuro. Então acabou comprando, ele e mais três. Eram quatro sócios: ele, o irmão, e mais dois, para poder juntar o dinheiro para comprar: *não foi isso Dr. Armando? Porque a LTr quando o Sr. comprou estava meio atrasada na entrega, estava perdendo clientes.*

Dr. Armando, Proprietário da LTr

A gente entregava em mãos a revista. Para despachar eu colocava tudo em um carrinho de mão e levava a revista para o correio. A partir disso você pode ver que quantidade podia ser! Atravessava desde a Praça da Sé até a Av. São João com o carrinho de mão levando a revista para a expedição.

A revista ficou atrasada uns 6 meses e então se normalizou, porque entrou dinheiro. Acho que porque estava mesmo precisando.

Depois disso a coisa foi se arrumando. No começo tocava a revista junto com todos os outros empregos que tive: na Texaco, na CIMAF... E nesta época a revista dependia muito de propaganda. Nós tínhamos que conseguir patrocínio da Antarctica, da Volkswagen... E lá pelas tantas eu pensei: não posso continuar assim, dependendo de propaganda, porque na primeira crise cortam a verba e estou mal arrumado. Foi então que eu decidi que não haveria mais propaganda na revista, que tinha de ganhar na base da assinatura, pois

poderia haver troca de assinante, mas, de qualquer forma, sempre haveria assinante.

Custou a pegar, mas pegou. Desde então e até agora ela vive da renda de assinaturas. Os assinantes, claro, foram mudando, mas ela foi crescendo e crescendo sempre mais. Hoje, além da revista temos a editora, realizamos cursos... Crescemos muito!

Dr. Irany, a LTr e a Fundação da ANDT

Cheguei na LTr nessa época, para ajudar o Dr. Armando nesta nova fase da revista. Começamos, então, a ganhar certo destaque, a ser uma referência no Direito do Trabalho. Certamente por isso fomos então convidados pelo Dr. Arnaldo Sússekind para participarmos da fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Sim, me lembro que ele já chegou aqui com a ideia de fundar uma Academia cuja sede seria no Rio de Janeiro, mas que ele queria contar com a participação de juristas de grande prestígio de todo o país.

Ele nos contou que já havia convidado o Prof. Amauri Mascaro, o Dr. Cássio de Mesquita Barros e que esperava que nós aceitássemos o convite também. Lembro-me que ele convidou ao Dr. Armando, ao Dr. Arnaldo, irmão do Dr. Armando; e a mim. De um golpe só ele conseguiu cinco membros aqui em São Paulo...

Logo começou um ouve daqui, outro ouve de lá; referências aqui, referências ali, e ele foi constituindo um número que eu achei sempre elevado: 100! Uma Academia com 100 acadêmicos! É muito difícil. E, de fato, é complicado conseguir fazer uma reunião com 100 pessoas. Mesmo com 50, já é complicado, imagine com 100...

Atualmente há um grupo na Academia postulando pela diminuição desse número e poste-

riormente passando para 40, que é o número de membros da maioria das academias que existem: Academia Francesa, Academia Brasileira, de Letras... Há um grupo querendo isso, mas existe também uma rejeição muito forte e então permanecemos em 100. Para cada um que morre é logo substituído através de eleição. Este tem sido o costume na Academia.

Desde o início a LTr teve um papel muito importante na história da Academia Nacional de Direito do Trabalho, pois graças ao Dr. Armando, sempre foi a LTr que cedeu o espaço pra fazer as reuniões, os congressos promovidos pela Academia. E é nesses encontros também que se dão as posses, alguma ou outra manifestação oficial, etc.

Dr. Armando e o Apoio da LTr à Academia

Lembro-me que logo depois que aceitamos entrar para a Academia, o Sússekind disse que ainda não havia uma sede. Ele disse que, por enquanto, como ele era o presidente, a sede ficaria no Rio, mas que ainda não tinham para onde ir. Foi então que eu ofereci o nosso escritório no Rio de Janeiro.

Mais tarde, a presidência veio para São Paulo, quando o Amauri Mascaro foi eleito, mas para efeitos fiscais, oficiais, a sede da Academia continua sendo no endereço da nossa filial no Rio.

Depois do Amauri, o presidente foi o Cássio de Mesquita Barros, também daqui de São Paulo. Desde essa época, as assembleias geralmente eram nos congressos da LTr. Uma vez por ano havia uma reunião da Academia que se limitava a eleger um, “deseleger” outro, ou então fazer um pequeno programa de ação, porque na verdade nunca se conseguia reunir muita gente. Lembro-

me que às vezes fazíamos reunião com dez pessoas.

Além disso, desse apoio em ceder lugar para a sede e para a assembleia anual, durante o nosso Congresso, a LTr passou também a editar e a imprimir a Revista da Academia.

Dr. Irany: os Problemas e os Desafios da ANDT

A Revista foi, sem dúvida, um passo importante para a projeção da Academia no cenário nacional, mas acho que ainda falta muito por fazer para que ela tenha um papel mais destacado no campo do Direito do Trabalho no Brasil.

Penso, como já disse o Dr. Armando, que a coisa ainda está muito esparsa; não há uma concentração de atividade. Não há seminários frequentes, não há estudos da Academia em torno dos problemas sociais, o que existe é coisa esporádica, é coisa aleatória, coisa que depende do que cada um escreve na Revista, em estudos publicados pela LTr e em outros lugares... Há, portanto, uma certa atividade, mas ainda de forma individual, não corporativa.

Isso é algo que falta à Academia: dela pronunciar-se sobre os grandes problemas corporativamente, através de seminários, de congressos, de reuniões onde se estude determinado assunto e se chegue a uma conclusão.

Creio que isso não acontece por dois motivos: a falta de uma sede própria e o grande número de membros – como já disse anteriormente...

De qualquer forma vejo que as coisas já estão mudando. E vejo que o Mannrich está se mexendo bastante. Talvez seja o momento certo para que isso mude e que a Academia comece a ter esse papel mais atuante.

José Augusto Rodrigues Pinto



Porque eu acho que ninguém deve aprender e guardar o pouco que aprendeu; quem aprende deve transmitir aos outros...

José Augusto Rodrigues Pinto

Aproveitando sua participação no Congresso de Direito do Trabalho, promovido pela LTr em junho de 2011, realizamos esta entrevista com Dr. José Augusto Rodrigues Pinto numa das salas anexas do Centro de Convenções Rebouças em São Paulo, na tarde do dia 27. Recebendo-nos com grande sorriso e uma especial cordialidade baiana, este admirável narrador, desfilou sua trajetória a partir de um preciso ponto norteador: sua paixão pelo Direito. Paixão essa que o levou a percorrer todas as modalidades de exercício da carreira, começando pela advocacia, passando pela magistratura e culminando na docência, atividade mais excelsa segundo ele próprio.

E foi essa mesma paixão que o levou a envolver-se fortemente com a Academia Nacional de Direito do Trabalho, para a qual foi eleito, sem ter se candidatado.

Da mesma forma, como que empurrado pela paixão e pelo reconhecimento de seus pares, assumiu a presidência da instituição durante o biênio do milênio, como gosta de destacar.

Relatando suas principais realizações, assim como apontando os maiores problemas e desafios, do passado recente e do presente, esta entrevista com Dr. Rodrigues Pinto apresenta-se como relato inestimável para a construção da memória histórica da ANDT.

Paixão pelo Direito

Falar sobre mim mesmo é difícil, porque eu não tenho muitas coisas a referir da minha vida... Mas assim, num resumo muito, muito ligeiro eu posso dizer o seguinte: eu sempre fui apaixonado pelo Direito. E até não era um apaixonado consciente. Quando muito jovem eu estava destinado a ser engenheiro civil, porque era a profissão do futuro na época. E estou registrando este fato porque é um fato que foi marcante na minha juventude. Naquele tempo os vestibulares eram por faculdade, não era universitário. Então eu saí de manhã para me matricular no vestibular de Engenharia Civil e quando voltei ao meio dia minha mãe me perguntou: *E como é, foi tudo bem?* Eu digo: *Foi, eu estou matriculado no vestibular de Direito.* Considero isso uma verdadeira virada na minha vida, graças a Deus. Porque se eu fosse engenheiro, se eu viesse a ser engenheiro, eu seria tão engenheiro quanto foi meu conterrâneo Otávio Mangabeira, que todo mundo conhece como um grande orador, um grande político, e até mesmo, de certo modo, um jurista, mas nunca um engenheiro civil.

Eu sou natural de Salvador. E toda a minha formação foi feita lá... Posso dizer que minha vida foi metodicamente dividida em três fases dentro da carreira do Direito: tive uma fase de advocacia, em que fui durante quase 15 anos advogado; depois eu me voltei para a magistratura, e fui outros 15 anos magistrado; e, por fim, me encantei pelo magistério, e fui 15 anos professor universitário. De maneira que eu percorri praticamente todas as escalas da carreira; as escalas principais da carreira de Direito.

Dentro da carreira de Direito, eu comecei (e isso pouca gente deve saber, porque hoje eu sou mais conhecido – se é que sou conhecido – como

juiz laboralista) no Direito Penal. Fui durante algum tempo (uns sete anos) advogado, advogado criminalista... Advoguei inclusive aqui em São Paulo, na capital e no interior, numa temporada em que estive aqui. Depois passei a me encantar com o Direito Civil e através desse, dessa prática do Direito Civil eu passei a exercer a advocacia empresarial que me levou ao Direito do Trabalho. Porque nesta ocasião tive que ter um contato com os empregados, por causa das relações patronais, profissionais, etc. E deste encantamento com Direito do Trabalho eu passei a querer ser juiz do Trabalho. Foi aí que eu troquei a advocacia pela magistratura trabalhista. Depois eu comecei a me encantar com o ensino... Porque eu acho que ninguém deve aprender e guardar o pouco que aprendeu; quem aprende deve transmitir aos outros... Até porque eu sempre tive a ideia de que todos nós passamos na vida, e quando nós passarmos dessa vida, nós não vamos levar nada; então é preciso que deixemos para os outros um legado do que os antepassados nos passaram... Passei então a pensar no magistério, mas como a magistratura trabalhista era e é muito pesada, comecei a sentir... Exerci durante um tempo as duas carreiras, mas comecei a ver que era muito pesado levar... Então, como eu já tinha tempo de serviço bastante na magistratura, pensei: *Ah! Agora eu vou só ensinar!* E foi ensinando que tive também a possibilidade de escrever. E este foi o legado que eu pensei em deixar para o futuro.

O Convite para a Academia

Acredito que tenha sido isso o que acabou me encaminhado para a Academia Nacional de Direito do Trabalho... Foram os meus livros que despertaram alguma atenção dos acadêmicos de então... De maneira particular, creio que foi o segundo que eu escrevi. O primeiro eu publiquei em

1981 pela Editora Juruá e foi, mais ou menos, um guia do Direito do Trabalho. Mas o segundo foi um aperfeiçoamento da minha dissertação (naquele tempo se chamava tese) para o meu concurso ao cargo de docente na Universidade Federal da Bahia.

Desde quando eu havia ingressado na magistratura, me impressionava muito com o fato de que o empregado que não tinha muita dificuldade de ganhar ou vencer as suas causas, os seus dissídios, porém, por outro lado, tinha uma imensa dificuldade para receber os seus direitos. Ou seja, verificava que o maior problema estava na execução. Então isso sempre me chamou a atenção. E eu, na ocasião ainda iniciante na magistratura, dizia com os meus botões: *empregado não come sentença, come alimento. Então não adianta sentenciar dando a ele a sua prestação jurisdicional, se ele não vai receber!* Porque a sentença sem efetividade se transforma em uma literatura fútil! Fiquei então fixado nisso e quando fiz o concurso para professor assistente (que era o cargo de ingresso na carreira docente), escrevi uma tese chamada: *Execução trabalhista: um processo em busca de disciplina*. Fui aprovado no concurso e depois resolvi publicar a tese em forma de livro; livro que hoje é editado pela LTr com o nome de *Execução Trabalhista*.

Acho que foi este livro que chamou um pouco da atenção dos meus confrades mais velhos, porque quando eu completei a redação do livro, eu mostrei, tremendo de medo, ao professor Elson Gottschalk, dileto e saudosíssimo amigo e um dos membros mais eminentes da Academia, e perguntei se aquilo merecia alguma publicação. O Professor Gottschalk leu, agradeceu-se tanto que se propôs a fazer um prefácio, que eu incorporei definitivamente à obra. E todas as edições seguintes saíram sempre com o mesmo prefácio do Prof.

Elson Gottschalk. Ele trouxe o texto para o Dr. Armando Casimiro Costa, diretor da LTr, que escreveu uma carta dizendo que “era um livro para muitas edições”! Prof. Gottschalk me deu de presente a cópia desta carta que eu tenho guardada como uma relíquia!

A Academia, na época em que eu fui eleito, deveria ter uns 10 anos de existência. Foi, mais ou menos, na década de 80 que eu recebi o convite, o qual aceitei com muito orgulho... Aliás, tenho até hoje um grande sentimento de gratidão para com os meus confrades que me elegeram, porque eu não me candidatei eu fui candidatado...

Causou-me surpresa quando o Prof. Elson Gottschalk um dia me telefonou e comunicou: *Olha você foi eleito para acadêmico*. Eu então disse, assustado: *Eu?*; e ele: *É, você mesmo!* Então pensei: *Bom então, agora o jeito é eu procurar honrar a escolha*. Depois fiquei sabendo que, entre os patrocinadores da minha candidatura, além, é claro, do Prof. Elson, havia nomes como o do ministro Arnaldo Süssekind, que foi também presidente da Academia, e foi também um dos seus fundadores.

Vim tomar posse aqui em São Paulo; não me lembro mais a data, mas foi num congresso da LTr. Naquele tempo a Academia estava mais jovem, não havia toda essa relevância e tampouco havia sessões solenes de posse da Academia. Então, num dos intervalos do Congresso da LTr, fui empossado com um outro confrade. E assim se deu meu ingresso na Academia.

Trazendo a Academia para o Século XXI

E então eu me deixei apaixonar pela Academia. Isso porque ela é um local... ou melhor, uma inspiração para o estudo, para a gente estar sempre procurando renovar os conhecimentos. E en-

tão, como antes havia acontecido quando de minha entrada, em que fui eleito sem ser candidato, mais uma vez acabei sendo eleito presidente, sem nunca ter me candidatado... E isso foi uma coisa que eu considero um marco muito importante em minha vida: ser eleito presidente exatamente na virada do século, pois fui eleito para o biênio 2000-2002... Então eu trouxe a Academia para o século XXI!

Minha gestão, entretanto, foi apenas de dois anos. E isso foi uma opção minha. Porque é da tradição da Academia que todos os seus presidentes exerçam mandatos de dois anos, com reeleição por mais dois anos. Se for examinar o retrospecto da Academia vai se ver isso: todos ou quase todos os presidentes exerceram, em média, quatro anos de mandato. Mas eu me recusei terminantemente! E isso porque recebi a lição de um mestre imortal da minha vida: Orlando Gomes. Orlando Gomes foi o primeiro presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia – da qual eu também sou integrante, sem ter sido candidato. E o professor Orlando Gomes, quando completou seu primeiro mandato de presidente dessa Academia, que também era de dois anos, não quis se reeleger de maneira alguma. E alegava: *A principal virtude do comando é a rotatividade*. E ele não aceitou o segundo mandato. Quando aconteceu de decidir pela recondução, o Prof. Orlando Gomes me veio imediatamente à lembrança, e eu disse: *Não aceito!* Mas não pense que foi por vaidade, ou por medo, ou rejeição; não, foi por opção mesmo; por acreditar no que me ensinou meu mestre Orlando Gomes...

Meu mandato na Academia não se notabilizou por nada de extraordinário. Destacaria apenas duas realizações que empreendi e que realmente frutificaram. A primeira realização foi a promoção de um evento que pudesse efetivamente con-

gregar os acadêmicos. Porque, como se sabe, um dos grandes problemas, digamos assim, irremediáveis da Academia é o fato dela ser um organismo de âmbito nacional e não ter uma sede fixa, o que realmente dificulta os encontros, etc. Eu não me lembro, mas ao que eu saiba (e isso é difícil de saber com exatidão, pois, como foi dito, a Academia não tem registros documentais; todo o registro dela é oral, é de memória) a Academia nunca tinha feito, patrocinado, um congresso dela mesmo. Havia, é claro, os congressos da LTr, em que se aproveitava para realizar suas reuniões, juntar a diretoria, dar posse aos novos membros, etc. Mas, ao que me consta, nunca a Academia havia realizado um congresso específico dela mesma. Claro, que nisso contavam, principalmente, as dificuldades financeiras, por se tratar de um órgão sem fins lucrativos, etc. E, então, depois de muito articular e gestionar, consegui realizar o que eu denominei o Primeiro Colóquio da Academia Nacional de Direito do Trabalho. E desde então isso vem se realizando frequentemente e creio que agora já estamos prestes a realizar o 5º ou 6º Colóquio... Isso foi então um dos feitos de minha pequena gestão...

A segunda realização importante de minha gestão que eu vi frutificar e que me dá grande satisfação, foi o que eu chamo de rejuvenescimento da academia. Porque é próprio desses órgãos, próprio das academias, congregar as pessoas mais experientes, que já têm um nome mais sedimentado, com mais conhecimento para transmitir... Porém, de vez em quando eu ouvia umas críticas: os velhinhos da Academia... Como se para ser da Academia precisasse necessariamente ser velho! Pois bem, diante disso, eu então tomei como opção minha, e por circunstâncias que são da vida, promover, incentivar a nomeação de jovens talentos na área do Direito do Trabalho. E assim, durante o meu mandato, aproveitando a

vacância de quatro cadeiras, pelo falecimento de dois acadêmicos e por outros dois que pediram afastamento, acabei fazendo quatro sucessões. E então eu disse à diretoria: *Vamos ver se nós trazemos pessoas mais jovens!* E assim foi. Hoje a Academia está muito mais mesclada... Sim, ela mescla muito bem experiência com juventude, inovação. E isso acabou também por estimular a candidatura de gente jovem. Eles começam a ver a Academia como um lugar possível para alavancar ainda mais a carreira e não como um lugar para ir depois de aposentado... E, além disso, essa renovação traz sangue novo, gente com energia e força para trabalhar... De maneira que hoje vejo o quanto essa atitude foi algo muito importante para a Academia.

Importância e Desafios da Academia

A Academia Nacional de Direito do Trabalho, como acontece com muitas congêneres, tem um papel importantíssimo, ainda que pouco aparente do ponto de vista da mídia. Isso porque, evidentemente, esse órgãos (sem querer ser pretensioso) são instituições que reúnem a elite intelectual e profissional de um determinado segmento e, portanto, não são órgãos de grande ressonância popular. A Academia não aparece, mas ela tem patrocinado trabalhos muito importantes, e tem tomado iniciativas que são extremamente necessárias. Agora mesmo o nosso presidente Nelson Mannrich está providenciando a organização de um dicionário de Direito do Trabalho, que é uma coisa muito importante – aliás, eu estou no meio desta e eu estou propondo aos meus companheiros de comissão que talvez seja melhor não denominar dicionário, mas sim repertório; um repertório de conceitos trabalhistas, que seja um meio termo entre um dicionário e uma pequena enciclopédia... Isso é, por exemplo, uma iniciativa

extraordinária. Essa iniciativa já foi tomada em tempos passados e o professor Martins Catharino que foi um dos ilustres acadêmicos que chegou a mobilizar, mas depois, por questões de saúde, ele não pôde terminar a obra. Recentemente também, o professor Amauri Mascaro apresentou uma proposta que a Academia deveria encaminhar oportunamente. Trata-se de uma proposta de um novo Código do Trabalho; renovação da nossa legislação que data de 1943 e que já está muito remendada...

São iniciativas como essa, portanto, que não aparecem muito para o público, mas que fazem da Academia um órgão muito importante. Além disso, ela estimula os seus membros a pesquisar, a escrever... E, então, nós vemos em todas as revistas da área do Direito do Trabalho, sempre artigos com colaborações de acadêmicos que fazem questão de dizer que são membros da ANDT... Eu mesmo, por exemplo, quando redijo algo para ser publicado ou lido, costumo assinar: *José Augusto Rodrigues Pinto, da Academia Nacional do Direito do Trabalho.*

Então, só esse estímulo que a Academia Nacional do Direito do Trabalho dá aos seus próprios membros para cultivar, divulgar e aperfeiçoar, dentro das suas possibilidades, o conhecimento do Direito do Trabalho e a atuação do Direito do Trabalho dentro da sociedade, que é importantíssima; no meu modo de entender, já justifica, não só a existência da Academia Nacional do Direito do Trabalho, como eu acho que o agradecimento do povo.

As dificuldades e desafios que a Academia tem de enfrentar continuam sendo, a meu ver, praticamente os mesmos que eu já percebia e apontava quando fui presidente. Um deles é o fato dela não ter raízes; raízes físicas, porque raízes culturais, raízes intelectuais ela lançou e mui-

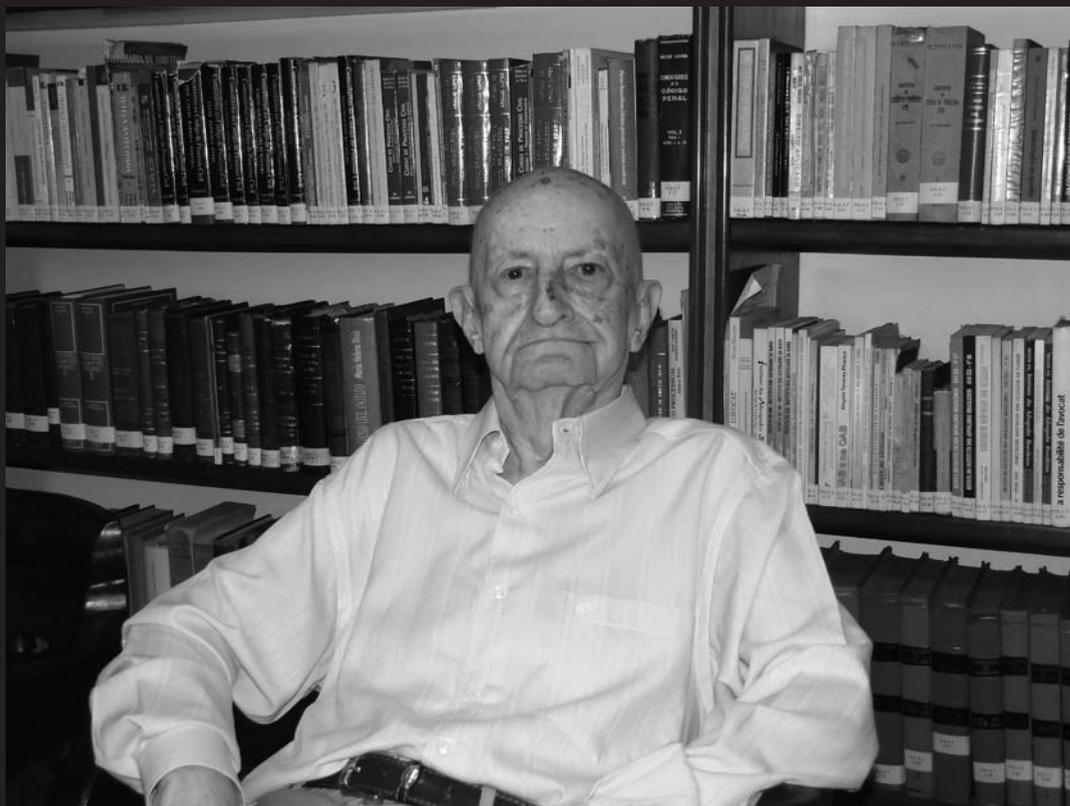
to boas. Mas ela não tem raízes físicas. Eu, por exemplo, eu acho que faz muita falta à Academia uma biblioteca. E eu tenho absoluta certeza de que se a Academia pudesse ter uma sede onde localizar uma biblioteca, ela teria uma das mais ricas bibliotecas de Direito do Trabalho do Brasil. E sabe por quê? Porque eu mesmo doaria minha biblioteca, minha pequena biblioteca! E como eu, outros, que as têm muito maiores do que a minha, também fariam. Só com esse acervo de obras que ela ganharia, tenho certeza, seria uma das bibliotecas referenciais; seria uma obra meritória para quem está iniciando, quem procura estudar o Direito do Trabalho, pesquisar o Direito do Trabalho... Então eu acho que esta circunstância, de ela ter essas, como eu diria... raízes aéreas seja uma das maiores dificuldades enfrentadas por ela.

A outra dificuldade que eu também reputo é a financeira. Porque a Academia deixa de tomar muitas iniciativas, patrocinar muitas obras, encontros (apesar de tudo que sempre procura fazer), por causa dessa dificuldade... Pois ela não recebe subvenções, já que ela mantém uma linha de total independência do poder; não recebe as benesses do poder... E tudo que ela faz tem que ficar condicionado a esse acanhamento financeiro. Eu acho que isto é uma coisa que nós poderíamos, deveríamos pensar em corrigir.

Outra grande dificuldade que a Academia encontra também diz respeito à dispersão dos seus membros. Nós temos uma dificuldade muito

grande de congregar, de realizar as assembleias da Academia. Como já disse, grande parte desses encontros são realizados durante os congressos da LTr, para aproveitar a circunstância de que uma boa parte dos acadêmicos acorrem a estes eventos. A LTr tem dado um apoio muito grande a Academia, muito elogiável, porém essa dificuldade de congregar, de aproximação de seus membros continua sendo um grande problema a ser resolvido. E, sem dúvida, ligado a isso está também o problema da representatividade. Apesar de ela ter nacional no nome, na verdade, há unidade da federação que não tem representação na Academia. Eu acho que seria fundamental e é preciso que as presidências que se vão se sucedendo pensem nisso: encontrar um caminho para que haja uma representatividade mais equitativa. Pois, a representatividade de São Paulo somada a do Rio de Janeiro chega a mais de cinquenta por cento de membros, que no total são 100! Minas Gerais tem uma representação significativa. A Bahia tem uma representação até que boa. Brasília, por influência do TST, e que reúne sempre a nata dos juízes laboristas, também está bem representada... Mas outras unidades federativas como, por exemplo, Ceará, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, não têm quase representantes... Assim que, penso eu, precisaríamos, digamos assim, estabelecer um equilíbrio maior de representação das unidades. Isso talvez favorecesse a aproximação e a projeção da Academia em âmbito nacional.

Luiz de Pinho Pedreira da Silva



*Tínhamos uma grande expectativa do que seria
a Justiça do Trabalho para a transformação
social.*

Luiz de Pinho Pedreira da Silva

Dr. Luiz de Pinho Pedreira estava a ponto de cumprir 95 anos quando concedeu-nos esta entrevista, a 30 de junho de 2011, em seu apartamento em Salvador da Bahia. Recebeu-nos com grande cordialidade e disposição. Realizamos, porém, uma entrevista mais curta, para não cansá-lo. Apesar de sintética, a

narrativa aqui apresentada é muito significativa, não só por demonstrar uma incrível lucidez por parte do narrador, mas também por contribuir de maneira efetiva para o esclarecimento da história da Academia Nacional de Direito do Trabalho em seus momentos iniciais.

Breve Histórico da Carreira

Formei-me em Direito pela Universidade Federal da Bahia em dezembro de 1938. Em 1942 fui nomeado substituto de procurador Regional do Trabalho, mas embora fosse nomeado substituto fui convocado imediatamente para assumir como procurador. Essa minha nomeação foi interessante porque ela foi feita à minha revelia, porque o procurador aqui era Evaristo de Moraes Filho, e ele não queria de maneira alguma ficar em Salvador, queria voltar para o Rio de Janeiro. Convidou primeiro a mim e depois várias pessoas para essa função de substituto.

Disse a ele que eu estava iniciando a advocacia na Justiça do Trabalho, e que aquilo não tinha uma remuneração permanente. Evaristo então indicou várias outras pessoas, que por esse mesmo motivo não aceitaram, e, como éramos muito amigos, chamou o Ministro do Trabalho, e eu fui nomeado a minha revelia, e lá permaneci durante 26 anos como procurador chefe. Depois desses 26 anos, em 1968, foram criadas as Varas no Tribunal do Trabalho e eu, como membro do Ministério Público, fui nomeado juiz do Tribunal Regional do Trabalho. Fiquei mais 12 anos e fui vice-presidente e presidente do Tribunal. Paralelamente, fiz concurso para livre-docente de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Até hoje sou professor dessa faculdade, agora já aposentado, mas ainda em atividade como professor da pós-graduação, a convite da reitoria da Universidade. Oriento dissertações de mestrado e participo de bancas de doutorado e ainda publico alguns artigos.

A Vocação para o Direito do Trabalho

Meu interesse pela área do Direito do Trabalho começou na faculdade. Quando eu era estudante, tive paixão pelo Direito Penal, como todo estudante de Direito, e tinha um grande professor, Aluizio de Carvalho Filho. Na época em que cheguei ao quinto ano da Faculdade, foi criada a cadeira do Direito do Trabalho e tive como professor Orlando Gomes que também era um ótimo professor e dava aulas também de Direito Civil. Os dois foram os maiores didatas que eu já conheci. Orlando foi nos entusiasmando com as aulas, então nós, estudantes de Direito, víamos um grande futuro para quem estudasse o Direito do Trabalho, porque com a criação da Justiça do Trabalho, deveria se abrir o mercado para quem conhecesse a matéria. Os primeiros juizes do trabalho, quase todos, foram pessoas que pensaram assim e se dedicaram a isso. Tínhamos uma grande expectativa do que seria a Justiça do Trabalho para a transformação social. Tudo isso contribuiu para minha inclinação para o Direito do Trabalho.

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

No primeiro semestre, em 1978, havia terminado meu mandato de presidente do Tribunal Regional do Trabalho e eu fui convocado, pelos ministros do Tribunal Superior do Trabalho para substituir, no Tribunal em Brasília, o ministro Rezende Puech, que se licenciara por algum tempo.

Nessa ocasião recebi a visita do professor Albino Lima, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que eu não conhecia e que foi me levar uma nova edição do seu livro “Aprendizado Metódico”. Esse professor que eu então conheci me disse que o outro motivo da sua visita era que o Dr. Custódio Azevedo Bouças, que foi criador

da Academia de Letras Jurídicas, me mandara um convite para participar da fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Eu o aceitei.

Não participei de nenhuma reunião pré-inaugural, nem fui convidado para isso, mas fui convidado para a seção inaugural da Academia, e, como já estava aqui na Bahia, não pude comparecer, pois nesse dia fui prestar uma grande homenagem ao Orlando Gomes e também tive o casamento da filha de um grande amigo meu. Pedi ao Dr. Albino Lima que me representasse, daí em diante, continuei como membro fundador da Academia.

A Academia foi funcionando, sob a presidência, creio eu, do Dr. Custódio, mas houve eleição, e às vésperas dessa eleição, recebi um telefonema de Arnaldo Sússekind. Nesse telefonema Arnaldo me dizia que ia haver essa eleição, e que não era possível a Academia continuar dirigida por aquele grupo, que não tinha nada a ver com o Direito do Trabalho e que iria se candidatar a presiden-

te e me pedia apoio, e eu dei. Nessa ocasião me falou sobre algumas irregularidades e pediu que eu transmitisse meu pedido de apoio a Orlando Gomes e ele também o apoiou. Houve, portanto, a eleição, e a Academia tomou um grande desenvolvimento, mudou a configuração, foi criada a revista e passou realmente a ser a Academia de Direito do Trabalho. A revista até hoje, nunca teve interrupção na circulação e eu colaborei nos primeiros números.

Sússekind e os novos presidentes seguiram essa nova orientação. Na gestão de Arion Romita fui segundo vice-presidente e, a partir daí, venho exercendo cargos, agora mesmo sou coordenador regional da Academia no Nordeste.

O grupo que a fundou é completamente diferente do grupo que continuou e, da primeira direção para as posteriores, houve uma transformação muito grande. A Academia tem um grande valor, pois impulsiona e divulga o estudo do Direito do Trabalho no Brasil.

Luiz Fernando Whitaker da Cunha



Só mesmo com o reconhecimento de seu papel histórico, de seu papel dentro da história social e cultural, é que a Academia pode responder aos desafios que a própria História lhe impõe.

Luiz Fernando Whitaker da Cunha

A pesar de ter desenvolvido boa parte de sua carreira jurídica no Rio de Janeiro, onde foi juiz, desembargador e professor universitário, Luiz Fernando Whitaker da Cunha nos recebeu em seu apartamento no bairro da Aclimação, em São Paulo. Isso porque, como ele mesmo conta, é em São Paulo que está uma de suas “vertentes”.

Descendente de grandes figuras do cenário jurídico paulista, Dr. Luiz Fernando Whitaker é um cultivador das ciências históricas, além de sua vasta produção na área do Direito do Trabalho.

Amigo pessoal de Dr. Custódio Bouças, Dr. Whitaker esteve presente e é membro fundador de duas outras academias fundadas por ele, além da ANDT. Em sua narrativa vários temas importantes e polêmicos na história da Academia são levantados e analisados, fazendo desta entrevista um documento importante do ponto de vista histórico e sociológico.

Esta entrevista foi realizada no dia 30 de maio de 2011.

As Duas Vertentes

Eu sou paulista. A minha mãe também era e meu pai era baiano. Veio, como muitos outros nordestinos para engrandecer São Paulo. Meu pai, Luiz Tavares da Cunha, formou-se em Direito no Rio de Janeiro e veio lecionar em Santos, porque ele era professor de História. Além disso, ele também advogava. Antes ele lecionava, no Rio de Janeiro, no Colégio Liberato Bittencourt, que era um grande positivista e também escritor. Como o colégio tinha em Santos uma filial, ele pediu a transferência do Rio para Santos. Por coincidência o colégio ficava em frente a casa do juiz que viria a ser meu avô, pai de minha mãe. Minha mãe frequentava as aulas dele no Colégio e assim começou o namoro dos dois. Foi, digamos, um namoro pedagógico. Mas, ao mesmo tempo, meu pai advogou muito; foi advogado de sucesso, até que depois entrou para a polícia. Foi um dos maiores delegados da polícia de São Paulo, chegou a ser diretor de várias divisões policiais. Mais tarde deram inclusive o nome dele a uma rua aqui de Santo Amaro. Foi uma homenagem de São Paulo a um grande baiano que fez muito pela cidade. Por coincidência a rua com seu nome não está muito longe da rua que tem o nome do meu avô.

Então, como você percebe, eu tenho uma vertente paulista e uma baiana, que agora, ultimamente, robusteceu-se mais, porque estão, no sertão da Bahia, recuperando a casa do meu outro avô, que era coronel, para fazer dela um centro de cultura. Mandaram-me fotografias... Eu estive lá na minha adolescência... Eu vou sempre a Salvador, mas no sertão é mais difícil... E antigamente era mais difícil ainda; você tinha que ir de gaiola de Pirapora até Juazeiro; era viagem de uma semana, terrível... Mas agora estão recuperando a casa de meu avô, que por sinal é uma

casa muito curiosa, pois o construtor pôs uma careta em cima, na parte do frontão. Dizem que foi uma vingança do construtor da casa, um pedreiro de Salvador, contra um rival português que construiu uma outra casa na vizinhança... Aquele pessoal do sertão não é fácil não. É um pessoal bem bravo. Essa é, portanto, minha vertente telúrica.

Na vertente paulista, por outro lado, tenho meu outro avô que foi um grande magistrado: Artur Whitaker. Foi ele quem escolhi como meu patrono na Academia Brasileira de Letras Jurídicas. O meu tio avô, o irmão dele, foi ministro do Supremo Tribunal Federal, Firmino Whitaker; e o outro irmão, José Maria Whitaker, foi ministro da Fazenda duas vezes, foi empresário, um homem extraordinário. Todos, hoje, são nome de rua em São Paulo...

Estudos e Formação

Nascido em São Paulo, estudei aqui no Colégio Panamericano e depois no Colégio Rio Branco, onde fui aluno do eminente professor de história Eduardo França... Quando fiz o vestibular na Faculdade do Largo São Francisco houve um episódio curioso. Marcaram o exame de latim numa segunda-feira de carnaval e eu, no domingo, tinha ido ao baile do Odeon, que ficava na rua da Consolação (era o baile mais famoso de São Paulo) e quando cheguei na faculdade estava ainda cheio de confetes na roupa. O examinador era então o notável romanista Alexandre Correia. Ele não gostou nada do que viu e adiou a prova para semana seguinte. Voltei para fazer a prova na segunda-feira seguinte. Desta vez ia ser examinado pelo professor Alfredo Buzaid, que era outro que tinha cultura vastíssima, grande professor... No entanto, não sei se ele já estava sabendo da história ou o que é que foi, mas só sei que quando me viu disse: *Este aí eu não quero nem examinar!*

O fato é que eu fui reprovado em latim. Eu tinha então 19 anos... Então o secretário da Faculdade, que era muito amigo do meu pai, disse: *Olha Doutor, para o menino não perder o ano ele pode fazer o vestibular em Curitiba, aproveitando que as inscrições ainda estão abertas, e ele então faz o primeiro ano lá e depois a gente transfere para cá.* Naquele tempo não tinha grande dificuldade em conseguir isso, ainda mais sendo o secretário amigo de meu pai. E foi o que eu fiz: fui para Curitiba, fiz o vestibular lá e passei em primeiro lugar, inclusive em latim! O examinador foi o catedrático de Direito Romano de lá, Ernani Cartaxo, que era também desembargador do Tribunal.

Depois de um ano voltei para São Paulo, mas devo dizer que a minha turma de Curitiba, com a qual não continuei, acabou dando em grandes diplomatas, delegados de polícia (um deles, inclusive, foi delegado chefe da polícia de São Paulo), promotores públicos; enfim, uma turma brilhante... E aqui em São Paulo, eu acabei pegando também uma outra turma brilhantíssima. Dentre os meus companheiros de classe, da minha geração, eu destaco, por exemplo, Almino Afonso, que foi ministro do trabalho de João Goulart, e que tornou-se um amigo de toda vida. Eu fiquei muito emocionado quando do meu aniversário de 80 anos, no ano passado, ele apareceu no jantar que fizeram em minha homenagem e, como representante de todos os meus amigos, falou sobre a nossa trajetória. Foi muito emocionante... Mas só sei que foi uma geração brilhante aquela da minha turma da faculdade. Formei-me em 1954 e éramos a turma do IV Centenário, que teve como patrono Cesarino Júnior, que aliás foi para mim o grande inspirador para meus estudos em Direito do Trabalho. Ele era advogado e médico, um *self-mademan*; tornou-se o primeiro catedrático, talvez no Brasil, de Direito do Trabalho, que naquele tempo era ainda chamado de Direito e Legislação

Social. Era um homem que venceu, numa época de grandes preconceitos, pois era um homem de cor... Ele foi professor de História em Campinas e foi alfaiate também; foi mestre notável.

Encaminhando-se para o Direito do Trabalho

Foi então, por inspiração dele, que eu inicialmente me encaminhei para o Direito do Trabalho. Ainda enquanto estudante, cheguei a trabalhar no Ministério do Trabalho como escrevente e, depois de formado, fui contratado como advogado trabalhista das Empresas Matarazzo, que era uma empresa extraordinária. Imagine você, que naquela época eles contratavam 500 e despediam 500 num mesmo dia! Dá para imaginar o volume de trabalho que nós tínhamos.

Devo dizer também que a minha admissão na Matarazzo foi um ato de gratidão do velho conde para com o meu pai, que descobrira o autor do furto do anel de esmeralda da condessa. De qualquer maneira, foi um aprendizado muito importante para mim esse na empresa do Matarazzo, que me motivou, daí por diante, a escrever trabalhos ligados ao Direito Trabalhista. Por exemplo, eu escrevi “Direito Penal do Trabalho”, um livro muito importante porque poucos no Brasil escreveram sobre esse assunto. O próprio Arnaldo Süssekind citou isso num trabalho que publicou... Nele defendo a ideia de que a Justiça do Trabalho tem que aproveitar a emenda constitucional que ampliou a sua competência e atrair para si a competência penal em matéria trabalhista. Porque o Direito do Trabalho foi feito para proteger o operário, e o Direito Penal pode coibir certas manifestações sindicais. O principal dever da Justiça do Trabalho é servir a sociedade, antes de tudo; então ela não deve por esses escrúpulos deixar de exercer também a sua função em matéria penal. Ela já ganha com a função, que desempenha, mas

devia ampliar essa competência, pois a Constituição dá margem para isso...

Ao mesmo tempo em que advogava na parte trabalhista, fui também escrevendo alguns trabalhos de Direito do Trabalho, como, por exemplo, “Higiene e Segurança do Trabalho”, que é um capítulo espinhoso, importante, mas que não desperta muita atenção. Escrevi também alguma coisa sobre o “Repouso Semanal Remunerado”. Mas, em virtude da organização um tanto totalitária das Empresas Matarazzo eu resolvi sair, e aí, por influência de meu pai, ou talvez pelo próprio exemplo dele, ingressei na polícia como delegado. Mas fiquei pouco tempo porque achei uma vida muito perigosa para uma retribuição muito parcimoniosa do Estado. Lembro-me que fui nomeado por Jânio Quadros, que na época era governador do Estado. Ele era um dos meus ídolos da mocidade, e recordo que quando, eu e os outros delegados, fomos agradecer (naquele tempo costumava-se agradecer ao governador pessoalmente as nomeações) ele estava sentado na mesa de trabalho, com um copo de *Toddy* na mão, com a cabeça baixa, bem vestido, mas barbudo como estou hoje, com o cabelo caído, parecia meio mumificado... Alguém então disse: *Governador, o senhor precisa cuidar da sua saúde, a presidência da República o espera!*” E ele respondeu: *O patriotismo exige de mim todos os sacrifícios possíveis...* E eu, compungido, me despedi dele. Na saída, encontrei o então secretário da Justiça, que era um velho conhecido da minha família, e perguntei: *Mas o governador não come?* E ele disse: *Meu filho, este copo está aí a três dias na mesa!* Quer dizer, ele fazia demagogia na própria mesa do governador. Esse era o Jânio Quadros. Hoje em dia eu me pergunto, como é que eu podia me iludir com aquilo? Porque você se ilude às vezes, eu e outros, cada um se ilude dentro de certas circunstâncias.

O fato é que eu resolvi então entrar para o Ministério Público de São Paulo, estudei e acabei passando em segundo lugar. E foi um concurso difícilimo. O promotor, como você sabe, exercia no interior a curadoria de trabalho, quer dizer, os reclamantes batiam na casa do promotor, que era o curador leal da comarca. Então como promotor continuei mantendo a minha atmosfera trabalhista, mas já estava me interessando também por outros campos: o Direito Penal, o Direito Constitucional, além de outras atividades da vida intelectual, como a História. Fui promotor durante cinco anos. Fui um bom promotor do júri, pois era um bom orador. Desenvolvi uma excelente técnica oratória.

Da Promotoria à Magistratura

Lembro-me quando fui promotor da comarca de São Pedro, perto de Piracicaba. Era uma comarca que abrangia alguns municípios, inclusive Águas de São Pedro, que é uma estação mineral. Lá eu morava no Grande Hotel de São Pedro, lugar excelente e muito bem frequentado. O concessionário ofereceu a mim, ao juiz e ao delegado, a um preço que não tinha prejuízo nem tinha lucro, e era interessante para ele e para nós. Lá eu conheci gente importantíssima, entre os quais, o ex-presidente da república Washington Luiz, que era também historiador! Chegou a publicar um estudo sobre a Capitania de São Vicente, que é um livro importantíssimo, além de outros estudos históricos. E conheci também outros grandes professores, médicos, historiadores, jornalistas, intelectuais, que iam passar férias lá e travaram conversas comigo. Como eu era o promotor da comarca, então a coisa fluía. E entre esses visitantes ilustres, estavam dois senhores que disseram: *O senhor é um rapaz inteligente, porque não faz um concurso na capital da República?* Eu en-

tão falei: *Porque eu não conheço ninguém lá...* Ele então disse: *Mas eu sou o presidente do Tribunal do Distrito Federal, e esse aqui é o meu colega...* Mandaram-me então as regras do concurso e eu então passei quase dois anos estudando matérias que me eram estranhas, mas que no Rio se exigia, como Direito Marítimo (coisa que em São Paulo não tinha muita aplicação) e também Direito Internacional. Prestei e aquele foi último concurso feito na capital federal antes de ela se mudar para Brasília. Prestei e passei em quinto lugar.

Foi aí então que se desenvolveu a minha vida no Rio de Janeiro, primeiramente como juiz criminal, depois juiz civil. Fui juiz do Tribunal de Alçada, desembargador e cheguei a ser vice-presidente do Tribunal. Tudo isso ao mesmo tempo em que eu era professor titular de Direito Constitucional da UERJ. Lembro que fiz concurso para titular na vaga honrosa que pertenceu a Afonso Arinos.

Entre as Academias

Aposentei-me da faculdade antes da idade limite, e do Tribunal, também antes da idade limite, porque preparei a minha aposentadoria, para não ficar adido à função. Eu conheci desembargadores aposentados que iam todo dia ao Tribunal, pela força da inércia. Iam e lá ficavam assistindo julgamentos... Não tinham o que fazer na vida. Eu, por outro lado, sempre achei que a gente tem que ter uma opção de vida, tanto fora da casa, como fora do emprego. Foi o que eu fiz: continuei a me interessar pelo campo jurídico e passei a escrever trabalhos jurídicos (desde então tenho escrito constantemente) e a participar de entidades que se dedicam a estudos que me interessam.

Na década de 1970, quando eu já era membro de algumas entidades, foram fundadas três academias no Rio de Janeiro, a de Letras Jurídicas,

a de Jurisprudência e Direito Comparado e a Nacional de Direito do Trabalho, todas elas fundadas por um mesmo homem: Custódio Bouças. Ele havia escrito um livro sobre Direito do Trabalho na Constituição, que era também um dos meus campos de estudo. Lembro-me que ele costumava ir lá em casa para me ler os capítulos do livro dele e eu depois fazia o mesmo com o meu. Foi então uma troca intelectual bastante intensa. Creio que, por causa disso, veio o convite para que eu participasse dessas três academias.

Além dessas havia outra de Ciências Sociais, que depois desapareceu. Eu pensei até que a de Direito Comparado houvesse desaparecido também, mas recentemente soube que ainda está ativa, não sei... O fato é que o Bouças era um idealista e dessas todas, as que mais prosperaram foram a Academia de Letras Jurídicas e a Academia Nacional de Direito do Trabalho, que é o que interessa mais aqui.

Lembro-me de quando ela foi fundada e como abrangeu um número muito grande de acadêmicos: 100 pessoas! Sempre achei que era muita coisa... Tanto é que quando houve uma votação, no ano passado, com a proposta para diminuir o número de acadêmicos, eu votei favoravelmente à diminuição. Eu acho que a Academia tem que ter no máximo 50 membros, pois é um absurdo ter 100 membros... E para se formar 100 acadêmicos inicialmente houve que se nomear muitas pessoas que eram meros advogados, que não tinham nenhuma expressão científica.

Lembro de ter conversado com o Arnaldo Süssekind sobre isso e ele realmente concordou comigo e disse que estava trabalhando, não tanto para resolver a questão do ponto de vista quantitativo, mas do ponto de vista qualitativo. Ou seja, ele procurou dar uma feição mais efetivamente

trabalhista para a Academia Nacional de Direito do Trabalho.

O Desenvolvimento da ANDT e seus Desafios

Com o tempo, entretanto, a Academia foi evoluindo e desde então ela tem mantido um alto nível em suas publicações, nos seus boletins e tem procurado lutar contra esse grande empecilho que é congregar essa sua enorme extensão humana, pois é difícil você congrega toda essa gente... E isso num país tão grande como é o Brasil; como é difícil também juntar gente de todas as partes do território nacional!

Vejo, no entanto, que a nossa Academia está em boas mãos, pois a iniciativa do Nelson Mannrich em patrocinar essa pesquisa sobre a história, a memória da ANDT é algo importantíssimo e muito sério. Ninguém melhor do que um historiador para saber que só mesmo o conhecimento da história explica as instituições e ao mesmo tempo dá identidade para elas.

Só mesmo com o reconhecimento de seu papel histórico, de seu papel dentro da história social e cultural é que a Academia pode responder aos desafios que a própria História lhe impõe. Veja bem, a Academia, por exemplo, ainda não se posicionou a respeito de uma série de assuntos, de questões, de desafios fundamentais para o futuro do Direito do Trabalho no Brasil. Veja, por

exemplo, a questão da reforma ou da estruturação de um novo Código do Direito do Trabalho. Isso é uma questão de primeira ordem e, no entanto, não vejo a Academia efetivamente empenhada para estudar a fundo e se posicionar sobre essa questão. Creio, ao meu ver, que isso se deve à grande dificuldade de reunir essa quantidade tão grande de gente, espalhada por tantas regiões do país, e ainda sem ter um sede fixa! Sim, porque essa coisa da sede ser onde o presidente está é muito problemática. Veja, por exemplo, o que aconteceu com a documentação histórica da Academia. Cada vez que muda de presidente vai ficando documento para trás; isso é inevitável. Como pode uma instituição viver sem um lugar para guardar seus documentos, sem um arquivo para guardar sua memória?!

E não só por causa disso, mas também é preciso ter uma sede para que se tenha mais identidade e organicidades. Claro que o presidente, que é de uma região, não precisaria se deslocar definitivamente durante os anos de sua gestão para a sede oficial. Creio que é possível conciliar a existência de uma sede fixa com as eventuais, na cidade de residência dos presidentes. Mas o importante é que exista um lugar onde se concentre a documentação e que tenha uma secretaria fixa, para dar continuidade aos trabalhos, senão estaremos sempre correndo atrás da história, sem nunca alcançá-la.

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



*Ingressei na Academia realmente muito cedo...
E fiquei muito feliz, pois tenho, até hoje, grande
amor e grande dedicação por ela.*

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Maria Cristina Peduzzi foi a primeira e até agora única presidente mulher da ANDT. Tendo desenvolvido uma carreira de sucesso na advocacia, há dez anos vem exercendo a magistratura no TST, onde chegou pelo Quinto Constitucional.

Sua narrativa é clara e exata, pontuando aspectos mais importantes de sua trajetória pessoal,

assim como enfocando aspectos fundamentais de sua atuação na direção da Academia, onde atuou por mais de 12 anos, seja como secretária, vice-presidente e presidente.

Esta entrevista, importantíssima para o escopo do projeto, foi realizada em São Paulo, no hotel Maksoud Plaza, durante o encontro da ANDT a 10 de agosto de 2011.

Trajatória Acadêmica e Profissional

Sou gaúcha. Nasci em Melo, Uruguai, mas sou brasileira nata, porque eu vim pequeninha para Bagé. Assim, minha cidade mesmo é Bagé. Minha mãe é de lá, e eu fiz opção pela nacionalidade brasileira.

Ali passei toda minha infância, até que comecei a Faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. No terceiro ano do curso, entretanto, fui para Brasília, porque me casei (foi meu primeiro casamento) e meu marido, que tinha um cargo público, foi transferido para lá. Eu fui junto. Eu tinha, então, na ocasião, 20 anos de idade, e consegui minha transferência para o curso de Direito da Universidade de Brasília, a UNB, onde fiz os dois últimos anos e concluí a faculdade.

Quando estava no último semestre do curso fui convidada por um grande professor de Direito do Trabalho, Hugo Gueiros, para trabalhar em seu escritório. Enquanto estudante, eu nunca havia pensado em me especializar em Direito do Trabalho, pensava mesmo em me especializar em Direito Tributário, mas diante do convite do Prof. Gueiros, que era inclusive da Academia Nacional de Direito do Trabalho, acabei mudando de ideia. Fui trabalhar com ele e tomei gosto. Desde então passei a atuar na área do Direito do Trabalho.

No escritório do Prof. Gueiros, por intermédio dele, e da advocacia que então iniciei, tive contato com grandes juristas. Dentre eles, por exemplo, o Ministro Arnaldo Süssekind, que foi o responsável por eu ter ingressado muito jovem na Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Durante esse período em que estive no escritório do Prof. Gueiros, não apenas concluí meu curso de Direito, mas também fiz cursos de espe-

cialização na área trabalhista, em processo civil, recurso extraordinário e, mais recentemente, fiz mestrado em Direito Público, sempre na Universidade de Brasília, onde também dei aula... De maneira que a Universidade de Brasília é realmente uma referência na minha vida.

Algum tempo depois o Dr. Gueiros deixou o escritório e eu lá continuei, até que fui para o escritório de um advogado paulista, Dr. Luiz Carlos Pujol, onde trabalhei por dez anos. Quando ele faleceu, por volta de 1984, resolvi montar meu próprio escritório, lá mesmo em Brasília. Desde então fui trabalhando duro, ampliando, investindo neste escritório, o que o fez, graças a Deus, crescer bastante e tornar-se uma referência na área.

Ao mesmo tempo, exerci minha atividade docente na Universidade de Brasília e também em outras faculdades particulares. Mas a advocacia é muito absorvente, muito ciumenta e, realmente, não foi possível continuar... Fiz, inclusive, alguns concursos públicos; fui Procuradora da República, na época em que (antes da Constituição de 88) era possível advogar, concomitantemente... Mas mesmo assim eu acabei pedindo exoneração; vi que estava muito difícil conciliar. Quer dizer, ter um escritório em tempo integral crescendo, prosperando, era algo muito absorvente... E, além disso, comecei a vivenciar alguns problemas, que não eram impedimentos efetivos, mas que, de qualquer forma, começaram a me incomodar... Lembro-me uma vez em que fui ao Supremo, defender uma causa onde o Ministério Público tinha um parecer contrário ao do meu constituinte, do recurso que eu defendia. Eu senti certo constrangimento e achei que servir a dois senhores é, de fato, muito difícil, e a bíblia diz que não convém fazê-lo. E então, antes que eu começasse a pen-

sar em aposentadoria, pois eu era jovem, pedi a exoneração.

Também fiz concurso para o Ministério Público do Trabalho. Passei, cheguei a assumir, fiquei 24 horas e pedi a exoneração e fiquei com o título. Enfim, fiz, realmente, uma opção pela advocacia, porém, sem descuidar da parte acadêmica; eu sempre me interessei muito, sempre procurei estar atenta às novidades, a participar dos congressos, enfim... Eu priorizei na minha vida a profissão.

Faz agora dez anos que estou também no TST, mas não sou juíza de carreira. Ingressei pelo Quinto Constitucional. Atualmente estou como vice-presidente do Tribunal.

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Tenho a impressão de que quando ingressei na Academia não tinha mais de 30 anos... Creio que tinha 29 anos... Entrei realmente muito jovem.

Com 28 anos, publiquei o meu primeiro livro: *Tempo de Serviço no Direito do Trabalho*, editado pela LTr. E com isto me credenciei para ingressar na Academia, porque, segundo os estatutos, era preciso ter três artigos ou pelo menos um livro publicado, para poder postular uma vaga... Além disso, eu publicava muitos trabalhos, mais do que hoje, porque hoje eu não tenho tempo... Tive também o apoio do ministro Sússekind e com isso ingressei na Academia realmente muito cedo... E fiquei muito feliz, pois tenho, até hoje, grande amor e grande dedicação por ela. Sempre encontro tempo para as coisas da Academia. Encontros, congressos... Nunca faltei a nada da Academia. E, desde então, senti sempre essa responsabilidade, sempre procurando atender e contribuir para a Academia.

Por conta disso, eu acabei sendo convidada pelo ministro Orlando Costa, quando ele assumiu a presidência da Academia (na época acho que ele era também presidente do TST) para ser primeira secretária. E então entrei ainda mais de cabeça na Academia. Tive muita aproximação com os acadêmicos e fiquei o tempo todo da gestão dele, que ele não chegou a encerrar, porque faleceu enquanto exercia o mandato.

Trabalhei muito como primeira secretária e acho que, graças a isso, quando o Dr. Floriano assumiu a presidência, fui convidada a ser segunda vice-presidente. Ele ficou apenas dois anos e depois o professor José Augusto Rodrigues Pinto assumiu a presidência, passando eu então a ser a primeira vice-presidente. Na sequência galguei, naturalmente, a presidência onde fiquei por quatro anos. Tenho, assim, uma verdadeira carreira na Academia: quatro anos como presidente, dois anos como primeira vice, dois anos como de segunda vice, e quase quatro anos como secretária. Ao todo 12 anos na administração!

Presidente da ANDT

Durante os quatro anos em que tive a honra de presidir a Academia, creio que o mais expressivo que realizamos foram os eventos internacionais que promovemos. É verdade que eu consegui isso por causa do apoio do TST, em especial na presidência do ministro Francisco Fausto, que também é membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho. Ele foi um presidente excepcional porque abriu o TST para o diálogo. E ele disse na ocasião: *Nós vamos, nesses dois anos, promover pelo menos dois grandes eventos internacionais!* E realmente foram de grande repercussão. Os dois foram em parceria direta com a OIT, de maneira que gente da direção da OIT veio em peso para Brasília participar. Um deles foi so-

bre Direitos Humanos e o outro foi sobre Flexibilização, sempre em parceria com a Academia. Foram eventos grandes, de três dias, em que se inscreveram quase mil pessoas. Trouxemos gente do Brasil e do mundo todo: da França, da Itália, da Espanha; veio muita gente... E depois fizemos ainda um terceiro – neste a parceria foi apenas entre a Academia e o TST... Foi quando houve mudança da sede do TST. Foi muito importante também e esteve até o presidente da República... E, com o apoio da embaixada da Espanha, conseguimos trazer grandes juristas espanhóis, junto com o presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Econômicos e Sociais de lá... Foi uma interlocução muito importante.

Creio que realizamos ao todo, pelo menos, seis eventos em Brasília. E também participamos de outros nos Estados. E, com esses eventos grandes que realizamos em parceria com o TST, se promoveu uma grande divulgação da Academia... E isso sempre com o estímulo do acadêmico ministro Francisco Fausto, durante os dois anos da presidência dele no TST. Ele tinha, realmente, um grande entusiasmo com isso... E, sem dúvida, esses foram os pontos altos, digamos, da minha administração.

Por outro lado, claro, tivemos também dificuldades... E a maior delas foi administrar de Brasília uma sede formal no Rio de Janeiro. Isto realmente deu muito trabalho, porque tudo tinha que ir para o Rio. Estava sempre muito preocupada em enviar tudo para o Rio, pois o contador funcionava ali e era um vai e volta de documentos... Não era algo, digamos assim, profissionalizado e, então, tudo era feito de forma muito pessoal, amadorística, literalmente. Chegava à noite em casa e fazia, eu mesma, as comunicações pela internet; cuidava pessoalmente de coisas que podiam ser feitas de forma descentralizada... Por isso eu não

consegui, ainda na minha gestão, inaugurar o site da ANDT. Quem acabou inaugurando o site foi o desembargador Georgenor de Sousa Franco Filho, na gestão seguinte... Porque era muita coisa, e eu fazendo tudo pessoalmente... Isto é algo que eu realmente me penitencio: poderia ter feito mais, mas era tanta coisa e eu sozinha... Lembro-me, por exemplo, num destes congressos, como tinha que mandar as coisas em espanhol, fui eu quem fiz as traduções; eu que preparei as cartas todas em espanhol para as pessoas; tinha de utilizar minha própria estrutura do Tribunal, que expedia tudo.

De forma que as maiores dificuldades que tive de enfrentar foram essas: a distância do Rio de Janeiro e a falta de uma estrutura assim mais profissional... Mas, Deus me deu saúde e eu consegui vencer esses anos, talvez não com o sucesso que eu gostaria, mas, pelo menos, deu para dar uma contribuição.

Depois de toda essa trajetória, passei a presidência para o Georgenor, que foi quem conseguiu implantar a página da ANDT na internet e realizar muitas outras coisas. E atualmente, sob a presidência do Prof. Nelson Mannrich, vejo que o profissionalismo finalmente chegou à Academia. Confesso que estou encantada com o trabalho que ele está fazendo; que a administração liderada por ele está fazendo. Vejo que ele realmente colocou a administração da Academia no rumo do profissionalismo.

A atual diretoria, não só conseguiu, com muita eficiência, diligência e rapidez, colocar em dia a situação contábil e administrativa da Academia, que compreende o registro no cartório das atas, mas também aprimorou o site da Academia, que foi implantado na gestão do desembargador Georgenor. O Prof. Mannrich efetivamente profissionalizou a Academia, que conta hoje, inclusive,

com uma secretária supereficiente, excepcional, que tem verdadeiro amor pela Academia... E, por último, esta ideia que está sendo implementada de constituir a memória da Academia... Isto é formidável! Isto é essencial! Porque a memória, como nós falávamos antes de começar a gravação, estava em uma caixa, que continha os livros de atas e os livros onde estavam consignados os ingressos na Academia, as transferências de administração, de direção, mas tudo isso de uma forma, digamos, meramente burocrática. E, no fim, tudo isso, ou boa parte disso se perdeu... Então começamos a ver a importância de criar uma política de preservação dessa memória e não apenas enquanto documentos escritos, que podem ser digitalizados, mas também essa concepção mais original e humana, que é a memória oral que também se perderia se não fosse registrada, como se está fazendo agora...

Os Desafios Presentes e Futuros da Academia

Atualmente estamos vivendo um acelerado processo de transformação no campo econômico e social, por força da globalização e, efetivamente, isso acaba refletindo no mundo do Direito do Trabalho. O que antes era praticamente referendado na legislação normativa, na lei, hoje, com os acordos, as convenções coletivas acabam por nortear não só num espaço onde a lei é omissa, mas regulam de uma forma cada vez mais intensa as relações de trabalho. Por outro lado, a internacionalização também é outro elemento cada vez mais importante e que está promovendo, sem dúvida, uma grande mudança. E nós não podemos mais ficar fechados. A Academia tem de estar preparada para se posicionar, opinar e oferecer soluções para os novos desafios que estão surgindo no campo do Direito do Trabalho.

Qual deve ser o objetivo da Academia hoje? Não deve ser o de apenas fazer uma reunião dos grandes doutores do Direito. Deve ser a de divulgar e de ter, inclusive, uma maior penetração em todo o território nacional, em todos os Estados.

Hoje vejo que há, efetivamente, uma preocupação de não centralizar os acadêmicos no eixo Rio-São Paulo-Brasília; há a preocupação de que em todos os Estados do Brasil nós tenhamos membros atuantes. Por isso que, quando surge uma vaga, isto é considerado. Começamos a ponderar se tal Estado tem representante na Academia, ou se tem poucos e então vamos privilegiar os candidatos desse Estado, para que a Academia possa atuar também lá. E, por outro lado, também considerar não só juizes, mas também advogados, membros do Ministério Público, professores; uma preocupação de abrir, de democratizar. Creio que a Academia deve, de fato, procurar ter, cada vez mais, representatividade. Quer dizer, que os diversos segmentos da comunidade jurídica estejam representados, para que cada um possa trazer a sua colaboração, trazer a sua experiência. Porque, eu me lembro, sempre houve uma tendência de indicar os conhecidos do ramo. Assim, se o acadêmico é juiz, tende sempre a indicar outro magistrado para a Academia, e assim por diante... Assim que deve haver essa preocupação de que a Academia seja representativa e que ela também contemple as diversas regiões, inclusive nos cargos de direção. Nós sempre tivemos essa preocupação, tanto é que o ministro Orlando morava em Brasília e foi a primeira vez que se saiu do eixo Rio-São Paulo. Depois disso, por exemplo, já tivemos um presidente da Bahia e outro do Pará, além da minha administração que foi novamente em Brasília... Então veja que isto tem sido sempre considerado, justamente nessa perspectiva democrática de não fechar, mas de abrir...

Outra preocupação que é preciso ter e que as administrações anteriores, inclusive a minha, já demonstraram é de promover a Academia no âmbito político. Ou seja, sempre quando um projeto de lei importante está tramitando no congresso, ter a preocupação de indicar uma comissão que colabore, que cobre, que, enfim, apresente uma proposta própria da Academia. Isso nunca foi muito assim desenvolvido, creio eu, porque fal-

tou, como dizia antes, profissionalismo. Investir nisso vai possibilitar uma atuação mais direta e a Academia vai ser ouvida na medida em que ela atuar de forma mais intensa. Até porque hoje nós temos tantos projetos de interesse do Direito do Trabalho e ainda estamos vivendo uma época de tanta mutação que é importante que os membros da Academia, cada um na sua área, possam contribuir na elaboração legislativa.

Maria Luiza da Gama Lima



Fico muito feliz quando um aluno que está se formando fala que está se especializando na área trabalhista porque passou pela minha sala de aula. Isso não tem preço.

Maria Luiza da Gama Lima

Dotada de uma simpatia ímpar, Dra. Maria Luiza da Gama Lima nos recebeu com grande alegria para a entrevista. Tendo sido a fundadora mais jovem da Academia, demonstra um entusiasmo jovial quando fala de sua história e seus desafios presentes e futuros.

Através de sua narrativa nota-se que tanto o fato de pertencer à Academia quanto a atuação no Direito do Trabalho são fruto de uma grande

luta e, portanto, vivenciadas como verdadeiras conquistas.

Na história de vida de Maria Luiza da Gama Lima acompanha-se, de certa forma, a trajetória das conquistas das mulheres dentro do campo do Direito do Trabalho em particular e da sociedade brasileira como um todo.

Esta entrevista foi realizada dia 16 de julho de 2011, na residência da Profa. Maria Luiza, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

Carreira na Iniciativa Privada

Comecei a trabalhar na área jurídica como advogada da IBM Brasil. Entrei como secretária júnior, fui crescendo profissionalmente, e depois fiz concurso para o departamento jurídico, onde fui aprovada e comecei a trabalhar. Fui a primeira advogada mulher da IBM na América Latina. Durante um período a minha chefia tinha, por opção, que cada advogado ficasse em uma determinada área, o que variava por intervalos. A partir de um determinado momento, optei por ficar na área trabalhista. O Direito tem diversos segmentos, alguns considerados mais nobres, infelizmente foi criada essa perspectiva. As pessoas consideram que o Direito do Trabalho é um direito de civilistas, que tem relações fortíssimas, eu sei disso porque eu trabalhei dentro desse departamento jurídico, e quando eu chegava para dar o parecer trabalhista, eu encontrava uma reação dos meus amigos civilistas que diziam: *mas isso não cabe!*

O Direito do Trabalho e a ANDT

Vou dizer o porquê da minha escolha pela área trabalhista. Tive como professor de Direito do Trabalho o Prof. Albino Lima, que era professor assistente e amigo do meu pai. Esse professor fez despertar em mim o interesse pela área trabalhista, que eu graças a Deus me saí muito bem. A minha ligação com a Academia se deu justamente através desse professor, pois foi ele que, num determinado momento, integrou o grupo que decidiu criar uma academia, a exemplo do que já havia na Academia Brasileira de Letras. O Direito do Trabalho necessitava ter uma representação em âmbito nacional daqueles profissionais que se dedicavam à área. Veio-me então um convite para que eu integrasse o grupo de fundadores da Academia. Para mim foi uma honra “inenarrável”, usando a expressão de brincadeira, mas

é uma coisa séria, pois eu estava formada como advogada há pouco tempo, e me coloquei naquele momento alinhada com os melhores juristas trabalhistas brasileiros lado a lado. Tenho uma foto em que o Dr. Arnaldo Süssekind me entrega o diploma no momento da criação. Então, integrei e fui acadêmica fundadora da Academia.

A Academia, naquele primeiro momento, desenvolveu algumas atividades, mas sempre com as dificuldades de não ter uma infraestrutura própria. Ela vivia de acordo com o presidente que a assumia e como ele conseguia montar uma estrutura, isso com relação à pessoa jurídica, sede fixa, corpo de empregados, e tudo mais. Isso porque está previsto na sua constituição que ela teria a sede no local em que estivesse a presidência. Então, diante disto, ficava difícil para muitos acadêmicos poder participar das atividades e ajudar a Academia de uma forma mais efetiva. E esse era o meu caso: eu trabalhava na condição de advogada na empresa, que não fazia contencioso, porque essa era uma cláusula contratual. A advocacia interna da IBM não atuava nos processos, nós direcionávamos, buscávamos subsídios, e o advogado externo, que era contratado, era quem de fato ia representar. Advogado era empregado da empresa, era da consultoria preventiva e corretiva, tinha reunião com diretor, com presidente e vice-presidente, então eu não tinha a flexibilidade para poder participar mais ativamente da Academia. E assim de fato foi durante praticamente a minha vida toda dentro da IBM. Eu recebia as comunicações da Academia, participava de alguns encontros, quando havia votação para presidente, novos membros... Participava através dos boletins, mas vivia dentro de uma realidade afastada do Direito do Trabalho, no sentido de contato com os profissionais.

A Realização de Um Projeto: A Magistratura Trabalhista

Tinha um projeto, que eu comecei a alimentar lá atrás, que era, em um determinado momento, que eu saísse da iniciativa privada e fosse para a Magistratura do Trabalho. Isso porque a área trabalhista foi, mesmo no início, a atividade que me identifiquei profundamente, e sabia que haveria um momento que a minha vida dentro da empresa chegaria ao seu termo. Tinha amigos que ficaram até o último dia, e iam estendendo, e sabemos que a renovação é uma realidade. A necessidade da renovação nos quadros, seja de uma empresa, seja de uma universidade, seja em um Tribunal, é uma realidade. Então, eu tracei um projeto que, em algum momento, eu iria me dedicar ao estudo para fazer concurso para magistratura. Esse projeto foi sendo adiado, pois o ritmo de trabalho era muito intenso. Houve períodos em que eu trabalhava muito, eu tinha hora de entrada, mas não tinha hora de saída, e um volume muito grande de trabalho. O projeto “estudo” – ficou muito claro para mim – que ele só poderia acontecer num sistema de dedicação integral.

Costumo dizer, meio que de brincadeira, que em toda a minha vida escolar eu sofri do “complexo de primeiro aluno”. Fui primeira aluna durante todo o meu período escolar, até terminar o curso para ir para a faculdade. Às vezes chegava em casa arrasada, porque tinha tido uma nota ruim em uma determinada prova. Quando chegava o resultado, minha nota ruim tinha sido 9,75. A minha tristeza era ter errado meia questão. Dentro de uma empresa, mesmo fazendo o melhor trabalho, chegamos a uma realidade que temos que fazer o que o empregador espera de nós, e não o que nós achamos que é esperado. Essa é uma medida que precisamos aprender a encontrar, e eu vi que não poderia fazer inúmeros

concursos; eu tinha que fazer um concurso que eu me sentisse com condições de fazer. Com vinte e quatro anos e meio de trabalho, com um contrato de trabalho do meu primeiro emprego, pedi um programa de incentivo. Era o que estava sendo anunciado naquele momento. Eu sabia que tinha que ter efetivamente um respaldo, ainda mais que eu sempre administrei, e fui eu sempre a patrocinadora única da minha casa, com dois filhos. Houve, portanto, essa oportunidade e pedi esse programa. Sai da empresa, renunciei inclusive à fundação previdenciária para me dedicar ao meu objetivo.

Hoje, pensando friamente, acho que eu não faria isso. Todo o futuro dependia de mim, e fiquei dezoito meses em casa estudando de segunda a domingo, de oito a dez horas por dia, e fiz o concurso para magistratura do trabalho. Passei no concurso, inclusive em primeiro lugar, dentro daquele meu complexo. Foi exatamente nesse momento que eu saí da iniciativa privada, onde eu, sendo acadêmica, não era uma coisa que tivesse qualquer repercussão. Na IBM, onde trabalhei, quando falava que eu era acadêmica, as pessoas me olhavam como se fosse uma coisa rara.

Uma Nova Visão de Ser Acadêmica

Uma coisa interessante que eu não tinha vivência é que, quando eu saí em meio ao concurso, pela ótica da iniciativa privada, eu não tinha quantificado a importância de ser integrante da Academia, mesmo acompanhando o trabalho e torcendo por todos os meus confrades, mas creio que eu não tinha trazido isso para a minha nova realidade. E em meio ao concurso, quando houve o almoço de comemoração aos 80 anos do ministro Süsskind, foi, digamos assim, a única data, durante os meus dezoito meses de estudo, que eu parei um dia inteiro e fui fazer algo que não fosse

ficar estudando. Fui participar do almoço e, falando do meu próximo emprego no Tribunal, me perguntaram o que eu estava fazendo ali naquele momento, que não estava estudando. Disse que havia vindo para o almoço de 80 anos do ministro Süssekind, por ser acadêmica. Disseram então que eu tinha o título mais alto desse concurso.

Foi a partir daí que, com um efeito atrasado, percebi que a maior pontuação de títulos do concurso era o fato de eu ser acadêmica. Comecei a vivenciar mais diretamente as atividades da Academia com uma disponibilidade de tempo pequena, também porque o trabalho na magistratura não era fácil, mas com mais flexibilidade.

Acompanhei nesse período o trabalho dos presidentes, via suas iniciativas e reconhecia o esforço quase que hercúleo desses presidentes para conseguir movimentar uma estrutura que é grande e que movimenta pessoas do Brasil todo. Não é grande porque ela não tem uma sede, não está parada em nenhum endereço fixo, mas há um esforço grande para se levar todas as gestões, mesmo havendo natural renovação, com alguns dos membros partindo, e outros entrando.

Há um novo grupo de confrades bastante dinâmicos inclusive, e que tem realmente conseguido realizar até isso que estamos fazendo agora, esse projeto da Memória que o presidente Mannrich está promovendo. Ele inclusive desde que assumiu, conseguiu promover um primeiro encontro e em novembro nós teremos um segundo, pois é uma oportunidade muito preciosa para encontrarmos aquelas pessoas com quem integramos uma Academia. Isso é muito importante, pois efetivamente a maior expressão do Direito do Trabalho é a Academia, e acompanhar os trabalhos dos colegas faz parte dessa vivência como acadêmica.

Da Magistratura Para o Magistério Superior

Fiquei na magistratura por um período, decidi me aposentar e me voltei para a vida acadêmica. Hoje sou professora universitária de Direito do Trabalho e presto consultoria nessa mesma área. Atuo como palestrante em seminários, no sistema de seminários *in company*. Nesse caso, o cliente contrata o treinamento para os seus executivos, os gestores que precisam aprender sobre como lidar com seus subordinados, sobre a legislação trabalhista, sobre as repercussões. Além disso, desde janeiro, estou à frente da Escola de Administração e Capacitação do Servidor, a convite da gestão do Dr. Aloísio Santos, que era então presidente do Tribunal do Trabalho da 1ª Região. Essa escola tem por finalidade promover os treinamentos para capacitar os nossos servidores do Tribunal para que eles façam de fato um trabalho de padrão de excelência. Esse padrão, buscamos em cada uma das suas repercussões, seja na área administrativa, seja na área judiciária, para garantir ao público um melhor atendimento ou um processamento das atividades de uma forma muito superior do que seria anteriormente. Hoje, então, a minha atividade continua voltada à área educacional do trabalho, dentro do Tribunal Regional do Trabalho aqui no Rio de Janeiro.

Ser a Fundadora Mulher Mais Jovem da Academia

Às vezes meus confrades me perguntavam como podia ser tão jovem e fundadora da Academia. Isso se deu justamente por ter estado direto com o professor Albino, que é uma pessoa muito querida, e também pelo fato de ele me chamar no momento da constituição da Academia. O Direito do Trabalho passou por um período em que não havia muita atenção sobre ele. As pessoas não se interessavam por essa área. Creio que em todas as

áreas, mas no Direito particularmente, quando o segmento se inicia, não há um grande interesse. O segmento tradicional menospreza, não reconhece que aquela nova fonte que está surgindo tenha suficiência para crescer e se firmar. E não deixou de ser assim com o Direito do Trabalho. Naquele primeiro momento da Academia, não havia uma maior procura. Havia os grandes juristas que integravam, efetivamente. Mas foi só a partir de um determinado momento que o Direito do Trabalho foi reconhecido. Hoje é um ramo do Direito reconhecido no campo universitário; hoje temos os Tribunais, que inclusive estão previstos na Constituição, a carreira da magistratura, as bibliografias do Direito do Trabalho... Elas o consolidam como o ramo do Direito que cresceu muito nesses últimos 25 anos. Tive a felicidade então, de estar próxima do professor Albino, que era um dos acadêmicos mais ativos, professor universitário e uma pessoa apaixonada pelo Direito do Trabalho. Além disso, ele era um grande amigo de meu pai, que era também professor universitário e uma figura pública de grande importância no Rio de Janeiro. Meu pai era um homem extremamente dinâmico; foi médico, dentista, professor, só não fez Direito... Chegou a ser deputado estadual do Estado da Guanabara e desempenhou um papel importante na Secretaria de Educação do Estado. Além disso, ele foi fundador do Centro Universitário Celso Lisboa. De lá vinha a relação com o Prof. Albino...

Professor Albino estendeu-me a mão e me trouxe para a Academia. Isso foi para mim uma situação bastante preciosa, não há uma outra expressão e aí está a razão de eu ser a acadêmica mais nova. Foi um momento muito especial sem dúvida alguma e eu me senti muito gratificada. Serviu como incentivo para que eu me interessasse cada vez mais por essa área e confirmou o que eu realmente queria, que era o Direito do

Trabalho. Prossegui com toda a minha dedicação profissional que, mais tarde, toda a minha vida veio a confirmar.

Fui recebida com muito carinho na Academia, até por eu ser nova na área trabalhista, fui muito bem acolhida, foi um momento muito especial.

Tenho impressão que havia outras mulheres, mas tenho dúvidas. De qualquer forma, era uma minoria. Fui a primeira advogada mulher de uma empresa multinacional para a América Latina. A mulher nessa ocasião estava começando a surgir na área do Direito e na magistratura. Maria de Lourdes Sallaberry, a atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro tem trinta anos de magistratura. Foi mais ou menos nessa ocasião que as mulheres começaram a surgir no segmento do Direito do Trabalho. Isso tudo nos anos 70.

Em termos de multinacional, por exemplo, a oportunidade surgiu pra mim, pois houve um comando da matriz de que tinham que abrir oportunidades para as mulheres também. Era uma vaga que dizia “advogado”. Um anúncio que hoje seria inadmissível, porque a Constituição diz que não pode haver discriminação em termos de sexo. Para mostrar o que era a realidade naquela ocasião, o anúncio que foi publicado no jornal dizia: “advogado ou advogada” e eu internamente me candidatei. Isso era para enfatizar que as mulheres também se candidatassem, que até então era uma coisa muito fechada, difícil de a mulher alcançar.

Conquistando um Espaço no Direito

Então fui a primeira nessas condições, tanto na Academia, quanto na minha atividade profissional. Era uma situação em que, em um primeiro momento, eu precisaria conquistar espaço e às ve-

zes até ouvir um comentário que uma pessoa fazia com maldade dizendo que fui contratada por ser uma moça bonita. Infelizmente havia aquela ideia de que a fachada era mais importante, o que abriria as portas. Em um primeiro momento a mulher passou a buscar o seu lado profissional, o que eu considero muito importante. Eu comecei a trabalhar porque eu queria ter a minha atividade, me dediquei a essa atividade com muito afinco, exatamente por encontrar ali a minha realização pessoal. Considero que a minha história de vida é a prova disso. E eu recomeço com uma regularidade muito grande. Não é uma regularidade, são intervalos em que eu considero que um novo desafio vale a pena, por isso eu deixei esse emprego. Um emprego tão confortável, no qual eu poderia permanecer até a aposentadoria pela fundação da empresa. Deixei literalmente, era como se eu chegasse no alto de um penhasco e falasse “agora eu vou voar” e me atirasse de lá, e de alguma forma, eu voei. E assim eu fiz a cada momento da minha vida.

Perguntam-me se havia algum tipo de discriminação e digo que naquele primeiro momento havia. Em termos de empresa, temos que procurar mostrar o conteúdo dos trabalhos ao longo do caminho, a sua seriedade profissional, o seu empenho e assim as portas vão se abrindo, claro que com dificuldades. Se eu achasse que minha carreira na empresa foi uma facilidade eu estaria contando uma historinha para agradar. Mas não, foi suada e sofrida. A cada momento decidia fixar

um ponto à frente, ainda que com grande sacrifício, e conseguia alcançar aquele marco, independentemente de ser mulher. Foi uma coisa bastante gratificante para a minha vida. Eu vejo agora as minhas duas filhas, advogadas trabalhistas, uma com um escritório inclusive, e eu vejo nas duas muito daquilo que eu queria passar de exemplo de vida. Eu acho que independentemente de ser homem ou mulher, a pessoa tem que ser um profissional sério, dedicado, empenhado. Estudar é indispensável, seja lá o que façamos, temos que sempre estar buscando o conhecimento. Hoje, como professora há quase oito anos, me orgulho de ter os meus alunos, pois a cada formatura eles vêm dizendo que passaram para a segunda fase da Ordem, estudando com os meus apontamentos. Amo o Direito do Trabalho, como amo dar aula. Fico muito feliz quando um aluno que está se formando fala que está se especializando na área trabalhista porque passou pela minha sala de aula, isso não tem preço. Recentemente tive a alegria de uma ex-aluna, minha orientanda de monografia inclusive, me ligar para dizer que acabou de ser aprovada em um concurso para Magistratura do Trabalho. Esses então são os prêmios que ganhamos ao fazer um trabalho que amamos, pois nos aprofundamos nele e procuramos transmitir esses conhecimentos. O magistério na área do Trabalho me possibilitou despertar nos alunos esse amor que eu sinto pelo Direito do Trabalho, que é a realidade da minha vida.

Messias Pereira Donato



Meu interesse pela Academia foi uma inclinação natural, pois tão logo me abriu uma possibilidade de fazer a pós-graduação eu procurei exatamente a área social.

Messias Pereira Donato

A entrevista com Dr. Messias Pereira Donato foi realizada em seu escritório, no centro de Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 15 de junho de 2011. Foi uma longa entrevista, em que ele se espraizou sobre diversos assuntos, fazendo interessantes considerações sobre a situação do Direito do Trabalho no Brasil e no mundo.

Fazendo jus à sua vocação docente, em certos momentos a entrevista passou a ser uma verdadeira aula sobre a instituição do Direito do Tra-

balho em face aos diversos contextos sociais e políticos.

Membro fundador da ANDT, Dr. Messias Donato destacou a importância de alguns nomes de grande repercussão no Direito do Trabalho no Brasil e o quanto a presença deles na Academia determinou seu sucesso e projeção.

Elaborando uma análise crítica, quase filosófica, essa entrevista apresenta uma abordagem memorialística bastante interessante.

Uma Trajetória no Direito do Trabalho

Sou ainda advogado, fui juiz do trabalho e minha trajetória de vida confluiu sempre para esse objetivo, que era a realização de algo no campo social.

Sou antigo, mas não me considero velho. Vim do Estado da Bahia. Chegando aqui em Belo Horizonte, Minas Gerais, me instalei como um simples indivíduo, isolado, sem família. Aqui me plantei. Isso eu posso dizer, porque efetivamente eu criei raízes, e com muito orgulho. Aqui chegando fui procurar o melhor colégio e fiz o ginásio. Passei a dar início a minha série de concursos na vida. Tudo que fui conseguindo foi através de seleções, de concursos, de teses. A primeira delas foi no próprio ginásio. Era uma competição no plano estadual sobre Língua Portuguesa. Fiz, e com isso eu consegui uma bolsa. A segunda delas foi em relação a um concurso nacional para inspetor do ensino secundário. Fiz também e isso foi a salvação do meu curso de Direito, pois com ele pude me manter e fui ampliando os caminhos. Passei a lecionar a Língua Portuguesa por força de uma seleção, até que surgiu o primeiro concurso que efetivamente me abriu as possibilidades da vida. Foi o primeiro concurso que se realizou em Minas Gerais para Juiz do Trabalho. Uma vez aprovado, exercendo a atividade, surgiu de imediato outro concurso, que então sedimentou a minha atividade na vida, que foi o de professor – naquela época se falava catedrático. Fui feliz, e exerci então a cátedra durante todo o exercício da magistratura, conseguindo articular essas duas atividades, no meu entender, com excelência, porque uma ajudava profundamente a outra.

Tive também a felicidade em exercer a minha magistratura, ora próximo a capital, ora na capital e, com isso, passei a ter uma vivência do

relacionamento trabalhista no plano da atividade rural, e no plano da atividade urbana. Uma vez juiz, também no exercício da atividade, passei a exercer a magistratura no Tribunal e também exercia a atividade na Vara, que naquela época se chamava Junta de Conciliação e Julgamento. E assim fiquei e foi nessa época que se cuidou da fundação da Academia, em 1978.

A Academia Nacional de Direito do Trabalho

Em decorrência dessas atividades, mantive contato com pessoas da mais alta significância e que constituíram esteios na fundação da Academia. Eu cito aqui, meu grande amigo, saudoso ministro Mozart Victor Russomano. Cito também um grande amigo e um sujeito admirável, fundador da Academia, Evaristo de Moraes Filho, outro nome de projeção nacional. Eu me lembro do nome do saudoso José Martins Catharino, professor da Universidade Federal da Bahia. De São Paulo, embora eu tenha tido pouco contato, eu me lembro do professor Cesarino Júnior. Tive a felicidade de substituir aqui na cátedra um grande professor paulista, José Pinto Antunes. Esse professor foi o meu primeiro contato na área de magistério, infelizmente se foi cedo. Em torno dessas personalidades eu fui me ambientando e me aproximando, e eles foram me convocando para os congressos nacionais e internacionais, para bancas acadêmicas em São Paulo, no Rio e em Salvador, e formamos assim uma cadeia de relacionamento. Em decorrência dessa cadeia de relacionamento é que veio a minha convocação para participar da Academia. E tive a felicidade de escolher um baiano para meu patrono de cátedra na Academia: Elson Gottschalk. Com a Academia, portanto, mesmo a presidência girando entre São Paulo, Rio e Brasília tive contatos não tão diretos com presidentes, mas sempre permanentes. Espe-

cialmente com Dr. Georgenor, o último que passou e com os demais presidentes que ali passaram.

Entre a Academia e a Vida Acadêmica

Hoje aqui estou, ainda no exercício da advocacia, porque nesse meio tempo tive a felicidade de exercer a diretoria da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi lá que eu procurei criar um ambiente que proporcionasse, tanto quanto possível, bolsas de estudos para os professores e para os alunos. Criei para isso uma fundação, cuja destinação primacial é concessão de bolsas de estudo. Graças a ela, vários professores fizeram sua pós-graduação no exterior e em São Paulo e os alunos participam de bolsas da própria faculdade ou através de entidades conessoras de bolsas. Esse conjunto de realidades, de vivências, me propiciou uma visão mais ampla. Esse trabalho de resgate, de pesquisa reflexiva, análise de acervos e histórias de vida propiciam uma reflexão sobre o futuro de entidades como a Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Meu interesse pela Academia foi uma inclinação natural, pois tão logo se me abriu uma possibilidade de fazer a pós-graduação eu procurei exatamente a área social. Inserido, participei de uma seleção para uma bolsa de estudos em Paris e lá eu fiz o doutoramento na área de Economia Social do Direito Trabalhista onde defendi uma monografia. Quando retornei, não sendo possível, por força de circunstâncias alheias, prestar o doutorado na Faculdade de Direito, dirigi minha tese de doutorado na área de História das Doutrinas Econômicas. Essa formação passou a me abrir perspectivas, seja em função da magistratura, de concursos, seleções, atividades na área social, e também pelo ensino que passei imediatamente a desempenhar da disciplina: História das Doutrinas

Econômicas. Tudo isso me permitiu ter uma visão excepcional, porque eu me voltava, ora para parte da economia social, ora para a parte trabalhista, sem me desvincular daquela área que o magistério me obrigava a entrar sempre em contato, que é a área civil. Tive, no meu entender, a felicidade de articular essas diversas tendências para chegar a um caminho único que é o da área trabalhista.

A área trabalhista é uma confluência desses diversos elementos, de natureza social, de natureza civil, até filosófica, que acaba por articular tudo isso para uma visão mais ampla do meio trabalhista, do meio social.

A Contribuição da ANDT

A contribuição da Academia é excepcional. Ela agrega personalidades e as conduz à reflexão. Ela passou a exercer uma atração significativa para quem quer que se dedique a área jurídica, seja trabalhista ou não trabalhista, porque é acima de tudo um chamamento à pesquisa, ao aperfeiçoamento e à reflexão na área em que ela se encontra. Então, o que ocorre é que, seja pelo magistério, seja pela doutrina, que é exatamente o ponto alto da Academia, o de captar o sentido do exercício do magistério, da magistratura, da atividade voltada para o Direito, no sentido de reunir tais personalidades com o intuito de encontrar um aperfeiçoamento na área trabalhista. Quer dizer, no contexto geral, ela desempenha uma função sumamente relevante de formação, de interpretação, de criação de novas formas no campo da área trabalhista. Então, eu entendo que é uma função sumamente relevante. Agora que ela completou seus 30 anos, nós vimos como uma reunião de personalidades dessa estirpe pode conduzir o Direito do Trabalho a uma influência internacional, até porque seus membros participam, a todo momento, de congressos em diver-

sois países. E isso é a Academia que está criando oportunidades, está proporcionando meios, está reunindo os elementos necessários para que tais acontecimentos ocorram.

Além dos encontros promovidos por ela ou então pela participação individual de seus membros, outra contribuição inestimável da Academia se dá através de suas publicações. Neste sentido, o apoio dado pela LTr, ajudando a editar e distribuir a Revista, como meio de propagar a doutrina, é algo extremamente importante. Mais recentemente se inaugurou também uma página na internet que deve assumir um papel de maior relevância, sem dúvida.

Outro aspecto que deve ser lembrado em relação à contribuição da Academia no cenário do Direito do Trabalho no Brasil é, sem dúvida, o fato de ela congregar os nomes das maiores autoridades dessa área no país. Cito, por exemplo, o nome de Arnaldo Süssekind, que é o esteio da criação do Direito do Trabalho no Brasil. Junto com ele, cito também o nome de Délio Maranhão, outra figura de grande importância. E eu me lembro da importância desses dois juristas, Arnaldo Süssekind e Délio Maranhão, no fomento do Direito do Trabalho do país, na criação de normas para a realidade nacional, ainda em gestação... Observe bem, a Consolidação das Leis do Trabalho, a criação de uma condição de que Arnaldo Süssekind foi esteio; ela é uma realidade que durante mais de meio século aí está, criando uma situação de tranquilidade, e criando uma situação de engrandecimento do nosso Direito do Trabalho. Por mais que se diga que ela está envelhecida, que ela necessita reforma, a estrutura fundamental do nosso Direito do Trabalho veio dela; veio de um membro fundador dessa instituição que é a Academia Nacional de Direito do Trabalho.

No campo do Direito Processual e do Direito Trabalhista, estão também outros dois juristas de mais alta relevância e igualmente fundadores da Academia: Mozart Victor Russomano e Evaristo de Moraes Filho. De modo que a contribuição dela é e continua a ser sumamente relevante, como agora, por exemplo, através de projeto no campo da área trabalhista, elaborado pelo professor Arion Sayão Romita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E assim nomes de mais alta projeção... Essa ideia agora lançada pelo ministro Dalazen, no sentido de se reformular a Justiça do Trabalho, através de mudanças na sua estrutura, através de alterações na via processual, é de um membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

É claro que há muitas omissões, porque são coisas que foram me surgindo assim de memória, conforme avança nossa conversa. De certo há muitos outros nomes muito importantes que me escapam agora...

Sobre as Novas Perspectivas no Direito do Trabalho

O que será do Direito do Trabalho na era da globalização ou pós-globalização? Ora, isso importa em deixar para trás muito ranço vinculado ao liberalismo e assim em certa medida ao neo-liberalismo. Porque em relação ao Direito do Trabalho de cada país, evidentemente que tudo isso está adstrito ao desenvolvimento econômico social de cada um. Não adianta querer projetar-se para o futuro se o país ainda está marcando passo sem possibilidade de alcançar aquilo, se não a longo prazo. Então como fazer para acompanhar a realidade social? É necessário que se veja a realidade social de cada país. E o que há no Brasil? É exatamente a ultrapassagem dessa perspectiva liberal, dessa perspectiva neoliberal, e de uma perspectiva futura, em que se atente

para o ser humano em sua dignidade. Quer dizer, não é considerado um ser humano em função do seu trabalho apenas, mas é considerado em função de um trabalho prestado por um ser humano; ser humano esse cuja dignidade o Direito do Trabalho acima de tudo tem que resguardar. Esse é um dos grandes desafios que Direito do Trabalho, necessariamente, terá que atentar. Desta forma, o Direito do Trabalho deve atentar para os direitos humanos especificamente. Então se se protege a dignidade humana é necessário que se atente também para os direitos fundamentais dessa pessoa. Ora bem, então vem a pergunta: até que limite o Direito do Trabalho nacional, a legislação do trabalho, atentam para essas circuns-

tâncias? O Brasil, sem dúvida nenhuma, tem dado grandes passos nessa área. Ainda recentemente, sobreveio a Lei da Igualdade Racial, que no meu entender representa, se levada a efeito, um grande avanço na área trabalhista, no sentido de não só de incluir, mas inserir aquelas pessoas que estão excluídas numa comunidade em que o Direito do Trabalho possa ter relevância. Se assim é, a consideração dos direitos humanos, na consideração da dignidade humana, a legislação do trabalho deve acompanhar esses objetivos, seja por iniciativa do próprio país, seja por adesão dele a órgãos internacionais; e nesse ponto o Brasil tem desempenhado uma atividade, no meu entender, relevante e elogiável.

Nelson Mannrich



*Digo que sempre me realizei porque eu fiz aquilo
que amava profundamente. E continuo amando
profundamente!*

Nelson Mannrich

Nelson Mannrich é o atual presidente da ANDT e mentor intelectual do projeto de resgate da sua memória. Depois de estabelecidos os critérios que norteariam o projeto, hesitou muito em conceder esta entrevista, mas diante da força dos fatos e da metodologia do trabalho teve de ceder. Essa foi a última entrevista realizada e fecha a série dos presidentes da ANDT. Carregada de emoção na invocação das raízes da sua formação, particularmente ao mencionar o papel dos Maristas em sua vida, a narrativa do Dr. Nelson Mannrich estrutura-se na confluência entre a vocação docente e a de um apaixonado pelo Direito do Trabalho. Merecem destaque as lembranças de sua atuação como advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ao lado de Lula e de outras figuras que

desempenhariam posteriormente um papel de destaque na política nacional.

Sua entrevista mostra-se especialmente importante também por discutir o papel da Academia no cenário do Direito do Trabalho no Brasil, apontando os sonhos e ideias que se projetam para o futuro, mas que se enraízam no presente imediato. Fechando o ciclo, Mannrich pondera a importância do atual projeto, sobre a História e a Memória da Academia Nacional de Direito do Trabalho, enquanto fundamento de afirmação da identidade e da divulgação da mesma para a sociedade como um todo.

A entrevista foi realizada no seu escritório no dia 08 de setembro de 2011.

Formação Marista

Sou filho de imigrantes alemães, que colonizaram Santa Catarina. Meus pais eram pessoas muito simples e não tinham condições de pagar meus estudos... Assim que a grande oportunidade que tive na minha vida foi dada pelos Irmãos Maristas, que me acolheram e me deram estudo, formação. Estudei então num colégio interno dos Irmãos Maristas em Caxias do Sul. Ali tive uma educação primorosa, pois naquela época os Maristas eram uma referência, um exemplo de seriedade e dedicação. Aprendi muito com eles, não apenas em relação aos conhecimentos normais que se aprendem na escola, mas também em relação aos valores, à vida mesmo.

Chegando na época do curso ginásial, havia a possibilidade de optar em fazer o Científico (para quem estava mais inclinado para as exatas), o Clássico (para quem pendia mais para as humanidades) e havia ainda uma terceira opção: o Magistério ou Curso Normal (para quem quisesse seguir a carreira de professor). Eu então optei por fazer a Escola Normal pela manhã (num colégio de freiras chamado Madre Imilda, também em Caxias do Sul) e o Curso Clássico à noite. E à tarde ainda fazia Inglês, duas vezes por semana, e Francês, outras duas vezes também... Nos finais de semana eu organizava time de futebol: cheguei a organizar dez times de futebol de salão, no bairro Cruzeiro, que é um bairro pobre de Caxias do Sul. De maneira que eu levava uma vida bem ocupada.

No último ano do Curso Normal, quando estava já para me formar, fiquei sabendo que depois de terminado o curso ainda teria que fazer um estágio. Aquilo não me pareceu certo, pois eu entendia que não era possível fazer o estágio depois de formado, mas que isso deveria ser feito duran-

te o curso. Iniciei então um movimento estudantil muito forte e chegamos a paralisar a escola! Havia até um *slogan* para o nosso movimento; era o *slogan* do ki-Suco... Você sabe, aquela coisa de colocar o pozinho misturado com a água... Era para passar a mensagem de que o estágio devia estar no meio do curso e não separado dele... Uma bobagem, mas pegou! Todo mundo parou e então a freira, diretora da escola, me chamou: *Nelson, precisamos ter uma conversa...* Ela tinha um grande respeito por mim, pois naquela época eu era da Congregação Marista... Éramos em todo o colégio apenas uns três ou quatro rapazes (todos Maristas) e o resto eram todas moças... Ela então me disse: *Olha, o negócio é o seguinte: você vai terminar o curso esse ano, vai se formar e então vai fazer o estágio só no ano que vem, como mandam as regras e como tem de ser! E se você não parar essa greve imediatamente nós vamos lhe reprovar e aí você não só vai perder esse ano como vai ter de esperar mais um ano para fazer o estágio. Acho que isso vai piorar mais ainda a situação, não é?* Diante disso não houve outra solução senão recuar. E então me formei e depois fui fazer o estágio...

Acontece que esse estágio que eu fui fazer num colégio da periferia de Caxias do Sul foi uma das experiências mais lindas da minha vida! Tenho até hoje uma foto daquelas crianças do terceiro ano primário que eu dei aula... Quando a professora veio para avaliar meu trabalho, mostrei tudo que tínhamos feito com as crianças; fizemos até uma exposição com os trabalhos manuais delas para mostrar... Foi uma experiência inesquecível, aprendi muito...

Isso foi durante o primeiro semestre. Depois, em agosto, pela Congregação, me mandaram para a Bahia. E lá fui eu, para dar aulas, pois afinal já era professor... Ali aprendi coisas que nunca

imaginava... Era uma localidade que ficava na divisa com Pernambuco, entre Petrolina e Juazeiro. Para chegar lá era preciso passar em cima de rio seco e eu então pensava, como era possível haver rio seco? Bode pastando no meio de pedra – não havia nem capim! Acostumado a ver aquelas matas, aqueles rios, que tem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foi para mim uma coisa chocante! E no meio de tudo isso, o lado humano... Que pessoas magníficas, maravilhosas, no meio de toda aquela dificuldade... Foi uma verdadeira lição de vida para mim...

Entre o Direito e o Magistério

Ao terminar o estágio resolvi ir direto para São Paulo, pois então já estava convencido que queria estudar Direito. Ao chegar, sem conhecer nada daqui, fui direto para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Ali me entrosei com alguns alunos do centro acadêmico e comecei a perguntar como deveria fazer para me inscrever, etc. Então alguém me perguntou: *Mas você quer estudar Direito para quê: para ser político ou advogado?* Respondi: *Eu quero ser advogado!* Então esse rapaz me disse: *Então o lugar não é aqui, é na PUC.* No dia seguinte fui a PUC e me inscrevi. Fiz o vestibular e passei, pois como eu já era professor, tinha facilidade.

E assim fui fazendo o curso de Direito na PUC e, para me sustentar, dava aulas. Comecei dando aulas para um curso preparatório de admissão ao Ginásio na paróquia em que eu assistia missa em Vila Medeiros, zona Norte de São Paulo. O pároco organizou aquele curso e cobrava uma taxa simbólica. Começamos com quatro turmas, duas pela manhã e duas pela tarde. Eu era o único professor e dava as quatro matérias que eram as obrigatórias para o exame. Comecei com dez alunos e no final do ano cheguei a ter 350! Foi outra

experiência fabulosa... Aquele povo vivia numa pobreza tão grande... Isso era por volta de 1969... Dá para imaginar o que era a Vila Medeiros em 1969? De qualquer forma, além das aulas regulares nós ainda organizamos uma apresentação teatral para que os alunos pudessem apresentar para os pais ao final do ano. Quando apresentamos foi uma coisa tão bonita, tão emocionante...

Advogado Sindicalista

Depois de formado ainda cheguei a dar aula no Mackenzie, mas isso foi muito depois, porque ao me formar acabei por interromper por um tempo minha atividade no magistério para trabalhar como advogado.

Quando me formei, em 1973, tive a oportunidade de já trabalhar com um professor meu, Cássio de Mesquita Barros, que depois seria também um dos presidentes da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Ele, em parceria com o Prof. Otavio Pedro Mariano (outra grande referência, infelizmente já falecido), me fizeram titular do escritório. Trabalhei com eles dois anos e depois fui trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo, quando Lula assumiu a sua presidência, em 1975. Havia então um projeto grande dentro do sindicato de introduzir um corpo de advogados e estruturar um centro de debate sobre Direito do Trabalho. Tive a oportunidade de trabalhar lá por cinco anos, exatamente na época em que Lula estava incentivando este projeto. Foi uma verdadeira aventura. E isso ao mesmo tempo em que fazia mestrado na USP e dava aulas no Mackenzie... Não era fácil conciliar tudo isso... E não só por causa do tempo, da multiplicidade de atividades, mas principalmente por causa das questões políticas e ideológicas envolvidas, pois o Mackenzie era um ambiente bastante diferente dos outros lugares em que atuava e tinha algu-

mas resistências em relação a certas personalidades da vida pública.

No fim acabei saindo do Sindicato, mas de qualquer forma foi uma experiência fantástica. Ali conheci pessoas maravilhosas, como por exemplo, o Almir Pazzianotto, que cuidava do direito coletivo; o Raimundo Simão de Melo, que é hoje um acadêmico e que então era ainda estagiário; e o Mauricio Soares, que depois foi prefeito de São Bernardo – uma figura maravilhosa, um homem de uma lucidez e de uma ética incrível. Posso dizer que vivi, na época, um momento importante do sindicalismo porque havia a repressão dos militares e toda aquela luta. Houve uma noite inclusive em que eles prenderam todos os dirigentes sindicais. Foram nas casas deles e os levaram para o DOPS, ali na General Osório. E nós sabíamos que ali era um lugar complicado...

Além disso, depois de prenderem e afastarem todos os dirigentes, nomearam um interventor: o Oswaldo Pereira de Aguiar Batista. Eu o conhecia, pois ele era Delegado (hoje se diz superintendente) do Ministério do Trabalho e eu, desde 1975, havia entrado, por concurso, no Ministério do Trabalho – eu era então fiscal do trabalho, mas continuei trabalhando no sindicato... Ele era uma pessoa muito sensata e inteligente, mas, claro, não foi bem recebido por lá – você pode imaginar... Os trabalhadores ficaram muito revoltados com isso e os outros advogados também. Afinal, a diretoria toda estava presa! No fim, como eu o conhecia e éramos colegas no Ministério (apesar de naquela época ele ser chefe) acabei ficando como negociador, como anteparo entre ele e meus colegas advogados. Lembro-me, por exemplo, que ele tinha uma forma muito diferente de escrever: ele não gostava de colocar frases curtas numa linha; não, ele gostava de muitas linhas e muitas folhas. Então, lembro-me que o Oswaldo fez um relatório

muito prolixo para o Dr. Mauricio Soares e este simplesmente escreveu: “não concordo”. O Oswaldo ficou muito bravo, acusando o Mauricio de provocativo, arruaceiro... Então um e outro ficavam se queixando para mim, me deixando numa posição muito complicada. Lembro que o Mauricio dizia: *Esse seu amigo do Ministério de Trabalho vem aqui ocupar a Casa do Trabalhador... E coisas desse gênero...*

Pouco depois, passada aquela fase mais tumultuada, o Lula voltou. Mas então ele não queria que eu tivesse um salário que compensasse o que eu ganhava no Ministério do Trabalho e eu tive de optar. Eu não liguei. Sai do sindicato numa boa, de uma forma tranquila, sem ressentimentos. O Lula é uma pessoa maravilhosa, um homem fantástico. Ele sempre foi, mesmo sem estudo, um homem inteligente, um grande negociador. Ele logo “pegava”, compreendia as situações e tinha um carisma e uma liderança muito grande, inata... Nós convivemos bastante; íamos muito para o Guarujá, para uma colônia de férias dos aposentados do Banespa que eles emprestavam para o Sindicato dos Metalúrgicos. Íamos muito para lá no fim de semana... Então foi assim um período muito interessante, um aprendizado muito bom. O sindicato fazia um trabalho muito bom, respeitando tanto o trabalhador quanto as empresas. Quando havia uma denúncia, ligávamos na empresa para ouvir a versão deles e apurar se devíamos ir adiante ou não. Além disso, como já disse, isso foi durante um momento histórico muito importante do sindicalismo brasileiro; um momento ímpar! Vivi lá dentro as greves de 78, 79...

Fiscal do Ministério do Trabalho

Fui, entretanto, para o Ministério do Trabalho e lá também tive a oportunidade de fazer um trabalho muito interessante. Criamos lá, por exem-

plo, um programa de treinamento, de reciclagem dos fiscais que permitiu que não fosse a empresa que informasse, por exemplo, uma mudança na lei ou uma nova interpretação, mas que fosse o contrário: que fosse nosso pessoal que levasse para empresa as informações e etc. Criamos então diversos polos de coordenadores de treinamento, demos cursos, redigimos um manual da expressão do trabalho; foi, enfim, um trabalho para mim muito rico e muito interessante. Gostei muito de ter passado pelo Ministério do Trabalho, porque aprendi muito sobre o Direito do Trabalho, de uma forma que não se aprende nos livros... Pois o Direito do Trabalho, o real, é aquele que passa dentro da fábrica; é o que acontece na realidade da vida do trabalhador e da vida do empregador...

Posso dizer que devo a minha carreira no Direito do Trabalho ao Ministério do Trabalho. Tanto é assim que eu tenho um sonho que é o de levar para o Ministério do Trabalho um projeto da Academia Nacional que pretende fazer uma grande reforma na instituição do trabalho; incorporando experiências de instituição do trabalho em países como Itália, Espanha e outros países europeus. Acho que a atuação do fiscal é fundamental, pois ninguém melhor do que ele pode saber dos problemas e das condições da vida de trabalho e, por outro lado, ninguém melhor do que ele para ajudar, orientar, não apenas fiscalizar, mas também educar as empresas e o trabalhador para uma melhor relação de reciprocidade. Isso é algo a ser desenvolvido e incorporado à Justiça do Trabalho.

Docência em Direito do Trabalho

Um pouco antes havia mencionado que em 1977 comecei a dar aulas na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie... Tinha sido convidado por um grande amigo e confrade meu, o Luiz

Carlos Robortella. Havíamos feito o mestrado juntos na USP. Naquele tempo havia apenas uma turma de manhã e outra a noite; agora deve haver umas 10 ou 12 turmas em cada turno... Comecei, portanto, no segundo semestre de 77 e em 78 já estava registrado e tudo. E lá estou até hoje.

Ao mesmo tempo, como eu estudava no Largo São Francisco, acabava dando aula no Departamento de Direito do Trabalho sempre quando era chamado, pois era comum os alunos serem chamados a colaborar no Departamento. Desta forma, posso dizer que dou aula no Largo São Francisco desde 74. Fui entrando naquela grande engrenagem que é essa escola maravilhosa do Largo São Francisco.

Em 1986 fiz um concurso e passei a dar aula também na UNESP, em Franca. Foi uma experiência muito interessante, porém cansativa, porque eu saía de São Paulo na quinta-feira à meia-noite e vinte e chegava na sexta-feira de manhã em Franca. Dava aula de manhã, dava aula à noite, até onze horas e pegava o ônibus de volta para São Paulo, chegando às cinco horas da manhã. Isso durante quatro anos. Foi uma experiência e tanto! Cabe dizer que eu fui o primeiro professor de Direito do Trabalho da UNESP de Franca porque o curso era novo e aquele foi o primeiro ano em que tiveram a disciplina. Dei aula para as quatro primeiras turmas e depois pedi licença, porque então comecei a fazer doutorado na USP. Minha meta era justamente ter uma experiência docente para eu poder concorrer por uma vaga na USP. E, de fato, eu concorri. No primeiro concurso não passei. Então fiz o segundo e perdi de novo. Foi só no terceiro concurso que eu consegui entrar na USP. Nesta ocasião já tinha o doutorado.

Pouco depois, o Prof. Amauri Mascaro, que era titular da cadeira de Direito do Trabalho me chamou e disse: *Olha, Mannrich, o negócio é o*

seguinte: eu vou me aposentar, e você vai me suceder aqui, então você precisa da livre docência. Então presta atenção no que eu estou lhe dizendo. Não estou pedindo, estou dando uma ordem: vá fazer sua livre docência! Se você não fizer sua livre docência, eu vou expulsá-lo da USP! É claro que o Prof. Amauri estava brincando, mas ele sempre falava num tom que deixava a gente meio preocupado. Ele sempre teve uma grande autoridade sobre todos nós, como se fosse mesmo um pai de todos.

Obedecendo então o Prof. Amauri, que logo depois se aposentou, fiz a livre docência e passei então para professor associado. Em seguida, fiz o concurso para titular, concorrendo com outros professores que depois também se tornaram titulares, e venci. Minha aula no concurso foi sobre convenção coletiva. Mais tarde fui também chefe do Departamento de Direito do Trabalho, por quatro anos. E também, obviamente, como professor titular, sempre participei da Congregação da Faculdade. Cheguei inclusive a ser da Comissão da Pós-Graduação da USP, o que significou uma grande oportunidade para aprender como funciona a parte burocrática da USP e também a parte de ensino. Cheguei a ser vice-presidente, mas quando foi para assumir a presidência eu não quis, pois isso significava uma dedicação ainda maior que, naquela época não podia dar; tinha acabado de me aposentar do Ministério do Trabalho, montado meu escritório e logo depois já vindo para cá, com o Felsberg... Além disso, continuava no Mackenzie, e nessa altura, esqueci de contar antes, estava também dando aulas na Fundação Getulio Vargas! Ou seja, sempre levei uma vida bastante atribulada, trabalhando em muitos lugares ao mesmo tempo... Claro que tudo isso é muito cansativo, mas por outro lado, muito gratificante também.

Sempre digo que sempre me realizei, porque eu sempre fiz aquilo que amava profundamente. E continuo amando profundamente! Acho, essa é a diferença entre você ter um emprego e ter um trabalho, que é na verdade ter uma oportunidade de realização pessoal. Se você não faz o que gosta, é muito complicado. Todo dia ter que ir lá, enfrentar... Então, eu tive esse privilégio, digamos assim, que Deus me deu... De os Maristas me acolherem, e eu fazer a minha formação toda, ainda que não tivesse dinheiro... Pois como lhe disse, meu pai não podia pagar meus estudos... E depois ainda ter podido estudar na PUC, fazer a pós-graduação na USP e ainda poder no fim dar aula nestas instituições! Foi um grande, um grande privilégio...

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Vim a saber da existência da Academia Nacional de Direito do Trabalho muito depois de ela ter sido fundada. Lembro-me que alguém indicou o meu nome e eu então concorri a uma vaga. Concorri e perdi. Perdi, se não me engano para o Carlos Moreira De Luca; um homem com uma carreira fantástica, não só como professor (foi ele quem me levou para FGV), mas também como juiz do trabalho... Era e é um juiz com uma formação diferenciada, participa de entidades de classe... De maneira que não foi nenhum demérito perder a vaga para ele, muito pelo contrário!

Mais tarde houve uma segunda oportunidade... E eu, sinceramente, não me lembro se foi na segunda ou na terceira concorrência que entrei, mas o fato é que depois de um tempo entrei e tomei posse, feliz da vida... E, logo depois de entrar já fui convidado para participar da diretoria; creio que foi na gestão do Rodrigues Pinto. Continuei depois, quatro anos, como secretário na gestão da Maria Cristina e mais quatro como vice-presidente na do Georgenor Franco. Ou seja,

fui ascendendo na hierarquia da Academia, como é o costume...

Estas foram gestões muito dinâmicas; tanto a Peduzzi como o Georgenor são pessoas cheias de iniciativas e eu fui me envolvendo, gostando e acabei por mergulhar de cabeça. Ao final da gestão do Georgenor, como era natural, me candidatei e acabei assumindo a presidência em março de 2010, de maneira que já estamos indo completar o mandato que é de dois anos...

O Papel da ANDT no Contexto do Direito do Trabalho no Brasil

Analisar o papel da ANDT no contexto histórico do Direito do Trabalho no Brasil exige, a meu ver, diferenciar entre o papel a que ela se propõe e o papel que ela de fato exerce. Propõe-se um papel, sem dúvida, muito importante, muito ambicioso, mas na prática a Academia ainda tem que ocupar muito espaço. A Academia não ocupa o espaço que tem que ocupar, para desempenhar a missão que se propôs a desempenhar; qual seja, a de ser o centro do debate das grandes questões envolvendo o Direito do Trabalho. A Academia tem que ser um órgão, um agente, que congregue o diálogo envolvendo empregado e empregador. Ela deve ser o centro que permite criar o espaço onde os atores sociais possam estar juntos e encontrar saídas, através daquilo que chamamos de diálogo social. Deve, por exemplo, no âmbito da Justiça do Trabalho, influenciar na reforma do processo e em muitas outras coisas... Creio, portanto, que o principal ponto de atuação da Academia é influenciar aqueles que atuam como pensadores do Direito do Trabalho.

Por isso mesmo agora estamos retomando uma série de projetos, dentre eles, por exemplo, o Dicionário de Direito do Trabalho; algo que co-

meçou a ser esboçado em tempos atrás e que não foi adiante, mas que agora estamos tentando efetivar. Imagine a influência que uma obra dessas não representaria no âmbito do Direito do Trabalho em todo país... Seria uma forma de formar e informar os chamados “operadores do Direito”, expressão que eu não gosto muito, mas que, de qualquer forma muito usada. Porque o Direito do Trabalho avança muito em função das circunstâncias e necessidades históricas e o que se percebe é que não existe um real projeto que norteie essa evolução. Desta forma, a Academia deveria ser esse lugar para gestar e desenvolver este grande projeto do Direito do Trabalho no Brasil. E isso tanto no âmbito acadêmico, quanto processual e, sem dúvida também, no âmbito legislativo. Mas para isso precisamos concretizar muitas parcerias; parceria com as universidades, com os Tribunais... Tal como ocorreu agora pouco quando o presidente do TST, João Oreste Dalazen, convidou a ANDT para participar da discussão sobre Terceirização que foi promovida no Tribunal. Ele escolheu 47 pessoas vinculadas a alguma instituição do Direito do Trabalho e a Academia estava ali representada também. Assim, estas iniciativas, que já existiam desde o tempo da presidência do Orlando Teixeira da Costa que era então presidente do TST e que continuaram no tempo da Ministra Peduzzi, precisam ser incentivadas e ampliadas. E assim, juntos, poderemos constituir o espaço e a força que a Academia deve ter.

Outro desafio muito grande é incentivar que cada coordenador regional se mobilize no sentido de promover esse avanço em cada parte do país; que cada um faça assim o seu papel, seja em Porto Alegre, seja em Brasília, Belo Horizonte, Belém, São Luiz, Rio de Janeiro ou São Paulo. Todos devem estar engajados na realização deste grande projeto, promovendo encontros, parcerias, para fazer a Academia ocupar espaço e se

afirmar como esse lugar privilegiado de desenvolvimento do pensamento sobre o Direito do Trabalho.

Temos nos esforçado para realizar esse sonho – esse da Academia ser uma referência no Direito do Trabalho no Brasil. Creio que muito já se avançou, mas ainda falta muito, muito... Temos nos esforçado em nossa gestão por dar pequenos passos nesse sentido, com todos os projetos e ações que desenvolvemos, tal como esse mesmo que estamos agora mesmo realizando, sobre a memória da Academia... Sim, porque como se quer projetar uma instituição para o futuro se não se tem uma base histórica sólida, uma identida-

de bem firmada. Isso é fundamental. E por isso a importância de um projeto como esse. E não apenas por uma questão digamos endógena – para que os próprios acadêmicos conheçam a história da agremiação a que pertencem – mas também exógena: quem hoje em dia, mesmo da área do Direito do Trabalho conhece a Academia Nacional? Quem hoje sabe o que ela é, o que ela faz? Creio, portanto, que um trabalho como esse, que visa dar maior visibilidade à Academia, através da publicação de um livro e mesmo através de um Banco de Memórias e Histórias de Vida, seja algo muito bom e muito útil para consolidar o lugar da ANDT no contexto nacional, numa esfera cada vez mais ampla da sociedade.

Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena



*Em termos de Direito do Trabalho, no país,
a Academia é, sem dúvida, um símbolo, uma
referência muito interessante.*

Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Foi com tutu de feijão e melaço com mandioca que o Dr. Paulo Emílio de Vilhena me recebeu para a entrevista em sua casa, em Belo Horizonte, no dia 15 de julho de 2011. Dono de uma prosa livre e descontraída, típica de um mineiro do interior, Dr. Paulo Emílio foi falando de sua vida e da história da Academia como quem conta causos. Talvez por isso, a primeira vista, sua narrativa pareça um pouco elíptica, cheia de idas e vindas.

Procuramos, entretanto, manter sua originalidade, pois é nessa forma aparentemente informal que vai se revelando não apenas sua personalidade, mas também fatos e histórias interessantes sobre sua trajetória, da Academia e mesmo do Direito do Trabalho no Brasil.

O discurso simples e direto esconde um escritor extremamente erudito e profícuo, uma das figuras mais relevantes do Direito do Trabalho no país.

Formação e Vida Profissional

Nasci em São Gonçalo de Sapucaí. Minha mãe teve uma doença rara chamada Púrpura, que é uma variação de Leucemia, que na época não tinha cura. Morreu com 24 anos e eu fiquei com meu pai e meu avô que era fazendeiro. Fui criado um pouco na roça até meu pai ser nomeado juiz. Andei por algumas cidades do sul de Minas, e estudei em ginásios muito ruins. A redenção do meu ensino, se é que eu tive ensino, foi o ginásio São Miguel de Passa Quatro, um belíssimo colégio só de padres estrangeiros. Isso aconteceu no tempo da Guerra e havia um padre italiano, um alemão, um francês, um inglês e um paraguaio, padre Carlos Moura. Era um negócio completamente diferente desses ginásios de hoje em dia. Lá eles me instilaram esse gosto por música clássica, leitura de autores bons, jogava futebol, vôlei, e pratiquei todos esses esportes nesse ginásio. Terminei lá os estudos e o nosso paraninfo foi o Gustavo Capanema, que era ministro, mas não pôde comparecer. Foi um tal de Carlos Drummond de Andrade que o representou. Ele, magrinho, com aquele jeitinho dele, fez um belíssimo discurso escrito à mão.

Saí de lá e vim para Belo Horizonte estudar por três anos no Colégio Arnaldo, de padres alemães. Quando era menino não sabia o que iria ser. Fazia teatro e música na escola. Estudei violino por seis anos ou sete anos. Depois o professor começou a exigir sete horas todo dia de exercício, então pensei que aquilo não era para mim. Já no teatro, o diretor geral até me sondou se eu não queria ir para o Rio, mas papai achava que o homem precisava ter uma profissão, e que teatro não era profissão.

Entrei então para a Escola de Direito. Além disso, trabalhava também: fui datilógrafo de Junta, de Vara. Na própria faculdade fui me ligando ao Direito do Trabalho. Estudava todos os dias de manhã

por duas horas. Estudava Civil, parte geral de Direito Público, Constitucional, e fiz uma base. Conheci muito jurisprudência por ter sido funcionário.

Depois de formado advoguei por oito ou nove anos. Depois fiz concurso para juiz e fui ser juiz no Rio de Janeiro. Trabalhava muito em São Paulo, onde gostava muito de estar. No Rio fui juiz por três ou quatro meses e quem lá me substituiu foi a Élvia Lordello Castello Branco, que era viúva do jornalista famoso. Depois fiz concurso para juiz de Direito em Minas e fui para uma cidade chamada Medina. Fiz lá o que era preciso e vim embora para cá, voltando a advogar. No início da década de 1950 fiz o primeiro concurso pra Juiz de Trabalho daqui.

Juiz do Trabalho

Já tinha antes tido contato com a Justiça do Trabalho. Quando era estudante, Álvaro Campos deu várias referências minhas e me indicou para Otacílio Negrão de Lima que foi Ministro do Trabalho e era o prefeito de Belo Horizonte. Álvaro contou que eu havia sido líder estudantil, trabalhado em teatro, inclusive aqui no Cine Guarani e ele me reconheceu em um papel de bombeiro que desempenhei. Mandou um cartão para o Presidente do Tribunal solicitando o emprego para mim e, graças ao meu papel de bombeiro, fui nomeado. Fui funcionário lá por um bom tempo e só depois de me formar em Direito que eu pedi demissão e fui advogar. Depois prestei o concurso que relatei, mas voltei a Belo Horizonte, pois tinha uma irmã doente e como gostava muito dela, queria ficar perto para ajudar. Voltei para Belo Horizonte e, como tirei o primeiro lugar, fiquei aqui até ser promovido pelo Tribunal em 1968.

Eu sempre era convocado pelo Tribunal Regional e depois disso fui convocado para substituir em Brasília no TST, e lá fiquei por três anos.

Morei na quadra 109 e depois mudei para a 316. Pela escala, eu iria ser o presidente do Tribunal (TRT) aqui, então eu pedi demissão, e fiquei aqui.

Fiquei na presidência por aproximadamente 3 anos, mas não apreciei muito aquilo. Naquele tempo já tinha entrado para a Academia. O ministro Luiz Roberto de Rezende Puech me sondou e convidou-me para fazer parte, pois me dava muito bem com Arnaldo Süssekind.

Depois disso voltei a advogar, pois já havia advogado dez anos e tinha uma experiência boa de advocacia. Fiquei na área trabalhista, mas fazia alguma coisa civil, e até criminal. Já tinha feito, em outros tempos, algumas defesas e acusações em Mantena, que é o local mais perigoso que havia aqui em Minas. Isso porque um amigo meu, Domingo Jorge, que era prefeito, chefe político de lá, me pediu para substituí-lo, pois ele havia sido nomeado prefeito e não podia advogar. Então eu fui advogar lá em Mantena – Mantena é o nome da cidade aqui em Minas, pois no Espírito Santo a chamam de Gabriel Emílio...

Trabalhei também dez anos para Antônio Luciano Pereira Filho, um dos melhores quinhões de Minas. Era um homem interessantíssimo, um gênio – nós não temos gênios só na música e na pintura, temos gênios também na nossa área; Luciano é um colosso. Advoguei para ele por dez anos, fiquei mais ou menos amigo dele, e depois saí, porque eu tinha que ser juiz. Fiquei no Tribunal e depois deixei a presidência, pois achei que ali tinha muita briga e eu não apreciava muito aquilo, mas como já tinha tempo, aposentei-me, e voltei a advogar.

Docência e Livros

Nessa época eu já tinha feito concurso para professor na faculdade, na UFMG. Fui professor da PUC por 14 anos e da Federal por 30, onde

lecionava só na pós-graduação. Gostava de lecionar nas cadeiras de Direito, Filosofia, essas coisas. Depois disso eu me aposentei, pois eu era ministro convocado em Brasília, tinha que vir a Belo Horizonte e daqui eu tinha que ir para a PUC, que ficava um pouco longe daqui.

Eu andei escrevendo uns livros. O primeiro livro que escrevi se chama “Relação de Emprego”, publicado pela Editora Saraiva, cujos editores são muito alinhados e educados. Depois passei a publicar pela LTr e fiquei muito amigo deles, inclusive fazem parte da Academia. Continuei trabalhando, advogando. Meu filho se formou advogado, trabalhou comigo até montar seu próprio escritório. Agora parei de escrever. Escrevi também alguns artigos. O primeiro que escrevi enviei para o Rio de Janeiro para uma revista que se chamava Revista do Trabalho. Era sobre a nova lei de férias e seu equívoco. Não sei se eles publicaram por causa da nova lei de férias ou por causa do equívoco. Depois veio uma outra revista, pelo Cavalcante, Trabalho e Seguro Social, que eu passei a colaborar lá no Rio, pois aqui ainda não havia. Isso tudo acontecendo e eu sempre perto da minha irmã, essa que era doente. Até ela morrer eu não saí daqui.

Na Academia Nacional de Direito do Trabalho

Luiz Roberto de Rezende Puech, que é um grande amigo meu, foi quem me convidou para fazer parte da Academia. Eu, de minha parte, disse que aceitava com muita honra. Isso aconteceu na minha primeira convocação para o TST, onde fiquei por 3 anos.

Gosto muito de filosofia. Sempre gostei muito de Filosofia do Direito também. Carlos Campos foi o meu grande professor nessa disciplina. A turma não entendia muito ele, mas era um ho-

mem muito competente, tenho todas as obras dele. Carlos foi o patrono da minha cadeira na Academia Nacional de Direito do Trabalho. Foi também o meu candidato para paraninfo, e foi o único voto que ele teve, porque a turma toda votou no Dante, que era quem organizava muitas coisas na faculdade e já ia aposentar.

Acreditava que a Academia deveria ter um posicionamento, pela projeção dela. Dei contribuições, escrevi. Fiz uma viagem com o Puech a Belém do Pará, quando ele era presidente do TST e fui como conferencista. Particpei de vários congressos. Acho que foi nessa parte que eu tive participação. Há vários nomes importantes do Direito do Trabalho, como Oliveira Viana, que foi extraordinário. O Süssekind, que foi um dos construtores do Direito do Trabalho, é uma pessoa muito bacana. Ele foi ministro do TST. Havia alguns desentendimentos. Toda instituição tem suas rivalidades, e eu não gostava disso, tanto que eu votava e pronto.

Os presidentes da Academia trabalham muito. Georgenor do Pará foi um deles. Agora está o Mannrich, de São Paulo. Penso que só mesmo o envolvimento desses que foram presidentes pode explicar o desenvolvimento e a projeção da Academia no cenário nacional. Acadêmicos, como eu, ajudaram pouco.

Uma das realizações mais importantes foi a Revista, que sempre foi o porta voz da Academia. Em termos de Direito do Trabalho no país, a Academia é, sem dúvida, um símbolo, uma referência muito interessante. Quando entrei, a Academia tinha 50 membros, depois pulou para cem. Isso gerou alguns conflitos. Não precisava de tantos membros, pois não tínhamos tantos juristas. Outra questão é a sede, pois a sede é onde está o presidente. Agora mesmo está em São Paulo. Creio que quem for eleito não vai aceitar, porque terá

que mudar de endereço. Eu não lembro de nenhum mineiro na presidência. Se fixarmos uma sede imobilizamos o presidente.

Apesar de tudo, penso que a Academia teria que mudar um pouco a filosofia comportamental. Ela teria que ter uma atuação mais efetiva e ser uma expressão do Direito do Trabalho, mais do que já é.

Academia Mineira de Letras Jurídicas

Aqui em Belo Horizonte temos a Academia Mineira de Letras Jurídicas que, aliás, deveria ser de Ciência Jurídica; pois Direito não é letras, é ciência. Fundaram-na e ela ficou com sede na Faculdade de Direito, cujo diretor era o Lourival Vilela Viana, de Santa Rita do Sapucaí, cidade vizinha da minha. Santa Rita, antigamente, só tinha mosquito, água parada e morfético... Era a terra do Zé Cabral. Zé Cabral era o advogado trabalhista mais antigo, faleceu com noventa e tantos anos advogando. Excelente advogado.

Sálvio Figueiredo Teixeira foi presidente dessa Academia. Sálvio, que era muito meu amigo, foi ministro do STJ e era um sujeito competente, com muitas obras publicadas. Ele foi professor comigo na faculdade. Reeditaram essa Academia Mineira de Letras Jurídicas em função do Sálvio, pois ele ficou paralítico, só andava de cadeira de rodas, e a sede é aqui em Belo Horizonte. Essa Academia foi fundada há 25 anos por Lourival Vilela Viana.

Agora estou com um problema na vista, na retina. Agora temos por aí algumas lentes que são muito modernas, que aumentam o foco e dá pra ler. Escrever, parei já faz um tempo, e sinto, porque eu gostava muito de escrever. Podia não escrever bem, mas eu gostava de escrever. Escrevia muito, escrevi muito Direito do Trabalho, que é o que eu mais gosto.

Roberto José Amarante Davis



*Isso é algo que me deixa muito satisfeito, pois
pode-se ver agora que o sonho do Bouças vai se
tornando realidade.*

Roberto José Amarante Davis

Dr. Roberto José Amarante Davis nos recebeu com imensa cortesia para esta entrevista realizada no dia 19 de julho de 2011, em seu apartamento, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro. Acompanhado de sua esposa, a quem se refere como sendo seu esteio e sua força ao longo dos últimos 58 anos, Dr. Davis traçou brevemente sua trajetória de vida indicando seu encontro inopinado com o Direito do Trabalho, graças à intervenção de outro confrade fundador da ANDT, Dr. Christovão Piragibe Tostes Malta.

Em relação à fundação da Academia, Dr. Davis se referiu com grande carinho e admiração ao seu fundador, Custódio Bouças, de quem foi amigo. Abarca, em sua narrativa, principalmente, os momentos iniciais da história da ANDT, frisando suas primeiras dificuldades e os impasses que então tinham de ser enfrentados.

Vislumbrando o atual desenvolvimento e a importância que a Academia desempenha hoje no cenário jurídico trabalhista do Brasil, Dr. Davis apenas lamenta o fato de Custódio Bouças não ter tido a chance de ver o seu verdadeiro sonho realizado.

O Encontro Inopinado com o Direito do Trabalho

Nasci no Rio de Janeiro, no dia 24 de março de 1928. Estudei no Colégio Marista São José e depois na Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil, atual UFRJ, onde me formei bacharel. Três anos depois, um colega de turma, o Christovão Piragibe Tostes Malta, também fundador da Academia, me disse: *Vai haver um concurso para Juiz do Trabalho e eu vim aqui lhe chamar para que a gente se inscreva juntos.* Tratava-se do primeiro concurso para a Justiça do Trabalho que iria se realizar no Rio de Janeiro. Eu nem sabia o que era Justiça do Trabalho e a princípio disse que não queria, mas ele insistiu e eu acabei me inscrevendo junto com ele nesse concurso.

Eu então nessa época já estava trabalhando como advogado numa companhia inglesa, pois como eu era filho de ingleses (meu pai era do País de Gales) tinha que começar trabalhando numa companhia inglesa. Na época, aqui no Rio, havia a Souza Cruz, a Shell e algumas outras, e eu acabei optando pela Shell, já vislumbrando a possibilidade de viajar para o exterior. Foi, então, meu primeiro emprego. Comecei trabalhando no Departamento Jurídico, fazendo marcas e patentes e, além disso, sem a oposição do empregador, pois eu não fazia concorrência a eles, tinha um pequeno escritório próprio.

Fazia, então, uns três anos que eu vinha trabalhando desta forma, quando o Tostes Malta veio com aquela ideia de prestar concurso para a Justiça do Trabalho. Mas, como eu já havia dito, não tinha a menor ideia a respeito disso, ele insistiu dizendo: *Você aprende.* E me deu uma aula, pois ele era filho de um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Aldilio Tostes Malta.

Aliás, parente, se não me engano primo, do Noel Rosa... De maneira então que aquele, como eu dizia, era o primeiro concurso que iria se realizar, já que até aquele momento a Justiça do Trabalho estava ligada ao Ministério do Trabalho e então o presidente Dutra, por influência daquele que, a meu ver, foi um dos grandes pilares da Justiça do Trabalho no Brasil, Geraldo Bezerra de Menezes, resolveu transformá-la em órgão judiciário, passando assim para o Ministério da Justiça. Geraldo Bezerra de Menezes, em minha opinião, foi o fundador da Justiça do Trabalho. Ele foi presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento (naquele tempo ainda não era Vara, mas Junta de Conciliação e Julgamento) e terminou a carreira como o primeiro presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que ainda não era Tribunal, mas Conselho Superior do Trabalho, que ele ajudou transformar em órgão judiciário. Foi um grande nome, porém pouco lembrado e celebrado, como, aliás, muitos outros e, em especial, um de quem vou falar daqui a pouco, o meu pranteado amigo Custódio Bouças...

De Juiz a Desembargador do TRT

Fizemos o concurso. Christovão tirou o primeiro lugar e eu, se não me falhe a memória, o oitavo. Fui então nomeado juiz substituto e algum tempo depois fui promovido para juiz titular da Junta de Conciliação e Julgamento de Campos. De lá fui para Volta Redonda, já na época da Revolução, que foi uma época difícil, porque vez ou outra desaparecia um funcionário, pois os militares não davam confiança a ninguém. A mim, particularmente, nunca me incomodaram, mas aconteceu, uma vez, de haver um funcionário nosso que sumiu. Começamos a procurar e ficamos sabendo que ele estava preso em Barra Mansa. Eu então fiquei numa situação muito difícil,

porque não tinha o prestígio e a força de um, por exemplo, bispo de Volta Redonda, D. Waldyr Calheiros, que era um homem impressionante (não sei se ainda vive) e enfrentava os militares; mas isso não era do meu feitio...

De Volta Redonda eu fui para Duque de Caxias, de Duque de Caxias eu fui para Niterói; de Niterói para Teresópolis, de onde então fui promovido para o Tribunal. No Tribunal fiquei 11 anos até chegar a “expulsória” que foi quando fiz 70 anos e tive de sair.

Escritor do Direito do Trabalho

Nesse ínterim travei conhecimento com uma pessoa, juiz do Trabalho, que foi fundador da Academia também (já falecido): João Antero de Carvalho... Foi ele que me apresentou para o Custódio Bouças. Foi ele que me ensinou coisas muito importantes sobre o processo da escrita. Ele dizia que para escrever bem era preciso não apenas domínio da língua, como também saber passar o maior número de informações no mínimo de espaço possível. Isso foi uma grande lição que aprendi do João Antero de Carvalho. Ele, junto com Bouças, tinha uma revista e começou a publicar meus artigos e assim fui me tornando conhecido. Passei a escrever e escrevi durante dez anos uma coluna no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, depois no Diários Associados, no Correio Brasiliense e em muitos outros jornais... O problema com tudo isso – e isso é uma característica daqueles que escrevem no Brasil – é que escrevi mais de mil artigos e nunca recebi um tostão por isso...

Quando fui guindado ao Tribunal pude escrever mais, pois ali havia mais facilidades: pode-se contar com assessores, etc. Acaba sobrando um pouco mais de tempo para se escrever. E

esse foi um período em que escrevi muita coisa. Acho que, na verdade, escrevi muita bobagem, mas como se interessaram em publicar é porque talvez as pessoas acharam que não era tanta bobagem assim... Para a Revista da Academia nunca publiquei nada; só agora, recentemente, que me pediram um minicurriculo e um artigo.

Cheguei, por indicação de um grande professor, a quem depois substituí, Rubens de Andrade Filho, a dar aulas de Direito do Trabalho na Faculdade Candido Mendes, antes de ela ter se expandido e se tornado comercial demais, criando franquias, etc. Também cheguei a dar aulas de Legislação Social, que era o nome antigo do Direito do Trabalho, numa faculdade privada em Niterói. Isso durante dois anos. Mas depois, em função dos meus deslocamentos, ficou muito difícil.

Custódio Bouças e a Fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho

Nesta época, em que cheguei ao Tribunal, passei a dirigir a Revista do Tribunal Regional do Trabalho. E foi então que eu conheci o Bouças... Era um grande sujeito, uma alma boníssima, poeta... Chegou a escrever um livro interessantíssimo de poesia jurídica, chamado “A Lei e a Lira”...

Pois bem, na ocasião, ele já tinha fundado uma Academia que já tinha muito sucesso e tem até hoje: a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Ele, junto com o Ministro Arnaldo Süssekind, já tinha fundado essa e estava com a ideia de fundar outra de Direito do Trabalho. A ideia me empolgou. E então começamos a arrebancar as pessoas que, no nosso entender, seriam os primeiros membros da Academia. Lembrei-me imediatamente do Christovão Tostes Malta e de outros colegas e fomos então juntando e formamos a Academia.

A ideia inicial era de 40 apenas, mas depois, por questões políticas... Aliás, essa é uma confissão que faço agora: houve um tempo em que eu até pensei em deixar a Academia, porque durante um tempo desenvolveu-se o costume de convidar pessoas pelo simples fato de esta ter assumido algum cargo importante. Era o sujeito ser nomeado para algum lugar de destaque, pronto, chamava-se ele para a Academia; nunca tinha escrito nada, mas pelo simples fato de ser Ministro ou outra coisa, já era chamado para a Academia... E isso não era o que se havia idealizado a princípio. Isso me deixou, durante um tempo, meio desestimulado... Mas, com os amigos sempre animando, continuei e fomos levando adiante...

A Academia esteve no limbo durante muitos anos e o Bouças não chegou a ver essa pujança que ela está adquirindo hoje no meio jurídico. Tivemos depois grandes presidentes, grandes nomes do Direito do Trabalho, nacional e internacional, mas o Bouças, coitado, não foi presidente da Academia. Acabou por falecer pouco tempo depois.

Arnaldo Süssekind deu continuidade, desempenhando, como sempre, um papel de muita competência e autoridade. Süssekind foi o pri-

meiro presidente da Academia. Ele então já era “o” nome no Direito do Trabalho no Brasil. Foi da comissão que redigiu a CLT, foi Ministro do Trabalho no governo do Castelo Branco e ministro do Tribunal Superior do Trabalho, enfim, uma figura ímpar, uma capacidade a toda prova. Ele já havia sido cofundador da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e foi também figura fundamental na organização da ANDT.

A ANDT na Atualidade

Hoje, pelo número de currículos que eu recebo, de gente disputando uma vaga na Academia é cativante ver o quanto ela está crescendo, tornando-se importante. E agora eu tenho visto que ela está contemplando pessoas que realmente se interessam pelo Direito do Trabalho e que escrevem sobre o assunto. Hoje, não basta ter um cargo importante; é preciso mostrar uma produção intelectual condigna, representativa da área para poder, pelo menos, disputar uma vaga. E isso é algo que me deixa muito satisfeito, pois pode-se ver agora que o sonho do Bouças vai se tornando realidade.

Sebastião Rodrigues Lima



Acredito que cada um é aquilo que nasceu para ser. Eu nasci para ser advogado de pobre.

Sebastião Rodrigues Lima

A entrevista com Dr. Sebastião Rodrigues Lima foi uma das mais inusitadas e surpreendentes do projeto. Tendo-nos recebido em seu apartamento em Copacabana, Rio de Janeiro, Dr. Sebastião confessava padecer ainda da perda de sua esposa, falecida meses atrás. Mesmo dizendo-se um tanto “esquecido”, desfiou a narrativa de sua história de vida ao longo de duas horas, intermediando com a apresentação de fotos, recortes de jornais...

Sua trajetória tem sabor de romance, cheio de momentos dramáticos e de reviravoltas impressionantes. Sua versão sobre os inícios da Academia Nacional de Direito do Trabalho é bastante polêmica, revelando conflito de interesses e animosidades. Apresenta-se, portanto, como um

documento memorialístico de especial importância, por trazer elementos contrastantes de forma muito vívida.

Carregada de emoção do princípio ao fim, esta longa entrevista, realizada no dia 19 de julho de 2011, acabou mostrando de forma muito eloquente o quanto a História Oral pode ser um recurso privilegiado de humanização, não só para aqueles que ouvem, mas também para aqueles que contam.

Depois de despedir-nos, enquanto Dr. Sebastião fechava a porta da cozinha, por onde saímos, pudemos ainda ouvi-lo, comentando com a senhora que trabalha em sua casa: “Foi tão bom! Me fez muito bem!”

Infância Difícil

Sou mineiro, de São João Nepomuceno, a zona da mata de Minas Gerais. Nasci em um domingo, no dia 29 de abril de 1928. Filho de Sebastião Teixeira Lima e Ana Rodrigues Lima. Meus pais tiveram um casamento infeliz. Eu fui um menino pobre, analfabeto, filho de um pai apedeuta, jogador profissional de baralho. Meu pai era muito descontrolado, roceiro, bronco, totalmente bronco. Minha mãe era uma mulher maravilhosa, caprichosa, tinha sempre muito cuidado conosco, todos os filhos. Meu pai não foi mau pai e nunca deixou faltar comida em casa, mas era completamente desregrado. Era analfabeto de pai e mãe, para ensiná-lo a desenhar a letra dele foi uma luta, custávamos a convencê-lo a assinar o próprio nome, eu e minha mãe, que era a esposa dele. Era teimoso. Um dia ele saiu para comprar um sapato, e na sapataria pediram pra ele assinar seu nome e ele chegou em casa todo feliz dizendo que assinou Sebastião Teixeira Lima. Papai nunca teve uma profissão, nunca trabalhou. A minha família em Minas eram todos trabalhadores da roça, uns tinham fazenda e outros tinham sítio. Meu avô, o pai da família, morou num pequeno distrito de São João, em um sítiozinho muito ruim. De lá ele tirava alface, couve, jiló para se alimentar e vender. E os filhos sempre ajudavam.

Minha mãe brigava muito com meu pai, pois ela insistia para que ele nos colocasse no colégio. Essas discussões acabaram gerando muitos conflitos com tapas, socos e pontapés. Virou um inferno!

Tenho uma irmã que se chama Teresinha, que ficou viúva e meio desnorтеada. Acho que a viuvez caiu em cima de nós. O marido dela era muito meu amigo, um rapaz excelente, tiveram filhos e

viveram muito bem. É muito ruim quando se perde de uma pessoa com quem vivemos muitos anos.

Eu sou Católico Apostólico Romano. Vou à missa, ajoelho, recebo a comunhão, fico feliz, agradeço a Deus a glória que ele me dá, que é receber a Santa Hóstia. Meu pai não era de rezar. Acredito que cada um é aquilo que nasceu para ser. Eu nasci para ser advogado de pobre. Eu tenho um coração bom, eu tenho pena; eu vejo uma criança na rua passando fome, eu não aguento. Levo para dentro de algum lugar, compro um sanduíche e algum negócio pra beber. Dou dinheiro. Minha filha acha que eu sou um distribuidor de notas. Deus me deu dinheiro pra distribuir.

Meu pai, coitado, nunca me deu um lápis, mamãe brigava com ele e apanhou muito por causa disso. Ela exigia que ele pagasse meus estudos e ele dizia que estudo não enchia barriga de ninguém. Mamãe não aguentava, partia para cima dele e levava desvantagem. Da primeira vez, eu entrei e avancei nele, dizendo para não fazer isso com minha mãe, mas levei uma bolacha no meio da cara e, a partir desse momento, não me meti mais. A minha irmã Teresinha também levou uns tapas por interferir nessas questões.

Isso tudo ficou na nossa história e agora estou escrevendo meu livro onde eu conto tudo isso e vou pisar no calo de muita gente, dei o título assim: “Páginas de toda a minha vida”.

Grandes Mudanças: a Formação

Eu era loucamente apaixonado pela minha mulher. Um dia, passando em frente ao Instituto de Educação na hora da saída das meninas, encontrei algumas mocinhas, no meio de muita gritaria. De longe avistei uma menina, com os cabelos ao vento e, assim que eu bati o olho no seu

rostinho, já tinha certeza de que iria namorar e casar com ela. A menina tinha 14 anos, e eu 17.

Uma senhora que vinha atrás de mim, ouvindo minha conversa perguntou o que eu havia dito, e disse que era mãe daquela menina, Dona Ana. Disse a ela que queria namorar a sua filha. Ela me perguntou o que eu fazia, e lhe respondi que meu pai não havia me colocado no colégio, e que mal sabia assinar meu nome, eu era analfabeto.

Essa senhora, maravilhosa, tinha um marido que era engenheiro formado na França. Veio de lá falando francês e aqui fundou o Instituto Granbery e a Escola de Engenharia de Juiz de Fora, de Minas Gerais.

Esse homem era de muita cultura, um intelectual, mas teve uma tuberculose que acabou com ele. Era amoroso e um carinhoso chefe de família. Sua viúva foi minha segunda mãe. Quando soube que queria namorar a filha dela, me levou para sua casa e perguntou o que eu pretendia. Disse a ela que eu queria estudar, me formar, mas que não sabia nem ler nem escrever, meu pai nunca havia permitido. Perguntou a minha idade, e eu lhe respondi que tinha 17 anos, e que nunca havia podido comprar nem um caderno e nenhum livro, não por minha mãe, que sempre lutou por isso, mas por meu pai. Em seguida, para minha surpresa ela disse que iria me ajudar. Foi minha sorte. Ela gostou de mim, Deus me iluminou e acho que fui simpático a ela.

A minha namoradina, a Terezinha, estava terminando o ginásio no colégio naquele ano e fez uma festa. Dona Ana me deu um bonito terno e um sapato de estilo. Ela gostava demais de mim, e eu dela. Nesse momento eu prometi a ela, sob nosso Senhor Jesus Cristo, que nunca tocaria um dedo na sua filha, nem daria um beijo sequer se

não tiver casado com ela. Aquilo impressionou e ela gostou. Foi assim que comecei a ter contato com Teresinha. Íamos ao cinema, passeávamos nos fins de semanas na cidade de Juiz de Fora, e aqui no Rio também. Engraçado como é Deus e a natureza humana. Deus faz o certo por linhas tortas. Sinto uma amizade e um amor muito grandes por essa senhora, Dona Ana Augusta de Faria Becker e seu marido.

Ela disse que eu iria fazer o ginásio e que me matricularia no Granbery. Fiquei espantado, mas ela garantiu que faria isso por mim, pois meu sogro era professor, um dos fundadores da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e professor respeitado desse Instituto. Falava fluentemente o inglês e o francês, e dominava o português. Disse a ela que eu não tinha dinheiro para pagar, mas é claro que ela conseguiu que eu estudasse lá por conta dela e de seu marido. Fiquei no início inseguro, achando que não conseguiria, mas ela me acompanhou ao colégio e apresentou-me a uns padres que tinham iniciado um curso na rua Matias Oliveira, em Juiz de Fora. Padre José Ribeiro Pacheco era um desses padres, depois deixou de ser padre, mas foi um “professor-pai” que me ensinou a ter amor pelo latim, e hoje atrevo-me a dizer que sei latim.

Dona Ana continuou financiando meus estudos, me dando roupa, calçado, comida. Dizia que eu só iria morar com minha família, o resto faria em sua casa. Tomou uma confiança muito grande em mim e passou a me tratar como filho, junto com os dois irmãos de minha esposa. Um era Coronel no Exército, o outro, Mauricio, era mais meu irmão do que meus irmãos de sangue. Gostava muito de mim, vivia abraçado comigo e sempre me levava para a casa dele. Ele, que era médico, me tratava como se eu fosse igual a ele. Isso me fazia sentir engrandecido e foi me dando um orgulho e uma admiração própria, pessoal.

Graças a Deus eu não fiquei canalha nem cretino. Eu sou humilde, eu fui humilde, Deus me iluminou, não me deu asas pra criar.

Certa ocasião, eu e 14 colegas fomos fazer um exame no Centro Educacional Nilo Peçanha do Estado do Rio de Janeiro. Eles eram muito cultos, pois todos eram seminaristas, mas saí lucrando, pois treinei o latim com eles. Decorei todas as declinações, da primeira à quinta. Acabei fazendo muita amizade com eles. Frequentávamos as aulas e estudávamos juntos e assim me aprimorei, tive que aprender. Eles deixaram uma impressão maravilhosa, me trataram como irmão mais novo, com carinho, muito amor, me ensinando as coisas. Havia também um que nos dava aula de alemão. Fui com muita fé fazer a prova. Começaram a me fazer perguntas e eu fui respondendo, com muita luz de Nossa Senhora. Consegui fazer o exame certinho, como eles queriam. Fiz provas de Português, Matemática, Aritmética, Geografia, História Geral e do Brasil. Saí com meu diploma de ginasiano na mão. Aquilo foi a glória, consegui meu segundo diploma. Fui pra Juiz de Fora direto pra casa da Dona Ana. Chegando lá falei que havia vindo trazer o diploma para ela. E ela me respondeu que o diploma era meu. Insisti dizendo que se não fosse por ela eu não teria estudado, e que devia tudo a ela, não só o incentivo, mas os momentos em sua casa que estudava na sala, e minha namorada não podia nem aparecer para me distrair. Depois disso, houve uma festa para a entrega do diploma e meu nome estava lá, certinho, tenho até um retrato desse momento. Pediram que eu falasse e eu fui rezando, mas consegui falar e agradecer a gentileza dos professores, dos mestres, da paciência conosco, falei com muita simpatia e humildade, não queria bancar o machão.

Depois disso, Dona Ana me matriculou no Colégio São Luís e disse que eu faria um curso de

contador. Além disso, incentivou-me a fazer um concurso para o Banco do Brasil. Ela tinha uma força de vontade e me impunha de uma forma, que eu não tinha como não aceitar; tinha uma devoção e um respeito enorme por ela, típica de um filho. Minha mãe também tinha adoração por ela, pois me dava educação, pagava meus livros, cadernos e comprava tudo pra mim, ela foi boa e generosa demais.

Iniciando a Vida Profissional

Dona Ana então me fez estudar para o concurso do Banco do Brasil. Arranjou dois professores, funcionários do Banco do Brasil, que me davam aula e gostaram muito de mim. Acabei fazendo amizade com eles, e tenho muitas lembranças boas, pois frequentava suas casas e fui melhorando meu padrão, e aprimorando minha educação.

A última reunião que eu tive com os dois, o professor Pacheco e o outro sócio dele, foi para me darem uma série de conselhos de coisas que eu devia observar e ouvir. Naquela época eu ouvia bem. Se fosse hoje eu estaria mal, porque estou surdo. Aprendi, Deus me ensinou a aprender bem, assimilar e tomar gosto pelo estudo. Eu passei a amar livro, adorar livro, namorar livro, e com isso eu fui para o concurso. Entrei para fazer a prova meio temeroso porque o concurso acontecia no Brasil inteiro. Encontrei um funcionário do banco e comentei que estava com receio da prova, e ele disse que, vendo meu currículo, achava que eu era um sujeito esforçado e que iria conseguir passar no concurso. Achava ruim a prova de dactilografia. Ele me explicou que, quando tocasse a primeira campanha, eu tinha que abrir meu caderno e minha folha na mesa e ficar quieto, parado. Na segunda campanha, eu teria que colocar o papel na máquina e esperar a terceira campanha

para começar. E assim fiz, e fui um dos primeiros a acabar a prova. Quando eu acabei a prova um deles falou que eu era uma “máquina”, e aí descobri que eu era um mestre em datilografia.

Estudei muito para esse concurso, que havia oitenta mil candidatos, e eu entrei em segundo lugar.

Depois disso veio a convocação para fazer exame de saúde e fui fazê-lo. Aí apareceu o problema. Eu estava com infecção no rim. O rapaz do laboratório, que era muito amigo do meu cunhado médico, o chamou e falou que eu estava com um negócio muito sério nos rins, e que, se eu fizesse outro exame não iria passar. Nessa época estava nascendo a penicilina no Brasil. Mauricio então disse que iria me dar penicilina, mas fiquei apavorado porque tinha ouvido falar que penicilina era perigoso, mas tomei. Na hora que fui fazer o exame novamente, estava muito preocupado. Encontrei um colega que estudou comigo desde o ginásio e que ficou muito próximo de mim, até hoje é meu amigo. Esse rapaz disse que se descobrissem minha infecção eu não passaria no exame. Resolvemos dar então o golpe do “Joãozinho sem braço”. O golpe foi colocado em prática, pois meu amigo urinou dentro do vidro e eu levei-o para o laboratório, morrendo de medo, pois sabia que isso era crime, e estava sujeito a ter meu concurso anulado, caso nosso golpe fosse descoberto. Meu amigo consolou-me dizendo que só nós dois saberíamos desse fato. O exame foi então para o laboratório e este o aprovou. Depois disso chegou um comunicado para eu comparecer com urgência no Banco do Brasil. O gerente que me atendeu disse que eu tinha tido as melhores notas do concurso. Disse também que eu iria para a Barra do Piraí. Piraí era uma cidade empoeirada, preta, uma coisa horrorosa.

Cheguei em casa todo satisfeito e fui direito contar para Dona Ana que fui nomeado pra Barra do Piraí. Para meu espanto, ela disse que para essa cidade eu não iria, afinal de contas eu casaria com sua filha e ela não queria que a filha fosse morar em outra cidade, muito menos comer carvão dia e noite. Nesse momento eu encolhi na cadeira e disse que se eu não tomasse posse eu poderia perder o cargo. Dona Ana passou a mão no telefone e ligou pra um amigo dela e do marido, no Rio de Janeiro. Depois de conversarem sobre a família, disse que eu, seu cria, havia passado no concurso e tinha sido designado para Piraí, e que ela não iria deixar-me ir de jeito nenhum. Ele disse que queria falar comigo, pois afinal de contas eu havia passado no concurso. Lá fui eu falar com esse sujeito que era chefe do gabinete do Presidente da República. Perguntou-me se eu tinha preferência por alguma cidade de Minas Gerais, e eu disse que não, mas que poderia ser Ubabão, que na verdade era um bairro de Ubá. Depois de umas horas, o telefone tocou e ele falou a Dona Ana que ficasse tranquila, pois tinha sido designado para Ubá, Estado de Minas Gerais. O mineiro iria para Minas Gerais.

Fui tomar posse e me apresentaram ao contador, o qual iria trabalhar junto. Perguntou se eu toparia fazer o diário da agência, que estava atrasado de 12 a 14 anos. Com toda minha ignorância topei, afinal de contas tinha estudado contabilidade. Fiquei em uma mesa boa e em uma cadeira confortável no corredor, tudo muito limpo e amplo. Quando vi aquela pilha de livros me deu vontade de chorar e fiquei pensando em como iria descascar aquele abacaxi. Vieram dois irmãos e me explicaram como fazer o trabalho da melhor forma. Em poucas horas, em poucos dias eu bati uma porção e o contador ficou tão feliz que resolveu me colocar diretamente na contabilidade. O gerente do banco não gostou muito

e cismou que eu não podia trabalhar ali, dizendo que eu trabalharia no lugar onde ele designasse, afinal de contas ele era o chefe.

Fiquei desgostoso, pois depois de tantas vitórias, eu me senti uma galinha choca agachada. O gerente disse que iria fiscalizar meu trabalho. Liguei então para o Raimundo, Raimundo Afonso Neto, que havia sido meu companheiro de concurso e estava trabalhando no gabinete da Presidência da República. Pedi a ele que tentasse me transferir dali, porque se eu ficasse, e ele fizesse o que me fez outra vez, iria entrar na paulada e iria para rua. Em poucas horas recebi meu desligamento dessa agência e transferência para uma agência do Rio de Janeiro e lá fiz amizade com todo mundo.

Dores e Alegrias da Vida

Eu era apaixonado pela filha de Dona Ana. Casei, amei-a, respeitei-a e fiquei viúvo. Nunca a trai, fiz esse juramento na Igreja. Quando ela morreu, eu também estava ruim de saúde, com diabetes. Disse que ela não podia me deixar. Sua doença foi crescendo cada dia mais. Essa é uma doença que me persegue. Um câncer no pulmão levou minha mãe e minha esposa, é uma doença miserável.

Minha esposa era minha paixão, chorei muito, por muito tempo. Não podia lembrar dela que eu chorava. Sentia aquela mágoa, aquela presença. Eu a criei! Era uma menina antes de ser minha esposa. Eu escrevi poemas pra ela, eu a admirava, beijava os seus pés. Um amor assim, até hoje eu não sei explicar, sua morte acabou comigo.

Apesar de tudo isso, sou um homem feliz. Estou com 84 anos, fiquei diabético, perdi minha mulher. Hoje estou aqui na casa da minha filha. Trouxe minha cama, meu colchão, meu traves-

seiro, meu cobertor, afinal de contas dormia com a Teresinha e eu vou dormir com ela e continuar com ela até eu morrer. Rezo para ela toda noite e eu sei que ela reza para mim lá de cima também. Fui um marido bacana com ela, legal, carinhoso e ela foi uma esposa maravilhosa.

A noite que ela apareceu com aquela tosse eu cheguei a dar um grito dizendo que essa cidade era desgraçada e que a gente não conseguia um médico! Ela não podia comer nada, vomitava tudo, e eu estava arrasado. Fomos para o hospital, ela fez uma radiografia e a ressonância magnética. Depois do exame, o médico me chamou e disse que tinha uma notícia muito desagradável para me dar, mas que tinha que dar. Contou-me que minha esposa estava com um câncer nos dois pulmões e que estavam totalmente tomados. Indicou um oncologista, que iria fazer a quimioterapia, radioterapia, pra ver se conseguia salvá-la. Faria qualquer coisa. Não salvei. Dois meses depois estava piorando a cada dia, seu cabelo havia caído e suas mãozinhas e bracinhas ficaram minúsculos. O médico falou que ela não passaria daquela noite. Eu comecei a chorar e pensar o que iria fazer sem minha esposa, senti que teria que ter muita fé, e comecei a rezar. Ela me olhou de um jeito, que eu senti que ela estava se despedindo de mim, então agachei perto dela e pedi que ela não me deixasse. Ela ainda pediu que fosse enterrada com sua irmã, sua mãe e irmãos em Belo Horizonte. Nessa noite ela se foi.

Tomei as providências, telefonei para os parentes dela, que prepararam o túmulo. Levei o corpo dela pra lá e a enterrei. Não consegui aceitar até o fato de jogarem terra em cima do corpo dela. Até hoje não aceito, mas não discuto com o que Deus faz, só tenho saudade dela. Agradeço a Ele pelo que me deu até hoje, minha mãe, minha esposa, o grande amor da minha vida, minha

paixão. Não penso em casar, não quero saber de namorar. Quero ler meus livros, escrever minha história, minha vida, esperar minha hora de morrer também.

Nos Rumos do Direito

Cheguei no Rio de Janeiro e fui estudar Direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Havia um professor, Professor Hélio Bastos Tornaghi, que dava aula em pé, andando entre nós. Quando passava por mim dizia que eu seria seu assessor, e assim comecei a dar aulas de Processo Penal. Minha filha foi minha aluna nessa disciplina, motivo de orgulho para mim, ela é melhor advogada do que eu. Meu Deus do céu, não tem preço! Estou montando uma firma para ela, já tem seis ou oito empregados, e fica em Copacabana. Ela levanta muito cedo e antes das 7 horas da manhã ela sai para abrir a sala dela, só retornando 9 horas da noite. Fico esperando-a todos os dias para jantarmos juntos. Agora apareceu uma tosse nela que me deixou apavorado, mas estou pedindo para Frei Galvão resolver esse “abacaxi” e curar a minha filha. Tenho também um filho, meu único filho, Antônio Becker Lima.

A Academia Nacional de Direito do Trabalho

O verdadeiro, o grande criador da Academia, foi um advogado muito honrado e humilde. O escritório dele era muito pequeno, em Copacabana. Era muito meu amigo. Um dia telefonou e disse que precisava falar comigo e me chamou ao seu escritório. Fui lá e, olhando o escritório dele, pensei comigo, que ele estava pior do que eu. O escritório dele estava uma desgraça, não tinha nada. Disse que estava com o aluguel atrasado. Empresitei a quantia que precisava e ele se tornou meu

amigo incondicional. Custódio Bouças. Custódio de Azevedo Bouças. Era um homem humilde, mas muito generoso. Não admitia que falassem mal do Bouças, ele sempre será reverenciado aqui em casa.

Ajudei comprando 50 cadeiras para a Academia e a minha cadeira era a de número oito. Eu tenho um grande amor pela Academia... Acho que o amor que o Custódio tinha passou para mim. Eu tenho orgulho de ter sido amigo dele, colega dele... Ajudei-o muito com muito orgulho. O homem era tão bacana que um dia ele chegou para mim e falou que queria passar a Academia para nosso nome. Disse a ele que não, pois o fundador era ele; ele era o “manda-chuva”; ele que havia criado isto. Ele era a alma da Academia. Disse também que se alguém devesse à Academia, todos deveriam a ele. Fizemos um juramento de transformar a Academia em um dos órgãos mais respeitados no Brasil e no exterior. Costumo dizer que comecei a tomar amor pelo Direito do Trabalho por causa da Academia.

Mas bem no começo, o Bouças havia chamado o Sússekind para dar peso político para Academia, mas acabou dando um tiro no pé... O que aconteceu é que o Sússekind acabou dando um golpe e se apoderando da Academia. Ele queria ser presidente da Academia e reuniu meia dúzia de pessoas para elegê-lo, e assim suceder o Bouças.

Isso foi, para mim, uma grande injustiça, pois o Custódio era o líder incontestado, ele nem precisava disputar a Academia. E, no entanto, quem assumiu foi o Sússekind e o Bouças ficou apenas como uma figura decorativa, com um cargo secundário, sem importância, na diretoria. Até que logo depois ele foi se afastando e acabou ficando doente. Foi uma grande injustiça...

Eu nunca concordei com o Arnaldo ser presidente da Academia. Conheço bem o Arnaldo Süsskind, já brigamos várias vezes. Uma ocasião ele queria mexer na hora extra. Fiquei muito bravo.

Depois de tudo o que aconteceu e aquela injustiça toda acabei eu também me afastando da Academia. Continuei participando, mas nunca mais quis fazer parte da diretoria nem nada disso... Acho que a Academia é algo muito impor-

tante para o Brasil, algo fundamental dentro da área do Direito do Trabalho. Apesar de tudo, ela vem dando sempre uma grande contribuição.

Sempre fiz questão de ajudar a Academia, seja no tempo do Bouças, seja depois. E continuo ajudando. O que for preciso, o que me pedirem, eu faço, pois acredito na Academia e acredito que ela vai ter, cada vez mais, um papel fundamental no Direito do Trabalho em nosso país.

Sérgio Ferraz



Ser velho tem as suas vantagens, inclusive essa de guardar, de certa maneira, a memória das instituições. É bom ter guardada essa memória e poder passá-la, a fim de tentarmos construir esse arcabouço.

Sérgio Ferraz

Reservado em relação à sua trajetória pessoal, Dr. Sérgio Ferraz apresenta os elementos que compõem a história da Academia Nacional com extrema clareza e riqueza de detalhes. Sua entrevista transcorreu de forma fluida, como se estivéssemos assistindo uma aula.

Natural do Rio de Janeiro, Sérgio Ferraz foi aluno, na antiga Faculdade Nacional de Direito, de grandes nomes do Direito do Trabalho, que logo lhe convidariam para ser membro fundador da ANDT; dentre eles Arnaldo Süssekind e Eva-

risto de Moraes Filho. Contextualizando aquilo que ele chama de “acazos da história”, Sérgio Ferraz destaca o papel estratégico que Arnaldo Süssekind desempenhou na formatação e projeção da Academia no cenário político e social do Brasil.

Importante não apenas pelos dados e análises históricas que apresenta, mas também pelas considerações sobre projetos e passos futuros, esta entrevista foi gravada em seu escritório paulistano, no dia 09 de maio de 2011.

Vocação ao Direito do Trabalho

O Direito do Trabalho é a própria razão de ser da existência da Academia. E posso dizer que acompanhei, em certa medida, o desenvolvimento de ambos desde a época em que era estudante na antiga Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Ali havia ainda alguns professores de notável saber. Na área do Direito do Trabalho, especificamente, havia um acadêmico que é o Prof. Evaristo de Moraes Filho. Esse professor, que provavelmente hoje deve estar com noventa e poucos anos, é dono de uma das maiores bibliotecas que já vi na vida, não só em termos de Direito, mas de Literatura e de cultura geral. O Prof. Evaristo é o responsável, certamente, pela minha vocação e a minha aproximação ao Direito do Trabalho. Ele foi um dos grandes juristas desse país. Era um professor muito exigente, quase amedrontador, mas tão dedicado e tão conhecedor da cadeira, que encantava a todos. Professor Arion Sayão Romita, que foi presidente da Academia também foi aluno dele. Saímos então da faculdade, para a vida de advogados, muito influenciados por ele. Romita com mais fidelidade do que eu.

A vida me levou para outros ramos do Direito no exercício da profissão, mas o Romita é, até hoje, dedicado unicamente ao Direito do Trabalho. Formamos então, naquela época, um núcleo de cultores do Direito do Trabalho cujas influências mais notáveis eram, além do próprio Prof. Evaristo de Moraes Filho, as que advinham de dois outros grandes professores: um que inclusive é ainda hoje membro, e membro destacadíssimo da Academia, que é o ministro Arnaldo Süssekind; e o outro, já falecido, o Prof. Nélcio Reis, que foi também um grande advogado.

Figuras Inspiradoras

O fato concreto é que na época em que surgiu a Academia Nacional de Direito do Trabalho, já existia a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Essa Academia, como o próprio nome indica, pretende congrega todos os cultores do Direito nos seus vários ramos existentes no Brasil. Tem também membros correspondentes no exterior, mas o que interessa é que ela procura abarcar uma gama de cultores de vários campos do Direito. Vários deles pertencem inclusive às duas Academias: Academia Nacional de Direito do Trabalho e Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Naquela época, justamente pelo vigor que a Academia Brasileira de Letras Jurídicas ostentou desde o começo, começaram a surgir movimentos para a criação de academias especializadas de Direito. E foi assim que surgiu, no bojo desse movimento, a Academia de Direito do Trabalho. Depois de quase 40 anos, tenho dificuldades de dizer quais foram os membros centrais que tiveram a ideia e a tomaram para frente. Não faço injustiça alguma em dizer que, indiscutivelmente, ou talvez o elemento de aglutinação, tenha sido o ministro Arnaldo Lopes Süssekind. Süssekind, com Evaristo de Moraes e com Dorval de Lacerda; os mesmos que tinham criado a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). O Direito do Trabalho no Brasil existe cientificamente a partir do fim da década de 1930 e começo da década de 1940, portanto, é algo muito novo ainda. Surge com a força de Evaristo, de Süssekind e também de Nélcio Reis e traz toda a carga ideológica da preocupação social que está presente de maneira muito forte no Direito do Trabalho. Isso imanta toda uma geração, e essa geração então se achou comprometida com a ideia da criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

O convite a mim, para que eu fosse membro fundador, veio por dois de seus membros: Dr. Arnaldo Sússekind e Dr. Albino Lima, que era catedrático do Direito do Trabalho, se eu não estou enganado, em Marquês de Valença, ou em Vasouras; uma dessas cidades centenárias do interior do Estado do Rio de Janeiro. Formamos então esse primeiro grupo, em torno, sobretudo, volto a dizer, de Arnaldo Sússekind. Por que de Arnaldo Sússekind? Porque Evaristo é mais ermitão; ele se recolhia para a sua biblioteca, para as suas salas de aula, não era dado a reuniões e mobilizações sociais e políticas. Já Arnaldo Sússekind, além do saber científico, tinha também o sabor do convívio social; é até hoje, um contador de casos, uma pessoa com uma inteligência brilhante, além de ser uma figura de grande prestígio político. A partir daí eu diria que a Academia nunca perdeu o élan, a vitalidade.

O Papel dos Presidentes da ANDT

Mas seria uma injustiça atribuir toda essa força e vitalidade da Academia aos seus membros de maneira geral. Na verdade, tudo isso se deve muito mais aos dedicadíssimos presidentes que tem tido a Academia, do que propriamente aos acadêmicos. Nós, acadêmicos em geral, somos um pouco lançados ao conforto e à comodidade; somos comodistas. E os presidentes são exatamente aqueles que se dispõem a carregar o cetro e a luz e seguir em frente. Eles têm mantido essa Academia com uma força, com uma presença institucional muito grande. Boa parte da formulação do Direito do Trabalho a partir da criação da Academia passa pela própria Academia, seja propondo projetos de lei, seja criticando projetos que surtem ou pela ligação do prestígio que certos detentores da Academia têm obtido junto à classe política, e, portanto, são chamados e são ouvidos;

e é possível mesmo dizer, sem sombra de dúvida, que a ANDT hoje em dia tem seu destino ligado à própria vitalidade da existência do Direito do Trabalho no Brasil.

Mauro Mascaro Nascimento, Arion Romita, Arnaldo Sússekind, têm sido membros muito envolvidos e agora Nelson Mannrich, tem sido figura notável, que pela sua dedicação e pelo seu esforço tem mantido a vida da Academia e o seu conceito muito elevado.

Os Grandes Desafios da Academia

Hoje, de acordo com minha visão pessoal (pois pode ser que não seja a visão dos meus companheiros) a Academia tem dois grandes desafios. Um de natureza física: ela tem que ter uma sede, pois com a força que tem ela pode realizar isso, não é uma meta impossível, e talvez nem seja muito difícil. Há inclusive caminhos que todos nós poderíamos visualizar e que poderiam levar essa concretização em breve tempo. Seria, portanto, um marco institucional muito importante. Ao lado desse marco institucional há, a meu ver, um de natureza científica: a Academia deveria, creio eu, editar, preparar, redigir e editar um dicionário de Direito do Trabalho no Brasil. Para isso não faltam nomes. Para os acadêmicos seria até uma obrigação de contribuir, assumindo a feitura de vários verbetes, mas não só eles, os professores, os cultores de Direito do Trabalho no país inteiro. Tenho absoluta certeza de que não faltariam editores que realmente tomariam assim o encargo material de realizar esse dicionário. A meu ver, isso feito, teríamos dado uma contribuição imorredoura ao culto do Direito do Trabalho no país. São ideias que eu deixo aqui nessa entrevista endereçada diretamente ao nosso operoso presidente atual, cuja inspiração de criar esse projeto de memória já mostra que é um homem

comprometidíssimo com a vida e com a projeção da Academia.

Os Acasos na História da Academia: Custódio Bouças e Arnaldo Süssekind

O acaso na história tem uma função extraordinária. Isso acontece também, não só com relação ao surgimento da nossa Academia, como ao protagonismo que ela encarna, indiscutivelmente, na formação e no desenvolvimento do Direito do Trabalho no país. Há uma pedra comum, tal como nos Jogos das Contas de Vidro de Hermann Hesse; como a Rainha no Xadrez... É uma pedra comum em torno da qual se desenvolvem todas as grandes jogadas, gambitos e tudo mais que se pode imaginar. E essa figura é, como já havia mencionado, Arnaldo Süssekind. O nome de Arnaldo Süssekind está presente no nascimento da Consolidação das Leis de Trabalho, na criação da Justiça do Trabalho, no desempenho da magistratura trabalhista, e – como ele é um homem de muita vivência e muito encanto pessoal – desde cedo se apresenta também como grande embaixador do Direito do Trabalho junto à classe política do país. Transitando entre as mais variadas casas e posições que se possa imaginar, ele surge necessariamente como elemento de aglutinação. No entanto, cabe lembrar que a ideia de criação da Academia não é dele, mas de uma outra figura que mereceria talvez um estudo histórico próprio: Custódio Bouças.

Custódio de Azevedo Bouças foi um homem vocacionado à criação de academias; a própria Academia Brasileira de Letras Jurídicas é uma criação dele. Isso é curioso, porque existe uma entidade que é mais do que sesquicentenária no Rio de Janeiro, que é o Instituto de Advogados Brasileiros, que tem uma vocação de Academia muito grande. É uma entidade que foi fundada

pelo imperador Pedro II para congregar os juristas, a doutrina, a teoria do Direito, e que vai desempenhando pelo tempo afora, até os dias presentes, esse papel. Pois bem, esse Instituto não viu com bons olhos o nascimento das academias, porque ele se considerava exatamente “a” Academia. Eu digo isso com tranquilidade porque presidi o Instituto dos Advogados Brasileiros, além de integrar algumas dessas academias, e sempre achei que era possível compatibilizar, porque estamos todos no mesmo esforço e quanto mais se somar, tanto melhor haverá de ser.

Süssekind surge então como a pessoa que dá forma à ideia de Custódio no campo do Direito do Trabalho. Penso que Arnaldo Süssekind deu a formatação a esse projeto da Academia, que era fazer com que ela fosse integrada por cultores do Direito do Trabalho, ou por alguns que cultivaram durante um longo tempo, e que depois também palmilharam por outras sendas. Exatamente por ele ser um ponto necessário de inflexão no entendimento do que é o Direito do Trabalho (até os jornalistas e a classe midiática sabem que ele é “o” nome do Direito do Trabalho) é que ele surge como o grande articulador, como o grande líder que, mesmo não tendo fundado a Academia, acabou por se tornar a sua marca.

Ao longo dos acidentes da história, como, por exemplo, o período de domínio militar, quando eram raras as pessoas a quem recorrer, sobretudo num campo tão sensível, social e filosoficamente, como é o do Direito do Trabalho, Arnaldo Süssekind aparecia como um nome insuspeito, pois era um homem que transitava por todos os campos sem despertar qualquer desconfiança. Então ele novamente, por injunções históricas do acaso, ele aparece como uma figura consultada; e partilha essa busca de aconselhamento com os membros da Academia e com a própria sociedade.

Cria-se, portanto, um canal que, de certa maneira, a própria tradição vai consolidando. O Congresso Nacional conhece a ANDT, está habituado a consultá-la para os seus projetos; estabeleceu-se, portanto, uma vivência que até os dias atuais permanece. Mas que, volto a dizer, ela se deve, se não na sua totalidade, na sua maior parte, à figura ímpar de Arnaldo Süssekind.

A Projeção da Academia e o Surgimento dos Veículos Oficiais

Depois de Arnaldo Süssekind, a Academia esteve sob a tutela de grandes nomes do Direito do Trabalho, como o Prof. Amauri Mascaro, Prof. Cássio de Mesquita Barros, que foram dando à Academia a projeção e o prestígio que ela hoje ostenta. Ao longo deste período, uma série de iniciativas foram sendo tomadas e, principalmente, a promoção de eventos – encontros, congressos – que muito ajudaram nesta empreitada histórica.

Os órgãos de divulgação se tornaram especialmente ativos a partir da presidência de Arion Romita. Arion, muito jovem quando foi guindado à presidência da Academia, estava com ideias próprias da idade da geração dele. Ele é um homem muito dedicado às lides sindicais e, portanto, homem acostumado a projeção externa do conhecimento do Direito do Trabalho. A partir de Arion os boletins da Academia ganharam um grande dinamismo, uma grande vivacidade. Antes disso, esse dinamismo e essa vivacidade passavam pelo plano meramente pessoal. Os integrantes mais destacados da Academia eram consultados e, por serem pessoas de muito bom senso, partilhavam com os seus pares, aqueles que eram mais próximos a eles. Era uma contribuição, digamos, inofensiva e inorgânica da Academia, pois ela ainda estava engatinhando organicamente, para chegar a ter a construção institucional que tem hoje em

dia. Em um primeiro momento, e esse momento vai se projetar até depois da Academia ser presidida por Arion, o que existia era o grande trânsito pessoal de alguns membros da Academia junto às instâncias consultivas e consultoras do que era o Direito do Trabalho no país. A partir dessa projeção externa que foi sendo adquirida, sobretudo a partir do momento em que a Academia se torna conhecida no Congresso Nacional como uma entidade representativa desse ramo da ciência, a partir desse instante realmente ela passou a estar com o caminho aberto.

Vislumbro esse trabalho de resgate da memória da Academia como parte desse esforço. É um trabalho extraordinário. Lamento não terem começado antes, pois iria dar menos trabalho. Há que se recuperar isso através de todas as entrevistas que estão sendo feitas, e isso é realmente uma tarefa grande, inclusive porque a partir delas ter-se-á que recompor o tabuleiro com seus quadros e avanços ao longo do tempo. Ser velho tem as suas vantagens, inclusive essa de guardar, de certa maneira, a memória das instituições. É bom ter guardada essa memória e poder passá-la, a fim de tentarmos construir esse arcabouço.

Memória e Futuro da ANDT

A existência das entidades passa por dados palpáveis e dados impalpáveis. Os dados palpáveis têm que vir inclusive, sobretudo, com a existência de uma imputação física “Aqui é a Academia”, “Aqui estão os seus arquivos”, “Aqui estão os seus papéis”, isso é muito importante, sem sombra de dúvida. Os dados impalpáveis têm que vir exatamente com o prestígio, a projeção, a respeitabilidade da Academia, os seus membros. Esse é o grande edifício, o grande patrimônio intangível dessa entidade. Eu diria que as grandes dificuldades passam, sobretudo, pela inexistência,

como dissemos ainda agora, dessa sede, a sede é importantíssima.

Gostaria de fazer uma enunciação de marcos que me parecem importante construir. Eu disse dois, que me pareceram os mais importantes, ou seja, a sede, e por outro lado o dicionário. Acredito que, a partir da sede, se faz muita coisa que não se pode fazer hoje em dia, inclusive a criação de meios de custeio da Academia que, na relação custo-benefício, ela tem, na verdade, uma grande probabilidade de se tornar operante quando se tem uma sede física. Nessa sede ela poderia realizar cursos, seminários, chamar público, promover congressos, conferências. A partir daí faz receita, dá viabilidade, dá sustentação. Sou otimista em dizer que é fácil. Quando há um projeto certo de natureza científica como esse, eu não tenho a menor dúvida de que se obtém, junto às instâncias governamentais, os recursos necessários com facilidade. Se não se quiser acessar as instâncias governamentais, lembrar que o Custódio Bouças atribuiu imóveis a algumas academias por ele criadas. Esses imóveis poderiam ser partilhados também com a Academia Nacional do Direito do Trabalho. Então, creio que isso não é um problema difícil de ser resolvido.

Creio que a partir dessa sede física, a Academia pode passar a assumir, não apenas a instância de entidade consultiva, mas de entidade provocadora de formação de conhecimento. Isso se faz através de convênios junto ao Poder Legislativo, por exemplo, no sentido de que todos os projetos de lei mais importantes que passassem pelo Congresso Nacional recebessem um parecer da Academia. Seria interessante também que

houvesse um trânsito intelectual entre a ANDT e as academias congêneres. A princípio poderia ser na área do Mercosul e depois ir expandindo para América do Sul e mais adiante, para que isso não aconteça só no plano individual. O Ministro Süssekind vai aos congressos internacionais, eu mesmo posso ir a um ou outro congresso, mas é preciso que a Academia seja uma instância consultiva.

Há então muita coisa a fazer. Muito já foi feito, sem dúvida; a própria existência desse projeto é uma amostra disso... Pois, trinta anos depois de sua fundação estar se fazendo essa reconstrução histórica é sinal que a entidade teve cultores dedicadíssimos. E agora temos que ir para o amanhã. Mais adiante, por que não fazer com que a ANDT seja a patrocinadora de um curso de pós-graduação em Direito do Trabalho em convênio com entidades universitárias? Há, portanto, uma gama extraordinária de projetos a fazer e que seriam, sem dúvida alguma, divulgadores da existência da Academia e consolidadores do seu prestígio. Há muita coisa que pode ser realizada; o ideal é sentarmos e conversarmos, até para isso a existência de uma sede é bom, pois é melhor do que encontrar-se no meu escritório, ou no escritório do Mannrich e tudo mais. O importante é termos a nossa sede, pois isso traz o carinho que temos com a nossa propriedade. O dia que a Academia tiver isso eu tenho impressão que ninguém segura.

A Academia é muito recente, tem muita gente jovem por aí que pode construí-la e levar em frente esse grande brilho de todos nós.

Wagner Drdla Giglio



*Como defendia o interesse dos trabalhadores,
tinha que provar que não era comunista nem
subversivo.*

Wagner Drdla Giglio

A entrevista com Wagner Giglio ocorreu no dia 13 de abril de 2011, em seu escritório na rua Cardeal Arcoverde em São Paulo. Tendo participado dos inícios da Academia junto com Carlos Coqueijo e outros eminentes cultores do Direito do Trabalho, chegou a ser diretor na gestão do presidente Arion Sayão Romita. Confessa, entretanto, que não teve um papel muito atuante no cargo, ainda que estivesse presente nos encontros promovidos então. Sua narrativa apon-

ta algumas questões interessantes sobre o processo histórico da Academia e traz luzes importantes no referente à história recente do país, de maneira especial sobre a visão em relação aos juizes trabalhistas na época da ditadura militar de 1964.

Fruto de uma entrevista curta e contundente, a narrativa de Wagner Giglio apresenta-se como um importante registro histórico não só para a memória da Academia Nacional de Direito do Trabalho, mas para a trajetória política do país.

Infância e Formação

Eu não lembro quando e onde eu nasci, sei por ouvir dizer. Nasci em 1930, em São José do Rio Preto. Deveria ter nascido em Campinas, pois era o desejo do meu pai, mas estourou a Revolução de 1930 e não pude sair de Rio Preto. Fiquei lá durante mais ou menos um ano e depois vim para São Paulo. Aqui me criei e nunca mais saí, a não ser os dez meses que morei em Paris, com uma bolsa de estudos.

Inicialmente o desejo do meu pai e da minha mãe era que eu estudasse medicina. Cheguei até a pensar nisso e fiz o científico, e não o clássico, mas, ao estudar no laboratório, já sentia que eu não tinha jeito para a coisa. Fiquei noivo de uma moça, e não dava para casar e estudar medicina, então resolvi estudar Direito. Isso aconteceu quando estava no terceiro ano do científico e então prestei vestibular. Naquele tempo se fazia o vestibular na própria faculdade que era o destino, não havia ainda esse exame genérico de atualmente. Reservei um ano depois de formado para voltar a estudar latim e português, pois no científico não tinha latim. Depois desse ano fiz o vestibular e felizmente passei.

Estudei na São Francisco de 1950 a 1954. Estudei com o Cássio de Mesquita Barros e uma porção de gente importante. Um colega foi deputado federal, outro Ministro da Justiça, depois embaixador de Portugal. Alguns professores tiveram uma importância e grande influência na minha formação. Na faculdade, Alfredo Buzaid, Miguel Reale, Mozart Victor Russomano, que, apesar de não ser da faculdade, era do campo do Direito do Trabalho. Mozart foi um grande mestre e um grande juiz. Alfredo Buzaid ministrava Processo Civil, suas aulas eram tão claras que bastava prestar atenção nelas para aprender

muito mais do que nos livros, ele tinha o dom da Didática. O curso pela manhã era dado por Luis Eulálio Bueno Vidigal e Alfredo Buzaid dava as aulas práticas à tarde, que eram facultativas, mas tinham muito mais frequência que as aulas da manhã, de tão boas que eram. Reale dava aulas de filosofia, mas me deixavam com dor de cabeça todos os dias, apesar de serem muito boas.

Na Trilha do Direito do Trabalho

Aprofundi-me em Direito Processual do Trabalho, pois houve um período em que este evoluiu muito e rapidamente. Tinha a nítida impressão de que estava nascendo uma nova ciência, bastante distinta das outras semelhantes ou paralelas, e que necessitava de um jurista para construir as bases teóricas dessa ciência. Senti também que, depois de um certo período essa evolução cessou, se estirou e regrediu, e não levou a mais nada. Eu fiquei bastante desiludido e de certa forma me desinteressei pela ciência que eu estava explorando. Os empregadores capitalistas e as forças reacionárias se assustaram um pouco, pois estava ganhando um vulto muito grande, e houve uma reação forte que foi aparada pelo governo, principalmente dos militares.

Depois de formado, ocasionalmente passei a trabalhar em um escritório que era especializado em Direito do Trabalho. Apesar de não ter sido minha intenção, a vida foi me levando para esse lado. Depois de algum tempo, um colega da minha turma, Roberto Mario Rodrigues Martins, que depois foi presidente de Tribunal e está vivo até hoje, me influenciou e convenceu-me a prestar um concurso para Justiça do Trabalho. Como já estava nesse campo advogando, prestei o concurso e passei. Isso aconteceu nos primórdios da Justiça do Trabalho que já existia, mas nessa época os juízes eram nomeados. Depois da Constituição

de 1946, passou-se a fazer concurso. No primeiro concurso, como a Justiça do Trabalho ainda era pequena, entrou aproximadamente uma dezena de postulantes ao cargo e depois de algum tempo fizeram um outro concurso. Havia somente duas vagas, mas a Justiça estava crescendo e eu entrei em décimo sétimo lugar. Abriram muito mais vagas do que as duas iniciais e o concurso era válido por dois anos, depois foi prolongado por mais dois e nesse ínterim, abriram-se várias outras vagas e eu fui aproveitado. Ingressei na Justiça do Trabalho e fiquei algum tempo em São Paulo, como substituto; depois fui promovido para Americana, onde eu fiquei durante três anos. Nesse meio tempo aconteceu a chamada “Revolução Gloriosa”, o golpe de 1964. Mudei para São Paulo onde morei por onze anos. Durante esse tempo fiquei na 14ª Junta de Conciliação e Julgamento, que hoje se chama Vara do Trabalho. Abriram então um concurso para prover vaga para um novo Tribunal, que foi o primeiro tribunal que se abriu depois dos oito primitivos. Os primitivos foram criados inicialmente. Não se alterou desde que foram criados. A alteração ocorreu quando se criou o nono Tribunal. Aberta a exceção, criaram-se vários outros Tribunais, o décimo em Brasília, o décimo primeiro em Manaus e décimo segundo em Florianópolis. Depois foram criando os outros, décimo terceiro em Natal, décimo quarto em Rondônia e no Acre e assim por diante. Quando se criou esse primeiro tribunal, abriu-se vaga, mas era uma vaga esquisita, porque o projeto que criou o primeiro Tribunal queria aproveitar um juiz do Paraná, um de São Paulo, um de Santa Catarina e um do Rio Grande do Sul. Era um tribunal muito pequeno porque era composto de oito juizes, então eu concorri à vaga por São Paulo. Pedro Tavares conseguiu a vaga por Paraná, uma juíza de Santa Catarina, um juiz que fez carreira rapidamente e que foi até

para o TST – Tribunal Superior de Trabalho – pelo Rio Grande do Sul e mais os outros que vieram da advocacia ou da promotoria. Esses foram os que compuseram os oito juizes que formaram o primeiro Tribunal. Eu entrei nessa lista depois de um esforço grande, por merecimento. Depois da segunda votação houve dois empates, eu entrei em terceiro lugar, depois desses empates e depois do desempate, fui nomeado. Deixaram de lado o primeiro e o segundo da lista de merecimento e me nomearam para Curitiba onde fiquei durante cinco anos. Nessa ocasião fui convocado para servir em Brasília no Tribunal Superior de Trabalho e servi durante aproximadamente dez meses, sendo eleito vice-presidente do Tribunal relativamente jovem, com 45 ou 46 anos. Depois disso, me aposentei.

Na época da Revolução, como uma forma de escapar um pouco, ganhei uma bolsa de estudos e fui para Paris. Não que eu fosse comunista, subversivo, nada disso, mas naquele tempo todo juiz do trabalho era considerado suspeito até que provasse o contrário. Como defendia o interesse dos trabalhadores, tinha que provar que não era comunista nem subversivo.

Em Paris eu fiz um curso de especialização em Direito Coletivo do Trabalho e foi realmente um interregno muito importante na minha vida, pois mudou bastante a perspectiva e abriu minha mente, é uma mudança de visão do mundo. Estudei bastante.

Fui sozinho, deixei minha esposa, pois já tinha duas meninas. No final de minha estada minha esposa ficou lá durante um mês ou dois e voltou. Iniciei os trâmites para meu retorno, mas voltei depois de trinta dias, pois tive alguns problemas burocráticos para resolver.

No retorno continuei na faculdade de Direito como professor que já era, mas aposentado e me inscrevi de volta na Ordem dos Advogados e voltei a advogar. Abri um escritório perto do Largo de Pinheiros. Mudei o escritório por ficar muito longe de casa e o estacionamento cada vez mais complicado. Aqui estou até hoje, com a casa que comprei e reformei para se adaptar a um escritório. Como docente atuei por 25 anos na área de Direito do Trabalho. No início atuei como docente voluntário, sem ganhar e sem ter vínculo contratual. Depois prestei o primeiro concurso, entrei e fui prestando outros concursos da faculdade, terminando minha carreira como professor associado, assim que se chamava. Parei no penúltimo degrau, antes de ser titular, concurso que perdi gloriosamente para Octavio Bueno Magano, que ganhou com todos os méritos. Eu fui o primeiro a reconhecer e a cumprimentá-lo, foi um concurso muito bonito.

A Academia

Quando se fundou a Academia Nacional de Direito do Trabalho, convidaram o Carlos Coqueijo Torreão da Costa e a mim para fazer parte. Talvez porque estivesse lá em Brasília, julgando no Tribunal Superior. Então entramos ocasionalmente os dois, um pouco de gaiatos na Academia, porque era algo novo, que não se sabia o que seria e no que ia dar.

Eu tinha bons amigos na Academia e os encontrava em congressos onde participava como conferencista, debatedor, e às vezes publicava alguns artigos.

Certa ocasião, Arion Sayão Romita convidou-me para exercer um cargo na diretoria, algo como relações internacionais. Aceitei o convite, mas atuei pouco, e não tive uma atuação muito

brilhante, creio que ele não tenha gostado muito, no mandato seguinte mandou outro para exercer essas funções.

Costumava participar bastante dos encontros, mas tive dois enfartes severos. O primeiro deles bastante severo, a ponto de quase morrer, porque meu coração parou duas vezes e só voltou a bater depois que fizeram massagem e o bombearam. Fui levado para o Albert Einstein e ali fiquei treze dias na UTI. Sou um produto da evolução científica.

Depois desse fato, houve um certo estranhamento do pessoal que se retirou um pouco. Eu passei a não mais receber convites e passei a ter restrições, creio que por causa dos enfartes que sofri. Apesar de não ser bem o que queria, fiquei meio jogado de lado, mas não achei ruim.

O Papel da Academia no Contexto da História do Direito do Trabalho no Brasil

A Academia revela o que há de melhor no Brasil no campo do Direito do Trabalho. Tudo o que o Brasil possui no Direito do Trabalho está na Academia e, se é da Acadêmica, é porque tem méritos, senão não estaria lá. O papel dela é um papel relevante, no sentido de produzir trabalhos científicos e ajudar na evolução da ciência.

A Academia, enquanto uma instituição corporativa tem se manifestado, de uns dez anos para cá aproximadamente, e procurado fazer críticas perante os projetos de lei e aprimorar as medidas governamentais, diferente do início, quando era mais uma reunião de grandes nomes do Direito do Trabalho, sem uma função corporativa mais atuante. Depois desse período é que se nomearam comissões para examinar os projetos de lei e para produzir projetos e atuar junto a Câmara de Deputados, Senado, etc.

Rumos e Desafios da Academia

Creio que o papel da Academia no futuro deveria se concentrar no aspecto crítico das medidas legislativas que estão sendo tomadas. Deve também se pronunciar sobre os projetos de lei, bem como as leis que estão sendo lançadas nesse campo. Esses aspectos já vêm sendo aprimorados nos últimos tempos. O caminho é o estudo e a atuação efetiva junto ao legislativo.

A sede da Academia não é fixa, não tem lugar determinado. Durante muito tempo foi no Rio de Janeiro, ou Brasília, mas já mudou para Bahia, Belém do Pará... As distâncias do nosso país são muito grandes e acabam dificultando as reuniões e discussão de ideias, pois os gastos com locomoção são altos. Essa é uma barreira a ser superada, talvez criar um núcleo permanente num determinado lugar onde se concentrariam as reuniões. Essas são as dificuldades que precisariam ser vencidas, mas não saberia dizer como.

Os Grandes Nomes da ANDT

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nasceu de um grupo de juristas que se reuniam

na procuradoria do Rio de Janeiro, e um ou outro de São Paulo, dentre eles Dorval Lacerda, Segadas Vianna, Arnaldo Sússekind, Evaristo de Moraes Filho. Arnaldo Sússekind é um dos últimos remanescentes e teve uma atuação brilhante em vários campos, inclusive como Ministro do Trabalho. Foi presidente do Tribunal Superior do Trabalho, chefe da Procuradoria e até hoje é uma cabeça privilegiada. Além de tudo foi representante do Brasil na OIT (Organização Internacional do Trabalho) durante muitos anos. Cássio de Mesquita Barros também teve um mandato. Arnaldo excedeu o seu mandato, pois acabou ficando nesse cargo mais do que estava previsto. Hoje ainda está atuando e perfeitamente lúcido, engana a idade que tem. Deve ter pelo menos uns dez ou quinze anos a mais do que eu. Se eu já estou com 81, imagina como ele deve estar. Entretanto, ele está perfeitamente lúcido, lembra de coisas, não tem falha de memória como eu.

Rodrigues Pinto também é outro homem admirável, excelente, muito bom. Tudo o que há de melhor no Direito do Trabalho está na Academia, todos muito bons, exceção deste que vos fala.

Walter de Freitas e Silva



*Os primeiros anos [da ANDT] foram
muito difíceis.*

Walter de Freitas e Silva

A entrevista com Dr. Walter de Freitas e Silva, realizada em sua residência, à rua Tonelero, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro, foi bastante breve, porém muito significativa.

Membro do pequeno grupo de fundadores da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Dr. Walter esteve muito ligado ao seu fundador, Dr. Custódio Bouças. Tendo participado das primeiras

gestões como secretário, Dr. Walter vivenciou as dificuldades iniciais, onde dois grupos acabaram por se contrapor politicamente.

Em suas memórias Dr. Walter apresenta elementos muito importantes e pouco conhecidos desses anos fundacionais da ANDT; momentos para os quais já não existem mais registros escritos.

Esta entrevista foi realizada a 16 de julho de 2011.

Trajatória Pessoal

Sou da Bahia, mas vim muito moço para o Rio de Janeiro, em 1950. Fiz minha formação toda aqui, apesar de não permanecer no Rio todo esse tempo, pois morei em Minas a trabalho por um bom tempo. Depois retornei e estou na ativa até hoje, com um escritório na Av. Rio Branco.

Fui sub-contador da DELTEC, que era uma empresa de administração e depois fui convidado para assumir a diretoria da Empresa de Transportes Aéreos Nacional. Depois disso, Mario Reis, que tinha um grande escritório de contabilidade, me convidou para trabalhar com ele, pois estava muito doente e iria afastar-se. Fiquei lá por mais ou menos seis anos. Depois pedi dispensa, porque eu tinha outros planos.

Fiz Economia também, na década de 50 e 60, e depois fiz Direito, e me concentrei nessa área. Na área econômica, como economista, trabalhei em vários locais e projetos. Naquela época havia grandes incentivos fiscais, e as grandes empresas faziam aplicações em projetos. O dinheiro era do governo, mas eles deixavam de pagar o governo e aplicavam em projetos próprios. Trabalhei na Novo Mundo que tinha uns projetos com a SUDAM, no Maranhão. Lá eles tinham duas fazendas grandes, e eu só ia inspecionar os projetos. Fiz também algum trabalho como funcionário contratado em projetos em Recife.

Depois me dediquei à minha empresa que realizava assessoria em planejamento, e passei, a partir de então, a me dedicar ao Direito, quando iniciei a minha aproximação com o Custódio Bouças, fundador da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

No Direito me concentrei nas áreas Trabalhista, Civil e Comercial. Tinha muitas relações

na OAB, e acabei montando um escritório que foi considerado como um escritório modelo. Fiz um convênio com a OAB, e, por lá passaram vários estagiários que depois vieram a ser delegados e juizes. Hoje no escritório eu tenho uma equipe que trabalha comigo, inclusive tenho um funcionário que está lá há 30 anos. Dona Marisa, a secretária, assumiu muitas coisas, mas todos os dias dou uma passada lá, apesar de estar diminuindo minhas atividades. Tive muitos clientes que, por morar fora do Brasil e possuir bens aqui, advoguei em alguns casos de sucessão, e acabei os administrando também. Agora estou me dedicando somente a alguns processos antigos que eu tenho no Tribunal. Tenho muitos casos de recursos na área imobiliária com Caixa Econômica, são processos de até 15 anos, processos que para o escritório dão prejuízo porque para um advogado o que vale são os processos rápidos.

Eu, graças a Deus, deixo um legado para a Justiça, porque eu tenho uma filha. Ela começou no meu escritório, depois ela fez concurso, sempre foi muito estudiosa. No primeiro concurso que fez, passou. Ela já tinha feito concurso para Procuradora do Município, mas não ficou satisfeita e pediu demissão, disse que queria voltar a estudar. Estudou, se dedicou e passou no concurso, hoje é Juíza Federal.

Breve História da ANDT

Paralelamente a todas essas atividades, participei também do movimento que fundou a Academia Nacional de Direito do Trabalho... Havia um grupo que sempre se reunia. Era formado pelo Custódio Bouças, Oswaldo Souza Vale, Albino Lima e outros... Professor Albino Lima foi um grande amigo, um professor de Direito do Trabalho extraordinário. Custódio de Azevedo Bouças era um idealista, um homem de muitas relações,

foi um grande amigo, muito querido. Ele tinha muitas relações, inclusive com o ministro Luiz Gallotti, que era o presidente do Supremo Tribunal Federal e me parece que foi ele quem deu a ideia de fundar a Academia.

Custódio já havia fundado a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Em outubro de 1978, portanto, houve a reunião para firmar essa ideia: a de fundar outra Academia específica para a área de Direito do Trabalho. Ele convidou outros colegas, inclusive o ministro Sússekind, e a partir dessa reunião foram constituindo uma comissão para elaborar os estatutos da Academia. Essa comissão era formada por três membros e, em um ano, eles apresentaram o projeto. Arnaldo Sússekind foi o primeiro presidente, José de Segadas Vianna, o vice-presidente e, eu, fui o secretário. Nós fomos a primeira diretoria, que foi até 1980.

Na segunda diretoria, onde o Arnaldo Sússekind continuou presidente, o Custódio Bouças foi segundo vice-presidente e eu fui o secretário. O secretário geral era o Dr. Sebastião Rodrigues. Fizemos até ata que foi lavrada. Nessa época tínhamos muitas dificuldades, até com relação a publicações. Bouças tinha uma revista própria que se chamava “Mensageiro Jurídico”. Ele publicava muitas coisas nessa revista, e isso facilitava muito. Essa segunda diretoria foi até 82.

O professor Amauri Mascaro Nascimento, de São Paulo, que era nosso amigo, foi o presidente da próxima diretoria. Logo depois, já na terceira diretoria, o professor Cássio de Mesquita Barros foi o presidente eleito, mas não fez parte desse grupo inicial.

Esse grupo inicial foi muito atuante, com Custódio Bouças como líder e o ministro Arnaldo Sússekind. O ministro Gallotti morreu logo, em 1978, uns 15 dias depois de fundada a Academia.

Nessa época já haviam se formado dois grupos, que não se entendiam muito e o Bouças ficava muito contrariado, pois não era o que ele pretendia. Havia algumas pessoas que queriam aparecer, mas que não faziam nada pela Academia. Os primeiros anos foram muito difíceis. A Academia não teve uma atuação muito eficiente, pois não houve realização de eventos, nem seminários, apenas algumas reuniões e assembleias. Depois disso, com o advento das novas diretorias ela se consolidou, principalmente quando assumiu o Arion Sayão Romita, que foi muito eficiente e deu uma grande projeção à Academia.

Destaco duas gestões muito eficientes, que fizeram muito pela Academia: uma foi a do Custódio Bouças e a outra do Arion Romita. No princípio houve alguns desentendimentos, desencontros, dificuldades, mas o Bouças era um líder e fez muitas coisas, segurava o negócio. Eu só aparecia quando havia uma reunião ou uma assembleia, pois durante certo tempo estive trabalhando fora do Rio, como contei. Quando voltei pela segunda vez para o Rio, me integrei mais à Academia comparecendo a eventos e seminários. Creio, entretanto, que só quando o Arion transferiu a sede da Academia para um espaço cedido pela LTr, que, a partir daí, a Academia se consolidou. Fez muitas realizações, criou muitas coisas.

Com o tempo nós vamos esquecendo das coisas, mas outra gestão muito eficiente foi a do Cássio Mesquita. Depois veio a do José Augusto Rodrigues e a do Dr. Georgenor de Sousa Franco, que hoje é desembargador do Tribunal do Pará. Dr. Georgenor fez um trabalho e uma gestão extraordinária. E agora, a Academia está com 33 anos e o atual presidente, o professor Nelson Mannrich tem uma dedicação muito grande e tem feito muito pela Academia, realizado grandes eventos. Tivemos um evento aqui no Rio de

Janeiro, no ano passado, vindo muitas pessoas de quase todos os Estados; foi um evento muito importante, e da mesma forma acredito que será o próximo em São Paulo. Recebi o boletim e um convite pessoal dele, farei o possível para estar lá, vai depender do meu estado de saúde, pois estou realizando uma revisão médica.

Tive grandes amigos na época acadêmica, quase todos faleceram, esse é o ciclo natural da vida. A vida é essa, você tem que se preparar para isso, pois todos temos uma trajetória. Eu graças a Deus, lutei muito, estudando à noite, trabalhando bastante, mas consegui.

PARTE IV

A História do Futuro

Fundada a 10 de outubro de 1978, a Academia Nacional de Direito do Trabalho vem percorrendo uma trajetória histórica que já ultrapassou as três décadas. Comparada com a de outras entidades congêneres pode, talvez, parecer pouco. Considerando, entretanto, a cronologia da vida humana, 33 anos representam, inclusive simbolicamente, a entrada na idade da maturidade. É claro que a história de uma instituição não pode ser analisada a partir das mesmas categorias que usamos para interpretar a vida de um indivíduo. Porém, levando em conta a abordagem teórico-metodológica que escolhemos para realizar este trabalho, não deixa de ser razoável apontar tal analogia. E, de fato, a partir das histórias, análises e considerações de todos esses acadêmicos que fomos aqui apresentando, confirma-se que, pelo menos no caso específico da trajetória da Academia Nacional de Direito do Trabalho, a idade simbólica dos 33 anos corresponde bem ao momento histórico que ora se vivencia: o despontar de uma nova fase; a do seu amadurecimento enquanto instituição representativa de um pensamento e uma prática no campo do Direito.

A realização deste projeto de resgate da memória e da história da ANDT pode ser interpretada, portanto, como manifestação emblemática desta fase histórica específica. Afinal, não é próprio dos momentos de inflexão histórica o mergulho no passado em busca de recursos e fundamentos para o delineamento do futuro?

Ao pressentir essa necessidade, através de membros especialmente comprometidos e engajados, a confraria jurídico-trabalhista brasileira

deparou-se, no entanto, com um inquietante vazio de memória. A ausência de uma política de preservação de seu patrimônio histórico, característico das organizações jovens, aliado a outros fatores conjunturais, como bem pudemos mostrar ao longo deste trabalho, impediram a acumulação do tesouro memorialístico (pelo menos do ponto de vista material) essencial para a definição de uma identidade, de um espírito e de um conjunto de valores, que são, por sua vez, o fundamento e a força para a sobrevivência e desenvolvimento de qualquer instituição. Diante disso, portanto, o apelo à memória viva, presente nas lembranças daqueles que dedicaram parte de suas vidas para dar vida à Academia, apresentou-se como estratégia não só pertinente mas talvez a única ainda possível.

Contando com o fator cronológico a nosso favor, ainda se pôde dispor de um número significativo de acadêmicos que participaram do momento fundacional e das demais fases constitutivas da história da Academia. E isso não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo, pois foi possível, por exemplo, entrevistar praticamente todos os ex-presidentes (com exceção de um, já falecido, o Min. Orlando Teixeira da Costa) assim como membros fundadores que tiveram especial importância histórica no desenrolar dos acontecimentos. E desta forma, pôde-se, portanto, constituir, não apenas um acervo memorialístico de grande amplitude e densidade, como também um conjunto de fontes e informações capazes de subsidiar uma pioneira interpretação da história da ANDT, geradora, inclusive, de uma

categorização cronológica – a caracterização de suas diversas fases históricas.

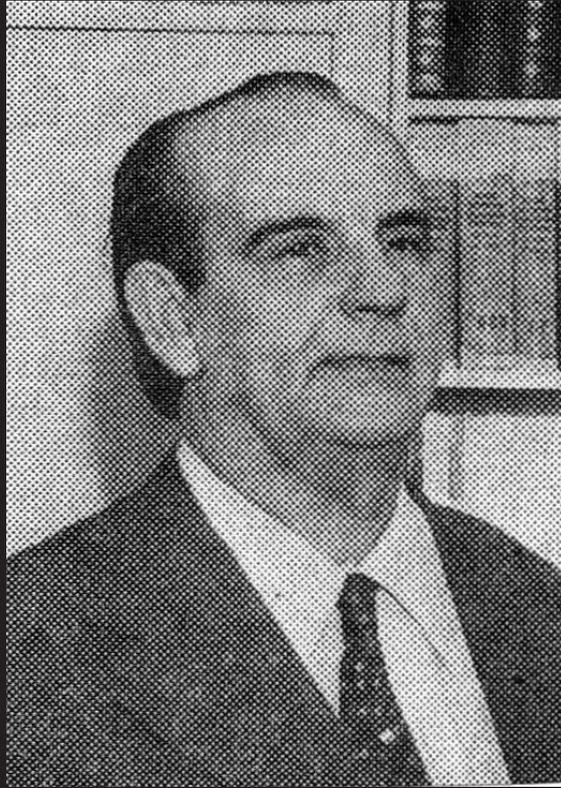
Além de responder a todas essas demandas delineadas no projeto original de resgate da memória e da história da Academia, o trabalho realizado apresenta ainda, em seus resultados, uma série de outros elementos que transcendem a dimensão meramente histórico-memorialística. As entrevistas de História Oral de Vida possibilitaram que inúmeras inquietações, perplexidades, preocupações e impressões sobre o presente e o futuro viessem à tona. Desta forma, ao pretender realizar um trabalho de resgate da memória, constituindo fontes históricas sobre a Academia, este estudo acabou por gerar também documentos sociológicos de grande valor prospectivo, referentes a vários temas ainda candentes nos debates sobre os rumos a serem tomados. Aí estão, por exemplo, como bem se pôde ver, as questões relativas ao número de cadeiras: se deve permanecer o mesmo ou não?; a necessidade ou pertinência da existência de uma sede fixa para a Academia; a forma de posicionamento e manifestação oficial desta em relação a temas de grande impacto no cenário nacional, como a reforma da CLT ou a elaboração de um Código de Direito do Trabalho, dentre muitas outras. Em suma, um dos resultados talvez mais interessantes deste trabalho, e que se

apresenta aqui como elemento suplementar, é o fornecimento de fontes que permitem, de certa forma, escrever a história do futuro da Academia Nacional de Direito do Trabalho.

Acreditamos, portanto, que toda essa documentação aqui reunida, assim como as análises realizadas, devem contribuir de maneira especial para o desejável e fecundo trabalho de reflexão que se está levando a cabo neste momento histórico da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Trabalho este fundamental para a sua entrada na fase da maturidade.

As histórias de vida aqui reunidas apontam, por outro lado, para uma dimensão ainda mais ampla, que transcende à temática específica da Academia e mesmo do Direito do Trabalho. Elas nos remetem para a dimensão do essencialmente humano, objetivo este que deve ser o de todo empreendimento de real valor, seja ele uma entidade acadêmica, seja ele um trabalho historiográfico. Procurando responder ao apelo do grande humanista Walter Benjamin, que reivindicava a humanização da história e da sociedade através das narrativas, esperamos estar contribuindo, com esse humilde trabalho, para essa “obra aberta” que é a nossa história do futuro.

Registros Históricos



Dr. Custódio Bouças, idealizador e fundador da Academia.

Patronos da Academia



Ministro Luiz Gallotti



Professor Cesarino Júnior

Ata de Reunião Extraordinária da Academia Nacional de Direito do Trabalho

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ACADEMIA
NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO

As quatorze horas do dia doze de novembro de mil novecen-
tos e setenta e nove, na rua Álvaro Alvim, trinta e sete, grupos
mil quatrocentos e doze e treze, reuniram-se os Acadêmicos Funda-
dores da Academia Nacional de Direito do Trabalho, de conformida-
de com a convocação prévia, feita por Edital, publicado às folhas
dez do jornal Gazeta de Notícias, do dia cinco de novembro de mil
novecentos e setenta e nove. Assumiu a Presidência dos trabalhos
o Segundo Vice-Presidente Doutor Custódio de Azevedo Bouças, que
justificou a ausência do Presidente Ministro Arnaldo Lopes Susse-
kind, que se encontra fora do País, no honroso cargo de represen-
tante do Brasil, na Organização Internacional do Trabalho, e do
Vice-Presidente Ministro José de Segadas Vianna, ausente desta
capital, e convidou para integrar a Mesa o Diretor Tesoureiro
Doutor Oswaldo de Souza Valle, Segundo Secretário Doutor Walter
de Freitas e Silva, e Diretor de Relações Universitárias Doutor
Albino Lima. O Doutor Custódio de Azevedo Bouças, esclareceu que
os Diretores Ministro Coqueijo Costa, Orador, e Bibliotecário
Doutor Pizarro Drumond, atendendo às exigências da Lei Orgânica
da Magistratura, renunciaram os cargos para os quais foram elei-
tos, e, assim, a Ordem do Dia seria a seguinte: a) Eleição de
cargos vagos; b) Assuntos Gerais; c) Aprovação do Estatuto.

Foi suspensa a sessão por dez minutos para a organização de cha-
pas. Reaberta a sessão e verificada a apresentação de uma chapa
única, o Presidente determinou o início da eleição e votação por
escrutínio secreto, não obstante a unicidade da chapa. Concluída
a votação e apurados os votos, o Presidente proclamou eleito Ora-
dor da Academia Nacional de Direito do Trabalho, o Professor Sér-
gio Ferraz e Diretor Bibliotecário o Professor Antonio Paiva Mel-
lo. A seguir no item relativo a Assuntos Gerais, o Presidente
propôs ao plenário que fossem os sócios isentos de pagamento da
anuidade relativa ao ano de mil novecentos e setenta e nove, de-
vendo, entretanto, cada um, contribuir com uma quantia para cus-
tear as despesas com o registro do Estatuto, publicação do mesmo
para ser distribuído aos associações, ornamentação do salão nobre
do Instituto dos Advogados Brasileiros, onde será realizada a so-
lenidade de posse dos Acadêmicos Fundadores da Academia Nacional
de Direito do Trabalho, no próximo dia quatro de dezembro de

mil novecentos e setenta e nove, e, recepção no Clube dos Advoga-
 dos, após a solenidade de posse. As sugestões foram aprovadas /
 por unanimidade. Propos, a seguir, que a anuidade para o exercí-
 cio de mil novecentos e oitenta, fosse fixada em mil e duzentos
 cruzeiros. A seguir o Doutor Custódio de Azevedo Bouças, apresen-
 tou a seguinte moção: Prezados Eminentíssimos Confrades - O Brasil te-
 rá no meado do próximo ano a grande honra e a extrema glória de
 receber a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II. A minha
 moção é no sentido de a Academia Nacional de Direito do Trabalho
 receber e homenagear esse homem, que sendo o Chefe Comum da Cris-
 tandade é também um líder da Paz, da Dignidade Humana e da Justi-
 ça Social. Caso aprovada a minha indicação, deverá ser encaminha-
 do um ofício a Nunciatura Apostólica, esperando que o Vaticano /
 determine o dia para a solenidade de recepção. A homenagem que /
 desejamos prestar ao Soberano Pontífice é, ao mesmo tempo, a ho-
 menagem ao humilde Servo de Deus. A este homem simples, que foi
 operário e que tem demonstrado ser um incansável trabalhador pela
 Causa da Paz Universal. A este polones tão ilustre que, por suas
 excelsas virtudes e destacada cultura foi eleito pelos Cardeais
 de todo o mundo, que integram o Sacro Colégio para ocupar a Cate-
 dra de São Pedro. É a este Papa que não foge aos temas e diálo-
 gos, pelo contrário os enfrenta sempre em linguagem clara e cate-
 górica, que rendemos nossas homenagens. A este Papa que, diri-
 gindo-se aos cento e cinquenta e dois representantes das Nações,
 reunidos em Assembleia Geral na ONU, acostumados a ouvir, ape-
 nas, discursos cautelosos, surpreendeu-os, por sua linguagem /
 franca, direta e enérgica, dizendo-lhes: "Toda atividade políti-
 ca nacional e internacional procede do homem, se exerce pelo ho-
 mem e para o homem", acrescentando "caso esta atividade se sepa-
 re desta relação e finalidade fundamental, se converte, de certo
 modo num fim, em si mesma, e perde grande parte de sua razão de
 ser". Repeliu veementemente a prática de antepor à Declaração
 dos Direitos Humanos o interesse que se define, injustamente,
 como político, mas que, frequentemente, significa lucro e apro-
 veitamento unilateral, em prejuízo dos demais", dizendo aos Dele-
 gados da ONU que "o interesse político, assim entendido (...) /
 comporta desonra à nobre e difícil missão que é própria do vosso
 serviço ao bem de vossas Nações e de toda a humanidade". Insis-
 tiu o Sumo Pontífice que todo o ser humano possui uma dignidade
 que, não obstante o fato de a pessoa existir sempre dentro de um
 contexto social e histórico concreto, não poderá jamais ser dimi-
 nuída, vilipendiada ou destruída, caso se queira, realmente, cons-
 truir a Paz. Afirmando que "toda ameaça aos Direitos Humanos se-
 ja no âmbito dos bens materiais ou espirituais é igualmente

perigosa para a Paz". O Sumo Pontífice destacou que o primeiro tipo de ameaça sistemática contra os direitos do homem está ligado, num sentido global, à distribuição dos bens materiais, tantas vezes injustas, seja nas sociedades concretas ou no mundo inteiro". Reprovou o Papa, energicamente "a exploração do trabalho e múltiplos abusos contra a dignidade do homem". Segundo os observadores, nunca alguém usou da palavra com tanta autoridade moral, no recinto da Organização das Nações Unidas. E, diante do silêncio respeitoso do plenário, Sua Santidade verberou a violência, a tortura e opressão, dizendo que elas devem desaparecer para sempre da vida dos Estados, acrescentando que estas práticas são "ainda mais dolorosas, se efetuadas sob o pretexto da segurança interna ou necessidade de conservar uma paz aparente". Por suas atitudes desassombradas, pela firmeza de suas convicções, pela sinceridade que espelha sua alma, espargindo a verdadeira e eterna doutrina cristã, muito espera a humanidade de seu Pontificado. Qual o estadista, pergunto, senão João Paulo II, com sua autoridade moral, teria coragem de, em pleno solo irlandês, onde são frequentes, há muitos anos, as lutas sangrentas, entre católicos e protestantes, e onde impera o terrorismo, condenar a violência? - De pregar direitos humanos ao Presidente dos Estados Unidos, dizendo-lhe do dever das Nações ricas em ajudar as subdesenvolvidas? - De subordinar a política à ética nas Nações Unidas? - Ou de defender os legítimos direitos dos palestinos, sem melindrar as pretensões do povo de Israel? Este Papa, senhores, é o mesmo homem que, quando apenas vigário de uma certa diocese de sua terra, na Polônia, tanto sofreu, primeiro ao jugo nazista, depois ao comunista. E, recentemente, antes de ir à América, visitando a sua terra natal, onde foi, calorosamente, aplaudido pelo povo, como em toda parte por onde tem andado, foi também recebido, embora friamente, pelo Chefe Comunista da Polônia. E, numa demonstração de ser, realmente, um "Alter-Christus", perdoando o tanto que sofreu em sua terra, em consequência da barbaria totalitária, beijou as duas faces do Chefe Comunista. Assim procedeu também, talvez como diplomata, para ver se conseguiria amenizar o sofrimento de seus irmãos poloneses, entregues ainda ao regime de terror. Mas não deixou Sua Santidade de condenar com a mesma energia e veemência com que falou aos outros povos, contra as violações dos direitos humanos, contra as torturas e opressões. Não permitiram os chefes comunistas que o Papa visitasse Cracovia, onde, certamente, existem as maiores violações dos direitos humanos. Mas só esta proibição revela ao mundo o que deve existir de bárbaro, naquela cidade tão histórica e cristã, hoje

C. G. U. (P. 12)
 L. P. S.
 (set of arrows pointing to the text)

pertencente à cortina de ferro. Por todos esses motivos, este Pa
 pa merece a veneração e as homenagens de toda a humanidade, espe
 cialmente dos juristas que zelam pelo bem estar social e de um
 modo particular pelos cultores do Direito do Trabalho, a que es
 tá intimamente ligada a Paz Interna de cada Nação, bem como a
 Paz Universal. - A moção foi aprovada por decisão unânime. A Aca
 dêmica Doutora Iolanda Mendonça, propôs que a criação da Acade
 mia Nacional de Direito do Trabalho, fosse oficialmente comunica
 da ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República General do
 Exército João Batista de Oliveira Figueiredo, e o Doutor Oswaldo
 de Souza Valle, Diretor Tesoureiro, propôs que essa comunicação
 também fosse feita aos Presidentes dos Tribunais do País e repre
 sentantes dos poderes Legislativo e Judiciário. Essas propostas
 foram aprovadas à unanimidade. Finalmente o Doutor Custódio de
 Azevedo Bouças, submeteu à apreciação do plenário o projeto de
 Estatuto da Academia Nacional de Direito do Trabalho, assim redi
 gido: ESTATUTO DA ACADEMIA NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO -
 Artigo 1º - A Academia Nacional de Direito do Trabalho, fundada
 em dez de outubro de mil novecentos e setenta e oito, é uma soci
 edade civil, sem fins lucrativos, de prazo de duração indetermi
 nado, de caráter educacional e cultural, constituída por Magis
 trados, Professores Universitários e Bacharéis em Direito de re
 putação ilibada, interessados na divulgação da legislação, doutri
 na e jurisprudência trabalhista. - Artigo 2º - A entidade tem do
 micílio, sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, capital do Es
 tado do Rio de Janeiro. - Artigo 3º - A instituição tem por fina
 lidade: a) O estudo do Direito do Trabalho, o aperfeiçoamento e
 difusão da legislação trabalhista; - b) Organização de Cursos,
 Simpósios, Conferências e Congressos nas diversas Regiões do Pa
 ís, contando para isso com o apoio de seus associados; - c) Promo
 ção, mediante convênios com órgãos públicos e particulares, Uni
 versidades ou instituições de ensino de cursos de Direito do Tra
 balho e Direito Processual do Trabalho de extensão universitária
 ou em nível de pós-graduação, conferindo diplomas ou certifica
 ções; - d) Edição de uma Revista; - e) Intercâmbio Cultural com /
 entidades nacionais ou estrangeiras. - Artigo 4º - Compõe-se a A
 cademia Nacional de Direito do Trabalho de 100 (cem) Acadêmicos
 Efetivos e de número ilimitado de membros honorários e correspon
 dentes. - Artigo 5º - Foram eleitos Patrono da Academia Nacional
 de Direito do Trabalho o Ministro Luiz Gallotti e Presidente de
 Honra o Professor Antonio Ferreira Cesario Junior. - Artigo 6º -
 A Diretoria da Academia Nacional de Direito do Trabalho é cons
 tituída do Presidente, do Primeiro Vice-Presidente, do

30/10/78
 20/11/78
 12/12/78
 10/01/79
 10/02/79
 10/03/79
 10/04/79
 10/05/79
 10/06/79
 10/07/79
 10/08/79
 10/09/79
 10/10/79
 10/11/79
 10/12/79
 10/01/80
 10/02/80
 10/03/80
 10/04/80
 10/05/80
 10/06/80
 10/07/80
 10/08/80
 10/09/80
 10/10/80
 10/11/80
 10/12/80
 10/01/81
 10/02/81
 10/03/81
 10/04/81
 10/05/81
 10/06/81
 10/07/81
 10/08/81
 10/09/81
 10/10/81
 10/11/81
 10/12/81
 10/01/82
 10/02/82
 10/03/82
 10/04/82
 10/05/82
 10/06/82
 10/07/82
 10/08/82
 10/09/82
 10/10/82
 10/11/82
 10/12/82
 10/01/83
 10/02/83
 10/03/83
 10/04/83
 10/05/83
 10/06/83
 10/07/83
 10/08/83
 10/09/83
 10/10/83
 10/11/83
 10/12/83
 10/01/84
 10/02/84
 10/03/84
 10/04/84
 10/05/84
 10/06/84
 10/07/84
 10/08/84
 10/09/84
 10/10/84
 10/11/84
 10/12/84
 10/01/85
 10/02/85
 10/03/85
 10/04/85
 10/05/85
 10/06/85
 10/07/85
 10/08/85
 10/09/85
 10/10/85
 10/11/85
 10/12/85
 10/01/86
 10/02/86
 10/03/86
 10/04/86
 10/05/86
 10/06/86
 10/07/86
 10/08/86
 10/09/86
 10/10/86
 10/11/86
 10/12/86
 10/01/87
 10/02/87
 10/03/87
 10/04/87
 10/05/87
 10/06/87
 10/07/87
 10/08/87
 10/09/87
 10/10/87
 10/11/87
 10/12/87
 10/01/88
 10/02/88
 10/03/88
 10/04/88
 10/05/88
 10/06/88
 10/07/88
 10/08/88
 10/09/88
 10/10/88
 10/11/88
 10/12/88
 10/01/89
 10/02/89
 10/03/89
 10/04/89
 10/05/89
 10/06/89
 10/07/89
 10/08/89
 10/09/89
 10/10/89
 10/11/89
 10/12/89
 10/01/90
 10/02/90
 10/03/90
 10/04/90
 10/05/90
 10/06/90
 10/07/90
 10/08/90
 10/09/90
 10/10/90
 10/11/90
 10/12/90
 10/01/91
 10/02/91
 10/03/91
 10/04/91
 10/05/91
 10/06/91
 10/07/91
 10/08/91
 10/09/91
 10/10/91
 10/11/91
 10/12/91
 10/01/92
 10/02/92
 10/03/92
 10/04/92
 10/05/92
 10/06/92
 10/07/92
 10/08/92
 10/09/92
 10/10/92
 10/11/92
 10/12/92
 10/01/93
 10/02/93
 10/03/93
 10/04/93
 10/05/93
 10/06/93
 10/07/93
 10/08/93
 10/09/93
 10/10/93
 10/11/93
 10/12/93
 10/01/94
 10/02/94
 10/03/94
 10/04/94
 10/05/94
 10/06/94
 10/07/94
 10/08/94
 10/09/94
 10/10/94
 10/11/94
 10/12/94
 10/01/95
 10/02/95
 10/03/95
 10/04/95
 10/05/95
 10/06/95
 10/07/95
 10/08/95
 10/09/95
 10/10/95
 10/11/95
 10/12/95
 10/01/96
 10/02/96
 10/03/96
 10/04/96
 10/05/96
 10/06/96
 10/07/96
 10/08/96
 10/09/96
 10/10/96
 10/11/96
 10/12/96
 10/01/97
 10/02/97
 10/03/97
 10/04/97
 10/05/97
 10/06/97
 10/07/97
 10/08/97
 10/09/97
 10/10/97
 10/11/97
 10/12/97
 10/01/98
 10/02/98
 10/03/98
 10/04/98
 10/05/98
 10/06/98
 10/07/98
 10/08/98
 10/09/98
 10/10/98
 10/11/98
 10/12/98
 10/01/99
 10/02/99
 10/03/99
 10/04/99
 10/05/99
 10/06/99
 10/07/99
 10/08/99
 10/09/99
 10/10/99
 10/11/99
 10/12/99
 10/01/00
 10/02/00
 10/03/00
 10/04/00
 10/05/00
 10/06/00
 10/07/00
 10/08/00
 10/09/00
 10/10/00
 10/11/00
 10/12/00
 10/01/01
 10/02/01
 10/03/01
 10/04/01
 10/05/01
 10/06/01
 10/07/01
 10/08/01
 10/09/01
 10/10/01
 10/11/01
 10/12/01
 10/01/02
 10/02/02
 10/03/02
 10/04/02
 10/05/02
 10/06/02
 10/07/02
 10/08/02
 10/09/02
 10/10/02
 10/11/02
 10/12/02
 10/01/03
 10/02/03
 10/03/03
 10/04/03
 10/05/03
 10/06/03
 10/07/03
 10/08/03
 10/09/03
 10/10/03
 10/11/03
 10/12/03
 10/01/04
 10/02/04
 10/03/04
 10/04/04
 10/05/04
 10/06/04
 10/07/04
 10/08/04
 10/09/04
 10/10/04
 10/11/04
 10/12/04
 10/01/05
 10/02/05
 10/03/05
 10/04/05
 10/05/05
 10/06/05
 10/07/05
 10/08/05
 10/09/05
 10/10/05
 10/11/05
 10/12/05
 10/01/06
 10/02/06
 10/03/06
 10/04/06
 10/05/06
 10/06/06
 10/07/06
 10/08/06
 10/09/06
 10/10/06
 10/11/06
 10/12/06
 10/01/07
 10/02/07
 10/03/07
 10/04/07
 10/05/07
 10/06/07
 10/07/07
 10/08/07
 10/09/07
 10/10/07
 10/11/07
 10/12/07
 10/01/08
 10/02/08
 10/03/08
 10/04/08
 10/05/08
 10/06/08
 10/07/08
 10/08/08
 10/09/08
 10/10/08
 10/11/08
 10/12/08
 10/01/09
 10/02/09
 10/03/09
 10/04/09
 10/05/09
 10/06/09
 10/07/09
 10/08/09
 10/09/09
 10/10/09
 10/11/09
 10/12/09
 10/01/10
 10/02/10
 10/03/10
 10/04/10
 10/05/10
 10/06/10
 10/07/10
 10/08/10
 10/09/10
 10/10/10
 10/11/10
 10/12/10
 10/01/11
 10/02/11
 10/03/11
 10/04/11
 10/05/11
 10/06/11
 10/07/11
 10/08/11
 10/09/11
 10/10/11
 10/11/11
 10/12/11
 10/01/12
 10/02/12
 10/03/12
 10/04/12
 10/05/12
 10/06/12
 10/07/12
 10/08/12
 10/09/12
 10/10/12
 10/11/12
 10/12/12
 10/01/13
 10/02/13
 10/03/13
 10/04/13
 10/05/13
 10/06/13
 10/07/13
 10/08/13
 10/09/13
 10/10/13
 10/11/13
 10/12/13
 10/01/14
 10/02/14
 10/03/14
 10/04/14
 10/05/14
 10/06/14
 10/07/14
 10/08/14
 10/09/14
 10/10/14
 10/11/14
 10/12/14
 10/01/15
 10/02/15
 10/03/15
 10/04/15
 10/05/15
 10/06/15
 10/07/15
 10/08/15
 10/09/15
 10/10/15
 10/11/15
 10/12/15
 10/01/16
 10/02/16
 10/03/16
 10/04/16
 10/05/16
 10/06/16
 10/07/16
 10/08/16
 10/09/16
 10/10/16
 10/11/16
 10/12/16
 10/01/17
 10/02/17
 10/03/17
 10/04/17
 10/05/17
 10/06/17
 10/07/17
 10/08/17
 10/09/17
 10/10/17
 10/11/17
 10/12/17
 10/01/18
 10/02/18
 10/03/18
 10/04/18
 10/05/18
 10/06/18
 10/07/18
 10/08/18
 10/09/18
 10/10/18
 10/11/18
 10/12/18
 10/01/19
 10/02/19
 10/03/19
 10/04/19
 10/05/19
 10/06/19
 10/07/19
 10/08/19
 10/09/19
 10/10/19
 10/11/19
 10/12/19
 10/01/20
 10/02/20
 10/03/20
 10/04/20
 10/05/20
 10/06/20
 10/07/20
 10/08/20
 10/09/20
 10/10/20
 10/11/20
 10/12/20
 10/01/21
 10/02/21
 10/03/21
 10/04/21
 10/05/21
 10/06/21
 10/07/21
 10/08/21
 10/09/21
 10/10/21
 10/11/21
 10/12/21
 10/01/22
 10/02/22
 10/03/22
 10/04/22
 10/05/22
 10/06/22
 10/07/22
 10/08/22
 10/09/22
 10/10/22
 10/11/22
 10/12/22
 10/01/23
 10/02/23
 10/03/23
 10/04/23
 10/05/23
 10/06/23
 10/07/23
 10/08/23
 10/09/23
 10/10/23
 10/11/23
 10/12/23
 10/01/24
 10/02/24
 10/03/24
 10/04/24
 10/05/24
 10/06/24
 10/07/24
 10/08/24
 10/09/24
 10/10/24
 10/11/24
 10/12/24
 10/01/25
 10/02/25
 10/03/25
 10/04/25
 10/05/25
 10/06/25
 10/07/25
 10/08/25
 10/09/25
 10/10/25
 10/11/25
 10/12/25
 10/01/26
 10/02/26
 10/03/26
 10/04/26
 10/05/26
 10/06/26
 10/07/26
 10/08/26
 10/09/26
 10/10/26
 10/11/26
 10/12/26
 10/01/27
 10/02/27
 10/03/27
 10/04/27
 10/05/27
 10/06/27
 10/07/27
 10/08/27
 10/09/27
 10/10/27
 10/11/27
 10/12/27
 10/01/28
 10/02/28
 10/03/28
 10/04/28
 10/05/28
 10/06/28
 10/07/28
 10/08/28
 10/09/28
 10/10/28
 10/11/28
 10/12/28
 10/01/29
 10/02/29
 10/03/29
 10/04/29
 10/05/29
 10/06/29
 10/07/29
 10/08/29
 10/09/29
 10/10/29
 10/11/29
 10/12/29
 10/01/30
 10/02/30
 10/03/30
 10/04/30
 10/05/30
 10/06/30
 10/07/30
 10/08/30
 10/09/30
 10/10/30
 10/11/30
 10/12/30
 10/01/31
 10/02/31
 10/03/31
 10/04/31
 10/05/31
 10/06/31
 10/07/31
 10/08/31
 10/09/31
 10/10/31
 10/11/31
 10/12/31
 10/01/32
 10/02/32
 10/03/32
 10/04/32
 10/05/32
 10/06/32
 10/07/32
 10/08/32
 10/09/32
 10/10/32
 10/11/32
 10/12/32
 10/01/33
 10/02/33
 10/03/33
 10/04/33
 10/05/33
 10/06/33
 10/07/33
 10/08/33
 10/09/33
 10/10/33
 10/11/33
 10/12/33
 10/01/34
 10/02/34
 10/03/34
 10/04/34
 10/05/34
 10/06/34
 10/07/34
 10/08/34
 10/09/34
 10/10/34
 10/11/34
 10/12/34
 10/01/35
 10/02/35
 10/03/35
 10/04/35
 10/05/35
 10/06/35
 10/07/35
 10/08/35
 10/09/35
 10/10/35
 10/11/35
 10/12/35
 10/01/36
 10/02/36
 10/03/36
 10/04/36
 10/05/36
 10/06/36
 10/07/36
 10/08/36
 10/09/36
 10/10/36
 10/11/36
 10/12/36
 10/01/37
 10/02/37
 10/03/37
 10/04/37
 10/05/37
 10/06/37
 10/07/37
 10/08/37
 10/09/37
 10/10/37
 10/11/37
 10/12/37
 10/01/38
 10/02/38
 10/03/38
 10/04/38
 10/05/38
 10/06/38
 10/07/38
 10/08/38
 10/09/38
 10/10/38
 10/11/38
 10/12/38
 10/01/39
 10/02/39
 10/03/39
 10/04/39
 10/05/39
 10/06/39
 10/07/39
 10/08/39
 10/09/39
 10/10/39
 10/11/39
 10/12/39
 10/01/40
 10/02/40
 10/03/40
 10/04/40
 10/05/40
 10/06/40
 10/07/40
 10/08/40
 10/09/40
 10/10/40
 10/11/40
 10/12/40
 10/01/41
 10/02/41
 10/03/41
 10/04/41
 10/05/41
 10/06/41
 10/07/41
 10/08/41
 10/09/41
 10/10/41
 10/11/41
 10/12/41
 10/01/42
 10/02/42
 10/03/42
 10/04/42
 10/05/42
 10/06/42
 10/07/42
 10/08/42
 10/09/42
 10/10/42
 10/11/42
 10/12/42
 10/01/43
 10/02/43
 10/03/43
 10/04/43
 10/05/43
 10/06/43
 10/07/43
 10/08/43
 10/09/43
 10/10/43
 10/11/43
 10/12/43
 10/01/44
 10/02/44
 10/03/44
 10/04/44
 10/05/44
 10/06/44
 10/07/44
 10/08/44
 10/09/44
 10/10/44
 10/11/44
 10/12/44
 10/01/45
 10/02/45
 10/03/45
 10/04/45
 10/05/45
 10/06/45
 10/07/45
 10/08/45
 10/09/45
 10/10/45
 10/11/45
 10/12/45
 10/01/46
 10/02/46
 10/03/46
 10/04/46
 10/05/46
 10/06/46
 10/07/46
 10/08/46
 10/09/46
 10/10/46
 10/11/46
 10/12/46
 10/01/47
 10/02/47
 10/03/47
 10/04/47
 10/05/47
 10/06/47
 10/07/47
 10/08/47
 10/09/47
 10/10/47
 10/11/47
 10/12/47
 10/01/48
 10/02/48
 10/03/48
 10/04/48
 10/05/48
 10/06/48
 10/07/48
 10/08/48
 10/09/48
 10/10/48
 10/11/48
 10/12/48
 10/01/49
 10/02/49
 10/03/49
 10/04/49
 10/05/49
 10/06/49
 10/07/49
 10/08/49
 10/09/49
 10/10/49
 10/11/49
 10/12/49
 10/01/50
 10/02/50
 10/03/50
 10/04/50
 10/05/50
 10/06/50
 10/07/50
 10/08/50
 10/09/50
 10/10/50
 10/11/50
 10/12/50
 10/01/51
 10/02/51
 10/03/51
 10/04/51
 10/05/51
 10/06/51
 10/07/51
 10/08/51
 10/09/51
 10/10/51
 10/11/51
 10/12/51
 10/01/52
 10/

Sebastião Rodrigues Lima; 28 (vinte e oito) Célio Goyatã; 29 (vin-
te e nove) Milton Menezes da Costa; 30 (trinta) José Leôfilo Via-
na Clementino; 31 (trinta e hum) Walter de Freitas e Silva; 32
(trinta e dois) Oswaldo de Souza Valle; 33 (trinta e três) Ernes-
to Queiroz Junior; 34 (trinta e quatro) Floriano Correa Vaz da
Silva; 35 (trinta e cinco) Jês Elias Carvalho de Paiva; 36 (trin-
ta e seis) Hugo Mósca; 37 (trinta e sete) Armando Caraméz; 38
(trinta e oito) Eny Maria Malta; 39 (trinta e nove) Marcelo Pi-
mentel; 40 (quarenta) Rodrigo Monteiro Braz; 41 (quarenta e hum)
Amir de Castro Garcia Duarte; 42 (quarenta e dois) Paulo Nader;
43 (quarenta e três) Hugo Gueiros Bernardes; 44 (quarenta e qua-
tro) Alfredo Buzaid; 45 (quarenta e cinco) Maria Luiza da Gama
Lima Perez Esteves; 46 (quarenta e seis) Antonio Carlos Bento Ri-
beiro; 47 (quarenta e sete) Cassio Mesquita de Barros Junior; 48
(quarenta e oito) Octávio Bueno Magano; 49 (quarenta e nove) SÉR-
gio Ferraz; 50 (cinquenta) José Serpa de Santa Maria; 51 (cin-
quenta e hum) Messias Pereira Donato; 52 (cinquenta e dois) SÉR-
gio Dias Guimarães; 53 (cinquenta e três) Geraldo de Carvalho; 54
(cinquenta e quatro) Atilio José Aguiar Gorini; 55 (cinquenta e
cinco) Luiz Roberto de Rezende Puech; 56 (cinquenta e seis) Arman-
do Casimiro Costa; 57 (cinquenta e sete) Arnaldo Casimiro Cos-
ta; 58 (cinquenta e oito) Antônio Adolfo Lisboa; 59 (cinquenta e
nove) Miguel Reale; 60 (sessenta) Oswaldo Mezdri; 61 (sessenta/
e hum) Jorge Said Cury; 62 (sessenta e dois) Luiz Carlos da Cos-
ta Carvalho Filho; 63 (sessenta e três) Eugênio Roberto Haddock
Lobo; 64 (sessenta e quatro) Osiris Rocha; 65 (sessenta e cinco)
Amauri Mascaro Nascimento; 66 (sessenta e seis) Irani Ferrari;
67 (sessenta e sete) José Domingos Moledo Sartori; 68 (sessenta
e oito) Yolanda Mendonça; 69 (sessenta e nove) Mario Monteiro /
Braz; 70 (setenta) Eduardo Gabriel Saad; 71 (setenta e hum) Anto-
niô Henrique Maina; 72 (setenta e dois) Ivan de Souza Villon; 73
(setenta e três) Paulo Emílio Ribeiro Vilhena; 74 (setenta e qua-
tro) João Garcia; 75 (setenta e cinco) Rosah Russomano; 76 (seten-
ta e seis) José Eduardo Pizarro Drumond; 77 (setenta e sete) Ro-
berto Davis; 78 (setenta e oito) Nair Lemos Gonçalves; 79 (seten-
ta e nove) João Augusto da Palma; 80 (oitenta) Geraldo Bezerra
de Menezes; 81 (oitenta e hum) Evaristo de Moraes Filho; 82 (oi-
tenta e dois) Deoclécio Leopoldo de Oliveira; 83 (oitenta e três)
Luiz Philippe Vieira de Mello; 84 (oitenta e quatro) Dêcio Ba-
tos Difini; 85 (oitenta e cinco) Rubem Cione; 86 (oitenta e seis)
Clovis Assumpção; 87 (oitenta e sete) Luiz Antonio da Costa Car-
valho Neto; 88 (oitenta e oito) José Leite da Costa; 89 (oitenta
e nove) Luiz de Pinho Pedreira da Silva; 90 (noventa) Carlos Al-
berto Barata da Silva; 91 (noventa e hum) Orlando Teixeira da Costa;

92 (noventa e dois) Christovão Piragibe Toste Malta; 93 (noventa e três) Wagner D. Giglio; 94 (noventa e quatro) Roberto Baretto Prado; 95 (noventa e cinco) Ceiso Durvívier de Albuquerque Mello; 96 (noventa e seis) Reginaldo de Souza Aguiar; 97 (noventa e sete) J. M. Othon Sidou; 98 (noventa e oito) Carlos Coqueijo Costa; 99 (noventa e nove) Thêlio da Costa Monteiro; 100 (cem) Raymundo de Souza Moura. - Artigo 14º - Cada Acadêmico Fundador indicará o seu Patrono, recaindo a escolha no nome de qualquer personalidade viva ou morta que se tenha destacado na luta pelo engrandecimento do Direito do Trabalho. - Artigo 15º - Em caso de vacância a cadeira será preenchida através de escrutínio secreto, sendo eleito aquele que obtiver maioria absoluta dos votos válidos. - Artigo 16º - No caso de extinção da Academia Nacional de Direito do Trabalho; o que somente poderá ocorrer, com o voto unânime dos Acadêmicos Efetivos, todo o seu patrimônio reverterá em benefício de instituição cultural registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. - Artigo 17º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria. - Artigo 18º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação e sua reforma só poderá ser feita por proposta pelo menos de 20 (vinte) Acadêmicos Fundadores, submetida à aprovação da Assembleia-Geral. O projeto foi aprovado por aclamação. Pediu a palavra o Acadêmico Antonio Paiva Mello, no que foi atendido pelo Presidente. Disse o Acadêmico, que, de acordo com o Estatuto que acabava de ser aprovado, propunha, juntamente, com os Acadêmicos Albino Lima e Oswald de Souza Valle, que fossem eleitos Membros Honorários da Academia, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João de Lima Teixeira, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, Doutor Hiaty Leal e o Vice-Presidente do mesmo Tribunal o Doutor Geraldo Octávio Guimarães. O Presidente pos a proposta em votação, tendo sido aprovada à unanimidade. O Presidente, Doutor Custódio de Azevedo Bouças, após enaltecer as personalidades dos três Propostos que acabavam de ser eleitos Membros Honorários, convidou para fazer uso da palavra quem assim desejasse. Pediu a palavra o Doutor Antonio Paiva Mello, que enalteceu os nomes dos novos Membros Honorários. Em seguida o Acadêmico Walter de Freitas e Silva, também fez uso da palavra, elogiando os novos Membros. Franqueada a palavra e como ninguém mais manifestasse e nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa para que se lavrasse a presente, que depois de lida e achada conforme, foi assinada por mim, Secretário *Walter de Freitas e Silva*, por todos os presentes. Rio de Janeiro, doze de novembro de mil novecentos e setenta e nove.

Walter de Freitas e Silva

Quinta da Boa Vista
Luzerna de Paulo Aguiar
Pedro Baptista
Alameda



Yolanda Wondoneal
Ju. Otton Vidal
Cm. de São Paulo
Antônio Pereira de Melo
Nebante Rodrigues de
M. J. S.

Francisco Gomes Gonçalves
meu amigo
~~Francisco Gomes~~

Francisco de Almeida
Francisco de Almeida
Francisco de Almeida

Francisco de Almeida
Francisco de Almeida

Francisco de Almeida

Francisco de Almeida

Francisco de Almeida
Francisco de Almeida
Francisco de Almeida

Moacyr Wallace Barros de Oliveira
Fam. Santos Braga
F. de L. A. →
supr

EXIBIT N.º 177 (1954/21)
1954/21
51359
10 de Junho de 1963
Dom. Macaulândia da Silva

ACADEMIA NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO

Realizar-se-á no dia 4 de dezembro próximo, no Salão do Instituto dos Advogados Brasileiros, a Sessão Magna da Academia Nacional de Direito do Trabalho, na qual serão empossados os Acadêmicos, que constituem o novel Sodalício. São seus Presidentes de Honra, o pranteado Ministro Luiz Gallotti, que presidiu a Assembléia Geral de Fundação, em 10 de outubro de 1978, e o Professor A. F. Cesarino Junior.

É Presidente da Instituição o Ministro Arnaldo Lopes Sussekind; 1º Vice-Presidente, o Ministro José de Segadas Viana; 2º Vice-Presidente, o Dr. Custódio de Azevedo Bouças e Secretário Geral, o Dr. Sebastião Rodrigues Lima. Constituem ainda a Diretoria os Drs. Albino Lima, Walter de Freitas e Silva, Oswaldo de Souza Valle, Pizarro Drumond, Armando Casemiro Costa e Annibal Fernandes. Além destes eminentes juristas, integram a Academia os grandes nomes de F. C. Pontes de Miranda, Orlando Gomes, Haroldo Valladão, Alfredo Buzaid, Geraldo Bezerra de Menezes, Evaristo de Moraes Filho, Miguel Reale, Amauri Mascaro Nascimento, Nair Lemos Gonçalves, Moacyr Veloso Cardozo de Oliveira, Floriano C. Vaz da Silva, Celio Goiatá, Luiz Roberto de Rezende Puech, Carlos Coqueijo Costa, Thelica da Costa Monteiro, C. A. Barata e Silva, Marcelo Pimentel, Ernesto Queiroz Júnior, Cassio Mesquita de Barros, Octavio Bueno Magano, Ruben Cione, Arthur Machado Pauperio, Fernando Whitaker da Cunha, Brenno de Andrade, Rosah Russomano, Jacy de Assis, João Garcia, João Augusto da Palma, Yolanda Mendonça, Pascal de Souza Fontes, Ivan de Souza Villon, Sebastião de Almeida Alves, Reginaldo de Souza Aguiar, J. M. Othon Sidou, Milton Menezes da Costa, Rodrigo Monteiro Braz, Benedito da Costa Bevilaqua, Geraldo de Carvalho, Deoclécio Leopoldo de Oliveira, Decio Bastos Difini, Sergio Dias Guimarães e outros não menos ilustres.

Após a sessão solene, haverá recepção no Club dos Advogados.

Fac-símile de notícia publicada na revista Mensageiro Jurídico (ano IX, fasc. LVIII, p. 28) sobre a Sessão Magna da ANDT que se realizaria em 4 de dezembro de 1979, no Salão do Instituto dos Advogados Brasileiros, para dar posse aos primeiros integrantes da entidade.

Sessão de Instalação da Academia, em 1979



Mesa diretora da Sessão Magna da ANDT (dez. 1979). Da esquerda para a direita: Prof. Albino Lima, Diretor de Relações Universitárias da ANDT; Prof. Celso Lisboa Filho, representante do Ministro da Educação e Cultura; Dr. Reginaldo de Sousa Aguiar, Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros; Min. Arnaldo Süssekind, assumindo a Presidência da ANDT; Dr. Hyati Leal, Presidente do TRT-RJ; Dr. José de Segadas Vianna, ex-Ministro do Trabalho e 1º Vice-Presidente da ANDT; Dr. Custódio Bouças, 2º Vice-Presidente da ANDT; e Dr. Sérgio Ferraz, Orador Oficial da ANDT.



Fotos do acervo do Dr. Gustavo Vogel, diretor na ANDT.



Na solenidade de fundação da ANDT (1979), Maria Luiza da Gama Lima recebe do Min. Arnaldo Süsskind o diploma de Acadêmica, ocupante da Cadeira nº 5. Ela é, hoje, a única mulher remanescente do primeiro elenco de “imortais” da Academia.

Lista de Presença de 1979

Academia Nacional do Direito de



Lista de presença dos Senhores Acadêmicos
na Sessão Solene de Fim, realizada no
dia 08 de dezembro de 1979.

~~Amadeu~~

Quintão de Aguiar Campos.

Paulo Amoz Gonçalves

~~Almeida~~

Imé Eduardo (para Bruno)

Rodrigo Pontes Braga

~~Amadeu~~
Amadeu (23)

Amadeu Nogueira

Amadeu Nogueira
Amadeu Valle

~~Amadeu~~

Amadeu Rodrigues Lima

Amadeu da Silva

~~Amadeu~~

Amadeu Cordeiro

Amadeu Lima Perez Alves

~~Amadeu~~

Amadeu Leal

~~Amadeu~~

Amadeu Leal

~~Amadeu~~

Amadeu Leal

Amadeu Leal de Oliveira

Amadeu Mendonça

Amadeu Silva

Amadeu Silva

Amadeu Silva

Reginaldo de Souza Aguiar
de
Joaquim Laureano de
Souza
de São Paulo



A jurista italiana Luisa Maria Riva Sanseverino esteve em visita ao Brasil, na década de 1970, tendo sido recepcionada pelo Dr. Custódio Bouças e pelo Min. Arnaldo Süssekind, respectivamente fundador e primeiro presidente da ANDT. Na foto, da esquerda para a direita, aparecem: Edmo Lima de Marca, Coordenador Geral do FGTS, Custódio Bouças, Arnaldo Süssekind, Riva Sanseverino, acadêmico Albino Lima e os juízes Jês Elias Carvalho de Paiva, então presidente do TRT da 1ª região (RJ), e Floriano Maciel.



Custódio Bouças (esq.)
oficializa o convite ao jurista
Francisco Cavalcante Pontes
de Miranda para participar
da Academia como fundador
da Cadeira nº 57 (1979).

SIMPÓSIO SOBRE A NOVA C.L.T.

Período: 10 a 27 de setembro de 1979

Local: Instituto dos Advogados Brasileiros
Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ

P R O G R A M A

10 de setembro – 18 horas: **Ministro Murillo Macedo**
Tema: “**O Governo e a Nova C.L.T.**”

11 de setembro – 18 horas: **Ministro Arnaldo Süssekind**
Tema: “**Linhas Mestras e Principais Inovações da Nova C.L.T.**”

13 de setembro – 18 horas: **Professor Orlando Gomes**
Tema: “**A Crise do Direito do Trabalho**”

17 de setembro – 18 horas: **Professor José Martins Catharino**
Tema: “**Terminação do Contrato de Emprego**”

18 de setembro – 18 horas: **Professor Amauri Mascaro Nascimento**
Tema: “**O Salário no Anteprojeto da C.L.T.**”

20 de setembro – 18 horas: **Professor Cesarino Júnior**
Tema: “**O Anteprojeto da C.L.T. e a Constituição**”

24 de setembro – 18 horas: **Professor Christovão Piragibe Tostes Malta**
Tema: “**O Anteprojeto da C.L.T. e a Justiça do Trabalho**”

25 de setembro – 18 horas: **Professor Wagner D. Giglio**
Tema: “**O Anteprojeto da C.L.T. e o Processo do Trabalho**”

27 de setembro – 18 horas: **Professor Sérgio Ferraz**
Tema: “**O Anteprojeto da C.L.T. e a Organização Sindical**”

Em setembro de 1979, a ANDT, quando presidida pelo Min. Arnaldo Süssekind, e o Instituto dos Advogados Brasileiros realizaram, no Rio de Janeiro, o “Simpósio sobre a Nova C.L.T.”, para discussão do Anteprojeto que visava à reforma do texto consolidado (Fonte: Mensageiro Jurídico, ano IX, fasc. LVII, set./out. 1979, p. 27).

Curso de Direito do Trabalho

Organizado pelo Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Academia Nacional de Direito do Trabalho e coordenado pelo prof. Amauri Mascaro Nascimento, professor titular de Direito do Trabalho, chefe do DTB da Faculdade de Direito da USP e presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, realizar-se-á de 15 de maio a 3 de junho, das 9 às 13 horas (aos sábados), no salão nobre da Faculdade do Largo de São Francisco, 95, 1.º andar, um curso de "Direito Individual do Trabalho". Os temas elaborados são os seguintes: dia 15-5, Contrato de trabalho: natureza, conceito, fundamentos e modalidades (Octávio Bueno Magalhães); Jornada diária de trabalho, intervalos e horas extras. Repouso semanal remunerado (João Carlos Casella); dia 22-5, Forma e conteúdo do contrato de trabalho (Pedro Vidal Neto); Empregado

(Floriane Corrêa Vaz da Silva); dia 29-5, Empregador, (Cássio de Mesquita Barros Jr.); O direito de autor do empregado ou funcionário (Antônio Chaves); dia 5-6, Férias (Marty Antonieta Cardo-ae); Salário; regras gerais de proteção (Luiz Carlos Amorim Robortella); dia 12-6, Alteração do contrato de trabalho (Wagner D. Giglio); Suspensão e interrupção do trabalho (Maria Ignez Amadei); dia 19-6, Fundo de garantia do tempo de serviço (Sônia K. Sandoval Peixoto); Implicações previdenciárias no contrato de trabalho (Annibal Fernandes); dia 26-6, Justa causa (Oris de Oliveira) e Dispensa de empregado (Amauri Mascaro Nascimento); dia 3-7, Medicina, Segurança e Ambiente de Trabalho (ministro José de Segadas Vianna) e Convenções de OIT e direito individual do trabalho (ministro Arnaldo Sussekind). Informações: Largo São Francisco, 95, 3.º andar, telefone 239-2395.

Durante o mandato do presidente Amauri Mascaro, na fase conhecida como de "laborização" da Academia, importantes eventos foram promovidos pela ANDT, entre eles o Curso de Direito Individual do Trabalho, no ano de 1982, em parceria com a Faculdade de Direito da USP (Fonte: O Estado de S. Paulo, de 08.05.1982).

In memoriam



O saudoso Min. Orlando Teixeira da Costa, ao presidir a Academia no período de 1996 a 1998, deu início ao ciclo de “nacionalização” da entidade, estimulando a participação de representantes do maior número possível de Estados.



Responsáveis pelo projeto de resgate da memória da Academia em sua 1ª fase.
Da esquerda para a direita: Denise Borba Ataíde, acadêmicos Gustavo Vogel, Nelson Mannrich e Valdir Florindo, Prof. Dante Gallian e a jornalista Myrian Vallone.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras escolhidas, v. 1, p. 197-221.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1992.

_____. *Augusto & Lea; um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

GALLIAN, Dante Marcello C. “A história oral e a humanização em saúde”. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Os rumos da história*. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. “O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os historiadores orais”. *Revista de História*, São Paulo, n. 125/6, p. 93-104, 1992.

_____. *75 X75 EPM/Unifesp: uma história, 75 vidas*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2008.

_____. *Pedaços da guerra: seis histórias de vida tobarrenhas*. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar/FAPESP, 2011.

_____. *Simplesmente justo: convite à vida e obra de José Geraldo Rodrigues de Alckmin*. São Paulo: CLA, 2005.

_____. (Org.). *Recortes da memória: lembranças, compromissos e explicações sobre a EPM/Unifesp na perspectiva da história oral*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009.

GOMES, Ângela de C. et al. *Arnaldo Süssekind: um construtor do Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.